

Estado do Espírito Santo
Secretaria de Fazenda
Cabinete

— MENSAGEM —



PRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1953

PELO

SR. JONES DOS SANTOS NEVES
GOVERNADOR DO ESTADO



ESPÍRITO SANTO

1953



Estado do Espírito Santo
Secretaria da Fazenda
Gabinete

MENSAGEM

APRESENTA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1953

PELO

SR. JONES DOS SANTOS NEVES
GOVERNADOR DO ESTADO



ESPÍRITO SANTO
1953

101
353-98152
1953
N.1

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

990

DATA

28-8-78



SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO:

A meio caminho do mandato governamental, vencidos os percalços iniciais para a implantação de um regime racional de planejamento e alcançados os primeiros benefícios dessa nova política administrativa, é de ânimo sereno e com o espírito tranqüilo que venho hoje à vossa presença, na solene abertura desta Sessão Legislativa Ordinária, para vos dar conta, em cumprimento às normas constitucionais, da situação geral do Estado, ao término do nosso segundo ano de govêrno.

Não posso calar, nesta emergência, o sentimento de justificada euforia cívica com que vejo realizados, em tão breve período, muitos dos vaticínios e prenúncios expostos, singelamente, perante este nobre plenário, em nosso primeiro colóquio, quando do solene compromisso de posse, a 31 de janeiro de 1951. Haveis de estar lembrados dos propósitos então expressos de assegurar, pelo desenvolvimento dos espíritos, o clima de concórdia indispensável ao progresso do Estado. Pretendia o novo Govêrno estabelecer, "com amigos e adversários, um ameno condomínio de vontades e de inteligências, em benefício da coletividade", não se constituindo em círculo fechado, "mas em espiral aberta a tôdas as vocações e a tôdas as energias construtivas que quisessem, realmente, consagrarse ao trabalho e à prosperidade de nossa terra." E é esse, em verdade, o clima sadío reinante até hoje, em nosso Estado, onde os elementos políticos, sem distinção de cre-

dos ou de bandeiras, com raríssimas e inexpressivas exceções, se entregam a uma convivência harmoniosa com o governo, sintonizados pelos mesmos ideais de supremacia e grandeza do Espírito Santo.

Certamente, não vos esquecesteis, também, das linhas mestras que, naquele ensejo, esboçamos, acêrca da planificação indispensável para marcar os itinerários do governo, em seus anseios de realizações nos setores elétrico, fomento da produção e...

...endimentos aí estão, visíveis e palpáveis, desafiando a incredulidade dos cépticos e confundindo a revólência dos derrotistas, na plena exuberância de sua vertiginosa eclosão.

Estarão, talvez, presentes ainda em vossa memória as promessas que fiz no tocante ao problema da Educação de nossa Mocidade. Confrontai-as com as realidades tangíveis do admirável surto de progresso que ostentamos hoje, em tôdas as estruturas pedagógicas, desde as atividades pré-escolares até ao sistema universitário, e vereis que sobre-excedem de muito aos compromissos assumidos, as soberbas oblações que fizemos e podemos agora, com ufania, alardear. Recordareis, com certeza, os nossos desígnios em matéria de Saúde e Assistência Social, que perdem de significação e quase desaparecem hoje, na timidez de suas pálidas veleidades, ofuscados pelo brilho de nossas crescentes iniciativas sanitárias.

E se por acaso vos detiverdes na comparação dos projetos de modernização da Capital, anunciados há dois anos, com as obras que, em ritmo acelerado, já incorporaram à Cidade extensas áreas de expansão e crescimento, vos certificareis ainda da perfeita exacção com que foi resgatada a promessa segundo a qual "Vitória não ficaria esquecida no planejamento geral da nossa administração".

Torna-se, pois, bem compreensível o sentimento de júbilo e de serenidade com que partilho hoje dêste nobre e respeitável sodalício, para receber, através da vossa apreciação esclarecida e austera, o justo e inflexível julgamento do povo capixaba, em relação às ingentes tarefas que, silenciosa e obstinadamente, sem poupar sacrifícios, nem pretender recompensas, nos empenhamos em realizar no Governo.

Quero, entretanto, ressaltar, e o faço em respeito aos mais elementares princípios de justiça, que dessa sensação de ufania deveis legitimamente participar, Senhores Deputados, pela valiosa e inestimável contribuição que trouxestes ao perfeito desenvolvimento de nossas tarefas administrativas. A obra de Governo, em nosso regime, é corolário fiel da estreita sinergia dos Poderes que, harmônicos e independentes entre si, possuem, contudo, um vértice comum, representado pelo imperativo supremo de bem servir à causa pública. E aqui, em nosso Estado, Legislativo, Judiciário e Executivo, cômscios de suas responsabilidades, se integram, perfeitamente, nas mesmas, aspirações e anseios para constituir um só instrumento democrático, a serviço do povo.

Não fôra assim, e não poderíamos talvez apresentar, nesta eventualidade, perante o forum da consciência popular espírito-santense, o volumoso compêndio de realizações e serviços levados a têrmo, em benefício da coletividade.

Senhores Deputados:

Quem quer que se debruce sôbre os quadros estatísticos da nossa produção agrícola, com o ânimo de perquirí-la e analisá-la, há-de verificar, através dos números representativos de seu valor, a extrema flutuação de seus

totais, comandada pelas cotações oscilatórias do mercado cafeeiro. Neste último quinquênio, de 1948 a 1952, o total, em valor, da nossa produção rural subiu de 637 milhões a 1 bilhão 635 milhões, porque o café — produto básico de nossa economia — ascendeu de 261 milhões a 1 bilhão e 20 milhões de cruzeiros, na crista da onda de sua crescente valorização. No entanto o volume físico da produção pouca diferença sofrera, porque ainda estamos no início de aproveitamento das extensas áreas de terras apropriadas ao cultivo do nobre produto, ao norte do Estado. A conjuntura internacional, que não comandamos, propiciou-nos, assim, uma fase de intensa prosperidade. Mas se outra fôra a contingência, se os preços internacionais baixassem, tôda a economia espírito-santense sofreria um colapso e mergulharíamos, sem dúvida, nos abismos da decadência e da miséria. Ressalta, assim, desta simples análise, a evidência de que não é possível permanecermos, por mais tempo, ao sabor do acaso, sobressaltados pela iminência de uma catástrofe e sujeitos às sistoles e diástoles da circulação mercantil internacional do produto. Precisamos recuperar a nossa tranquilidade, e saltar "o fio da navalha", que nos ameaça. Nenhum Governo, nem qualquer estadista, por mais atilado que seja, poderá administrar o Estado e realizar um programa construtivo, se lhe falecem assim os recursos aleatórios da receita. O equilíbrio estatístico do café, segundo as observações dos técnicos, parece, felizmente, assegurado nos próximos anos. Mas para um futuro não distante, impossível se torna qualquer previsão.

E eis porque, Senhores Congressistas, entendemos inadiável, logo no início de nosso governo, estabelecer um plano de desenvolvimento econômico do nosso Estado, aproveitando agora o "rush" de sua prosperidade, para não amargarmos amanhã os ressaibos funestos de nossos descuidos e imprevidências.

Planejar, no conceito de John Vieg, "é ir ao encontro do porvir, e modelá-lo, segundo nossos desejos". No caso espírito-santense, e em face das sombrias perspectivas do futuro, a tarefa de planejamento se nos apresentava, assim, como uma desesperada necessidade. Urgia perscrutarmos os horizontes, antesentir a procela, para traçarmos os rumos certos que nos defendessem da intempérie. Mister se fazia a adoção de medidas radicais, tendentes a corrigir os roteiros da nossa economia, e abrir-lhe as fronteiras de novas atividades, de modo a afastar os perigos da monocultura e robustecer outras fontes de produção. Daí o "Plano de Valorização Econômica", instituído pelo atual Governo com a vossa unânime e preciosa colaboração. Seria, certamente, menos difícil e mais cômodo, atêrmo-nos às diretrizes comuns, sem nos afastarmos "das normas calmas e singelas de administração", procurando equacionar os problemas presentes, sem olhar o futuro. E teríamos assim aberta a possibilidade de cumprirmos o nosso período governamental, povoando-o de realizações imediatas e de atividades efêmeras. Não influiríamos, porém, sôbre os fatores econômicos do estado, que permaneceriam estáveis e indefesos, à mercê das contingências externas. Nem, tampouco, de nossa atuação no Governo, poderia o Estado colher qualquer reflexo benéfico para os seus destinos históricos. Preferimos, portanto, o caminho mais áspero, que, privando-nos embora da justa recompensa de assistir à conclusão total das obras, nos limites do quadriênio, nos confere, contudo, as alegrias de haver, modestamente, contribuído para o bem estar e a tranquilidade das gerações futuras.

Um programa assim, talhado para repercutir vivamente na economia estadual, operando verdadeira metamorfose em sua fisionomia, não se improvisa em poucos anos, nem se concretiza de repente, como um passe de mágica. É uma tarefa de Hércules, que demanda pertinácia

e vagar. Mas as suas linhas mestras, apesar do curto período de execução, já surdem majestosas, em alguns pontos, como prenúncios de sua esplêndida realização.

PORTO DE VITÓRIA

É assim que, no item I do nosso planejamento, relativo às obras portuárias de Vitória, o ritmo acelerado de trabalho vence prazos prefixados e ultrapassa, em certos setores, as previsões mais favoráveis. A prova dessa assertiva se patenteia pela observação das áreas conquistadas ao mar, nos atêrros de Bento Ferreira e Capixaba. Na primeira já atingimos a 400.000 m² e na segunda a 45.000 m². Para confronto dêsses números, basta citar o cálculo feito dos atêrros efetuados, há tempos, na antiga área do Campinho e do atual Cais Comercial, no total de 255.000 m². O que importa em dizer que, em menos de dois anos, a nossa administração já conseguiu incorporar à Ilha de Vitória quase o dôbro da área conquistada em todos os períodos de sua história. A recuperação do material fluante acusou, igualmente, um grande avanço, e já agora podemos afirmar que só nos falta restaurar o Caixão Pneumático e o batelão B-8, para dar como concluídos os trabalhos previstos no Plano, nesse importante setor. As instalações da Capuaba para produtos petrolíferos já se encontram também, em sua primeira fase, quase concluídas, prevendo-se para breves meses o funcionamento da terminal oceânica contratada pela Texas (South America) Ltda., o que representará notável benefício para a nossa economia, em decorrência da prevista e imediata redução nos preços da gasolina, lubrificantes e combustíveis. Superiormente orientados pela empresa Engenharia Civil e Portuária S/A., que nos assiste tènicamente, dando-nos perfeita satisfação pela sua cooperação excelente, prosseguem, de modo animador, os trabalhos de dragagem e derrocamento do canal de acesso e do Cais de Saneamento da Capixaba. Em 1952 foram dragados 390.893 m³ de ma-

teriais diversos, e apesar de vários acidentes ocorridos com as dragas "Sand-Master" e "Rio Branco", é confortador verificar-se, pelo próprio testemunho da Praticagem, que não só a profundidade do canal, bacias e poços, está bastante melhorada, como a sinuosidade do canal, nos pontos mais difíceis, se encontra sensivelmente diminuída. As obras hidráulicas são, por sua natureza, demoradas. Não obstante, o Cais de Saneamento da Capixaba cresce a olhos vistos, estando em fase final o enrocamento de contenção do atêrro e já colocados 515 mts. de blocos de cimento ciclópico. A conclusão de toda a obra está prevista para o próximo semestre, pretendendo o Govêrno, antes disso, colocar à venda os lotes resultantes da conquista daquela extensa área, por sem dúvida, das mais valorizadas desta Capital. O armazém 4, embora com o estaqueamento pronto, não pôde, por motivos óbvios, ter iniciada a sua construção, mas o Frigorífico do Pôrto ficou totalmente concluído em 1952, sendo inaugurado em janeiro último, juntamente com a Usina de Laticínios, ambas as instalações julgadas pelos técnicos que nos visitam, das mais modernas do País.

Como resultado dos trabalhos de recuperação das áreas em mangais, foi pôsto à venda, em 1952, o primeiro grupo de 255 lotes para construção em Bento Ferreira. Êsses lotes que estão sendo vendidos mediante concorrência pública, alcançaram os preços de Cr\$ 115,00 e 124,00 por m², respectivamente, para os terrenos de esquina e centro das quadras, cotações evidentemente insignificantes para um novo bairro residencial que será, dentro em breve, dos mais disputados da Capital. De qualquer modo, porém, com essas primeiras vendas, iniciou o Govêrno a recuperação do capital invertido na obra, conforme fôra previsto no Plano. Sendo de 1.600.000 m² a área a conquistar, naquela orla litorânea, os serviços realizados já representam a sua quarta parte, em dezoito meses de atividade,

o que só por si revela e comprova a viabilidade do projeto, que parecia a muitos meros devaneios de visionário. Preparamo-nos agora para a concretização de um outro sonho de várias gerações: o início do cais acostável no continente, em frente à enseada do Paúl. É este o último item do plano de obras portuárias que nos falta atacar. Esperávamos que os entendimentos anteriores, mantidos com o Exmo. Sr. Presidente da República, nos propiciassem os recursos necessários ao financiamento da obra, pois a fórmula imaginada, de descapitalizar os valores invertidos pelo Estado na construção do nosso pôrto, nos parecia, como nos parece ainda, possuir o mais límpido cunho de justiça. Não tendo, entretanto, alcançado uma solução favorável, conseguimos incluir no Orçamento Federal d'este ano, a verba de Cr\$ 20.000.000 00 pela qual correrá parte das despesas do empreendimento. O projeto levantado pela competência técnica da Portuária S/A., já se encontra em mãos do ilustre Diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais, o insigne patricio Dr. Hildebrando de Araújo Goes, com quem aprazamos a breve assinatura do contrato.

Prevê o projeto a construção inicial de 420 metros de cais acostável que virão melhorar consideravelmente as condições do nosso pôrto, aparelhando-o para cumprir o seu glorioso destino de magnífico e natural estuário das exuberantes riquezas minerais e siderúrgicas d'este e do vizinho Estado de Minas Gerais.

Em nossa última Mensagem, após assinalarmos os pontos capitais do novo Plano Estadual de Eletrificação, levantado graças aos preciosos subsídios resultantes dos estudos da A. E. G., anunciávamos, com estas palavras, a esperança de iniciar em breve, o grandioso empreendimento: "se a conjuntura econômica permanecer estável e fatores estranhos não interferirem em nosso plano, conta-

mos dar imediato andamento às obras do 1.º estágio, com a construção da Usina de Rio Bonito, de 24.000 H. P."

Encerrada a concorrência pública, a que compareceram seis importantes firmas, procedeu a Comissão de técnicos, especialmente constituída para tal fim, ao estudo pormenorizado das propostas. Durante dois meses, dado o volume das especificações e a complexidade da matéria, desempenhou a Comissão o seu importante papel, com audiência completa das partes interessadas. O laudo final apresentado foi, em seguida, pacientemente estudado, em sucessivas reuniões do Secretariado, que analisou o problema sob os seus diversos ângulos, pesando cuidadosamente a sua responsabilidade e concluindo por adjudicar o contrato às firmas Construtora Nacional e A. E. G. (Companhia Sul-Americana de Eletricidade), vencedoras da concorrência. E a 14 de junho de 1952, no Salão nobre de Palácio, lavrava-se a escritura para a construção da notável obra. O prazo para a sua conclusão foi fixado em 32 meses e o custo orçado em Cr\$ 89.736.952,00 para as obras civis, a cargo da Construtora Nacional, e Cr\$ 34.010.000,00 para as instalações elétricas, a serem fornecidas da Alemanha, pela A. E. G. Sete meses decorridos do início dos trabalhos, já constitui uma revelação, para quem quer que demande aquelas plagas, o progresso acentuado das obras, encastoadas no cenário magnífico do formoso vale de Santa Maria, como se já ali se erguessem, numa antevisão maravilhosa, as potentes turbinas que hão de comandar, no futuro, a libertação econômica do Espírito Santo. O planejamento dos serviços e as obras já realizadas revelam, sem dúvida, a experiência e alto sentido de especialização técnica dos engenheiros da Construtora Nacional, em quem confiamos sinceramente para a perfeita execução da tarefa. De nossa parte, e com enormes sacrifícios, temos cumprido religiosamente as condições contratuais, mantendo em dia os pagamentos requeridos. Até

esta data, dispendemos nesta obra a soma de Cr\$ 16.126.946,50, ou sejam cêrca de 14% do seu custo global. Pronta, representará um aumento de, aproximadamente, 240% sôbre o potencial elétrico instalado, no Espírito Santo. Meditai nesse algarismo, porque o Conselho Nacional de Economia, em recente publicação, lançou ao País esta severa advertência: "A escassez de energia elétrica, resultante de um aumento de procura a que não corresponde o crescimento da produção, é hoje um fato de tal modo perturbador da vida nacional que se aproxima de uma verdadeira calamidade pública". E vereis então, que, para orgulho nosso, o Espírito Santo sôzinho, humilde e desamparado, enfrenta, com as suas próprias fôrças, um problema de salvação nacional.

Mas não ficará sômente aí, mercê de Deus, a expansão do nosso potencial elétrico. Parece assegurado, em face das solenes promessas do eminente patricio Dr. Camilo de Menezes, Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o breve início dos trabalhos preliminares para a construção da barragem da Usina Suissa, que operará com 70.800 H. P. — Se tal acontecer, cêrca de 70% do Plano Estadual de Eletrificação, que comporta 138.000 H. P., estarão realizados, e nada então poderá impedir a marcha triunfal do Espírito Santo rumo aos seus nobres e gloriosos destinos.

Também neste setor, grande foi o esforço desenvolvido para cumprir, rigorosamente, as etapas do programa pré-fixado. Como é de vosso conhecimento, comporta o "Plano de Valorização", no capítulo rodoviário, a construção de um sistema de ligação perfeita, entre o norte e o sul do Estado, através do pôrto de Vitória, estuário natural da nossa produção. Imprimiu-se em 1952, um ritmo mais acelerado na construção dêsses trechos, logrando obter um rendimento cêrca de três vêzes maior do que no ano

PLANO
RODOVIA
RIO

anterior. Assim, na Vitória-Colatina foram construídos 32.370 km., e na Cachoeiro-Alegre 11.815, contra 11.200 km. e 3.130 km. respectivamente, em 1951. A simples apresentação dêsses números confirma a previsão de se completar inteiramente o programa, dentro do quinquênio estabelecido no Plano. No que respeita à pavimentação dos trechos Vitória-Safrá-Cachoeiro, a dificuldade maior residuiu na obtenção de asfalto importado, que só no fim do ano logramos alcançar. Mas, nesse intervalo, procedeu-se ao alargamento, retificação e drenagem de um trecho de 10 km, além de pormenorizados estudos sôbre o sistema de pavimentação a empregar, considerando as nossas condições de tráfego. Graças à preciosa orientação de técnicos americanos, optou-se pelo chamado sistema do "tratamento superficial" que, pela modicidade do seu custo, será, certamente, no futuro, o revestimento ideal para as estradas do Brasil. Estamos, assim, em nosso Estado, fazendo, obra de pioneirismo, nessa matéria, e com as 3.000 toneladas de asfalto recebidas, imprimiremos, seguramente, no ano corrente, notável impulso a êsses trabalhos.

A enumeração dêsses serviços já seria vultosa, em confronto com os anos anteriores, mas a ação do D. E. R. não se limitou à execução da parte que lhe está afeta no "Plano de Valorização Econômica". Além de manter e conservar, em perfeitas condições de tráfego, a extensa rede rodoviária estadual, de projetar, estudar e locar 150 km. de novas estradas, construiu, nas zonas norte, central e sul, 107,528 km. contra 61,603 km. em 1951. E concluiu as seguintes pontes: Conceição, Jaboti, Rio Grande, Guarapari, Benevente, Prata, Farinhos, além de outras em construção, no total de 1 km e 400 metros, quando, em 1951, apenas se construíram 314 mts.

Podemos, pois, afirmar que já existe, no Espírito Santo, uma consciência rodoviária formada.

Estamos mesmo, com os nossos 10.000 km de estradas, situados em posição de destaque no panorama nacional, onde, pela recente publicação do D. N. E. R., ocupamos o sétimo lugar, em que pese às reduzidas dimensões do nosso território, e a sua topografia difícil e acidentada. Muito há, entretanto, ainda que fazer na constituição de novas malhas da nossa rede rodoviária, sobretudo no norte do Estado, onde o espírito desbravador da nossa gente, vencendo a selva e subjugando as distâncias, prepara os alicerces de uma nova civilização.

Com a criação do "Fundo Rodoviário" que esclarecidamente votastes, na Sessão Legislativa passada, estaremos, neste ano, melhor aparelhados financeiramente para maiores e mais altos empreendimentos no importante setor rodoviário do Estado.

O êxito de um Plano, no conceito de Henry Churchill, está subordinado à sua direção e filosofia. A finalidade básica do planejamento por nós instituído no Governo, suas diretrizes e seus destinos convergem para a transformação econômica do Estado através do novo ímpeto de sua industrialização. Nem por isso, entretanto, poderíamos deixar de conferir ao setor agrícola, em um Estado cuja população, em sua grande maioria, se localiza nos campos, um alto sentido de prioridade, nos lineamentos gerais do programa administrativo.

Até 1951 não tínhamos, por assim dizer, um órgão especializado estadual para zelar pelo fomento da produção agrícola. Em consequência de acordos firmados com o Ministério da Agricultura, os problemas da produção vegetal eram administrados pelos agrônomos do Serviço Federal e, se bem que dirigidos com alta competência técnica, escapavam todavia à orientação político-econômica do Governo Estadual. Sendo a produção vegetal exatamente a base da economia espírito-santense, tornou-se inevitável a

decisão de só renovarmos os acordos de fomento, se a sua execução se incluísse no âmbito das atribuições da Secretaria de Agricultura. Aceita esta decisão pela clarividência do ilustre Ministro João Cleophas, em maio de 1952 eram firmados os quatro acordos de Fomento da Produção Vegetal, Defesa Sanitária Vegetal, Fomento da Produção Animal e Defesa Sanitária Animal.

Munida de maiores recursos financeiros e conquistada assim inteira liberdade de ação, pôde a nova Secretaria, sob a inspiração de seu competente e operoso titular, imprimir maior ênfase aos seus trabalhos e expandir as suas iniciativas a todos os quadrantes do Estado. Foram criadas 17 Regiões Agrícolas, sob a chefia de Agrônomos Regionais que, como elementos chaves do fomento, convivem com o agricultor no seu campo de trabalho ou ficam sediados ao seu alcance, aptos a influírem decisivamente na evolução dos nossos métodos de exploração agrícola. Ao mesmo tempo, testemunhando os rumos certos e definitivos dessa salutar política de aproximação dos agricultores, demos início à construção de edifícios próprios e instalações típicas denominadas "Casas do Lavrador", das quais já se encontra praticamente concluída a de Baixo Guandu, e em fase de adiantada construção as de Barra de São Francisco, Sauaçu e Linhares.

No corrente exercício, muitas outras "Casas" serão construídas, disseminando-as pelas várias Regiões Agrícolas do Estado, de molde a completarem o sistema de amparo e assistência ao lavrador, herói anônimo e silencioso da prosperidade econômica atual do Espírito Santo. Assim trabalhando, metódica e intensamente, com verbas mais vultosas aplicadas em auxílio aos homens do campo, nutrimos as mais fundas esperanças de poder, ao deixar o Governo, passar ao sucessor uma Secretaria de Agricultura perfeitamente aparelhada e capaz de, pela sua eficiência e alto desenvolvimento técnico, preencher exemplar-

mente as suas nobres finalidades, na gloriosa missão de bem servir à Lavoura de nossa terra.

Senhores Deputados:

Em face dêste singelo relato, creio ter deixado bem nítida, em vosso espírito, a certeza de que o "Plano de Valorização Econômica" do nosso Estado não é um simples devaneio romântico, nem se assemelha a um organismo estático, mas, ao contrário, é realidade palpável e representa um instrumento dinâmico, em marcha vertiginosa para o supremo ideal de prosperidade e grandeza do Espírito Santo.

OBRAS PÚBLICAS

Enorme foi o contingente de trabalho operado, em 1952, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas. Entre-gue à dedicação e devotamento de ilustre engenheiro, e servida por uma equipe de técnicos capazes e entusiastas, esta Secretaria se multiplica em atividades construtivas por todos os setores do Estado. Em rápida síntese, para dar idéia da variedade de sua atuação multiforme, passamos a referir algumas de suas construções concluídas:

Grupo Escolar de Aribiri	858.425,80
Grupo Escolar de Caratoira	1.631.594,10
Parque Infantil da Praia Comprida	1.599.335,20
Escola da Glória — reforma	128.685,90
Grupo Escolar de Colatina	203.274,90
Grupo Escolar de Linhares	791.698,00
Grupo Escolar de Córrego d'Água	351.304,00
Grupo Escolar de Timbuí	937.052,50
Cadeia e Delegacia de Guarapari	227.994,00
Cadeia e Delegacia de Conceição da Barra	379.399,00

Cadeia e Delegacia de S. Mateus	220.629,10
Cadeia de Jabaeté	100.000,00
Forum de São Mateus	703.465,00
Forum de Conceição da Barra	753.572,50
Pôsto de Saúde de Jabaeté	350.000,00
Pôsto de Saúde de Domingos Martins	350.000,00
Pôsto de Saúde de Itaguaçu	350.000,00
Pôsto de Saúde de Santa Leopoldina	350.000,00
Pôsto de Saúde de Sauaçu	350.000,00
Concha Acústica do Moscoso	675.545,90
Frigorífico e Laticínios de Vitória	15.000.000,00
Praça na Cidade de Guarapari	407.000,00
Quartel de Polícia Maruípe — reforma	750.000,00

Além das seguintes Escolas Rurais: Águia Branca, Barra de Jucu, Destacadinho, Irundi, Viana, Laginha, Limoeiro, Alto Jatiboca, Coaca, São Rafael, Bananal, Suissa, Holanda, Estrela, Fazenda do Centro, Rio Calçado, Córrego de Linhares, Arirituba e Fruteiras.

Em franco andamento, prosseguem as obras de construção dos seguintes edifícios: Parque Infantil do Moscoso, Pôsto de Saúde de Barracão de Petrópolis, Grupo Escolar de Sauaçu, Colégio Estadual do Espírito Santo, Grupo Escolar de Gurigica, Grupo Escolar de Santo Antônio, Cadeia e Delegacia de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, Escola de Pesca em Aracruz, Hospital de Baixo Guandu, Forum da mesma Cidade, Escola Politécnica de Vitória, Grupo Escolar do Garrido, etc. Assim como as obras, em cooperação com o Governo Federal, representadas pelo Hospital de Psicopatas de Sant'Ana e Ginásio de Afonso Cláudio.

Constitui também um título de legítima ufania do atual Governo o perfeito sincronismo que existe entre as suas realizações presentes e as diretrizes enunciadas pelo candidato recém-eleito, em seu discurso de posse. Fizemos, realmente, da Educação, tema predileto e constante das preocupações do nosso espírito, fieis àquele alto pensamento do Prof. Isaac Kandel segundo o qual: "a democracia tem, por muito tempo, dormido, esquecida de que o preço da liberdade é o eterno culto da educação".

Efetivamente, e como há meses tivemos oportunidade de ressaltar, operou-se no Estado, em menos de dois anos, uma verdadeira transfiguração educacional. Refundiram-se as atividades pré-escolares imprimindo-se-lhes um sentido de socialização e assistência médica mais conidentes com os modernos conceitos de educação, expressos pelo primado dos ideais de saúde, beleza, bondade e sabedoria. Construíram-se, dentro desse critério, novos Parques e Recantos Infantis, nesta Capital e interior do Estado. Mediante uma legislação oportuna, que é hoje exemplo para o Brasil, outorgou-se ao magistério primário uma legítima carta de alforria, libertando-o das algemas de interferências políticas, e conferindo-lhe prerrogativas de inamovibilidade, antes somente reconhecidas aos magistrados. Inauguraram-se, por toda a parte, inúmeras Escolas e Grupos Escolares, lançados em linhas arquitetônicas modernas.

No setor do ensino secundário, passaram para a órbita estadual dois ginásios do interior, outros foram instalados em municípios distantes, e se deu afinal início à construção da sede definitiva do Colégio Estadual do Espírito Santo que, por tantos anos, andou de léu em léu, sofrendo a humilhação de sucessivas expoliações.

Mas foi sobretudo no ensino superior que melhor se retrataram as tendências e propósitos do Governo em acudir aos anseios culturais da mocidade espírito-santense.

Federalizada a Faculdade de Direito, e condignamente instalada, em prédio próprio, a Faculdade de Odontologia, criaram-se e foram inauguradas a Escola de Belas Artes e a Escola Politécnica, estando ainda o Governo legalmente autorizado a promover o breve funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Escola de Enfermagem e do Conservatório de Música. Caminhamos, assim, celeremene, para a cristalização do belo sonho que parecia irrealizável, de atingir, em breve, o nosso Estado as culminâncias esplêndidas do ensino superior com a suprema criação de sua Universidade. Para tal já nos aprestamos, com o início das obras de construção da Escola Politécnica e dos trabalhos preliminares de levantamento do grande Hospital de Clínicas, para a execução do projeto que prevê a localização, em Maruípe, da nossa futura Cidade Universitária.

No sucinto, mas expressivo Relatório que acompanha esta Mensagem, encontrareis, Senhores Deputados, todos os elementos e detalhes da opulenta obra de renovação educacional que se opera, em nosso Estado, graças, sobretudo, aos preciosos adminículos e às sábias diretrizes do insigne titular da Pasta, trazido, em boa hora, de uma cátedra da Universidade de São Paulo para retrazar os destinos da Educação, em nosso Estado.

Sob a égide da Lei n.º 549, de 7 de dezembro de 1951, cuja existência, é, a um tempo, testemunho e demonstração das vantagens públicas do bom entendimento e colaboração entre os poderes Legislativo e Executivo, o organismo educacional do Estado se tonificou, crescendo o número de suas unidades escolares, ampliando seu raio de ação, aprimorando-se em eficácia e, como consequência, estendendo seus benefícios à parcela cada vez maior da população. Atentai para estes números: Enquanto em 1951, funcionaram no Estado 2.053 unidades escolares de ensino primário ou fundamental, em 1952, alcançamos o total de

2.163. Ao passo que, no primeiro, era apenas de 130 o número de professoras normalistas que exerciam o magistério em escolas singulares rurais, êsse número se elevou à 331, no ano findo.

E fato mais expressivo e alvissareiro ainda, vamos encontrar no confronto percentual entre leigos admitidos como "docentes de emergência" e normalistas existentes nos quadros do magistério público estadual.

A percentagem de leigos, que era de 53 %, em 1951, baixou para 40 % no último ano, o que vem comprovar a reconquista de uma posição perdida, há muitos anos, da primazia das normalistas no professorado primário do Estado.

No entanto, como bem acentua o titular da Pasta, o que foi até agora alcançado, em matéria de Educação no Estado, não representa tudo o que o Governo pretende realizar. "É o começo e, auspicioso embora, apenas se sedimenta e consolida. Muito esforço deverá ser feito ainda no sentido de ampliar e renovar todos os setores dos negócios de Educação e Cultura, e revistos, à luz de novos levantamentos, os resultados da tarefa cumprida, coroar-se a empresa com a elaboração de um Código da Educação, em que se reunirá tudo quanto a experiência tiver demonstrado corresponder, efetiva e funcionalmente, à realidade espírito-santense e às suas generosas esperanças e aspirações".

Em nosso discurso plataforma proferido ante esta egrégia Assembléia, na Sessão de Compromisso realizada em 31 de janeiro de 1951, acentuamos, no particular da Saúde e Assistência Social, nossos decididos propósitos de criar novas unidades, melhorando as antigas, ampliar a rede hospitalar em torno do grande Hospital de Clínicas a situar-se em Vitória, e impulsionar, com energia, os serviços de abastecimento d'água de nossas cidades. A reali-

zação dêsse programa de largas perspectivas, vai, também, se processando de forma intensa e rápida.

Assim é que, mais bem instalados e colocados em funcionamento regular, dentro de novas bases, os Postos de Saúde de Iconha, Guaçuí, Muniz Freire, Castelo, Itapemirim, Muqui, Conceição da Barra e São José do Calçado, nos foi possível, êste ano, adquirir da L. B. A. e enquadrar em nosso esquema, o Posto de Saúde de Alfredo Chaves, além de preparar, em curso intensivo, o respectivo pessoal técnico, concluir a edificação dos postos de Iúna, Santa Leopoldina, Itaguaçu, Domingos Martins, Jabatê e Sauaçu, e iniciar, ainda, a construção das Unidades de Santa Tereza e São Francisco. Tivemos também a satisfação de concluir, instalar e inaugurar o Posto de Higiene de 1.ª classe de Mimoso do Sul, completando assim inteiramente a rede de unidades-sedes dos nossos 7 distritos sanitários.

Através de acôrdo firmado com o Serviço Especial de Saúde Pública, em bases bem mais amplas que as anteriores, logramos fazer funcionar o sub-pôsto de Linhares e concluir a edificação do Posto de Higiene de Baixo Guanandu. E a fim de melhor e mais de perto atender as prementes necessidades da população pobre dos subúrbios e imediata cercania de nossa Capital, inauguramos e pusemos em funcionamento regular, as unidades auxiliares de Maruípe, Suá, Ilha das Flores e Jardim América. O que neste setor vem notavelmente realizando o D. E. S., com sua brilhante e dedicada equipe de técnicos, nos leva a confiar inteiramente em que superaremos, de muito, as proposições iniciais de nossa Plataforma.

Através dessas unidades, que, de ano a ano, se ampliam e completam, foi possível multiplicar a distribuição à coletividade de benefícios que já atingiram ao espantoso número de 830.233, entre consultas acumuladas, vacinações e visitas domiciliares, o que apontaria a média ex-

traordinária de quase um benefício para cada habitante do Estado.

Em face de uma atividade assim, tão intensiva e proficiente, impõe-se a conclusão insofismável de que deve o Espírito Santo ao seu incomparável Departamento de Saúde a progressiva melhoria de todos os índices sanitários, que as tabelas e os gráficos anexos ao relatório do operoso e devotado Diretor daquele Departamento, tão bem acentuam.

No setor de Engenharia Sanitária, foram inaugurados os serviços d'água de Timbuí e Alegre, concluindo-se inteiramente as obras de serviços idênticos em Itaguaçu, Nova Almeida e Baixo Guandu, êste último em cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública, além do início dos serviços de Irupí, no município de Iúna, e Marilândia, no município de Colatina. Por outro lado foram concluídos os levantamentos, estudos e projetos de abastecimento d'água de Mantenópolis, Riacho, Barra do Riacho, Santiago, Imbuí e de ampliação dos serviços de Muqui.

Adquirido em 1951 o Hospital de Guaçuí e transformado em casa de Misericórdia, deu-se início, êste ano, e praticamente se concluiu, ao Hospital de Baixo Guandu; ampliou-se, em cooperação com o SESP, o Hospital-Maternidade de Colatina; adquiriu-se toda a instalação para o Hospital-Maternidade de São Mateus; inaugurou-se o Hospital "Apóstolo Pedro", em Mimoso do Sul, em cooperação com entidades particulares e com a União; além de se dar começo à construção do Hospital de Itanhenga, com auxílio do Serviço Nacional de Lepre, e importar-se, da Alemanha, toda a aparelhagem do novo bloco cirúrgico da Clínica de Câncer do Estado. Como centro natural de todo êste amplo sistema hospitalar, que se difunde pelos mais variados recantos de nosso Estado, já nos encontramos de posse de todo o ante-projeto definitivo do monumental Hospital de Clínicas de Vitória, cujo

orçamento total ultrapassará a casa dos 50 000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros). A fim de conseguirmos a base econômica necessária para empreendimento de tal vulto, assinamos com o Dr. Arizio de Viana, Administrador do plano Salte, e com a Santa Casa de Misericórdia de Vitória, convênios especiais, que congregando esforços e economias esparsas, nos permitirão enfrentar, com segurança, esta obra notável, cuja concorrência inicial para toda a super estrutura de cimento armado, será aberta em maio vindouro.

Acredito, sinceramente, que também neste importante setor do bem estar social do povo, tão interligado ao problema de Saúde, as iniciativas do Govêrno confirmaram, inteiramente, as promessas contidas em sua Plataforma de 1951. Ouvindo, semanalmente, por horas a fio, os reclamos e aflições das classes desfavorecidas da fortuna, sei perfeitamente que impossível se torna ao Govêrno conseguir eliminar o doloroso pauperismo das massas. Quando muito poderemos, por uma questão de solidariedade humana, reduzi-lo e minorá-lo. É o que estamos tentando fazer mediante, principalmente, os Serviços de Assistência Social do Departamento de Saúde, os constantes auxílios à benemérita obra da Legião Brasileira de Assistência e às auspiciosas atividades do Instituto de Bem Estar Social Espírito-Santense (IBES).

POLÍTICA
DE BEM ES-
TAR SOCIAL

Criado êsse Instituto em 22 de fevereiro do ano findo, e superiormente orientado pelo seu dedicado e operoso Presidente, vem êle cumprindo perfeitamente as suas elevadas e nobres finalidades. O Núcleo da construção das primeiras 200 casas populares, como parte das 886 planejadas é o comprovante fiel dessa asserção. E nutrimos as melhores esperanças, mercê do interêsse despertado pelo conjunto em outras instituições de previdência social, de

INSTITUTO
DE BEM ES-
TAR SOCIAL
ESPIRITO-
SANTENSE

vê-lo completamente construído, até o fim do nosso Governo.

INSTITUTO
DE PREVI-
DÊNCIA E
ASSISTÊN-
CIA JERÔ-
NIMO MON-
TEIRO

Ao dedicado e operoso funcionalismo público estadual, que tem sido, realmente, a mola propulsora, silenciosa e anônima deste período construtivo da nossa história, não tem faltado, e não faltará, a solícita assistência de nossa Administração. A Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro, que, por tantos anos, servira de lenitivo às suas dificuldades financeiras, sofreu radical transformação, ao ser substituída pelo florescente "Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro". Entregue aos cuidados de zeloso e dinâmico funcionário, suas atividades ultrapassam tôdas as expectativas, crescendo, cada vez mais, o seu conceito na esclarecida consciência dos servidores públicos estaduais. Além de outras atividades, que lhe são próprias, o Instituto construirá, êste ano, 165 residências para o funcionalismo, e financiará mais 100, atingindo, assim, em apenas um ano, mais de 70% do total de casas construídas ou financiadas pela antiga entidade, em todos os anos de sua existência.

Cremos que êste simples confronto bastará para justificar a esplêndida destinação do novel e promissor Instituto.

FINANÇAS
DO ESTADO

A rigorosa estiagem de 1951, aliada ao flagelo da broca, que, nesse ano, assolou de modo impiedoso as nossas lavouras de café, teria, fatalmente, de se refletir nas finanças do Estado, sofrendo-lhe o ímpeto de sua ascensão exuberante. E foi prevendo a superveniência dessa eventualidade que o Governo, cautelosamente, estimou a Receita Ordinária para 1952, em apenas Cr\$ 312 809.000,00. Arrecadamos, no entanto, sob êsse título, a parcela global de Cr\$ 346 101.165,40, ultrapassando, assim, a soma prevista, em Cr\$ 33 292.165,40.

O mesmo, porém, não aconteceu, em relação à Receita Extraordinária. Estimada em Cr\$ 104 223.000,00, apenas produziu, no exercício financeiro, Cr\$ 17 708.435,80, apresentando, dêsse modo, a diferença de Cr\$ 86.514.564,20.

Duas circunstâncias, como é do domínio público, concorreram grandemente para êsse resultado negativo: o atraso com que nos foram entregues as apólices de "Valorização Econômica" pela empresa gráfica incumbida de sua impressão e a morosidade nas vendas dos lotes resultantes da área conquistada aos mangais de Bento Ferreira. Por uma ou outra não é, nem pode ser responsável o Governo do Estado. Acreditamos sinceramente que, se os títulos nos tivessem sido remetidos, com antecedência, na força da safra, outros seriam os resultados de sua colocação no mercado. Assim como é certo que se os terrenos fôssem vendidos à vista e fora do Estado, mais expressiva teria sido a contribuição do valor de suas vendas, no orçamento findo. Preferimos, no entanto, mesmo correndo o risco de não atingir a estimativa orçamentária, colocar êsses terrenos a prazo, oferecendo, ao mesmo tempo, aos espírito-santenses a prioridade nas aquisições dos primeiros lotes.

De qualquer forma, resulta evidente a inanidade de todo o gigantesco esforço do Governo se lhe falece a oportuna e generosa colaboração do povo.

A tarefa que temos em mente realizar diz respeito à própria destinação histórica do nosso Estado. Pertence, porisso, mais à coletividade do que ao eventual mandatário de sua confiança. Cumprí-la, para nós é um penoso privilégio, mas, para o povo capixaba, é, deve ser, sobretudo, um irrecusável imperativo de sua consciência cívica.

Somadas as parcelas da Receita Ordinária e Extraordinária, a arrecadação total do Estado, ao término do

EXECUÇÃO
ORÇAMEN-
TARIA

exercício findo, atingiu a Cr\$ 363.809.601,20, a maior de nossa história, excedendo de Cr\$ 20.568.615,20 a do ano anterior. Acrescida dos encargos do "Plano de Valorização", a Despesa realizada foi, porém, de Cr\$ 451.480.151,40, de onde resulta um Deficit de Cr\$ 87.670.550,20.

Não devemos, entretanto, assustar-nos com êsse resultado. O equilíbrio orçamentário, que era um dogma dos teóricos de economia do século passado, é, hoje, noção inteiramente superada.

"Constitui um êrro arcaico — ensina o professor Jacob Viner — o conceito de que o Govêrno deve equilibrar cada ano seu orçamento, quaisquer que sejam as circunstâncias". Realmente, se não fôra assim, São Paulo, o Estado líder da Federação, dificilmente poderia resistir ao impacto de seus sucessivos e constantes deficits.

Grande número de modernos financistas reconhecem que o saldo positivo ou negativo de um orçamento nada em si representa, além do seu efeito psicológico, pois o que importa são os seus reflexos sôbre a economia geral. E defendem a teoria de que o orçamento deve ser, sobretudo, um instrumento propulsor da economia, pois mais vale "um orçamento desequilibrado em uma economia florescente, que um orçamento equilibrado em uma economia estacionária".

De qualquer modo, porém, em nosso caso, o deficit que o Govêrno lealmente confessa, pelo culto que consagra à verdade, está perfeitamente contrabalançado pelos valores que mantém em carteira, sob a forma de apólices não vendidas e pelos terrenos conquistados ao mar, que enriqueceram o seu patrimônio.

As primeiras, fora da circulação, poupam juros ao Erário, os últimos, cada dia que passa, recrescem de valor, compensando fartamente, com ágio, a postergação de suas vendas.

O deficit apurado no exercício último, representa, assim, em última análise, apenas uma receita em suspenso, cuja realização foi prorrogada por fôrça de circunstâncias aleatórias. Prevendo-o procuramos, em tempo oportuno, compensá-lo mediante uma operação de crédito, junto ao Banco do Brasil. Tal proposta, além de se justificar plenamente, como legítimo empréstimo de antecipação da Receita, se revestia ainda de todos os característicos de austeridade, por partir de um Estado que, concorrendo intensivamente para o País, com os vultosos saldos — ouro de sua exportação, jamais, em tempo algum, se constituiu em sobrecarga inútil para o Tesouro Nacional.

As solenes promessas que nos foram feitas, na Capital da República, quando de nossa última viagem, não se concretizaram ainda, até hoje.

O Espírito Santo, porém, fiel às suas tradições, sabe esperar: "Trabalha e Confia".

O que não aprendeu, contudo, e jamais aprenderá, em sua cruciante experiência de Estado esquecido e sôzinho, é a curvar-se servilmente e mendigar favores. A safra de café, que se aproxima, na abundância das colheitas do ouro-verde — fruto precioso de nosso próprio labor — é um prenúncio de esperanças em dias mais fartos e felizes.

Senhores Deputados:

Outros informes sôbre a nossa situação financeira, encontrareis, anexos a esta Mensagem, no modelar relatório com que o ilustre e competente titular da Pasta, dentro das características de sobriedade e lisura que lhe são próprias, marca e comprova a sua inestimável cooperação.

Ainda uma vez se confirmaram, em nosso território, as premissas de que é o espírito-santense, por índole e formação, avêssimo inteiramente ao fermento da desordem e às exaltações da violência. Daí porque, conforme vereis pelo Relatório do ilustrado e digno Secretário do Interior e Justiça, nenhum aspecto de maior gravidade é mencionado no que tange à ordem e tranquilidade públicas.

O fato de maior repercussão a assinalar, durante o decorrer de todo o exercício findo, que foi o grande desastre de Caratoíra, nasceu de uma circunstância fortuíta, pela explosão casual de duas toneladas de dinamite, armazenadas, provisoriamente, nos depósitos do D. E. R., em pleno coração daquele bairro proletário. Mesmo aí, entretanto, e apesar da extensão da catástrofe, o espírito de solidariedade cristã da nossa gente, aliado às diligências do Governo, souberam lenir as primeiras aflições e dôres, e poucos estigmas sobrevivem hoje, apenas alguns meses decorridos, do trágico espetáculo de 11 de outubro. Muito ao contrário, são visíveis, no bairro, os sentimentos de alegria de sua população pelos reparos e melhorias que o Governo operou em seus humildes e danificados lares, socorrendo-a em sua desdita e assistindo-a em seu infortúnio.

No ano em relato, a Secretaria do Interior e Justiça, por seu Gabinete, dirigiu todos os serviços que lhe estão diretamente afetos e supervisionou os das repartições subordinadas, tendo sido os trabalhos mantidos em perfeita ordem e em dia, com acentuadas melhoras em todos os setores, conforme se comprova do minucioso relatório do seu ilustre e operoso Secretário.

Os entendimentos com o Poder Judiciário transcorreram, como nos anos anteriores, no mais elevado e aprazível nível de harmonia e compreensividade, que bem caracteriza e dignifica os Poderes Públicos, e que tem sido

resguardado como um dos apanágios por que se desvela e mais preza o Governo atual.

Várias reformas foram estudadas, e algumas já elaboradas, pelo Gabinete do Secretário, salientando-se entre elas a da Polícia Civil, a do Serviço Jurídico do Estado, e a de uma instituição ampla e aperfeiçoada para o amparo dos menores desvalidos e transviados, sendo que esta última, somente no ano em curso, poderá ser ultimada.

Durante o ano de 1952, foi quase nulo o andamento do processo da questão de limites movida pelo Estado de Minas Gerais contra o Espírito Santo. Oferecido o laudo pericial ainda em 1951, tivemos oportunidade de fazer um pedido de esclarecimentos sobre o mesmo. Igual procedimento teve o Estado-autor. Até o presente momento o ilustre perito desempatador, Dr. Henrique Dietrich, ainda não pôde prestar os esclarecimentos solicitados.

LIMITES
ESTADUAIS

Com o objetivo de corrigir grave senão do Decreto-lei n.º 15.177, que fixou o quadro territorial do Estado, e dirimir dúvidas ultimamente surgidas no tocante à jurisdição espírito-santense sobre as Ilhas da Trindade e Martin Vaz, submetemos, recentemente, à esclarecida consideração desta egrégia Assembléia, ante-projeto de lei incorporando-as ao Município de Vitória. A matéria é de relevante importância, não tanto pela valia atual daquelas ilhas oceânicas, mas em face das perspectivas de seu alto interesse futuro, como decorrência lógica e natural de sua posição estratégica para a defesa continental. Seria, aliás, de toda a conveniência, a instalação ali de uma base pesqueira, com o objetivo de explorar a riqueza de suas águas e também para firmar, em definitivo, a jurisdição brasileira da Ilha da Trindade, objeto, em outras épocas, da cubiça de nações imperialistas.

ILHAS
OCEÂNICAS

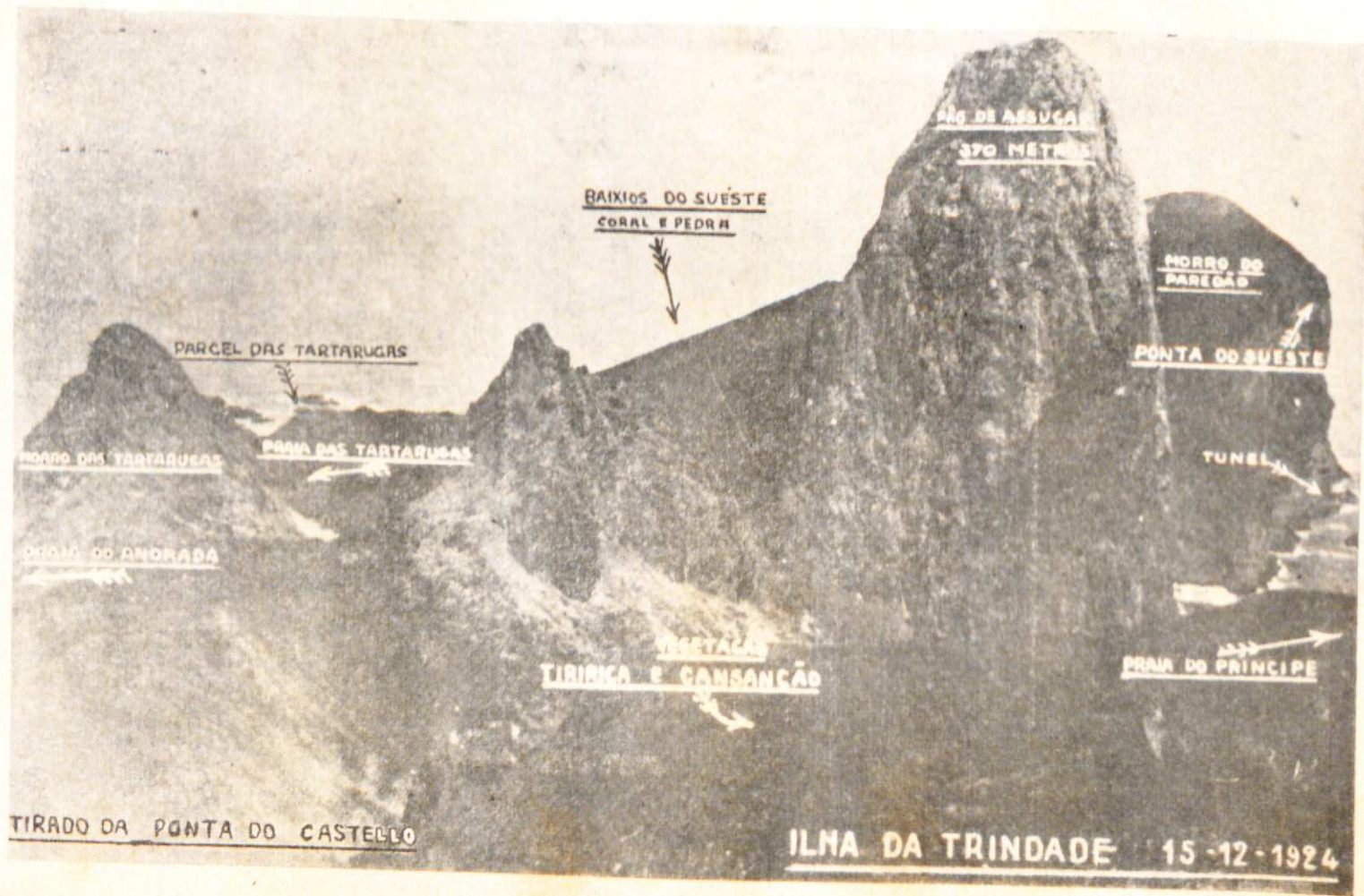
GOVÊRNO
DO ESTADO

Evidentemente o ritmo de intenso trabalho que se opera em todos os setôres da atual administração teria de se refletir, igualmente, na Secretaria do Govêrno, centro convergente e silencioso de tôdas as atividades estaduais. Servida por funcionários de escol e sob a direção hábil e esclarecida de seu Chefe interino, vem esta Secretaria do Estado se desobrigando, com eficiência e zêlo, das variadas e complexas tarefas a seu cargo, estendendo, às vêzes, pela madrugada o seu estafante labor. No corpo desta Mensagem, encontrareis, Senhores Deputados, minucioso relato do enorme esforço dispendido pelos órgãos supervisionados pela Secretaria, especialmente no que tange às atividades do Departamento Estadual de Saúde e do Departamento Estadual de Estatística, repartições essas que constituem legítimo orgulho da administração capixaba. Também o Serviço Jurídico, mercê da dedicação e cultura de seus ilustres componentes, como a Rádio Espírito Santo — precioso instrumento da divulgação cultural e artística de nossa terra — prestaram ao Estado assinalados serviços, neste período de govêrno, sendo, assim, dignos do nosso louvor e admiração.

O Ministério Público, Departamento do Serviço Público e Departamento das Municipalidades, diretamente subordinados ao Governador, conforme vos certificareis pela exposição de seus ilustres e competentes chefes, nos anexos desta Mensagem, foram igualmente preciosos colaboradores do nosso trabalho, sempre a êles presentes com os seus indispensáveis e valiosos adminículos.

OUTROS
ASSUNTOS
ECONÔMI-
MICOS

O Espírito Santo é um Estado singular na Federação. Muitas vêzes esquecido, e quase sempre ignorado, oferece, no entanto, características impressionantes de crescimento e vitalidade que nos deveriam encher de orgulho, se nós próprios, com a nossa índole silenciosa e



TIRADO DA PONTA DO CASTELLO

ILHA DA TRINDADE 15-12-1924

modesta, não fôssemos os primeiros a desconhecer-las e a ocultá-las. Ao passo que outros Estados irmãos, em constantes apelos ao Erário Nacional, dêle recebem vultosos auxílios, raras vêzes o Espírito Santo é beneficiado com um empreendimento ou direta assistência Federal. Quase tudo o que aqui temos, ou construímos, é fruto exclusivo do nosso esforço. E somos, no entanto, o oitavo Estado da Federação pelo vulto da receita arrecadada. Mais do que isso, se levarmos em conta a nossa escassa população, de apenas 883.000 habitantes, em 1951, e confrontá-la com a Receita alcançada nesse ano, verificaremos que, com o índice "per capita" de 388,60, já ocupamos, afastado o Distrito Federal, o 4.º lugar entre os Estados da Federação, apenas cedendo passo a São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Estamos, porém, apenas em meio caminho da nossa jornada. Cresceremos ainda mais. Tão depressa entre em linha de produção o novo Espírito Santo, que, arrancado pelo nosso esforço e pelo espírito bandeirante da nossa gente das densas florestas lindeiras, está surgindo triunfalmente no norte do Estado. E tão logo venham repercutir sobre as nossas finanças os reflexos vitalizadores do Plano de Valorização Econômica em rápida execução.

Enquanto isto, não se descuida o atual Govêrno em abrir novas perspectivas para a expansão de nossa economia. Na hierarquização dêsses cometimentos, avulta, neste instante, o sonho de criar aqui uma grande indústria siderúrgica, aproveitando o minério de ferro de Itabira e o enorme potencial de manganês recentemente encontrado nas magníficas e ricas jazidas de Guaçuí. Outro setor, de grande relevância pelas excepcionais condições inerentes ao nosso Pôrto, já podemos ostentar, como iniciativa vitoriosa de nosso Govêrno, a promissora in-

dústria de Construção Naval. Disso é testemunho o relatório firmado por competente técnico da Comissão Mista Brasil — Estados Unidos, no qual são transmitidos ao Governo “cumprimentos pela iniciativa, que será de fundas repercussões econômicas não só para o Estado, como para o País”. Pelo que já realizamos nessa matéria, e pelas obras em andamento, entre as quais merece relêvo a construção de um Rebocador de alto-mar, de 104 barcos pesqueiros para o nordeste, de 1 flutuante de estrutura mista e outras embarcações, só podemos bendizer a boa inspiração que nos levou a contratar os Serviços do Cte. Eduardo Acosta Noriega e sua equipe de técnicos, com os votos ardentes para que consigam reviver, em águas do Espírito Santo, as gloriosas tradições náuticas da nobre e heróica pátria de Cervantes.

Outra iniciativa na qual depositamos as mais justificadas esperanças, diz respeito à geologia do nosso Estado. Sempre se considerou o Espírito Santo como região desprovida de maiores riquezas minerais, sem se levar em conta a sua posição geográfica de Estado limítrofe com Minas Gerais, — arcário das mais puras joias minerais do País — e da Bahia onde a natureza situou os nossos primeiros e promissôres veios de petróleo. Revel àquela idéia pessimista, há longo tempo que anseio pela oportunidade de mandar proceder ao levantamento geológico do Espírito Santo. Esse pensamento, que tentei pôr em prática na Interventoria Federal, só agora logrou ser realizado graças ao contrato feito com o emérito geólogo, Prof. Boris Brajinkow, cujos estudos e observações prosseguem de forma alvissareira. Já percorreu êle grande parte do Estado, recolhendo substancioso material que está sendo analisado no Laboratório da Produção Mineral, de Belo Horizonte. É sem dúvida cêdo para qualquer pronunciamento. De qualquer forma, porém, teremos em breve, e pela primeira vez no Estado, um mapa geológico cientifi-

camente organizado, que raríssimas unidades da Federação possuem. E estamos seguindo, assim, a sugestão recente do Conselho Nacional da Economia quando preconiza, como necessidade imperiosa, intensificarem-se, no Brasil, “as prospecções em busca de novas ou mais abundantes fontes de matérias primas minerais.”

SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda, repetindo agora os mesmos esforços do ano anterior, pôde fornecer um resumo, suficientemente circunstanciado, da situação financeira do Estado por ocasião do encerramento do último exercício.

Assim, temos a satisfação de apresentar a essa nobre Assembléia, em dados positivos, uma análise geral da execução orçamentária, de par com as considerações que julgamos necessário expender para bem situar a ação administrativa em cada um dos setores da atividade governamental.

A cotação do tipo 7/8, para o disponível na praça de Vitória, em média, durante o ano, atingiu praticamente, a mesma do ano próximo findo isto é, Cr\$ 154,21 por 10 kg., em 1952 e Cr\$ 154,88, em 1951.

As perspectivas para o café espírito-santense, em 1953/54 são excelentes porque, ao contrário do que se espera nos demais Estados brasileiros, relativamente à safra para 1953/54, que será igual ou menor do que a de 1952/53, no Espírito Santo aguardam os nossos produtores uma colheita superior ao dôbro. Se fôr mantido o preço atual, tudo faz prever um ano agrícola e comercial proveitoso para a economia cafeeira espírito-santense.

Exportamos, pelos portos de Rio e Vitória, 1 688 560 sacos, sendo 1 436 277 para o exterior do país.

O valor oficial dessa exportação atingiu a Cr\$ 1 809 525 703,30, destinando-se, em sacas, aos portos de:

África	118 097
América do Norte	224 669
América do Sul	189 180
Ásia	107 336
Europa	796 995
Cabotagem	252 283

A safra 1951/52 atingiu a 2 034 500 sacos. A de 1952/53, calculada apenas em 1 250 000 sacos, devido à longa estiagem que assolou o Estado no último trimestre de 1951, já fez entrar para os armazéns reguladores de Rio e Vitória, até o último dia do ano de 1952, 915 033 sacos e, segundo as informações recebidas do interior do Estado, ainda existiam cafés colhidos numa quantidade superior, aproximadamente, a 350 000 sacos da safra atual.

CAFE

De 912 379 sacos de café classificados pela Bolsa Oficial de Mercadorias, em 1952, para exportação pelo porto de Vitória, 57,76% atingiram o tipo 7 para melhor, enquanto em 1951 essa percentagem foi, apenas de 43,85%, elevando-se, portanto, em 1952, em relação ao ano anterior, em 13,91%. É evidente que as classificações rigorosas e as impugnações para exportação e consumo dos cafés baixos, úmidos, mal secos ou mofados, com excessivo teor de grãos brocados ou impurezas comprometedoras do produto, realizadas pela Bolsa, vêm concorrendo para a melhoria do café espírito-santense exportado por Vitória. E, isso é ainda confirmado pela elevação dos certificados de prêmios expedidos durante o ano de 1952, que atingiram ao número de 460 para os cafés de tipo 5 para melhor e que foram exportados num total de 137 121 sacos, a mais 74 001 sacos do que em 1951.

Relativamente à broca, na safra 51/52 a média de grãos brocados em cada saca de 60 kg. era de 6,48%, regredindo na safra 52/53, para 6,20%.

Estão na vanguarda da produção de cafés finos, os cafeicultores de Guaçuí, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo e Afonso Cláudio.

O café concorreu diretamente para a receita tributária do Estado, com uma parcela superior a Cr\$ 200 000 000,00.

SERVIÇO DE ARRECA- DAÇÃO E FISCALI- ZAÇÃO DAS RENDAS

Iniciado o ano de 1952, os serviços de arrecadação e fiscalização das rendas receberam uma orientação severa no sentido do aperfeiçoamento dos seus métodos, a fim de que a eficiência do trabalho do Fisco pudesse compensar a deficiência da produção cafeeira, cuja safra estava prevista como das menores do Estado, por força das condições climáticas adversas, ocorridas depois de aprovada a previsão da receita orçamentária, que se baseara em produção muito superior.

Encerrado o exercício, constatou-se, porém, que as estações arrecadoras obtiveram uma renda tributária superior à de 1951, até então a maior de todos os tempos. Esse resultado é devido, em grande parte àquelas providências de aperfeiçoamento dos trabalhos do Fisco, especialmente no setor da fiscalização tributária.

A arrecadação realizada pelas estações fiscais atingiu a Cr\$ 324 054 199,80, a mais do que a efetuada em 1951, pelas mesmas repartições, Cr\$ 7 405 069,50.

Essa arrecadação está assim discriminada:

Tributária	314 594 076,20	—	97,08%
Patrimonial	793 674,10	—	0,25%
Industrial	242 736,60	—	0,07%
Extarordinária	8 423 712,90	—	2,60%

O imposto de vendas e consignações continua sendo o tributo de maior expressão. Da arrecadação tributária realizada pelas estações arrecadoras, esse tributo concorreu com a parcela de Cr\$ 164 779 351,70, ou sejam, 52,3%.

Nos últimos dez anos, a sua arrecadação alcançou as seguintes cifras:

ÍNDICE

1943	—	14 530 713,40	—	100
1944	—	21 161 914,80	—	145
1945	—	27 022 901,90	—	185
1946	—	35 528 340,40	—	244
1947	—	31 725 967,90	—	218
1948	—	51 480 134,80	—	354
1949	—	92 715 861,90	—	638
1950	—	116 836 945,30	—	804
1951	—	147 515 194,60	—	1 015
1952	—	164 779 351,70	—	1 134

Sem qualquer aumento na taxa desse imposto, o aumento apurado na sua arrecadação, em 1952, comparada com a do exercício anterior, vem demonstrar uma eficiência proveitosa do aparelhamento fiscal e das medidas tomadas pela Secretaria da Fazenda no sentido de instruir e orientar o contribuinte, através da Divisão da Receita.

Dentre as inúmeras providências levadas a efeito, no exercício, para melhor eficiência da fiscalização de rendas, podem ser destacadas, pelo excelente resultado prático colhido, as três seguintes:

a) — organização do cadastro de entrada de mercadorias, no Estado, pelos postos fiscais de fronteira, para permitir o controle das aquisições no exterior pelo comércio interno;

b) — distribuição sistemática de notas fiscais emitidas pelo comércio entre as repartições arrecadoras, a fim de que seja acelerado o exame dos registros nos livros de compra;

c) — instalação de casas de madeira, pré-fabricadas, nos postos fiscais da fronteira compreendida pelos municípios de Barra de São Francisco, Colatina, Baixo Guandu e Conceição da Barra, para residência dos servidores fiscais, e funcionamento dos postos de polícia fiscal de fronteira, a exemplo de procedimento igual, em 1951, com relação à zona fronteiriça do sul do Estado.

A receita orçamentária arrecadada pelas estações fiscais instaladas nos 33 municípios do interior, atingiu a Cr\$ 198 644 860,90. A realizada pela Recebedoria da Capital elevou-se a Cr\$ 124 970 579,20 e a que a Procuradoria Fiscal, no Rio de Janeiro processou, ascendeu a Cr\$ 438 759,70, conforme o quadro anexo.

A maior arrecadação, a processada nos municípios do interior, foi assim realizada:

Cachoeiro de Itapemirim	30 035 796,90
Colatina	21 719 413,30
Alegre	21 209 389,20
Guaçuí	20 337 278,80
Mimoso do Sul	15 875 197,90
Castelo	13 452 933,00

Muqui	8 342 911,30
São José do Calçado	8 230 778,60
Iúna	7 417 132,10
Afonso Cláudio	4 655 553,70
Cariacica	3 810 397,60
Espírito Santo	3 273 292,10
São Mateus	3 263 193,90
Itaguaçu	3 225 447,50
Santa Teresa	3 224 547,70
Iconha	3 186 624,80
Muniz Freire	3 128 630,10
Itapemirim	3 077 535,50
Conceição da Barra	2 766 123,40
Baixo Guandu	2 523 916,70
Linhares	2 472 546,50
Barra de São Francisco	2 096 448,00
Domingos Martins	1 662 921,50
Ibiraçu	1 584 617,60
Alfredo Chaves	1 490 984,00
Santa Leopoldina	1 403 361,60
Aracruz	1 143 962,30
Fundão	970 780,60
Guarapari	934 779,40
Serra	823 521,20
Itapoama	574 344,40
Jabaeté	388 023,00
Anchieta	342 476,70

FINANÇAS

RECEITA — A arrecadação orçamentária atingiu a cifra de Cr\$ 363 809 601,20, desdobrando-se nas categorias seguintes:

Tributária	315 345 081,50	86,6%
Patrimonial	3 007 694,50	0,9%
Industrial	27 748 389,40	7,7%
Extraordinária	17 708 435,80	4,8%

A estimativa da receita ordinária consignada na lei orçamentária, de Cr\$ 312 809 000,00, foi ultrapassada em Cr\$ 33 292 165,40. Em relação ao exercício anterior, registra a arrecadação de 1952 um acréscimo de Cr\$ 7 729 825,80, cabendo aos seguintes títulos o maior volume da renda tributária, deste exercício:

Imposto de vendas e consignações	164 896 383,80
Taxa de fomento da produção	61 227 726,70
Taxa de defesa do café	30 170 486,10
Imposto de exportação	24 707 324,60
Imposto de Transmissão	19 584 235,40

A receita ordinária processou-se da seguinte forma:

Espécie	Previsão	Arrecadação	Arrecadado a mais
<i>Tributária</i>			
Impostos	191 008 000,00	213 079 950,10	22 071 950,10
Taxas	95 654 500,00	102 265 131,40	6 610 631,40
Patrimonial	1 901 000,00	3 007 694,50	1 106 694,50
Industrial	24 245 500,00	27 748 389,40	3 502 889,40
Total	312 809 000,00	346 101 165,40	33 292 165,40

Na estimativa da receita extraordinária, num total de Cr\$ 104 223 000,00, foram previstos Cr\$ 20 000 000,00 de venda de terrenos conquistados ao mar pelas obras portuárias de Vitória e Cr\$ 80 000 000,00 de operações de crédito, estas resultantes de uma provável colocação de 400 000 apólices de emissão autorizada por lei.

A arrecadação da receita extraordinária atingiu apenas, o montante de Cr\$ 17 708 435,80, pelos seguintes títulos orçamentários:

Venda de prédios e outros próprios	298 129,70
Venda de terras	4 699 925,50
Cobrança de dívida ativa	122 180,40
Receita de exercícios anteriores	3 432 782,30
Receita de indenizações e restituições	433 201,40
Multas	1 031 406,50
Operações de crédito (venda de apólices)	7 176 600,00
Eventuais	514 210,00

Estado do Espírito Santo
Secretaria da Fazenda
Gabinete

A diferença para menos em relação à estimativa, nos dois principais títulos da receita extraordinária, poderia ter resultado da impossibilidade do mercado de títulos públicos absorver a quantidade prevista para o exercício, e o mercado de terrenos para os lotes disponíveis não ter mostrado capacidade aquisitiva para o volume pôsto à venda pelo governo. Entretanto, essas razões que, à primeira vista, poderiam destacar-se numa análise da execução orçamentária do exercício financeiro, não foram, na realidade, as predominantes para a deficiência da receita arrecadada nessas duas rubricas extraordinárias.

Relativamente aos "terrenos conquistados ao mar" só uma pequena parcela, em Bento Ferreira, pôde ser posta à venda, em concorrência pública, por não se ter concluído o serviço de aterro da área prevista para o exercício no valor consignado no orçamento da receita.

E, por isso mesmo, a concorrência somente veio a ser realizada em outubro, com efeitos positivos para 1953, limitando-se, praticamente ao mercado interno de vez que a falta de propaganda para a venda de terrenos fora do Estado, onde o campo de inversão de capitais nessa espécie de inves-

timento é muito maior, foi um meio de oferecer aos espírito-santenses a prioridade nas aquisições dos primeiros lotes.

Para 1953, entretanto, com o maior desenvolvimento dos serviços de aterro, em Bento Ferreira e na Esplanada da Capixaba, permitindo um loteamento apreciável, pela área e pelo número de lotes, acreditamos ser possível a venda em bases de reversão de grande parte do capital aplicado pelo Governo nessas obras de saneamento e urbanismo da Capital, realizadas em decorrência das obras portuárias.

Quanto à venda de apólices da emissão autorizada pela lei n.º 527, de 2 de outubro de 1951, um fator importante concorreu de maneira decisiva para a sua pequena expressão, em 1952. É que a empresa gráfica encarregada da impressão dos títulos, somente em setembro pôde iniciar a sua remessa ao Tesouro do Estado. Ficou o governo, dêsse modo, apenas com três meses, dentro do exercício, para promover a colocação pública dos títulos num volume suficiente para cobrir a previsão de Cr\$ 80 000 000,00. É obvio que nesse curto prazo de noventa dias não era possível atingir a estimativa calculada para um ano de trabalho, levando-se ainda em conta a circunstância de que o início do serviço de lançamento de apólices no mercado é a fase de menor rendimento na movimentação das suas vendas.

Seguem-se o quadro comparativo da receita orçada com a arrecadada, especificamente por rubricas, demonstrações de receita mensal e por Município e diversos quadros analíticos que mostram, sob vários aspectos, o crescente desenvolvimento da receita estadual nos últimos 10 anos.

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E A ARRECADADA

Exercício de 1952

ESPECIFICAÇÃO	Orçado	Arrecadado	Variações
RECEITA ORDINARIA			
Impostos:			
Transmissão de Propriedade "Causa Mortis"	1 400 000,00	2 142 126,90	+ 732 126,90
Transmissão de Propriedade "Inter Vivos"	15 000 000,00	17 442 108,50	+ 2 442 108,50
Vendas e Consignações	142 000 000,00	164 896 383,80	+ 22 896 383,80
Exportação	30 500 000,00	24 707 324,60	- 5 792 675,40
Do selo	2 108 000,00	3 892 006,30	+ 1 784 006,30
Taxas:			
Rodoviárias	1 429 000,00	5 110 067,20	+ 3 681 067,20
Assistência e Segurança Social	8 170 000,00	4 358 083,40	- 3 811 916,60
Para fins Educativos	1 710 000,00	846 851,70	- 863 148,30

ESPECIFICAÇÃO	Orçado	Arrecadado	Variações
Comércio e Registro de Armas	10 500,00	6 575,00	- 3 925,00
Custas Judiciárias e Emolumentos	343 500,00	442 499,40	+ 98 999,40
Fiscalização e Serviços do Estado	191 500,00	102 841,90	- 88 658,10
Fomento da Produção Agrícola Industrial	53 800 000,00	61 227 726,70	+ 7 427 726,70
Defesa do Café	30 000 000,00	30 170 486,10	+ 170 486,10
Total da Receita Tributária	286 662 500,00	315 345 081,50	+ 28 682 581,50
PATRIMONIAL			
Renda Imobiliária:			
Alugueis, arrendamentos, foros de terrenos, etc.	555 000,00	726 134,70	+ 171 134,70
Contribuições sobre Madeiras e Minerais	46 000,00	300,00	- 45 700,00
Renda de Capitais (Juros e Dividendos)	1 300 000,00	2 281 259,80	+ 981 259,80
Total da Receita Tributária	1 901 000,00	3 007 694,50	+ 1 106 694,50
INDUSTRIAL			
Transportes:			
Estrada de Ferro Itapemirim	1 263 500,00	1 891 416,20	+ 627 916,20
Navegação Fluvial do Estado	206 000,00	218 985,40	+ 12 985,40
Administração do Porto de Vitória	18 056 000,00	21 693 084,40	+ 3 637 084,40
Comunicações:			
Serviço Telefônico	30 000,00	12 215,80	- 17 784,20
Estabelecimentos e Serviços Diversos:			
Departamento de Imprensa Oficial	3 000 000,00	2 450 688,90	- 549 311,10
Divisão do Fomento	690 000,00	149 369,80	- 540 630,20
Rádio Espírito Santo	1 000 000,00	1 332 628,90	+ 332 628,90
Total da Receita Industrial	24 245 500,00	27 748 339,40	+ 3 502 839,40
TOTAL DA RECEITA ORDINARIA	312 809 000,00	346 101 165,40	+ 33 292 165,40

ESPECIFICAÇÃO	Orçado	Arrecadado	Variações
RECEITA EXTRAORDINARIA			
Alienação de Bens Patrimoniais:			
Venda de Prédios e outros Próprios do Estado	123 000,00	298 129,70	+ 175 129,70
Vendas de Terras	3 000 000,00	4 699 925,50	+ 1 699 925,50
Venda de áreas aterradas pela Adm. do Porto	20 000 000,00		- 20 000 000,00
Cobrança da Dívida Ativa	120 000,00	122 180,40	+ 2 180,40
Receita de Exercícios Anteriores	71 000,00	3 432 782,30	+ 3 361 782,30
Receita de Indenizações e Restituições	233 500,00	433 201,40	+ 199 701,40
Multas	306 000,00	1 031 406,50	+ 725 406,50
Operações de Crédito	80 000 000,00	7 176 600,00	- 72 823 400,00
Eventuais	369 500,00	514 210,00	+ 144 710,00
TOTAL DA RECEITA EXTRAORDINARIA	104 223 000,00	17 708 435,80	- 86 514 564,20
TOTAL GERAL	417 032 000,00	363 809 601,20	- 53 222 398,80

RECEITA MENSAL São os seguintes os totais de receita orçamentária arrecadados mensalmente no exercício de 1952:

Janeiro	30 126 276,20
Fevereiro	30 817 587,10
Março	30 048 498,40
Abril	20 770 652,60
Maio	21 728 800,10
Junho	14 878 433,80
Julho	21 317 479,80
Agosto	29 927 559,40
Setembro	39 542 422,20
Outubro	44 585 048,90
Novembro	31 572 739,60
Dezembro	48 494 103,10

Total geral Cr\$ 363 809 601,20

RECEITA POR MUNICÍPIO	Vitória	161 800 770,70
	Cachoeiro de Itapemirim	31 068 258,20
	Colatina	21 719 413,30
	Alegre	21 209 389,20
	Guaçuí	20 337 278,80
	Mimoso do Sul	15 875 197,90
	Castelo	13 794 912,10
	Muqui	8 541 881,00

São José do Calçado	8 486 353,60
Iúna	7 420 132,10
Afonso Cláudio	4 655 553,70
Cariacica	3 914 041,70
Itaguaçu	3 494 755,50
Santa Teresa	3 430 227,10
São Mateus	3 388 294,00
Espírito Santo	3 304 089,10
Itapemirim	3 268 728,40
Iconha	3 259 406,00
Muniz Freire	3 218 272,60
Conceição da Barra	2 766 123,40
Baixo Guandu	2 523 916,70
Linhares	2 472 546,50
Barra de São Francisco	2 230 247,70
Ibiraçu	1 691 223,00
Domingos Martins	1 663 921,50
Alfredo Chaves	1 541 107,80
Santa Leopoldina	1 476 517,80
Aracruz	1 171 372,50
Fundão	1 001 323,40
Guarapari	934 779,40
Serra	824 446,10
Itapoama	579 148,50
Jabatê	388 023,00
Anchieta	358 848,90
Total Cr\$	363 809 601,20

No município de Vitória acham-se incluídas as receitas dos serviços industriais e arrecadação efetuada pela Procuradoria Fiscal, no Rio.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E A ARRECADADA NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO 1943/1952

ANOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS PARA	
			+	-
1943	43 491 000,00	58 328 793,30	14 837 793,30	
1944	48 320 000,00	80 313 705,90	31 993 705,90	
1945	65 600 000,00	97 460 577,80	31 860 577,80	
1946	78 200 000,00	130 986 082,70	52 786 082,70	
1947	110 100 000,00	101 014 441,30	-X-	9 085 558,70
1948	113 365 600,00	142 244 015,60	28 878 415,60	
1949	153 869 000,00	229 314 150,80	75 445 150,80	
1950	163 541 300,00	263 603 723,60	100 062 423,60	
1951	238 622 800,00	343 240 986,00	104 618 186,00	
1952	417 032 000,00	363 809 601,20	-X-	53 222 398,80

1953

1954

RECEITA GERAL DO ESTADO

PERÍODO 1943/1952

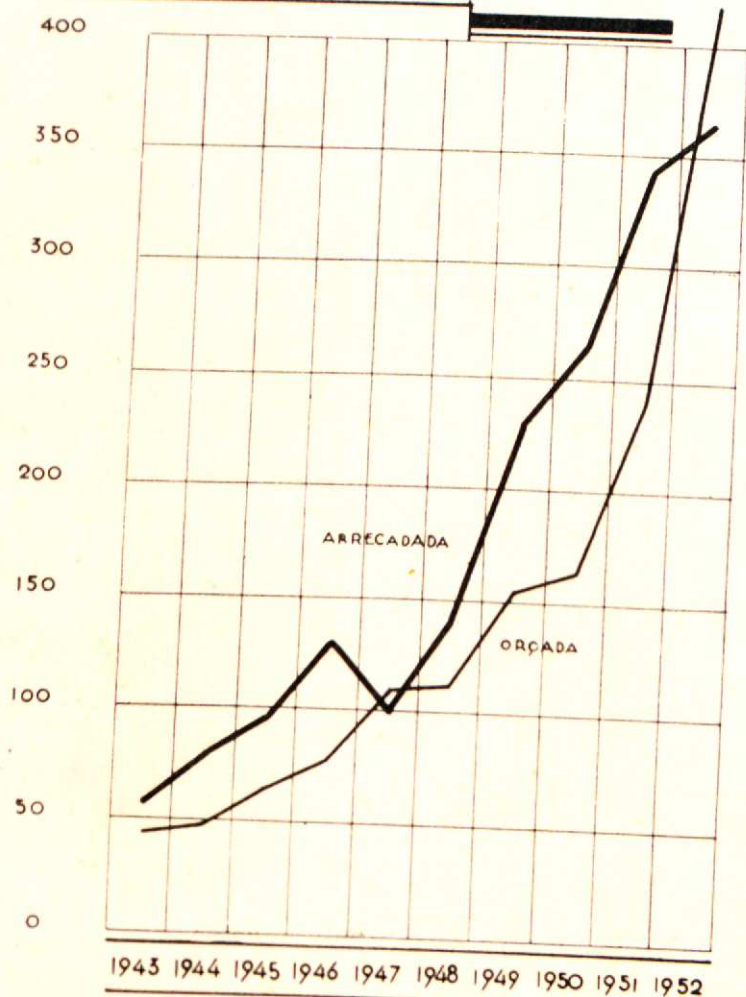
ANOS	Receita Tributária		Receita Patrimonial		Receita Industrial		Receita Extraordinária		TOTAL GERAL	
	Cr\$	Núme- ros índices	Cr\$	Núme- ros índices	Cr\$	Núme- ros índices	Cr\$	Núme- ros índices	Cr\$	Núme- ros índices
1943	47 896 830,00	100	936 069,90	100	4 014 134,60	100	5 481 753,80	100	58 328 793,30	100
1944	60 335 084,80	125	918 616,20	98	8 093 928,80	201	10 966 076,10	200	80 313 705,90	137
1945	72 904 463,90	152	1 746 697,00	186	6 807 014,20	169	16 002 402,70	291	97 460 577,80	167
1946	101 371 483,30	211	1 292 069,00	138	11 116 552,30	276	17 205 978,10	313	130 986 082,70	224
1947	86 195 850,60	179	1 380 244,80	147	11 190 640,90	278	2 247 705,00	041	101 014 447,30	173
1948	124 556 749,90	260	1 459 697,10	155	12 552 316,30	312	3 675 252,30	067	142 244 015,60	243
1949	208 581 898,40	435	1 127 131,00	120	16 372 186,20	407	3 232 935,20	058	229 314 150,80	393
1950	239 060 401,40	499	2 467 946,00	263	18 111 758,00	451	3 963 618,20	072	263 603 723,60	451
1951	310 546 969,10	648	3 492 796,70	373	24 331 573,80	606	4 869 646,40	088	343 240 986,00	588
1952	315 345 081,50	658	3 007 694,50	321	27 748 389,40	691	17 708 435,80	323	363 809 601,20	623

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA ORÇADA

ARRECADADA

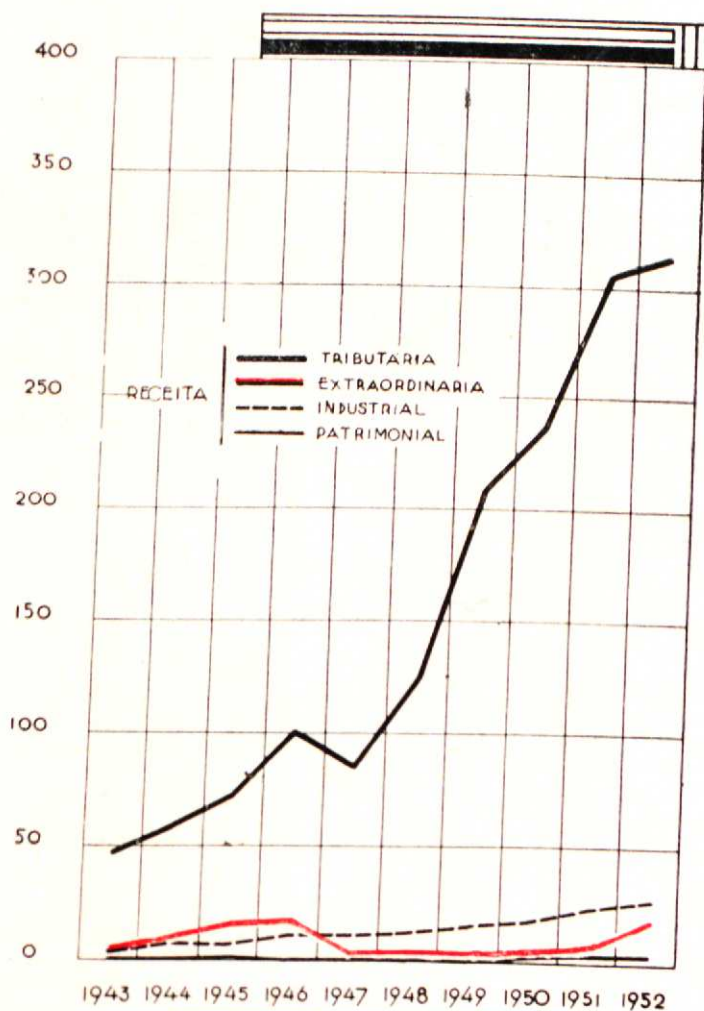
MILHÕES DE CRUZEIROS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA GERAL

MILHÕES DE CRUZEIROS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IMPOSTOS e TAXAS

RECEITA TRIBUTÁRIA

60 %

50

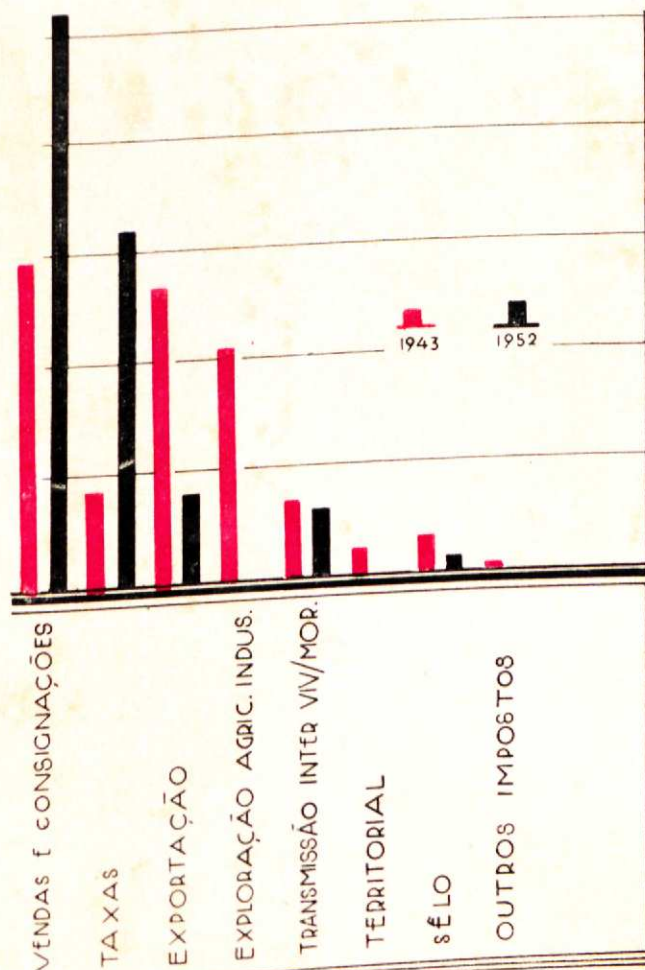
40

30

20

10

0



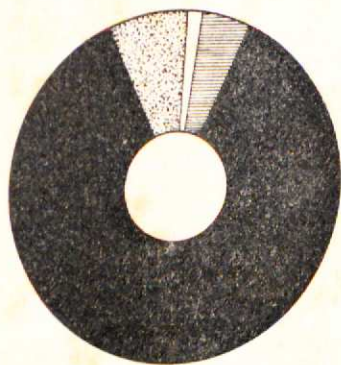
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

DAS CATEGORIAS DA RECEITA GERAL

ORDINÁRIA

1952

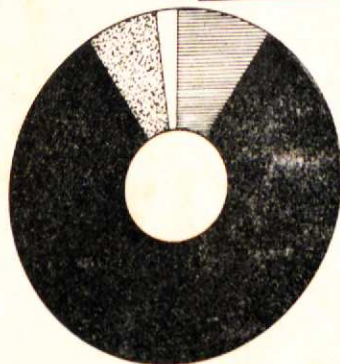


TRIBUTÁRIA PATRIMONIAL

INDUSTRIAL

EXTRAORDINÁRIA

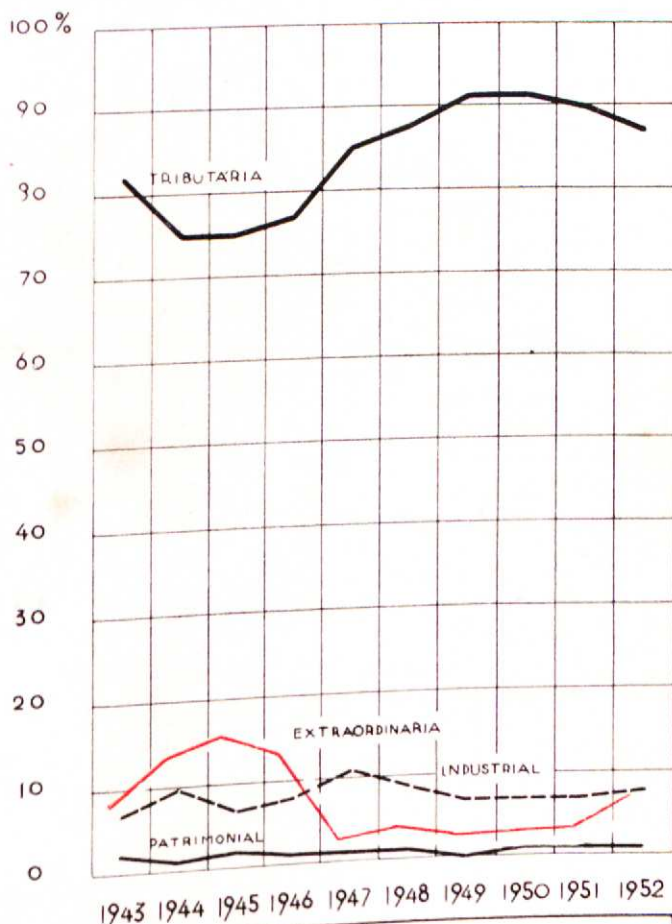
1943



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA GERAL

PORCENTAGEM



PORCENTAGEM DAS CATEGORIAS DA RECEITA GERAL DO ESTADO
NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO 1943/1952

ANOS	ORDINÁRIA			TOTAL	Receita Extraor- dinária	TOTAL GERAL
	Tributá- ria	Patrimo- nial	Indus- trial			
	%	%	%	%	%	%
1943	82,12	1,60	6,88	90,60	9,40	100,00
1944	75,12	1,14	10,08	86,34	13,66	100,00
1945	74,80	1,79	6,99	83,58	16,42	100,00
1946	77,39	0,99	8,48	86,86	13,14	100,00
1947	85,33	1,37	11,07	97,77	2,23	100,00
1948	87,57	1,03	8,82	97,42	2,58	100,00
1949	90,96	0,49	7,14	98,59	1,41	100,00
1950	90,69	0,93	6,88	98,50	1,50	100,00
1951	90,47	1,02	7,09	98,58	1,42	100,00
1952	86,68	0,82	7,63	95,13	4,87	100,00

PORCENTAGEM DOS IMPOSTOS E TAXAS NA RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO
NOS DEZ ÚLTIMOS ANOS

PERÍODO 1943/1952

ANOS	Terri- torial	Trans- missão inter viv/Mor.	Vendas e e consig- nações	Expor- ta- ção	Sêlo	Explo- ração agric. indus.	Outros impos- tos	Taxas	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1943	2,46	6,99	30,34	27,28	2,49	20,99	0,17	9,28	100,00
1944	2,14	8,00	35,07	26,58	3,18	15,93	0,28	8,82	100,00
1945	2,43	8,94	37,06	—	3,52	33,60	0,31	8,18	100,00
1946	1,73	8,78	35,04	—	1,53	44,12	0,28	8,62	100,00
1947	1,84	6,06	36,80	—	1,55	44,58	0,45	8,72	100,00
1948	1,28	4,91	41,33	—	1,37	42,67	0,19	8,25	100,00
1949	—	4,68	44,45	7,41	0,82	—	—	42,64	100,00
1950	—	5,82	48,87	8,47	0,78	—	—	36,06	100,00
1951	—	6,44	47,50	7,72	0,67	—	—	37,67	100,00
1952	—	6,21	52,29	7,84	1,23	—	—	32,43	100,00

DESPESA

A despesa autorizada importou em Cr\$ 480 378 644,60, conforme demonstração abaixo:

Orçamento	417 017 150,00	
Créditos especiais transferidos do exercício de 1951	18 591 056,00	
Suplementações de verbas e transferências de sub-consignações	64 602 591,80	
Créditos especiais e extraordinários abertos durante o exercício	23 939 475,60	524 150 633,40

Menos:

Anulações de verbas e transferências de sub-consignações	43 772 168,80	
TOTAL AUTORIZADO Cr\$	480 378 464,60	

Na execução orçamentária, o montante efetivamente aplicado não passou de Cr\$ 451 480 151,40, resultando um saldo de Cr\$ 28 898 313,20 entre o valor autorizado e o realizado, mas, tendo-se transferido ao exercício de 1951 vários créditos especiais com vigência dilatada e ainda utilizáveis em obras planejadas, num total de Cr\$ 11 894 545,70, ficou o mencionado saldo reduzido a Cr\$ 17 003 767,50.

Os créditos especiais transferidos e as obras e serviços a que se destinam são:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Lei n.º 590, de 28/12/51 e dec. n.º 708—j, de 31/12/51:

Construção de diversos campos de pouso no interior do Estado	Cr\$	138 000,00
Início da construção da Colônia Penal	Cr\$	3 000 000,00
construção do Patronato Agrícola na fazenda denominada "Granja Natal", em Cariacica	Cr\$	3 000 000,00
construção de jardins de infância em bairros proletários	Cr\$	500 000,00
construção de novo prédio para o Corpo de Bombeiros da Capital	Cr\$	2 000 000,00
construção da Escola Politécnica	Cr\$	1 500 000,00
construção de albergue noturno para indigentes	Cr\$	500 000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

Lei n.º 631, de 3/7/52 e decreto n.º 1 103—B, de 29/12/52:

auxílio às Obras Pavonianas de Assistência em Vitória, para a construção da Escola de Entalhe Escultura e Marcenaria	Cr\$	500 000,00
--	------	------------

Lei n.º 414, de 30/12/50 e decreto n.º 1 103—B, de 29/12/52:

auxílio ao Grupo Espírita Ismael, de Bom Jesus do Norte, para a construção de albergue dos pobres	Cr\$	50 000,00
---	------	-----------

Lei n.º 683, de 29/12/52 e decreto n.º 1 103, de 29/12/52:

celebração do Natal dos Pobres, de 1952, restante aplicável	Cr\$	300 000,00
despesas com a confecção de 750 000 apólices do plano de Valorização Econômica, publicidade do lançamento do empréstimo etc.	Cr\$	1 051 880,00

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Lei n.º 683 e decreto n.º 1 103, de 29/12/52:

despesas com obras iniciadas e equipamento da oficina mecânica da Polícia Militar	Cr\$	316 078,40
---	------	------------

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Lei n.º 683 e decreto n.º 1 103, de 29/12/52:

aquisição de um barco estrangeiro para a guarnição de remo capixaba	Cr\$	38 587,30
Soma Cr\$	Cr\$	11 894 545,70

A despesa realizada, na distribuição pelos órgãos administrativos do Estado, atingiu os seguintes totais:

PODER LEGISLATIVO	8 427 567,00	1,9%
------------------------------------	---------------------	-------------

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça	2 569 369,80	
Juízados de Direito	4 963 739,70	
Total	7 533 109,50	1,6%

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Governador e Departamentos subordinados	6 114 124,10	1,4%
Secretaria do Governo	6 506 887,10	1,5%
Departamento Estadual de Saúde	30 242 895,90	6,7%
Secretaria do Interior e Justiça	37 133 295,90	8,2%
Secretaria da Fazenda	77 884 789,60	17,2%
Secretaria da Educação e Cultura	54 481 181,60	12,1%
Secretaria de Viação e Obras Públicas	194 753 895,00	43,1%
Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	28 402 405,70	6,3%
Total geral Cr\$	451 480 151,40	

Na classificação por SERVIÇOS e pelas dotações de PESSOAL, MATERIAL E DESPESAS DIVERSAS, está o referido total assim distribuído:

Por Serviços:

Administração Geral	39 525 245,30	8,8%
Exação e Fiscalização Financeira	21 215 248,10	4,7%
Segurança Pública e Assistência Social	36 605 470,80	8,1%
Educação Pública	71 745 506,90	15,9%
Saúde Pública	32 289 528,00	7,2%
Fomento	33 639 513,90	7,4%
Serviços Industriais	90 250 158,30	20,0%
Serviços da Dívida Pública	7 438 600,00	1,6%
Serviços de Utilidade Pública	81 482 168,80	18%
Serviços Diversos	37 288 711,30	8,3%
Soma	451 480 151,40	

Por Elementos:

PESSOAL

Pessoal em atividade	149 353 623,70	
Pessoal inativo	15 242 062,20	164 595 685,90 36,5%

MATERIAL

Permanente	84 655 722,90	
Consumo	12 991 351,60	97 647 074,50 21,6%

DESPESAS DIVERSAS	189 237 391,00	41,9%
Soma Cr\$	451 480 151,40	

Os serviços "EDUCAÇÃO PÚBLICA", "SAÚDE PÚBLICA" e "SEGURANÇA PÚBLICA e ASSISTÊNCIA SOCIAL" incluem os seguintes valores:

Construção de diversos grupos escolares e jardins de infância	10 324 100,00
Colégio Estadual do E. Santo (em construção)	3 000 000,00
Piscinas em construção	3 000 000,00
Prédio da Escola Politécnica do E. Santo	1 000 000,00
Aquisição do prédio do Colégio Conde de Linhares	1 500 000,00
Construção do Hospital de Baixo Guandú	1 000 000,00
Construção de Postos de Higiene	2 097 528,10
Construção do Hospital de Psicopatas (contin.)	200 000,00
Construção da Delegacia de Polícia e Cadeia de Colatina	600 000,00
Contribuição para a construção do edifício do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS)	1 000 000,00

Da importância consignada no título "SERVIÇOS INDUSTRIAIS", Cr\$ 61 041 155,80, são referentes às seguintes obras integrantes do Plano de Valorização Econômica do Estado e que não devem ser consideradas nas despesas ordinárias dos estabelecimentos dessa natureza:

Construção da central elétrica de Rio Bonito, em execução	20 000 000,00
Pôrto de Vitória:	19 753 963,00
Atêrro entre o Forte São João e Bento Ferreira	14 217 000,00
Cais de saneamento	
Dragagem e derrocamento do canal de acesso, enrocamento entre as ilhas do Sururú e do Bode; elevação do enrocamento do Forte São João	2 133 215,60
Obras de ampliação do Pôrto	814 115,50
Conclusão do frigorífico e armazém n.º 4	2 267 197,40
Conclusão das instalações da carreira e oficina "Bento Ferreira"	783 585,10
Reaparelhamento do Cais Comercial	496 129,70
Reparação do material flutuante	575 949,50

Também não pertence ao custeio dos estabelecimentos industriais a parcela de Cr\$ 3 000 000,00 aplicada na construção de usina hidroelétrica de João Neiva e na construção de pequenas usinas hidroelétricas. Em "SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA" destacam-se as seguintes obras:

Departamento de Estradas de Rodagem:

Construção e conservação de rodovias e pontes	58 992 340,60
Estrada de Vitória — Colatina e Cachoeiro de Itapemirim	7 678 734,40
— Alegre Guaçuí	
Pavimentação asfáltica das estradas de Vitória — Colatina e Vitória — Safra — Cachoeiro de Itapemirim	7 302 925,00
Alargamento da Avenida Vitória, em Jucutuquara	1 292 328,00

Secretaria de Viação e Obras Públicas:

Prosseguimento da construção do edifício para as repartições públicas	2 500 000,00
Construção de campos de pouso em Guarapari, Barra de São Francisco, Guaçuí e Baixo Guandú	862 000,00

No grupo de "SERVIÇOS DIVERSOS" estão incluídos:

Pessoal inativo	15 242 062,20
Quota destinada aos municípios do interior, na forma do art. 20 da Constituição Federal	7 000 000,00
Pensões	650 000,00
Luz, energia e telefones das repartições do Estado	1 116 457,20
Despesas decorrentes da explosão de Caratoira	1 000 000,00

Auxílio à Prefeitura de Conceição da Barra, para o serviço de abastecimento de água da cidade	540 000,00
Auxílio à Prefeitura de Serra para a construção da usina hidroelétrica do Município	600 000,00
Contribuição para a construção do monumento em homenagem a D. Luiz Scortegagna, na Catedral de Vitória	500 000,00
Gratificação de Natal aos servidores do Estado	5 497 450,00
Regularização de despesas de exercícios anteriores	2 961 000,00
Despesas referentes à questão de limites com o Estado de Minas Gerais	177 306,40

O SERVIÇO DO FOMENTO abrange:

Instalação de "residências agrícolas"	1 985 000,00
Instalação de indústria do leite	2 400 000,00
Serviços diversos de fomento	7 600 000,00
Execução de "Acôrdos" com o Governo Federal relativos ao fomento da produção vegetal e animal	4 085 000,00
Campanhas sanitárias	2 330 000,00
Armazenagens de café na CESMAG	6 892 565,00
Serviço de defesa do café	381 287,00
Juros sobre empréstimos de agricultores, no Banco do Brasil, referentes à aquisição de implementos agrícolas	49 999,80
Prêmios a produtores de cafés finos	37 138,00
Manutenção da Escola Agrotécnica de Santa Terêsa	1 200 000,00

A despesa com pessoal, que atingiu a Cr\$ 164 595 685,20, compreendendo vencimentos, subsídios, proventos, salários e vantagens, entra no cômputo da despesa geral realizada, conforme ficou já demonstrado, com 36,5%. — Todavia, em relação à receita arrecadada essa percentagem se torna sensivelmente maior, subindo para 46%.

Em confronto com o dispêndio do exercício anterior, verifica-se um acréscimo de Cr\$ 40 230 800,00, equivalente a mais de 30%, que é resultante na quase totalidade do aumento geral concedido a partir de janeiro de 1952 e das vantagens previstas nos arts. 166 e 279 do Estatuto dos Funcionários (licença prêmio remunerada e elevação decenal de padrão de cargos isolados). Só com as vantagens dos mencionados dispositivos estatutários dispendeu-se em 1952 mais de 2 500 00 cruzeiros.

No setor da Educação Pública a despesa com pessoal atingiu a Cr\$.. 43 315 000,00.

A Polícia Militar e a Polícia Civil, compreendidas nos "Serviços de Segurança Pública e Assistência Social", absorveram, por vencimentos, etapas, salários e vantagens legais, as importâncias de Cr\$ 19 154 500,00 e Cr\$.. 5 393 300,00, respectivamente.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita arrecadada	Cr\$ 363 809 601,20
Despesa realizada	Cr\$ 451 480 151,40
Déficit	Cr\$ 87 670 550,20

Da despesa realizada foi paga a soma de Cr\$ 382 081 562,90 e inscrita em Restos a Pagar a de Cr\$ 73 284 933,10 — Nesta última parte, figuram cerca de 20 000 000 de cruzeiros que se prendem a obras que, iniciadas em 1952, prosseguirão no exercício de 1953. Estando o respectivo pagamento condicionado à conclusão das mesmas, não constituíam, por isso, ao término do exercício financeiro, valor de pronta exigibilidade, embora por imperativo de ordem contábil esteja incorporado à dívida flutuante.

O "déficit" assinalado na execução orçamentária poderia ser um mal para as finanças do Estado se fôsse proveniente de uma receita ordinária inferior à prevista; de efeitos não recuperáveis e agravados por dispêndios em obras ou serviços improdutivos.

Porém, resultando, unicamente, da colocação de títulos da dívida pública em quantidade inferior à prevista e da falta de retorno do capital empregado nos terrenos conquistados ao mar, esse "déficit" representa, em última análise, apenas, uma receita de realização prorrogada por força de circunstâncias fortúitas. A sua cobertura se encontra garantida pela movimentação na venda das apólices emitidas e dos terrenos loteados e, tanto mais próxima se efetivará no tempo, quanto maior se apresentar a cooperação pública nessas duas modalidades de inversão de capitais.

Admitindo-se, entretanto, que essa cooperação se retarde para uma cobertura rápida, o "déficit" ainda assim está justificado com o investimento realizado em obras de fundo econômico: — energia, estradas, áreas loteadas e de valorização crescente e reaparelhamento portuário.

ATIVO FINANCEIRO

O ativo financeiro importa em Cr\$ 73 534 239,30, discriminado pelas seguintes contas:

CAIXA

Disponibilidades nas Tesourarias	Cr\$ 36 303 895,70
Disponibilidades em Bancos	Cr\$ 20 237 300,50
Realizável	Cr\$ 16 503 250,00
Diversos Responsáveis	Cr\$ 489 793,10
Depósitos Judiciais	

PASSIVO FINANCEIRO

O total do "Passivo Financeiro", formado por Depósitos, Restos a Pagar e outras contas flutuantes é de Cr\$ 108 056 220,20.

DÍVIDA CONSOLIDADA

O saldo da dívida consolidada atinge a Cr\$ 35 085 753,40, assim especificado:

Empréstimo de Consolidação — de 1944	Cr\$ 22 417 700,00
Banco do Brasil	Cr\$ 4 400 000,00
Empréstimo antigo	Cr\$ 92 000,00
Empréstimo de Valorização Econômica	Cr\$ 7 176 600,00
Dívida Externa	Cr\$ 999 453,40

**BENS DO
ESTADO**

Sempre foi pensamento dos governos anteriores, criar um serviço eficiente de organização atualizada de um cadastro dos bens patrimoniais do Estado. A última tentativa, em 1947, com a criação do "Serviço do Patrimônio e Dívida Ativa", subordinado à Contadoria Geral — pouco resultado veio trazer nesse particular.

A lei n.º 606, de 29 de dezembro de 1951, entretanto, criando a Divisão do Patrimônio, vem permitir que aos bens do Estado, móveis e imóveis, fique assegurado, por um órgão específico, todo um registro analítico, atualizado e completo.

Instalada essa Divisão, foram iniciados os seus trabalhos de organização, — esquematizados de acordo com os padrões mais modernos em uso nos Estados de São Paulo e Distrito Federal. Elaborados os esquemas e realizado o contrato de mecanização dos cadastros com a IBM World Trade Corporation, foram encomendados os impressos e enquanto se processavam as encomendas, imediatamente foram começados os trabalhos de pesquisa em todas as repartições estaduais, tanto no setor mobiliário, como no imobiliário. Já se encontra, como resultado desses trabalhos iniciais, na sua fase final de estudos, pela Divisão, o Código de Material do Estado.

Na parte do Cadastro Imobiliário, a mais importante, estão sendo coligidos todos os documentos esparsos das propriedades imobiliárias (mapas, plantas, escrituras, etc.) que se encontravam em arquivos de várias repartições estaduais e em cartórios, e levantados os bens imóveis pelos registros de contabilidade.

Dentro de poucos meses, o Patrimônio Estadual estará cadastrado, em todos os seus detalhes, dentro da técnica mais moderna de registros dessa espécie.

**JUNTA DE
RECURSOS
FISCAIS**

Foi instalado a 11 de fevereiro de 1952, esse novo órgão de caráter paritário no julgamento das ações fiscais administrativas, criado pela lei n.º 612, de 31 de dezembro de 1951, tendo realizado 46 sessões ordinárias e 1 sessão extraordinária durante o ano.

Constituem a Junta de Recursos Fiscais, os senhores Antonio Pagani, Carlos João Avancini, Orlando Antenor Guimarães, José Cunha Barros, Hélio de Jesus e Oscar Rodrigues de Oliveira, tendo, este último, sido eleito presidente, pelos seus pares.

Durante os trabalhos deste ano, a Junta julgou e decidiu 12 recursos fiscais.

Funcionou como representante da Fazenda, o dr. Suetônio Rezende Peixoto, Procurador da Fazenda Estadual e secretariou os trabalhos daquele órgão o snr. Gervásio Pimentel.

Há entre os membros da Junta e os representantes da Fazenda, perfeito entendimento e elevada compreensão de deveres, o que vem concorrendo para uma completa harmonia entre o trabalho de uns e de outros.

A despesa realizada com a Junta atingiu a Cr\$ 69 050,00, com pessoal e aluguel. Além disso foram fornecidos, à mesa, móveis no valor de Cr\$ 26 650,00, para sua condigna instalação.

**TESOU-
RARIA
GERAL**

Pelos cofres da Tesouraria Geral do Estado, passaram, no exercício, Cr\$ 247 604 000,00 em moeda corrente, proveniente dos seguintes recebimentos:

Recolhimento da Recebedoria de Vitória	125 683 152,40
Idem de várias coletorias	16 961 793,00
Produto de venda de selos	199 204,20
Idem de venda de apólices	488 600,00
Recolhimento de diversos	103 146 612,50
Saldo do exercício anterior	1 124 938,30
Total	247 604 300,40

A Tesouraria pagou, em 1952:

Ao funcionalismo	58 581 961,10
A diversos (suprimentos, fornecimentos etc.)	188 927 489,30
Total	247 509 450,40

A Tesouraria supriu as repartições arrecadadoras, das seguintes estampilhas:

De "Vendas e Consignações"	64 097 140,00
De "Imposto e Selo"	4 000 510,00
De "Taxa Judiciária"	199 883,00
Total	68 297 533,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

No exercício de 1952, a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização focalizou os problemas que lhe são pertinentes de maneira a proporcionar-lhes soluções prontas, eficientes e econômicas.

Não se ilude o Governo com o crescimento bruto da produção cafeeira, que lhe vem proporcionando os recursos financeiros fundamentais, para a execução do "Plano de Valorização Econômica".

Esse crescimento é devido às novas e inúmeras lavouras que anualmente entram em primeira produção na bacia setentrional do rio Doce e na bacia superior do São Mateus, em consequência da colonização tumultuária que ali se verifica.

É uma corrida às reservas florestais dessas bacias, feita por capixabas, mineiros, baianos, fluminenses e mesmo ultimamente paulistas, e que não decorre de um deslocamento demográfico como nas velhas áreas rurais européias, secularmente trabalhadas segundo métodos de exploração agrícola, com o mínimo de perda da fertilidade do solo, com uma taxa de produtividade permanente, e que, porque já totalmente ocupadas, não podem oferecer novas terras para cultura, aos excedentes da população que cresce.

A vigente colonização dos rios Doce e São Mateus é fruto da alarmante queda da produção por hectare, das zonas de onde se deslocam os colonizadores.

Como essa queda da produção é diagnosticada pelos técnicos como resultante de métodos condenáveis de uma rotineira e esgotante exploração agrícola, a transferência desses métodos para aquelas novas áreas conquistadas às florestas seria inquietante para o futuro do Estado, se não existissem práticas de uma agricultura racional capazes de persistentemente conservarem a fertilidade do solo, e às quais os nossos agricultores se vão revelando tão mais aptos a assimilá-las, quanto mais habilmente lhes vão sendo as mesmas demonstradas nos próprios campos de cultura.

Trabalhar pela evolução desses métodos de fazer agricultura, para obter o aumento de rendimento por unidade de área cultivada, preservando ou recompondo a fertilidade do solo para as gerações futuras, eis o trabalho fundamental, a palavra de ordem do Governo, para os serviços de Fomento.

FUNDA-
MENTOS E
DIRETRI-
ZES POLI-
TICAS DO
FOMENTO
DA PRODU-
ÇÃO

REORGA- NIZAÇÃO DE SERVI- ÇOS

Restaurada a Secretaria na autoridade de órgão executor da política do Governo para todos os setores da produção, o volume das novas atribuições exigiu a reorganização dos serviços.

Eliminamos a multiplicidade de seções especializadas, atuando independentes entre si, centralizadas na Capital, onde em geral se deixam ficar porque nunca providas de material e pessoal suficientes para atenderem todo o Estado, e que, para serem procuradas, exigiriam que o agricultor fôsse conhecer da organização administrativa.

Dividimos o Estado em 17 Regiões Agrícolas, sob a chefia de Agrônomos Regionais que, como elementos-chave do fomento, convivem com o agricultor no seu campo de trabalho ou ficam sediados ao seu alcance, aptos a influírem na evolução dos nossos métodos de exploração agrícola.

Auxiliam o Regional, veterinários, zootecnistas e pessoal treinado, com as máquinas e os materiais necessários para as demonstrações práticas, sediados nas "Casas do Lavrador", instaladas em todos os municípios.

Os problemas mais difíceis que se apresentam aos Regionais, são remetidos aos assistentes técnicos especializados do **staf** diretor central.

Ao mesmo tempo racionalizamos os métodos administrativos, libertando as Diretorias técnicas, como a do Fomento, do embaraço de administrarem, como vinham fazendo, as questões de pessoal, de abastecimento de material, de contabilidade e tesouraria, transferindo apropriadamente essas atividades para a Diretoria de Administração, que passou a centralizá-las e administrá-las para toda a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, naturalmente com melhor controle.

PLANO DE TRABALHO PARA O ANO AGRÍ- COLA 1952- 1953

Assinalados os acórdos de fomento em maio, já em junho a Secretaria baixava o "Plano de Trabalho para o Ano Agrícola 1952-1953", roteiro diretor para os serviços do fomento, no qual se reflete a experiência do agrônomo Paulo Cubba de Souza, alto funcionário do Estado de São Paulo, forjado na escola de trabalho do Instituto Agronômico de Campinas, do Serviço Técnico de Algodão, de comissões criteriosamente desempenhadas, conhecido fora das fronteiras nacionais, por suas contribuições para a agronomia, e a quem, por nímia gentileza do Governador Lucas Nogueira Garcez, mantemos como nosso acessor técnico.

Prevê esse Plano de Trabalho, que está em desenvolvimento satisfatório, a assistência mais acentuada às culturas mais convenientes às diversas regiões, seguindo aliás as conclusões e tendências dos nossos agricultores que, na maioria, despidos de conhecimentos técnicos e armados apenas de admirável espírito de iniciativa e apurado senso agronômico, se constituem a linha de frente dos nossos estabelecimentos experimentais.

CAFÉ

— A observação da área atualmente cultivada em confronto com aquela por onde esta cultura já passou, impõe uma política de intensa atuação do fomento, com vistas para o futuro.

O replantio das falhas, o aproveitamento da palha resultante do benefício associada ou não a adubos químicos, o estímulo dos processos simples de conservação do solo, o aperfeiçoamento dos processos de colheita, lavagem e secagem do café e a demonstração das vantagens de melhorar

as instalações para essas práticas, têm sido o motivo central da atuação dos Regionais.

O Governo adquiriu 600 toneladas de hiperfosfato que estão sendo postas ao alcance do agricultor a preço de custo.

Em setembro iniciamos intensa campanha de combate à broca, revendendo o HCB a 1 1/2%, abaixo do preço de custo, a Cr\$ 2,50 por quilo.

Organizamos os viveiros de café de Rive (Alegre), Córrego do Vinhático (Conceição da Barra) e Olivânia (Anchieta) para futura distribuição de mudas de boa origem, a preço baixo.

— Para a recuperação de zonas naturalmente apropriadas como de Aracruz a Linhares, de São Mateus a Conceição da Barra, procura a Secretaria de Agricultura reconstituir essa cultura na sua antiga importância.

Contratamos a construção de 3 fábricas de farinha de mandioca, que se instalam em Riacho (município de Aracruz), Linhares e Conceição da Barra.

— É forçoso verificar que não consumimos a quota de frutas de clima tropical e temperado que deveriam compor a alimentação quotidiana do capixaba, e muito menos as produzimos, como o podemos fazer.

Até os pomares domésticos, antigos fornecedores de frutas tropicais, estão desaparecendo.

Em Jabaeté adquirimos uma propriedade para a instalação, que se processa, de uma Estação de Fruticultura Tropical, onde prepararemos as mudas para a venda a baixo preço.

Nas terras frias, uma incipiente fruticultura de clima temperado e o preparo, em várias propriedades, de excelente vinho de uva, eram um convite aos órgãos oficiais para uma atuação de envergadura.

Inicialmente obtivemos o concurso do renomado técnico federal, prof. Mendes da Fonseca, que elaborou e continua supervisionando o plano de ação.

Adquirimos em Alto Jucu outra propriedade onde se instala a Estação de Viti-Fruticultura, e em Venda-Nova foi projetada a instalação de uma cantina, a ser construída neste exercício, com a valiosa colaboração do Governo Federal.

Preocupa-se o Governo em obter que o próprio Estado produza as mudas e sementes de que comumente necessita e orientou-se no sentido de obtê-las dos próprios particulares, através de culturas orientadas e fiscalizadas pelos serviços oficiais, sob a garantia de compra da produção pela Secretaria, por preços convidativos previamente fixados em contrato.

Como providência complementar foi estudada a construção de três Armazéns-Expurgo para a necessária armazenagem em condições técnicas.

Os campos de cooperação atingem dois objetivos: promovem o abastecimento do Estado, aqui retendo capitais que ficam na agricultura, e fazem bons agricultores, dada a evidência de que os melhores tratos culturais, decorrentes da estreita assistência técnica, proporcionam maiores lucros.

MANDIOCA

FRUTICUL- TURA

PRODUÇÃO DE MUDAS E SEMEN- TES

MECANI- ZAÇÃO AGRICOLA

A introdução da máquina nos hábitos do trabalho rural, foi difundida ao máximo, em todas as suas modalidades. Em especial, merece menção o serviço de motomecanização instituído na Secretaria, que preparou 859 hectares de terrenos em cerca de 150 propriedades, na base taxa-hora, demonstrando as vantagens que o trator pode trazer onde existem condições e amplitude para esse gênero de trabalho.

Na Escola Agrotécnica de Santa Teresa, mantivemos um curso rápido de tratoristas.

PRODUÇÃO ANIMAL

Devido ao estado sanitário dos rebanhos em certas zonas do Estado, a atenção dos serviços oficiais concentrou-se especialmente no combate às zoonoses.

Contra a raiva foram aplicadas 151.610 doses de vacina, conseguindo-se controlar satisfatoriamente esse mal que tanto castiga os criadores do centro do Estado.

Em maio obtivemos o concurso do cientista Augusto Ruschi que, com o doutor Carlos Braz Cola, começou a estudar a biologia e os métodos de combate aos morcegos hematófagos responsáveis pela disseminação da raiva entre os herbívoros.

A febre aftosa continuou exigindo toda a vigilância dos nossos serviços, registrando-se ainda a ocorrência de carbúnculo hemático e sintomático, garrotilho equino e intoxicações por plantas venenosas, especialmente nos meses em que escasseiam os pastos, e os animais buscam alimento nas capoeiras.

FÁBRICA DE RAÇÕES

Confirmou-se a previsão de que baixaria a quota de resíduos de trigo que o órgão federal próprio atribui ao Estado.

Enquanto em 1951 ainda obtivemos 132.167 sacos, em 1952 recebemos apenas 76.728.

Fomos forçados a sustar a distribuição da quota aos interessados e manipulá-la na Fábrica de Rações Balanceadas, com o que se obtém um aumento de 40% sobre o peso do resíduo e se orienta o criador para a alimentação mais racional dos rebanhos.

INSEMINA- ÇÃO ARTI- FICIAL E REVENDA DE REPRO- DUTORES

No incentivo da produção animal cuidou-se ainda da **Inseminação Artificial**. Continuando muito fraco o movimento do Posto de Vitória, transferimos suas instalações para Cachoeiro de Itapemirim onde concentramos todos os recursos do serviço, que aí está em franca ascensão. Haja vista que, enquanto em 1951 se registraram 148 inseminações em bovinos, em 1952 registraram-se 427; para 137 inseminações em equinos daquele ano, contrapuseram-se 607 deste último.

O adiantamento da indústria laticinista do sul do Estado naturalmente responde pelo maior interesse na inseminação artificial, que utiliza reprodutores holandeses puros de origem.

Para o melhoramento do rebanho leiteiro ainda adquirimos 100 novilhas holando-uruguaias, que revendemos em condições de pagamento suaves e sem lucro.

Também o Posto Zootécnico de São Mateus, assim como os Postos de Monta de Batalhas e Vila Itapemirim contribuíram para o desenvolvimento da pecuária das respectivas zonas de influência, aquele inclusive vendendo em leilão 60 cabeças de exemplares bovinos, apurando-s Cr\$ 69.550,00.

As atuais instalações da Fazenda Monte Líbano, em consequência do contrato assinado com a firma arrendatária da Fábrica de Cimento de Cachoeiro de Itapemirim, devem ser transferidas para outro local da mesma Fazenda, a fim de deixarem desembaraçadas as jazidas de calcário necessárias para o aumento da produção da Fábrica, por cuja conta correrão as despesas de construção das novas instalações.

Foram selecionado os exemplares existentes na Fazenda e vendidos em leilão os animais de menor valor, em número de 132, apurando-se a soma de Cr\$ 212.350,00.

A Fazenda de Sant'Ana prosseguiu nas suas atividades de fornecer aos criadores bons exemplares avícolas e suínos.

O aviário, aliás, sofreu radical reforma no seu plantel, alienando-se os exemplares desclassificados, que serão substituídos pelos 1.100 pintos de um dia, das raças Rhode, New Hampshire e Leghorn, adquiridos em São Paulo das granjas "Santo Onofre" e "Paraizo".

A Estação Sericícola de Vargem Alta continuou em ponto alto, granjeando a confiança de cerca de 350 lavradores da região, que hoje se dedicam à criação de bicho da seda, talvez menos pelos lucros auferidos nessa atividade quase doméstica, do que pelo entusiasmo e confiança que a amoreira seja a cultura mais indicada para aqueles solos montanhosos e empobrecidos.

O Serviço de Apicultura, que vinha se circunscrevendo às atividades que em caráter subsidiário mantinha a Estação Sericícola, tomou incremento com a reorganização da Secretaria, muito tendo influído a assistência técnica na substituição dos processos empíricos por métodos modernos.

O técnico já trabalhou os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Serra, Domingos Martins, Santa Terêsa e Colatina, tendo ainda atendido na sede, em Vitória, muitos apicultores desses e de outros Municípios, aos quais se irão estendendo paulatinamente as suas visitas.

Ainda não se puderam completar as instalações do Instituto Biológico, que permanece como laboratório produtor de vacinas e realizador de pesquisas, a serviço da defesa sanitária animal.

Nesses setores, entretanto, foi apreciável e valiosa a sua atividade.

Forneceu 96.080 doses de 10 cc. de vacinas anti-rábicas; 161.320 doses de vacinas contra aftosa e 32.300 doses de vacinas contra o epitélioma contagioso das aves.

Com a finalidade de levantar o índice da brucelose no Estado, coleta o material para a reação do soro hemo-aglutinação dos animais de diversas procedências abatidos no Matadouro Municipal desta Capital, e planeja a coleta, a ser feita pelas Regiões Agrícolas, em todos os rebanhos do Espírito Santo.

FAZENDAS DE CRIA- ÇÃO E POS- TOS DE MONTA

ESTAÇÃO SERICÍCOLA DE VARGEM ALTA

INSTITUTO BIOLÓGICO

Prossegue no trabalho delicado de tipificar o vírus rábico, em duas amostras isoladas de procedência de zonas diversas do Estado, com o fito de produzir vacinas ainda mais eficientes.

Procedeu a 8 tipificações do vírus aftoso em amostras também colhidas em zonas diversas do Estado. O soro hiper-imune utilizado procedeu do Instituto Veterinário do Estado para a Pesquisa de Virus, da Dinamarca, e foi oferta do I. B. A. — Ministério da Agricultura.

USINA DE LATICÍNIOS E POSTOS DE RESFRIAMENTO DO LEITE

Foi assentada toda a maquinaria e equipamento da Usina de Laticínios de Nova Venécia, que se encontra pronta para funcionar, e certamente beneficiará os criadores da região, estimulando-os a volver o seu interesse para o gado leiteiro.

Presseguiu a construção dos Postos de Recepção e Resfriamento de Leite de Guaraná e Alfredo Cheves, que irão suprir o déficit do abastecimento de Vitória e resolver o problema de colocação dos excedentes da produção sem consumo daquelas localidades.

IX EXPOSIÇÃO REGIONAL DE PECUÁRIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Com o mesmo aproveitamento e entusiasmo de sempre realizou-se este já tradicional certame que abre os magníficos festejos do "Dia de Cachoeiro".

A pujança da pecuária sulina mais uma vez desfilou aos olhares dos curiosos e dos entendidos.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

Este serviço há 5 anos vem-se desenvolvendo em cooperação com o Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho.

Já instalou Postos em Santa Terêsa, Santa Leopoldina, Vitória, Domingos Martins, Paraju, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Guaçuí e São José do Calçado, todos com o equipamento essencial e funcionários já treinados no serviço.

Plantaram-se aproximadamente 200.000 mudas de essências florestais, predominantemente eucalitos, em cooperação com particulares.

ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Foram fundadas em 1952 a "Cooperativa Inter-Municipal de Transportes Ltda", em Alfredo Chaves, com o capital realizado de Cr\$ 110.000,00 e a "Cooperativa Agrária de Jaciguá", em Boa Esperança, Município de Cachoeiro de Itapemirim, com o capital realizado de Cr\$ 82.200,00.

Ao encerrar o exercício contávamos com 52 cooperativas diversas, congregando 9.753 associados e um capital realizado de Cr\$ 9.251.814,40.

Instalações para o serviço, sempre no centro de afluência dos inte-

CASA DO LAVRADOR

Instalações para o serviço, sempre no centro de afluência dos interesses comerciais e culturais da zona rural, explicam e justificam as "Casas do Lavrador", que instalamos em cada sede municipal ou centro distrital de acentuada importância agrícola.

Essas construções, aliás, contribuem para o embelezamento arquitetônico do interior e, certamente também por isto, têm merecido todo o apoio dos senhores Prefeitos Municipais, que têm oferecido as áreas de 30x30 para as construções.

Uma atividade subsidiária da "Casa do Lavrador" é a dos postos do "Serviço de Revenda" diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário de Agricultura, Terras e Colonização.

Através desses "Postos", a "Casa do Lavrador" põe ao alcance dos agricultores aquelas utilidades, importadas ou não, que normalmente a rede comercial do interior não lhes pode oferecer em boas condições de preço, dadas as notórias dificuldades dos mercados.

São adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, mudas, sementes, material biológico, máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios de uso corrente ou que o fomento procura introduzir nos trabalhos do campo, vendidos pelo Estado sem intuito lucrativo, numa ajuda muito sensível à economia rural.

Ao fim do exercício operavam 45 "Postos de Revenda", na maioria instalados no correr do ano, tendo todos revendido em conjunto Cr\$. 6.073.302,20.

A colonização das terras devolutas continua a processar-se através da venda aos posseiros ou não, que as beneficiam e requerem.

Mas a invasão das matas públicas é notória. Irrompe por todos os quadrantes e na área enorme e nas proporções em que se opera, é extremamente difícil detê-la. Nem mesmo a posse de áreas requeridas e demarcadas, é respeitada.

Timbra o Estado, entretanto, em proteger a posse bem intencionada, comprovada pela moradia habitual e cultura efetiva; neste sentido vai até à ação policial preventiva ou repressiva, conforme a situação.

Para mais acentuar o sentido da utilização social da terra, propusemos radicais reformas na legislação, consubstanciadas nas leis n.º 617 e 652 ora vigentes, pelas quais se processam as concessões.

Em 1.048 medições foram medidos 889.675.608 m² tendo-se expedido 63 títulos provisórios e encaminhado a Cartório para a lavratura da escritura 1.165 processos.

Praticamente chegaram ao final os entendimentos autorizados pela lei n.º 360, de 11 de dezembro de 1950, para encerrar-se a concessão de terras feita em 1924 à Companhia Industrial de Madeiras de Conceição da Barra — CIMBARRA.

Medidos e demarcados 94.808.619 metros quadrados, e outorgada a escritura definitiva, resta uma pequena área complementar a ser concedida, para que completem os 10.000 hectares concedidos por aquela lei, em solução definitiva.

Funcionando desde 1948 em regime de cooperação com o Ministério da Agricultura, continua a Escola Agrotécnica a manter o mesmo alto padrão de ensino e de organização com que, nesse quinquênio, se elevou à categoria de estabelecimento modelar entre os congêneres do país.

Enquadrada na legislação do ensino agrícola, gradualmente foi promovendo os seus alunos do Curso de Iniciação ao de Mestría Agrícola, e deste ao do Curso Técnico de Agricultura, do qual só em 1954 dará a primeira turma concludente.

SERVIÇO DE REVENDA

TERRAS E COLONIZAÇÃO

NOVA LEGISLAÇÃO

ESCOLA AGRO-TÉCNICA

Ministrou aulas práticas de trator e outras máquinas, a 60 rapazes, em um curso rápido de um mês, destinando-se 30 deles à Secretaria de Agricultura.

No Centro de Treinamento Agrícola, 60 rapazes filhos de lavradores, sem nenhuma noção de agricultura, ao fim de 6 a 12 meses voltaram com as noções práticas mais aconselháveis para trabalhar a terra e os rebanhos, além de receberem aulas de alfabetização, sociabilidade, civismo, higiene rural, religião e outros conhecimentos úteis.

As moças das proximidades da Escola foram ministradas aulas teóricas e práticas de culinária, corte, costura, trabalhos manuais, higiene, hortalicultura, português, matemática e geografia.

Os trabalhos destes dois Centros de Treinamento foram feitos em cooperação com a Comissão Brasileiro-Americana de Assistência às Populações Rurais (CBAR).

SEMANA DO LAVRADOR SEMANA RURALISTA FEMININA EXPOSIÇÃO DO MILHO

A VI Semana do Lavrador, a VI Semana Ruralista Feminina e XI Exposição de Milho que, a pedido dos lavradores, estendeu-se a todos os produtos da região, são certames que ano a ano aumentam de importância.

Em 1952, 430 lavradores de ambos os sexos revelaram completo interesse por todas as palestras, reuniões sociais e demonstrações práticas realizadas, contando-se em exposição 600 produtos, de 484 expositores.

REUNIÕES DE LAVRADORES

Já constitui hábito a "Reunião de Lavradores" do primeiro domingo de cada mês, em que recebem aulas práticas, mudas, sementes, publicações, fazem consultas e assistem a demonstrações cinematográficas.

A ESCOLA E O "REGIONAL" DE SANTA TERESA

É ainda a Escola Agrotécnica a sede da "Associação Rural de Santa Terêsa", onde seus filiados discutem todos os seus problemas de classe, com a inteira liberdade.

Exerce a Escola tão notável influência sobre a região que, dividido o Estado em 17 Regiões Agrícolas, julgou acertado a Secretaria de Agricultura que, na Região Agrícola do Município de Santa Teresa, fôsse a própria Escola o "Regional".

Do seu conceito no Ministério de Agricultura, dá a medida a distinção da S. E. A. V. indicando-a ao "Centro de Tratoristas", do Estado de Pernambuco, para traçar-lhe um plano de "Melhoramento de Milho", com a produção de híbridos comerciais, o que foi feito pelo professor do Núcleo de Agronomia, que, na segunda viagem, fez pessoalmente as primeiras auto-fecundações.

MAIOR CENTRO DE AGRICULTURA DO ESTADO

Mas a Escola não vale apenas pela formação que imprime aos nossos futuros agricultores nem pela influência que exerce na região; pela organização com o caráter de permanência que vai implantando na área que ocupa, já se constitui o núcleo central de estudos e observações da agricultura do Espírito Santo; dela se podem extrair ensinamentos ou nela se podem examinar todos os problemas que o meio rural do Estado apresenta.

Prosseguiu normalmente a construção da Escola Agrotécnica de Rive, obra de pura iniciativa estadual e que obedece aos mesmos planos da sua irmã de Santa Terêsa.

Quanto ao acordo firmado em 1949, com o Ministério da Agricultura, para a instalação da Escola de Iniciação Agrícola de Colatina, o qual não tivera andamento até 1952, prosseguiu então com a designação do respectivo Executor e o início da construção na área que naquele ano o Estado adquirira em Itapina, na margem esquerda do rio Doce.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A essa Secretaria de Estado está atribuída a maior parte da tarefa da realização do Plano de Trabalho do Governo. O Orçamento do ano de 1952, com uma despesa fixada em Cr\$ 417 017 150,00 distribuía aos seus órgãos a considerável parcela de Cr\$ 202 977 970,00, ou seja, uma percentagem aproximada de 49%. Constituiu o exercício de 1952 o ano das realizações positivas dessa Secretaria, conforme poderá ser observado do desenrolar da leitura do presente. Nesse exercício tiveram início empreendimentos de grande vulto, notadamente a construção das Usinas Hidroelétricas de Rio Bonito e de João Neiva, e a conclusão de outras obras.

Prosseguindo na execução do "Plano de Valorização Econômica," o Governo do Estado, em janeiro de 1952, abriu concorrência pública para construção, fornecimento e montagem de equipamentos elétricos da Usina Hidroelétrica de Rio Bonito.

USINA
HIDRO-ELÉ
TRICA DE
RIO BONITO

Encerradas as inscrições e preenchidas as formalidades legais, verificou-se a apresentação das firmas Christiani Nielsen, Engenheiros Construtores S/A., Companhia Construtores S/A., Companhia Construtora Nacional S/A., Th. Marinho de Andrade Construtora S/A., AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade S/A. e Construtora Mantiqueira S/A. em consórcio com SIT Ltda. — Sociedade de Instalações Técnicas Limitada.

Concluído o exame da documentação comprovadora da idoneidade técnica e financeira das empresas concorrentes, passou a Comissão encarregada do recebimento, exame de julgamento das propostas — constituída pelos senhores Engenheiros, Manoel Dias Pinto, Cícero Moraes, Luiz Derenzi, Ewerton Guimarães Pereira da Silva e Vicente Burian, sob a presidência do Sr. Hermes Curry Carneiro, Secretário de Viação e Obras Públicas — ao estudo das mesmas, o que levou cerca de dois meses, dado o vulto do empreendimento e o volume das especificações resultantes da complexidade do assunto.

Os resultados desse trabalho foram presentes, em minucioso laudo à consideração do Governo, que o levou à apreciação do Secretariado e dos responsáveis pelas repartições diretamente subordinadas à Governadoria.

Debatido o laudo em duas sessões consecutivas do Secretariado, foi finalmente aprovado o resultado da referida concorrência pública, havendo sido classificadas as firmas Construtora Nacional S/A. e AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade.

As providências finais para a lavratura do contrato tiveram rápido andamento, entregues aos órgãos competentes, verificando-se a assinatura do mesmo, já no dia 14 de junho.

Pode-se afirmar ter o Estado do Espírito Santo vivido, na tarde do dia 14, um dos seus momentos mais decisivos, no que tange à sua projeção econômico-financeira, com a assinatura desse importante contrato.

A solenidade de assinatura desse documento revestiu-se de especial significação, tendo a ela comparecido os mais categorizados elementos da vida pública espírito-santense, destacando-se todo o Secretariado, desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Diretores de Serviços e Departamentos, engenheiros, parlamentares, autoridades, jornalistas e pessoas gradadas da sociedade capixaba.

A Cláusula 11.^a do contrato celebrado entre o Estado e as Companhias Construtora Nacional S/A. e AEG-Companhia Sul Americana de Eletricidade, estabeleceu que seria designada uma Comissão Fiscalizadora, constituída de três engenheiros, nomeados pelo Governo.

Cumprindo esse dispositivo contratual, foram nomeados os Engenheiros José Ribeiro Martins, Luiz Derenzi e Manoel Dias Pinto, para constituírem, sob a presidência do primeiro, essa Comissão, que, tomando posse imediatamente, vem acompanhando de perto, todo o desenrolar dos serviços.

Procedeu-se no decorrer de 1952, a três medições dos serviços realizados pela Companhia Construtora Nacional, compreendendo: Serviços geológicos e técnicos, projetos de execução, plantas detalhadas, estrada de acesso às obras, ponte provisória, edificações provisórias, instalações de força e luz, aparelhamentos especializados, escavações em modelo, e transporte e colocação de moldes de concreto, cujas despesas atingiram a Cr\$. 5 941 841,50.

De acôrdo com a cláusula 6.^a do supracitado contrato, recebeu a AEG — Companhia Sul Americana de Eletricidade, por conta do equipamento mecânico que está sendo importado da Alemanha, a quantia de Cr\$ 10 185 105,00, totalizando as despesas em Cr\$ 16 126 946,50.

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Teve essa Divisão um ano de grandes atividades construtivas, tendo sido concluídas as seguintes obras: Grupo Escolar de Aribiri, com 8 salas de aula, cozinha, gabinete e galpão coberto, pelo valor de Cr\$ 858 425,80; Grupo Escolar de Caratoira, com 8 salas, gabinete, cozinha, auditório e recreio coberto, pelo valor de Cr\$ 1 631 594,10; Jardim de Infância da Praia Comprida, nesta construção foi dispendida a quantia de Cr\$ 1 599 335,20; Escola da Glória, tendo sido concluída a construção de 2 salas de aula pelo custo de Cr\$ 128 685,90; Grupo Escolar de Colatina, foi construído um galpão coberto e realizada a reforma geral do prédio, pelo valor de Cr\$. 293 274,90; Grupo Escolar de Linhares, devido ao coeficiente percentual de sua freqüência determinou-se o aumento de 4 para 8 salas de aula, em novo pavilhão, cujas despesas orçaram em Cr\$ 791 698,00; Grupo Escolar de Córrego d'Água, composto de 4 salas de aula, residência da professora, recreio coberto e muro de vedação, localizado em Córrego d'Água, Município de Aracruz, obra realizada em cooperação com o Governo Federal, tendo sido dispendida a quantia de Cr\$ 351 304,00, concorrendo o Governo Federal com Cr\$ 250 000,00 e o Estadual com Cr\$ 101 304,00, correspondente aos aumentos verificados; Grupo Escolar de Timbui, com 5 salas de aula,

gabinete, refeitório, cozinha e muro de vedação do pátio, despesa orçada em Cr\$ 937 052,50.

Foram ainda concluídas as Escolas Rurais das localidades de: Águia Branca, no Município de Colatina; Barra do Jucu, no Município do Espírito Santo; Viana, Irundi e Destacadinho, no Município de Fundão; Laginha, Limoeiro e Alto Jatiboca, em Itaguaçu; Coaca, em Jabaeté; Povoação, São Rafael e Bananal, no Município de Linhares; Suíssa e Hovoação, no de Santa Leopoldina; Estrêla e Fazenda do Centro, em Castelo; Rio Calçado, em Guarapari; Córrego de Linhares, em Conceição da Barra; Arirituba, em São José do Calçado e Fruteiras no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Foram concluídas as seguintes obras: Cadeia e Delegacia de Guarapari, em cuja obra foi dispendida a quantia de Cr\$ 227 994,00; Cadeia e Delegacia de São Domingos, por Cr\$ 220 629,10; Cadeia e Delegacia de Conceição da Barra, por Cr\$ 379 399,00 e Cadeia de Jabaeté, por Cr\$. 100 000,00; Fórum da Cidade de São Mateus, com todos os requisitos, tendo sido dispendida a quantia de Cr\$ 703 465,00 e o de Conceição da Barra, por Cr\$ 753 572,50.

Foram concluídos os Postos de Higiene das Cidades de Jabaeté, Domingos Martins, Itaguaçu, Santa Leopoldina e Sauaçu, tendo sido dispendida em cada unidade sanitária a importância de Cr\$ 350 000,00 ou seja um total de Cr\$ 1 750 000,00.

Ainda nesse exercício merece ser ressaltada, não só pela sua finalidade, como porque diz do valor dos profissionais dessa Secretaria, que a estudaram, projetaram e executaram, — a conclusão do Entrepasto Frigorífico de Vitória, composto de 12 câmaras, com a capacidade de armazenar 400 toneladas de mercadorias; é formado de três sistemas, sendo o primeiro por circulação de salmoura, acionado por 23 motores, com um potencial de 237,9 cavalos, produzindo 270 000 calorias por hora, refrigerando 9 câmaras com superfície de 578 m². O segundo sistema refrigeração por evaporação direta, é movimentado por seis motores, com uma potência total de 41,75 cavalos, produzindo 24 000 calorias por hora, refrigerando três câmaras, com uma superfície de 147 m². O terceiro, com um equipamento de construção privilegiada, de marca Escher Wyss, fabricando 5 toneladas de gelo lascado, em 24 horas, é acionado por cinco motores, com uma potência total de 30,25 cavalos ou HP e, segundo informações do Dr Paulo Gysi, Engenheiro da Importadora Suíssa Ltda., firma responsável pelas obras de instalação do Frigorífico, é a única existente na América do Sul. A totalidade dos motores é de acoplamento direto, não existindo uma única correia no Frigorífico.

Também merece especial registro a modelar Usina de Laticínios, instalada no mesmo edificio do Frigorífico, com todos os requisitos da técnica moderna. No conjunto dessa obra, inclusive a adaptação do Armazém n.º 1, dispendeu o Governo do Estado a quantia aproximada de Cr\$. 15 000 000,00.

SEGURANÇA PÚBLICA

SAÚDE PÚBLICA

ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DE VITÓRIA

**CONCHA
ACÚSTICA**

Estão em fase de conclusão as obras da Concha Acústica do Parque Moscoso, construção orçada em Cr\$ 675 545,90.

**CAMPOS DE
POUSO**

Para maior eficiência e rapidez dos serviços da administração, inspecção, assistência e comunicação com as cidades do interior, foram determinados os estudos preliminares para a construção de Campos de Pousos em vários Municípios do Estado.

Considerando o Governo a necessidade de ser resolvida a situação de Barra de São Francisco, por se encontrar em zona limítrofe do norte do Estado e ser do conhecimento de todos a dificuldade de comunicação, foi determinada a construção do Campo de Pousos daquela Cidade, em cuja obra foi dispendida a quantia de Cr\$ 827 825,10.

As obras do Campo de Pousos da Cidade de Baixo Guandu encontram-se também em franco andamento e as de Guarapari, na dependência da aprovação do projeto que se encontra na Divisão competente do Ministério da Aeronáutica.

As providências para essas realizações tiveram de ir além, reclamando a criação de um órgão técnico especializado que, em colaboração com o Ministério da Aeronáutica, pudesse organizar o plano de expansão aeroviário do Estado, planejar e executar todos os serviços técnicos e administrativos. Por isso, em mensagem a essa Assembléia, foi solicitada a aprovação do projeto de lei que cogitava da criação de 3 seções técnicas nessa Divisão, inclusive a de Viação Aérea.

**OUTRAS
OBRAS**

Outras obras de menores vultos foram realizadas por essa Divisão, tais como: construção de uma cantina, varanda e outros melhoramentos na Faculdade de Odontologia de Vitória, cuja despesa foi orçada em Cr\$ 96 224,00; construção de uma Praça "G" na Cidade de Guarapari, havendo sido dispendida a quantia de Cr\$ 407 000,00; reforma do prédio e instalações elétricas e hidro-sanitárias do Quartel de Polícia em Maruípe, tendo sido dispendida a quantia de Cr\$ 750 000,00, e a reforma da residência do Governador na Praia da Costa, com a construção de mais um pavimento.

Em franco andamento, prosseguem as obras de construção do Jardim de Infância do Parque Moscoso; Grupo Escolar de Paul de Dentro, composto de 5 salas, auditório, cozinha e gabinete, estando orçadas em Cr\$ 1 466 532,00; Pósto de Higiene de Barracão de Petrópolis, obra orçada em Cr\$ 350 000,00; Grupo Escolar de Sauaçu, no Município de Aracruz, projetado com 4 salas de aula, gabinete, cozinha etc., orçada em Cr\$ 404 584,70, no entanto, com os aumentos reclamados, dado o desenvolvimento escolar da localidade, essa obra ficará por Cr\$ 600 000,00; construção do Colégio Estadual do Espírito Santo, nesta Capital, e respectiva piscina; Piscina do Colégio Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim, obra atacada com muito interesse, dispondo o Executivo de dotação própria para sua realização; Grupo Escolar de Gurigica, nesta Capital, composto de 6 salas de aula, gabinete e cozinha, obra orçada em Cr\$ 769 498,40; Grupo Escolar de Maruípe, tendo sido concluídos os serviços de terraplenagem; Grupo Escolar de Santo Antônio, prédio projetado à altura de atender ao desenvolvimento escolar desse populoso bairro da Capital, já estando concluí-

dos os serviços de estaqueamento; Escola Agrotécnica do Sul, com a finalidade de atender aos filhos dos agricultores da zona sul do Estado, se encontra no 2.º pavimento; ainda nessa zona, localizada em Rive, há a construção de um Grupo Escolar; em fase de acabamento a construção da Cadeia e Delegacia de Cachoeiro de Itapemirim; em franco andamento, a construção da Escola de Pesca Caboclo Bernardo, localizada em Aracruz; Grupo Escolar de São Domingos, no Município de Colatina, composto de 4 salas de aula, gabinete, cozinha e instalações hidro-sanitárias; Hospital de Psicopatas, localizado na Fazenda Santana, no Município de Cariacica; prosseguem os serviços de escavações e preparo de armadura para início da construção do Edifício das Repartições Públicas; continuam os serviços de escavações da casa de máquinas e dos blocos de fundação para início da construção do Edifício destinado ao SAPS desta Capital; ficaram concluídos os serviços de aterro do terreno onde deverá ser iniciada a construção da Garage do Estado, localizada em Jucutuquara; prossegue a construção do Ginásio de Afonso Cláudio, obra do Governo da União em cooperação com o Estadual — o contrato para sua realização foi assinado com a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, pelo valor de Cr\$ 750 000,00, concorrendo o Governo Federal com a quantia de Cr\$ 600 000,00; também em cooperação com o Governo da União está sendo construído o Hospital de Baixo Guandu, em cuja obra já dispendeu o Governo Estadual a quantia de Cr\$ 1 000 000,00; encontra-se em franco andamento a construção da Escola Politécnica do Espírito Santo, localizada no Bairro de Maruípe, arrabalde desta Capital.

Também durante o ano de 1952, teve essa Divisão os serviços de conservação de imóveis bem elevados, tendo sido atendidas, entre outras solicitações de menores vultos, as reformas nos seguintes próprios estaduais, com os valores das importâncias dispendidas: Colônia de Itanhenga — Cr\$ 123 589,50; Grupo Escolar de Colatina — Cr\$ 114 391,00; Escola Normal — Cr\$ 99 844,40; Palácio do Governo — Cr\$ 85 521,50; Grupo Escolar de São Silvano — Cr\$ 80 000,00; Pósto de Saúde de Linhares Cr\$ 71 340,00; Grupo Escolar de Baixo Guandu — Cr\$ 67 349,50; Grupo Escolar da Praia do Canto Cr\$ 61 500,00; Residência do Governador na Praia da Costa — Cr\$ 60 498,10; Secretaria da Agricultura — Cr\$ 39 252,10; Grupo Escolar Maria Ericina Santos — Cr\$ 37 755,10; Grupo Escolar Bernardino Monteiro — Cr\$ 37 509,80; Secretaria da Educação — Cr\$ 33 238,60; Secretaria da Fazenda — Cr\$ 33 164,90; Grupo Escolar Deocleciano de Oliveira (Guaçu) — Cr\$ 32 350,00; Grupo Escolar de João Neiva — Cr\$ 31 500,00; Colégio de Muniz Freire — Cr\$ 29 802,50; Grupo Escolar Patrimônio de Santo Antônio — Cr\$ 26 769,00; Assembléia Legislativa — Cr\$ 25 500,00; Hospital Infantil — Cr\$ 25 500,00; Grupo Escolar de São Domingos — Cr\$ 24 857,00; Estádio Governador Bley — Cr\$ 24 800,00; Grupo Escolar de Santa Tereza — Cr\$ 24 618,80; Divisão do Patrimônio — Cr\$ 23 458,00; Instituto de Maruípe — Cr\$ 23 357,90; Grupo Escolar Quintiliano de Azevedo — Cr\$ 21 631,00; Cadeia de Nova Venécia — Cr\$ 17 502,00; Orfanato Cristo Rei — Cr\$ 15 430,70; Associação dos Funcionários — Cr\$ 15 000,00; Grupo Escolar S. Torquato — Cr\$ 12 631,00; Grupo Escolar de Santa Leopoldina — Cr\$ 12 275,10; Grupo Escolar de Aracruz — Cr\$ 12 000,00; Escola de Jabaeté —

**CONSERVA-
ÇÃO DE
IMÓVEIS**

Cr\$ 10 580,70; Delegacia de Itapemirim — Cr\$ 10 000,00; Escola de Conceição da Barra — Cr\$ 10 000,00; Museu Capixaba — Cr\$ 7 608,60; Escola de Monte Libano — Cr\$ 7 593,00; Escola de Guaçu — Cr\$ 7 500,00; Grupo Escolar de Barra de São Francisco — Cr\$ 7 200,00; Secretaria do Interior e Justiça — Cr\$ 6 500,00; Biblioteca e Arquivo — Cr\$ 6 432,00; Postos Fiscais — Cr\$ 6 000,00; Posto Policial de Aribiri — Cr\$ 5 764,30; Escola de Itacibá — Cr\$ 5 164,70; Sociedade de Engenharia — Cr\$ 5 120,60; Escola de Ponta da Fruta — Cr\$ 5 000,00; Escola de Laginha Cr\$ 4 583,00; Forum da Capital — Cr\$ 4 024,40; Grupo Escolar de Vila Velha — Cr\$ 3 948,40; Grupo Escolar Bodart Júnior — Cr\$ 3 515,00; Jardim de Infância da Praia — Cr\$ 3 098,90; Grupo Escolar A. Couceiro — Cr\$ 2 800,00; Grupo Escolar de Itapoama — Cr\$ 2 246,40; Coletoria de São Mateus — Cr\$ 1 000,00; Escola de Araçatiba — Cr\$ 800,00; Delegacia de Domingos Martins — Cr\$ 395,00.

DIVISÃO DE GEOGRAFIA, GEOLOGIA E MINERALOGIA

Reconhecendo o Governo a necessidade de ser confeccionada nova carta geográfica do Estado, firmou com o Conselho Nacional de Geografia o Convênio para organização de novo mapa, com o levantamento de coordenadas geográficas, aproveitamento das fotografias aéreas do território capixaba e trabalhos topográficos a serem feitos pelo próprio Conselho.

CARTA GEOGRÁFICA

Assim os trabalhos da Divisão de Geografia, Geologia e Mineralogia tomaram o sentido de completar esses elementos, colaborando para o enriquecimento da carta do Estado.

Durante o ano de 1952, foram percorridos 2 354 quilômetros de caminhamentos expedidos, que somados aos 448 executados em 1951, perfizeram até 31 de dezembro 2 802 quilômetros. Com exceção dos 94 quilômetros percorridos nos Municípios de Anchieta, Alfredo Chaves e Espírito Santo, todo o trabalho foi executado na zona norte do rio Doce. Todos os caminhamentos foram desenhados.

As turmas do Conselho Nacional de Geografia, trabalharam de preferência no Sul do Estado; executaram os seguintes serviços: 1 248 quilômetros de poligonais taqueométricas, 3 007 quilômetros de poligonais expedidas, 6 020 pontos de nivelamento taqueométrico, 1 172 pontos de nivelamento barométrico, 10 500 quilômetros quadrados de área levantada (poligonais concluídas) e o levantamento de 5 coordenadas.

SERVIÇO GEOLÓGICO

Dada a riqueza do solo capixaba, variado em todos os seus quadrantes, mas sem um estudo positivo e minucioso por técnico, resolveu o Governo contratar com o Professor Boris Brajinikow a execução de um mapa geológico do Estado, constando dessa carta o estudo das possibilidades minerais de seu território. Realizados os serviços de campo e colhidos os dados e amostras de rocha foi o material transportado para Belo Horizonte, onde estão sendo feitas as análises no Laboratório do Departamento da Produção Mineral, naquela Capital. Do relatório apresentado por aquele ilustre profissional, foram extraídos os seguintes trechos, que dão uma idéia do avanço dos estudos: "De uma forma geral, todas as rochas cristalinas do Estado cabem na categoria de rochas metamórficas, *sensu lato*: são notadamente gerais. Os granitos francos são extremamente ra-

ros e, em presença de fenômeno bem verificado da granitização, é muito duvidoso que se possa justificar, por seu intermédio, uma origem propriamente ígnea". Prossegue esse ilustre professor "As únicas rochas francamente magmáticas que pudemos descobrir são as diabases que tomam a forma de filões verticais (dykes) ou de filões-camadas (sill). Existem em pequenos afloramentos em diversas partes do Estado. Concluímos então que as rochas cristalinas do Espírito Santo são gnais, rochas de metamorfismo muito intenso. Quando de nossas viagens pelo terreno, procuramos ativamente descobrir vestígios de rocha menos metamorfoscadas (xistas, etc.). De uma maneira geral essa pesquisa não foi cercada de êxito, entretanto localizamos nos arredores de Nova Venécia, certos quartzitos, cujo aspecto macroscópico lembra singularmente o dos "Quartzitos intacolomi" do Estado de Minas. O estudo microscópico nos levará a uma certeza sobre o assunto." Sobre a idade geológica, conclui o seu relatório: "Em resumo: temos argumentos objetivos que permitam afirmar o complexo gnáissico do Espírito Santo e da idade pré-cambriana". Passa depois a relatar um resumo de análises de amostras minerais remetidas de diversos pontos do Estado, dando indicações das possibilidades econômicas.

De acordo com o artigo 75 da Constituição Estadual, deverá ser encaminhado a essa augusta Assembléia um projeto de lei para ser estudado e aprovada a lei quinquenal que cogita da Divisão Territorial do Estado. Para isso, foram determinados a essa Divisão os estudos preliminares, com as modificações aconselháveis e que mais acomodem os interesses das comunas do Estado.

Essa Divisão, como as demais da Secretaria de Viação, teve no exercício de 1952 suas atividades bem desenvolvidas, como adiante se verifica.

Foi prestada assistência técnica à execução da Usina Hidroelétrica de Pequía, obra a cargo da Prefeitura Municipal de Iúna, sendo que o fornecimento da tubulação das máquinas e a montagem foram custeados pelo Estado, cujas despesas orçaram em Cr\$ 105 800,00 (cento e cinco mil e oitocentos cruzeiros).

Para estudo e projeto das centrais hidro-elétricas do Rio Santa Maria de Vitória, foram apresentadas várias propostas, tendo sido selecionada por essa Divisão a proposta da AEG-Companhia Sul Americana de Eletricidade, abrangendo os estudos das Cachoeiras de Rio Bonito, Suissa e Fumaça, todas nesse mesmo rio, cujo contrato foi assinado pela importância de Cr\$ 875 000,00 com o prazo de execução de seis meses.

Foi executada, em ante-projeto, a construção de uma pequena Usina Hidro-elétrica de 42,5 cavalos de potência, para o abastecimento do Distrito de Ibituba, no Município de Baixo Guandu, potência prevista com a finalidade de aproveitar uma turbina já construída e também por ser eficiente para atender às exigências de consumo do Distrito.

REVISÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL

DIVISÃO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

USINA HIDRO-ELÉTRICA DE PEQUIÁ

CENTRAIS HIDRO-ELÉTRICAS DO RIO SANTA MARIA DE VITÓRIA

USINA HIDRO-ELÉTRICA DE IBITUBA

**USINAS
HIDRO-ELET.
DE CONC.
CASTELO
E ALFREDO
CHAVES**

Foram adquiridas pelo Governo do Estado as Usinas Hidro-elétricas das localidades de Conceição do Castelo e Alfredo Chaves, respectivamente, por Cr\$ 68 000,00 e Cr\$ 150 000,00; nessas mesmas localidades estão sendo estudadas as construções de novas usinas, em virtude de as existentes não atenderem às necessidades.

**USINA
HIDRO-ELÉ-
TRICA DE
JOÃO NEIVA**

Vem essa Divisão realizando a construção da Usina Hidro-elétrica de João Neiva, obra retardada no início, dada a situação topográfica e conseqüentemente dificuldade de transporte de material para o local da barragem.

Até o final desse exercício, foi dispendida a quantia de Cr\$ 1 158 000,00 com a construção da estrada e necessárias obras de arte, aquisição de compressores, britadores, bomba d'água, brocas, detonadores, carrinhos de mão, ferragem em geral e mão de obra.

**CENTRO
TELEFÔNI-
CO AUTO-
MÁTICO**

A fim de corrigir alguns defeitos verificados em diversos circuitos do Centro Telefônico Automático, foram substituídas as linhas aéreas por um cabo subterrâneo de 400 metros de comprimento, com a capacidade para 50 -|- 1 pares de circuitos telefônicos, cuja despesa orçou em Cr\$ 30 000,00.

**LUZ E FOR-
ÇA DE GUA-
RAPARI**

Foi projetada a remodelação da linha de transmissão e distribuição do serviço de luz e força de Guarapari, custo totalizado em Cr\$ 330 000,00, sendo que, somente a mão de obra foi executada por essa Divisão, cuja despesa atingiu a Cr\$ 102 000,00.

**CONJUN-
TOS DIESEL
ELÉTRICOS**

Foram projetados e instalados conjuntos diesel elétricos nas localidades de: Barra de São Francisco, com a potência de 80 KVA, no valor de Cr\$ 320 000,00 e construída a distribuição dentro da localidade; em Riacho, com a potência de 40 KVA e respectiva distribuição, pelo valor de Cr\$ 280 000,00; em Aracruz foi reformado o serviço de luz e força e instalado um conjunto diesel-elétrico de 40 KVA, cujas despesas foram orçadas em 240 000,00; para a Cidade de Linhares foi projetada a reforma geral no serviço de luz e força, consistindo na instalação de uma usina diesel-elétrica, composta de dois conjuntos de 150 cavalos cada e construção nova dos circuitos de alta e baixa tensão, sendo a energia distribuída através de transformadores. O custo dessa obra foi orçado em Cr\$ 2 114 000,00.

Projetado e executado por essa Divisão foi o serviço de luz e força de Nova Almeida, compreendendo a instalação de um conjunto diesel-elétrico de 60 KVA, em circuito trifásico de alta tensão, para alimentar as bombas do serviço de água e os circuitos de distribuição em toda a localidade, em cuja obra se dispendeu a quantia de Cr\$ 334 000,00.

Para as localidades de Pavão e Cedrolândia foi apresentado ante-projeto para instalação de conjuntos diesel-elétricos; para a de Nova Venécia será utilizada uma fonte de energia hidráulica.

Sob a assistência técnica dessa Divisão, instalou-se conjuntos diesel-elétricos de 40 e 60 KVA, respectivamente, nas localidades de Guaraná e Sauaçu, e, bem assim, todo o sistema de distribuição.

Foi projetada e executada a montagem do aparelhamento do Serviço de Rádio Patrulha da Chefatura de Polícia, sobre o prédio da qual foi erigido um mastro de 18 metros de altura, de ferro galvanizado, destinado a suportar a antena modulada do Serviço.

**SERVIÇO DE
RÁDIO PA-
TRULHA**

Por essa Divisão foi projetada e adaptada nova instalação elétrica para a praça de esporte do Estádio Governador Bley, pelo custo de Cr\$.... 70 000,00; e ainda, projetada nova entrada de corrente para o Departamento Estadual de Saúde e para a Associação dos Funcionários Públicos, respectivamente, pelas quantias de Cr\$ 43 365,00 e 53 530,00, e, em virtude da instalação das máquinas do Serviço de Holerith, foram feitas novas instalações elétricas para o Departamento Estadual de Estatística, sendo as despesas orçadas em Cr\$ 58 000,00.

**SERVIÇOS
DE INSTA-
LAÇÃO ELÉ-
TRICA**

O Estado do Espírito Santo foi geograficamente privilegiado pela Natureza, quer na parte correspondente à litosfera quer à hidrosfera. Banhado pelo Oceano Atlântico, tem o seu solo enriquecido por caudalosos rios que influem consideravelmente na sua economia. O Porto de Vitória, com sua baía suntuosa, cheia de belíssimos quadros, é uma verdadeira dádiva da Natureza ao povo capixaba. E o Homem, no desejo natural do progresso, vem procurando retocar com pinceladas de ouro o que encontrou de mais sublime. E assim, os administradores anteriores, mesmo com sacrifícios diversos, procuraram dotá-los dos melhoramentos indispensáveis. Deixar paralisado o que foi encontrado não seria justo. Reclamava que se prosseguisse, aumentando ainda mais a sua capacidade, reaparelhando completamente com novas máquinas para que tivesse a sua perfeita finalidade, facilitando a indústria, o comércio e a lavoura desse Estado, na exportação e importação.

**ADMINIS-
TRAÇÃO DO
PORTO DE
VITÓRIA**

E assim, em união com seus similares das unidades vizinhas permitiu o registro de elevado acréscimo de sua renda, conforme bem se expressam os números abaixo, que serão constatados pela leitura do presente.

A Receita especificamente portuária de 1951 foi de Cr\$ 20 871 027,20 e a de 1952 de Cr\$ 21 693 048,40, superando a do exercício passado em Cr\$... 822 021,20, assim distribuída:

**RECEITA
PORTUARIA**

Renda Industrial	Cr\$ 20 945 635,40
Depósitos diversos	Cr\$ 747 449,00

A Receita Portuária do exercício de 1952, muito embora bem superior à do exercício anterior, por si só seria insuficiente para atender às despesas, não só de sua manutenção, como especialmente do seu reaparelhamento e para as obras que vêm sendo realizadas pelo Governo, por intermédio de sua Superintendência.

**SUPRIMEN-
TO DE FUN-
DOS**

Nestas condições, teve o Governo do Estado de conceder os suprimentos necessários, num total de Cr\$ 46 700 000,00.

**DESPESA
PORTUÁRIA**

A Despesa da Administração do Porto, durante o exercício analisado, abrangendo reaparelhamento do Porto, instalações especiais, construção naval, enrocamento, dragagem e atêrro, fundição e assentamento de blocos de concreto ciclópico, atêrro hidráulico, recuperação das áreas mangais entre Bento Ferreira e Forte São João, construção do Armazém 4, oficinas e carreira naval de Bento Ferreira, recuperação de material portuário e outros serviços foi de Cr\$ 55 385 690,00, devidamente contabilizada, conforme demonstração abaixo:

Pessoal fixo	Cr\$ 614 700,00
Pessoal variável inclusive de obras	Cr\$ 7 134 186,00
Material permanente, inclusive o atêrro e urbanização entre o Forte São João e Bento Ferreira ..	Cr\$ 23 259 379,70
Material de Consumo	Cr\$ 644 086,30
Despesas diversas, inclusive o Cais de Saneamento	Cr\$ 26 044 524,00

**EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

Em resumo, a execução orçamentária dessa Administração que foi realizada dentro de uma perfeita técnica contábil e observados os menores detalhes, foi o seguinte:

Saldo do exercício de 1951	Cr\$ 4 806 652,40
Receita arrecadada no exercício	21 693 048,40
Suprimento de fundos	46 700 000,00
Total dos recursos	Cr\$ 73 199 700,00
Despesas pagas	Cr\$ 55 385 690,00
Saldo para o exercício de 1953	Cr\$ 17 814 010,00

Convindo, todavia, ressaltar que, com a despesa apontada, foi o Patrimônio do Estado enriquecido em equipamento mecânico, móveis e máquinas de escritório, imóveis, material portuário, material diverso de terra e mar e outros, como a Esplanada da Capixaba, atêrro de Bento Ferreira e Oficina Mecânica de Bento Ferreira.

**REAPARELHAMENTO
DO PORTO**

Apesar de encerrada a concorrência aberta para o fornecimento de 9 guindastes elétricos para o Porto, como parte principal do programa de reaparelhamento, até o momento, não foi possível assinar-se o contrato com a firma vencedora — A Inne Holland, representada no Brasil por Koteca S/A, por requerer a necessária licença que, na forma da Portaria baixada pelo Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, deverá ser expedida pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Tendo sido aprovados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais o projeto e orçamento para a construção do terminal oceânico, contratado com a The Texas (South America) Ltda., a execução das obras já está bastante adiantada, tudo fazendo crer que, até junho do corrente ano, já receba esse Porto o produto de petróleo diretamente de navios tanques.

Iniciada por via marítima a importação desse produto, o seu preço se reduzirá sensivelmente, passando o Espírito Santo a consumir gasolina, óleo diesel, querosene e outros combustíveis ao mesmo preço cotado na praça do Rio de Janeiro.

Também serão distribuídos esses produtos em caminhões tanques, em todo o Estado e no vizinho Estado de Minas Gerais, principalmente nas zonas servidas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Muito adiantados se encontram os estudos para o contrato de construção das instalações semelhantes com as Companhias Esso Standard do Brasil e Shell-Mex do Brasil Ltda. Em breves dias, deverão ser concluídos os entendimentos sobre o assunto e a conseqüente assinatura dos contratos respectivos.

Sem receio de erro, pode-se afirmar que neste exercício estarão funcionando, em plena eficiência e com absoluta regularidade, graças às magníficas possibilidades do Porto de Vitória, os terminais oceânicos da Standard e da Shell, que, incluindo a Texas, serão três grandes companhias, suprimindo não só este e os vizinhos Estados dos seus produtos, como também de Fuel Oil os navios que aqui aportam. As três instalações custarão quantia superior a Cr\$ 35 000 000,00, o que representará sensível aumento do capital invertido do Porto.

Deve ser registrada com especial satisfação, a continuação das mais cordiais relações entre a Administração do Porto de Vitória com as diversas repartições federais, ligadas aos serviços portuários. A essas repartições prestou-se toda colaboração e cooperação, quer no interesse do serviço comum, quer na manutenção da conservação do material.

É confortante declarar que, durante o ano de 1952, nenhuma reclamação ou queixa foi apresentada à Delegacia do Trabalho Marítimo, relacionada com o serviço portuário.

Da maior cordialidade e espírito de cooperação e colaboração, foram as relações entre essa Administração e o Sindicato ligado ao serviço portuário, o que revela um clima de paz e ordem nos trabalhos desse Porto.

A comissão de Marinha Mercante continua a desenvolver sua utilíssima ação neste Estado, além de prestar, sempre que se fazem necessários, os seus eficientes serviços.

Tem sido prestada a necessária assistência e colaboração a todas as Companhias de Navegação que têm operado nesse Porto, de maneira que os serviços têm apresentado a maior eficiência.

Da mesma forma têm sido as relações entre essa Administração e a Corporação de Práticos.

**RELAÇÃO
COM AS RE-
PARTIÇÕES
FEDERAIS**

**DELEGA-
CIA DO
TRABALHO
MARITIMO**

SINDICATO

**COMISSÃO
DE MARI-
NHA MER-
CANTE**

**COMPA-
NHIAS DE
NAVEGA-
ÇÃO**

**CORPORA-
ÇÃO DE
PRÁTICOS**

MINÉRIO

Graças à sólida orientação que a Cia. Vale do Rio Doce S. A. imprimiu aos seus negócios, o ano de 1952 foi de extraordinária atividade, no que toca às exportações de minério, pelo Pôrto de Vitória, sem falar no considerável volume de outras mercadorias de exportação e importação, escoadas pela sua ferrovia. No último quinquênio, compreendendo-se os anos de 1948 a 1952, foi o seguinte movimento de exportação de minério, realizado por essa Cia.:

Anos	Número de Navios	Tonelagem
1948	45	385 251,960
1949	56	454 685,000
1950	78	710 399,500
1951	138	1 273 978,000
1952	161	1 507 013,500

Do quadro acima, verifica-se o considerável aumento dessa exportação nos últimos dois anos. A média mensal de minério exportado, em 1952, foi de 125 584 toneladas, contra 106 164 toneladas em 1951. Como se vê, o programa de 1 500 000 toneladas traçadas pela Diretoria da Cia. Vale do Rio Doce, para o ano de 1952, foram ultrapassadas de 7 000 e meia toneladas.

Até 31 de dezembro o volume total de minério de ferro exportado pelo Pôrto de Vitória, foi de 5 008 009 765 toneladas, sendo, 478 021 765 pelo Cais Comercial e 4 609 988 000 toneladas pelo Cais Eumenes Guimarães.

Em 1951, a renda portuária resultante das exportações de minério foi de Cr\$ 2 549 956,00 e a de 1952 de Cr\$ 3 053 180,20, com o acréscimo bem animador de Cr\$ 465 244,20.

TRANSPORTES DE MERCADORIAS

Nos transportes do Cais para Pedro Nolasco, preponderaram as seguintes mercadorias, enumeradas por ordem decrescente de volume: carvão mineral, cremita, cimento, potassa, tambores de óleo, sal, trilhos usados, caminhões, madeira serrada, batatas e outras mercadorias.

De Pedro Nolasco para o Cais: ferro gusa, vergalhões, arame liso, madeira serrada, amarrados de tubos, madeira em toros, berilo brasileiro, migote de ferro, amarrados de chapas, barras de ferro, cantoneiras, trilhos usados, cortiça em placa, milho, sucatas de trilhos, artefatos de madeira e outras.

SERVIÇO DE CAPATAZIA

Durante o ano de 1952, foram movimentadas pela turma de Capatazia do Pôrto e pelo pessoal do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Armazenador de Vitória, operando como resistência de Capatazia 359 841 816 toneladas de mercadorias diversas, sendo 110 947 560 de exportação, 159 168 995 de importação e 89 725 261 de tráfego mútuo.

A despesa com o serviço de capatazia, durante o ano, foi de Cr\$ 4 691 231,10, e, com o serviço de Estiva, agenciado pelo Pôrto, foi de Cr\$ 3 511 180,90.

Continúa em franca ascensão o movimento de navios nesse Pôrto. Navios de quase todas as bandeiras do mundo têm visitado e operado no Pôrto de Vitória. Do quadro abaixo, onde se demonstra o movimento de navios no último quinquênio, pode ser verificado o aumento que se vem registrando:

MOVIMENTO DE NAVIOS

Anos	Movimento de Navios					
	Longo Curso		Grande Cabotagem		Pequena Cabotagem	
	N.º	Tonelagem	N.º	Tonelagem	N.º	Tonelagem
1948	279	654 416	216	291 792	399	55 330
1949	294	846 533	186	295 153	450	62 651
1950	307	1 928 677	174	350 616	548	77 955
1951	319	1 138 860	156	298 087	467	75 250
1952	379	1 652 629	184	109 970	399	38 641

O movimento de exportação e importação do Pôrto de Vitória, continúa em constante acesso, tendo sido bem animador o resultado registrado em 1952.

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

No último quinquênio, compreendido entre os anos de 1948 e 1952, registrou-se o seguinte movimento:

Anos	Tonelagem	
	Exportação	Importação
1948	578 984 569	82 136 690
1949	624 533 560	87 612 585
1950	847 836 319	103 218 517
1951	1 463 277 388	126 169 201
1952	1 642 072 768	159 168 995

Como principais produtos de exportação foram registrados: arame liso, areia monasita, berilo brasileiro, café, cacau, ferragens, ferro gusa, feijão, madeira serrada, madeira em toro, minério em ferro, milho, trilhos

usados, tubos de ferro, vergalhões, pedra britada, sulfato de cério, turfa, farinha de trigo, artefatos de madeira e outras mercadorias.

Os principais produtos de importação foram: arroz, cimento, carvão, farinha de trigo, gasolina, óleo lubrificante, sal, banha, bebidas, feijão, ferragem, arame farpado, açúcar, cebolas, charque, farinha de mandioca, farelo de trigo, madeira serrada, milho, sabão e outras mercadorias.

EXPORTAÇÃO DE MANGANEZ

Está a Sociedade Mineradora Capixaba Ltda. autorizada a lavrar minério de manganês no Município de Guaçu, neste Estado. Com os entendimentos já havidos entre o Governo e o Doutor Ivo Felisberto, seu Presidente, em breve o Porto de Vitória iniciará a exportação desse material básico da indústria de aços finos. Com as providências que estão sendo tomadas, é de se prever que ainda no exercício de 1953, se processem as primeiras exportações.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO

Continúa a Administração do Porto de Vitória mantendo o serviço de fornecimento de uma refeição diária, inteiramente grátis, a todos os seus servidores, tanto do serviço portuário, como do de obras. Para isso, permaneceram em funcionamento, durante o ano de 1952, as cozinhas do Cais e de Bento Ferreira. Durante o exercício relatado, foram fornecidas 128 894 refeições, no valor de Cr\$ 784 809,70.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Iniciou o Governo do Estado, em 1952, através da Administração do Porto, a instalação do Serviço de Construção Naval, em Vitória, tendo em vista as magníficas condições do Estado do Espírito Santo, para o desenvolvimento dessa importante indústria, principalmente a de construção em madeira. Para isso, contratou os serviços do técnico espanhol, Cte. Eduardo Acosta Noriega, e, fez vir da Espanha uma equipe de homens afeitos a essa indústria.

Os resultados obtidos de início foram animadores e conduziram a se prosseguir na instalação definitiva desse empreendimento, não como secção da Administração, mas como órgão autônomo. Assim é que, está sendo estudada a organização de uma companhia de capitais mistos, sendo pensamento do Governo transferir a sua cota de capital aos interessados particulares, à medida que a indústria se for consolidando.

Pôsto a funcionar em caráter provisório, já demonstrou a sua eficiência e grandes possibilidades econômicas, pelas obras que executou e está executando Além da recuperação do Material flutuante do Porto, têm sido construídas, eficiente e economicamente, obras novas que atestam a capacidade do pessoal técnico escolhido.

Recentemente, obteve-se da Caixa de Pesca a encomenda de 104 barcos de pescadores que, não fôsse a possibilidade de serem construídos aqui, seriam adquiridos no estrangeiro.

Está sendo construído um grande rebocador para o Porto, de 500 HP de força, que virá resolver os problemas de atracação, desatracação e salvamento.

Estão sendo mantidos entendimentos com armadores nacionais de cabotagem e pesca e com organizações oficiais interessadas na construção de embarcações, alguns já em sentido completo.

Está o Governo sinceramente convicto de que Vitória será, dentro em breve, um centro de construção naval, em bases sólidas e em franco progresso.

Pela relação seguinte, dos serviços já executados e em andamento no Estaleiro, pode ser avaliado com precisão, o resultado dessa iniciativa: foram construídos: a draga de sucção e recalque "Elia"; casco da "Cábrea Salvador"; barco pesqueiro, tipo C. C. P. I.; reconstruídos: dois batelões lameiros de 380 m³; 3 flutuantes de 100 toneladas cada um; um batelão de enrocamento, para 200 toneladas; uma chata para 200 toneladas, com guindaste para 5 toneladas; Saveiro 15 e rebocador Alda; reformados: Draga Rio Branco; Cábrea Itacoia; lancha Carlos Lindenberg; Canoa de Mergulhão, Flutuante Irerê e diversas embarcações pequenas.

Encontram-se em andamento as seguintes obras: 1 rebocador de 500 HP, 104 barcos pesqueiros, tipo S. C. P. 1 e C. C. P. 2, um flutuante de estrutura mista; e em reconstrução: 1 caixão pneumático n.º 2, 1 batelão lameiro B-9 e o casco da lancha Tita, em adaptação a barco de pesca. Procedeu-se, ainda aos necessários reparos na Draga Sandmaster, no rebocador Rio Doce e em diversas embarcações pequenas, saveiros e flutuantes.

Continuam em ritmo acelerado as obras da Esplanada da Capixaba, ou sejam as obras de recuperação da vasta área da Baía de Vitória, para o desenvolvimento do plano urbanístico da Capital e correção do regime de água do Porto.

No dia 31 de dezembro o total de enrocamento do cais da capixaba era de 104 238,5 m³, tendo-se procedido, durante o ano de 1952, a 79 975,2 m³.

Iniciada em setembro de 1951, a dragagem acusou, até 31 de dezembro desse mesmo ano, o total de 32 843 m³ e em 1952, 399 893 m³.

Em 1952 foram fundidos 97 blocos e assentados, 82. De 21 blocos, com 105 metros, assentados de setembro a dezembro de 1951, subiu esse serviço para a posição de 103 blocos, com 515 metros, em 1952.

O enrocamento de contenção do atêrro, já está praticamente concluído e o atêrro com ótimo avançamento.

As obras da Esplanada estão sendo executadas pela Administração do Porto, sob a direção, orientação e assistência técnica da Engenharia Civil e Portuária S. A., firma das mais competentes no ramo de construção portuária do Brasil.

As despesas com as obras de enrocamento foram de Cr\$ 9 163 747,40 e com o atêrro de Cr\$ 6 992 556,00, totalizando em Cr\$ 16 156 303,40, despesas todas pagas.

ESPLANADA
DA CAPI-
XABA

DRAGAGEM
E ATÊRRO

BLOCOS DE
CONCRETO
CICLÓPICO

ENROCA-
MENTO

**BENTO
FERREIRA
E FORTE S.
JOÃO**

De extraordinária intensidade foram os serviços desenvolvidos na recuperação das áreas mangais, entre Bento Ferreira e Forte São João. A área total aterrada até 31 de dezembro do exercício de 1952 foi de 400 000 metros quadrados.

O enrocamento de contenção do atêrro, lançado pela orla do mar, a partir do Morro da Fábrica, em Bento Ferreira, já ultrapassou a Ilha Formosa, e tem a extensão de 507 metros.

Em 1952, foram assentados na zona de Bento Ferreira, já recebendo serviços de urbanização, 1 638 metros de meios-fios. As ruas abertas e com pavimentação primária, feita nessa zona, e recebendo serviços de urbanização, têm a área de 16 297 m²; são ruas de 20 a 40 metros de largura.

O custo total dos serviços realizados em Bento Ferreira, durante o ano de 1952, foi de Cr\$ 23 003 978,90.

**CONSTRU-
ÇÃO DO
ARMAZÉM 4**

A construção do Armazém 4, que completará as instalações do atual Cais Comercial, não teve início em 1952, conforme estava programado, em virtude de razões de ordem técnica. Somente ao findar-se o ano de 1952, é que foi possível concluir-se o contrato para a sua construção, que terá início no corrente exercício.

**OFICINAS
E CARREIRA
NAVAL DE
BENTO FER-
REIRA**

Prosseguiram normalmente as obras de construção das oficinas de Bento Ferreira. Está concluído o galpão destinado à oficina mecânica e foi iniciado o que se destina às oficinas de serralha e carpintaria.

Devido ao atraso verificado na importação das máquinas, principalmente os dois grandes diesel elétricos, que somente foram entregues nos últimos meses de 1952, não foi possível concluir-se a montagem da oficina mecânica, como era esperado. Em 1953, porém, deverão estar funcionando as oficinas mecânicas e de serralha e carpintaria.

É preciso relatar que, para a construção do galpão destinado à serralha e carpintaria, foi necessário o desmonte de uma grande pedreira.

Quanto à carreira naval, ainda se encontra na fase de estudos, não só porque se trata de obra de grande responsabilidade, como também, porque não foi possível a utilização do projeto de que dispunha a Seção Técnica da Administração do Porto, que havia previsto uma carreira para barcos apenas até 1 000 toneladas e, posteriormente, chegou-se à conclusão de que deveria ser construída uma carreira para barcos até 2 000 toneladas.

**CAIS ACOS-
TÁVEL**

Já em fase bem adiantada, encontram-se os estudos para a construção do novo trecho de cais acostável no continente. A Engenharia Civil e Portuária S. A., a quem foi determinada a realização dos estudos, já concluiu os trabalhos de sondagem geológica em toda a extensão da baía, onde será plantado o novo cais comercial e, no momento, estão sendo elaborados os projetos definitivos.

No primeiro semestre do ano de 1953, terão início as obras de construção desse novo trecho de cais, que virá melhorar consideravelmente as condições do Porto, facilitando sobretudo as exportações dos produtos acabados das usinas siderúrgicas de Vitória e do Vale do Rio Doce.

Prosseguem ativamente os trabalhos de dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e poços de atracação desse Porto.

Em 1952, foram dragados 390 893 m³ de materiais diversos, com o emprêgo das dragas Sandmaster, Rio Branco e Eliana.

Segundo tem sido verificado pela Praticagem do Porto, os efeitos desses trabalhos já se fazem sentir de maneira benéfica, não só pelo melhoramento da profundidade do canal, bacias e poços, como também pela diminuição da sinuosidade do canal, nos pontos mais difíceis. O custo desses serviços em 1952, foi de Cr\$ 6 992 556,00.

Grande foi a atividade desenvolvida por essa Administração, nesse setor de trabalho. Com satisfação pode ser registrado que, para se considerar recuperado todo o valioso material que constitui o equipamento flutuante do Porto de Vitória, somente está faltando concluir os trabalhos de recuperação do caixão pneumático e do Batelão B-8.

Deve ser lembrado que esse material reclama constantes cuidados e o seu valor e importância justificam sobejamente as despesas que se fizerem para mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionamento.

Para isso, torna-se necessária a inclusão de verbas permanentes no orçamento, destinadas a tais trabalhos, principalmente após a conclusão das obras, que ora estão sendo executadas, com emprêgo desse material.

A despesa realizada com os serviços de recuperação do material portuário, em 1952, foi de Cr\$ 9 178 111,00.

Como resultado dos trabalhos de recuperação das áreas em mangais foi pôsto à venda, em 1952, o primeiro grupo de 225 lotes para construção, em Bento Ferreira. Esses lotes que estão sendo vendidos mediante concorrência pública, alcançaram os preços de Cr\$ 115,00 e Cr\$ 124,00 por m², respectivamente, para os terrenos de esquina e centro das quadras.

Dentro em breve, novos lotes serão postos à venda, ampliando-se, desta maneira, a área edificável de Vitória, que, hoje mais do que nunca, registra um apreciável desenvolvimento, no que se refere à construção de casas.

Para a execução das obras de recuperação de áreas edificáveis, instalações especiais e de construção do novo trecho de cais comercial, no continente, terá o Governo de realizar várias desapropriações de imóveis que interferem nos planos dessas obras ou que são necessárias às mesmas.

Na esplanada da Capixaba, deverão ser desapropriados todos os imóveis existentes no antigo Porto das Pedras, pertencentes a Antenor Guimarães & Cia. Ltda. Clovis Camargo, Herdeiros de Cleres M. Moreira e outros.

Até agora, foram adquiridas as propriedades de Diógenes Nascimento das Neves, José Benedito do Sacramento e Dr. Gumercindo Mendes.

Estão sendo processadas as desapropriações dos demais imóveis.

**DRAGAGEM
E ENROCA-
MENTO**

**RECUPERA-
ÇÃO DO MA-
TERIAL
PORTUÁRIO**

**TERRENOS
PARA CONS-
TRUÇÃO**

**DESAPRO-
PRIAÇÕES**

**ESTRADA
DE FERRO
ITAPEMIRIM**

A Estrada de Ferro Itapemirim teve a sua Receita orçada para o exercício de 1952 em Cr\$ 1 263 500,00 e a despesa fixada em Cr\$ 2 864 550,00, com um deficit portanto, de Cr\$ 1 601 050,00. Pela execução orçamentária, dado o interesse da sua direção, pôde arrecadar a considerável cifra de Cr\$ 1 894 857,60, ou sejam 49% a maior da orçada.

A despesa realizada foi de Cr\$ 3 356 002,80, superior à fixada, verificada por vários fatores, especialmente, a elevação do custo de material e mão de obras. No entanto, deve ser ressaltado que, durante o exercício de 1952, foram empregados 17 700 dormentes, 2 toneladas de parafusos de linha de 2/4, 5 toneladas de pregos, desterrados 23 340 metros de lenha, nivelados 22 230 metros e substituídos 7 000 metros de trilhos novos.

Pelas oficinas mecânicas e carpintaria, procedeu-se ao serviço de reforma do material de tração e rodante, tendo sido aplicada a quantia de Cr\$ 668 681,00.

Durante o ano de 1952, transitaram pela Estrada de Ferro Itapemirim 107 192 passageiros, sendo 36 544 de 1.^a classe e 70 648 de 2.^a. Foram transportadas 73 369,560 toneladas de diversas mercadorias, 94,130 de bagagens e 631,490 de encomendas diversas.

**SERVIÇO DE
NAVEGA-
ÇÃO DO RIO
DOCE**

Apesar das estiagens que comumente modificam as condições de navegabilidade do Rio Doce, o Vapor Juparanã, que serve a essa vasta região do Estado, durante o ano de 1952 teve o ritmo normal de suas viagens. E assim, durante o exercício, efetuou 53 viagens normais, de Colatina a Regência do Rio Doce, e 4 extraordinárias, destinadas especialmente ao transporte de cacau.

O seu movimento de transporte de passageiros foi bem animador, o que caracteriza a sua eficiência. Durante o ano de 1952, foram transportados 3 769 passageiros, sendo 1 141 de primeira classe e 2 628 de segunda. Foram transportados 79 934 volumes, num total de 1 283 781 quilos.

A Receita orçada desse Serviço, para esse exercício foi de Cr\$ 206 000,00 e a Despesa fixada de Cr\$ 373 790,00, com um deficit de Cr\$ 167 790,00. No entanto, dada a regularidade do serviço, pôde ser arrecadada a quantia de Cr\$ 223 629,60, reduzindo dessa forma o deficit apontado.

**DEPARTAMENTO DE
ESTRADAS
DE RODAGEM**

Grande foi a tarefa realizada por esse Departamento, durante o ano de 1952. O Plano Rodoviário, compreendido no Plano de Valorização Econômica, está em plena execução.

As atividades do Departamento de Estradas de Rodagem, na medida de suas possibilidades, estenderam-se a todos os Municípios, quer executando programas de obras novas, quer levando a conserva de estradas e reconstrução de pontes aos recantos mais afastados do território espírito-santense.

A sua Receita orçada para o exercício de 1952, foi de Cr\$ 134 460 000,00, conforme demonstração abaixo:

RECEITA ORÇAMENTARIA

Ordinária	Cr\$ 15 000,00
Patrimonial	50 000,00
Industrial	30 000,00

Quota do Estado	77 000 000,00
Quota do Fundo Rodoviário Nacional	7 200 000,00
Extraordinária	165 000,00
Operações de Crédito	50 000 000,00

DESPESA FIXADA

A despesa fixada em igual quantia, ou seja Cr\$ 134 460 000,00, foi distribuída dentro dos seus órgãos, com verdadeira técnica administrativa, na seguinte ordem:

CONSELHO RODOVIÁRIO	Cr\$ 66 000,00
Delegação do Contrôlo	12 600,00
Gabinete do Diretor	679 800,00
Serviço de Administração	949 530,00
Contadoria e Tesouraria	474 570,00
Procuradoria Judicial	52 200,00
Polícia Rodoviária	1 630 000,00
Divisão de Estudos, projetos e construção	656 340,00
Divisão de Conservação e Reconstrução	4 601 010,00
Estudos e Projetos	2 242 240,00
Desapropriações e indenizações	150 000,00
Construção de Estradas	67 340 000,00
Obras de Arte Especiais	8 000 000,00
Pavimentação	36 680 000,00
Conservação de Estradas	7 700 000,00
Manutenção do Equipamento Rodoviário	3 127 400,00
Melhoramentos	108 310,00

Infelizmente, por fatores de ordem técnica e administrativa, não foi arrecadado o previsto, resultando uma sensível redução da despesa e consequentemente, do programa de realizações desse Órgão da Administração.

Mesmo assim, durante o exercício de 1952, o Departamento realizou, através de seus órgãos competentes, serviços que bem caracterizam a sua finalidade.

E assim, destacam-se entre outras, as seguintes realizações:

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA

Vitória — Colatina	17 632 916,50
Cachoeiro Itapemirim-Alegre — Guaçuí-Divisa	3 151 673,80

OUTRAS ESTRADAS E SERVIÇOS NÃO CONSTANTES DO PLANO RODOVIÁRIO

Neves-Guarapari	143 380,00
Acesso à Ponte de Guarapari	1 117 899,60
Jardim América-Itacibá	600 000,00
Santa Leopoldina-Jetibá	3 086 224,20
São Domingos-Nova Venécia	1 178 923,40
Margem Norte do Rio São Mateus	124 750,00
Santa Teresa-Venda Nova	997 760,90

**REALIZA-
ÇÕES CONS-
TRUÇÃO DE
ESTRADAS**

Bom Jesus do Norte-BR 5 (ponte sobre o Rio Itabapoama)	256 000,00
Barra de São Francisco-Cachoeira de Itauninhas	1 043 945,80
Barra de São Francisco-Ametista	1 583 510,90
Mimoso do Sul-Tôres — B. R. 5	5 566 069,90
Cachoeiro-Muqui	339 840,60
Carlos Lindenberg	272 873,70
Alfredo Chaves-Rodovia Santos Neves	10 000,00
Itaici	57 936,40
Bananal-Ibituba-Santa Rosa	24 052,40
Princesa-Vargem Alta	300 000,00
São Gabriel da Palha-Patrimônio do Valério	350 000,00
Córrego Perdido-Rio 15 de Novembro	22 870,00
3 de Agosto-Comercinho	29 132,90
Vitória-Linhares	611 326,40
São Francisco-Ribeirãozinho	50 000,00
Linhares-Fazenda Pau Grosso	35 000,00
Jacareípe-Nova Almeida	765 681,70
Arifua (Município de Cariacica)	5 500,00
São Domingos-São Francisco	475 801,40
Riacho-Regência	66 100,00
Picadão-Santa Rosa	5 000,00
Barragem de Rio Bonito	515 999,50
Castelo-Afonso Cláudio	25 000,00
Muniz-Cedrolândia	50 000,00
Santa Maria-Caldeirão	463 044,50
São Gabriel da Palha	150 000,00
Assombro-Lagôa de Baixo	230 000,00
São Gabriel-São Domingos	20 139,20

TERRAPLENAGEM

Colônia de Itanhenga	48 000,00
Maruípe	510 317,60
Alameda D. Luiz Scortegagna	768 535,30

ATERRO

Acesso ao Viaduto da Estrada de Ferro Vitória-Minas — (Rodovia Carlos Lindenberg)	1 000 000,00
Alargamento da Avenida Vitória	1 727 639,00

CAMPOS DE POUSO

Barra de São Francisco	70 000,00
Guarapari	5 042,50

OBRAS DE ARTE DE PONTES

Linhares (ponte)	15 040,60
Rio Jaboti	132 336,40

Itaguaçu	183 967,00
Apiacá	30 372,50
Guarapari	730 791,70
Bca Esperança	84 324,00
Divisa de Cachoeiro-Itapoama	24 692,00
Ribeirão Salgado	25 000,00
Rios da Prata, Santa Maria e Farinhos	1 237 747,50
São Mateus	61 440,00
Rio Itapemirim	168 701,50
Cachoeiro de Itapemirim	533 850,00
Itaúnas	622 904,90
Afonso Cláudio (Rio Guandu)	100 000,00

ASFALTAMENTO DE PONTES

Córrego do Café	47 600,00
Rio Barra Sêca	24 472,00
São Roque	129 151,00
Jabaquara	10 137,00
Itapoama	28 860,00
Safrá	147 496,50
São Francisco	25 200,00
Cachoeira da Onça	33 600,00
Águia Branca	50 400,00
Rio Marinho	20 199,20

ESTRADOS DE PONTES

Córrego do Bartimeu	258 090,00
Córrego da Lapa	214 267,50
Córrego São Gabriel	220 117,50
Acabamento de pontes	43 955,00

VIADUTOS

Sobre a Estrada de Ferro Vitória a Minas (Rodovia Carlos Lindenberg)	35 100,00
Sobre a Estrada de Ferro Leopoldina Railway em Argolas	150 000,00

PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS

Estrada Vitória-Safrá-Cachoeiro de Itapemirim (PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA)	670 379,00
Rodovia Carlos Lindenberg	193 299,30
Vila Velha-Farol	1 345 534,60
Laboratório de Pesquisas	42 688,00

RESUMO

Aquisição de Asfalto	7 110 740,70
Construção de estradas	45 487 888,10
Obras de Arte	5 389 813,60
Pavimentação de Estradas	9 362 641,60

SERVIÇOS EXECUTADOS COM VERBAS DO D. N. E. R.

Estradas:

BR 5 (trecho Vitória-Colatina)	7 425 568,90
Cachoeiro-Campo de Aviação São Felipe	1 075 771,80
Rodovia BR 31 (Belo Horizonte-Vitória)	3 469 201,20

Pontes:

Sobre o Rio Doce, em Linhares	4 000 000,00
Sobre o Rio Itapemirim	192 000,00
Sobre o Rio Benevente	291 619,60

Além das importâncias acima demonstradas, em construção de Estradas, Pontes, etc., foi o Patrimônio do D. E. R. enriquecido com as aquisições:

4 Moto-niveladoras "Caterpillar"	1 823 000,00
7 Conjuntos rebocáveis para britagem	2 012 000,00
1 Distribuidor de asfalto, mod. "A", com capacidade para 1 000 galões	310 000,00
1 Compressor de ar, mod. 3YCH 16 a 25 pés estacionário, c/motor de 5 HP produzindo 25 pés cúbicos de ar por minuto à pressão de 175 libras por polegada quadrada c/tanque horizontal de 80 Cal. e 630 RPM	27 395,00
1 Máquina de lavar carros, com seus pertences	28 342,60
6 Caminhões "Ford" e "Studebaker" de 102 HP com seus pertences	1 014 125,00
6 Basculantes "Studebaker e "Ford", com seus pertences	991 900,00
3 Camionetes "Studebaker" de 102 HP, com seus pertences	300 800,00
4 Jeeps	285 000,00
1 Autômóvel "Studebaker", mod. 1952, completamente equipado	150 000,00
1 Bomba Carter, mod. 15, acionada por motor Wicones	25 439,00
2 Conjuntos de serra com motor a gasolina de 6 HP	18 200,00
1 Bomba carter mod. 7M. acionada por motor Wicones Arn	9 500,00
1 Máquina para cortar ferro, 1 betoneira mod. 150, c/motor, 1 betoneira modelo 200 c/motor, 1 grupo gerador c/motor a gasolina e 2 vibradores OK, a gasolina	157 239,00

DIVISÃO
DE ESTU-
DOS, PRO-
JETOS E
CONSTRU-
ÇÃO

Cabe a essa Divisão a responsabilidade de estudar, projetar e construir as rodovias programadas. É um órgão técnico por excelência. Nela são processados e solucionados os problemas rodoviários.

Dado o desenvolvimento dos serviços, resolveu essa Divisão criar dois distritos de obras, sendo um com sede na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim e outro em João Neiva.

Durante o ano de 1952, além de estudos, locações, caminhos vicinais e outros serviços, realizados por essa Divisão, foram construídos 107,528 qui-

lômetros de estradas e diversas pontes, cujas despesas atingiram a Cr\$. 52 131 823,80, assim distribuídas:

ESTRADAS

I — Zona Norte	48 862 Km	Cr\$ 11 286 339,30
II — Zona Central	35 770 Km	21 510 524,90
III — Zona Sul	22 896 Km	12 909 817,10

PONTES

IV — Ponte de Linhares	Cr\$ 1 515 455,30
Ponte de Guarapari	1 156 168,10
Ponte Cachoeira da Onça	441 000,00
Ponte de Itaúninhas	387 781,00
Ponte de Águia Branca	789 000,00
Ponte de Conceição, Jaboti e Rio Grande	1 267 345,00
Ponte dos Rios da Prata e Farinhos	596 810,50
Asfaltamento dos estrados das pontes de Safra, Itapoama e Jabaquara	201 557,00
Fiscalização e diversas despesas com construção de pontes	70 025,60

Tratando-se de um serviço especializado, mormente com a adoção do tipo chamado "tratamento superficial", o Departamento de Estradas de Rodagem criou uma comissão para superintender esse serviço.

Graças aos entendimentos havidos com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi concedida a vinda do Engenheiro J. Maggioli Dantas, que se encontra à frente desses serviços, até que Mr. Mille, técnico americano, possa vir assumir a direção dos mesmos.

A título de experiência, foram iniciados, próximos à Ponte de Safra, cerca de 3 000 metros de base e sobre ela 750 metros de pavimentação que, após a dura prova de tráfego a que ficou sujeita, foi completada para 1 000 metros.

Dado o retardamento no recebimento do asfalto, somente no exercício de 1953, terá esse serviço o seu prosseguimento e como é de se esperar, grande melhoria nas nossas rodovias.

É preocupação máxima dos dirigentes dessa Divisão a melhoria do tráfego rodoviário neste Estado.

As estradas do plano estadual, em muitos Municípios, foram mantidas, cuidadosamente, de modo a oferecer um rolamento satisfatório. A defesa contra as enchurradas, o revestimento paulatino do leito, a reforma e melhoria das pontes de madeira, o vedamento da faixa de domínio foram atacados por essa Divisão, com insistência e persistência. Dessa forma pode o Estado do Espírito Santo apresentar ao tráfego motorizado uma rede rodoviária comparada, no gênero, às melhores do país.

PAVIMEN-
TAÇÃO

DIVISÃO DE
CONSER-
VAÇÃO E
RECONS-
TRUÇÃO

Abandona-se a conserva empírica. Já se seleciona o material de revestimento; muitas variantes foram construídas e inúmeras curvas perigosas foram supressas ou alargadas.

A melhoria das estradas é um fator junção da continuidade. Há necessidade de toda estrada de curva com raio inferior a 50 metros e rampa acima de 3%, ser defendida contra as enchurradas. A drenagem e o envaletamento praticamente não existiam, por isso estão sendo ampliados, de modo sistemático. É fácil de compreender o esforço dispensado na manutenção do tráfego, em face de inúmeros fatores que prejudicam e dificultam a conservação.

Durante o ano de 1952, além de outras obras, procedeu essa Divisão ao serviço de reconstrução e alargamento de estradas em vários Municípios do Estado, num total de 241 quilômetros e 450 metros, sendo 67,450 metros em estradas de conservação própria do D. E. R. e 174 quilômetros de estradas municipais. Nesse total não estão incluídos inúmeros alargamentos e reconstruções de leitos realizados nos Municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Durante o ano de 1952, a Divisão de Conservação e Reconstrução do D. E. R. executou, sobre o regime de tarefa, as seguintes construções:

Alargamento, drenagem, muro de arrimo, portão monumental, calçamento a paralelepípedos e arborização da Alameda D. Luiz Scortegagna, numa extensão de 1 300 metros, tendo sido aplicada a quantia de	Cr\$ 1 395 739,50
Fornecimento de transporte de terra	25 943,80
Alargamento, boeiro e retificação do período de estrada compreendido entre Guaraná-Linhares	461 326,40
Praça, boeiro, enrocamento e ensaibramento no período de estrada compreendido entre Jacarépe e Nova Almeida	765 681,70
Acostamento da via Carlos Lindenberg até a Praia da Costa	367 573,60

Em cooperação com os Municípios, dispendeu, em melhoria de estradas e pontes, as seguintes quantias:

Afonso Cláudio	Cr\$ 22 000,00
Alfredo Chaves	1 181,80
Aracruz	13 699,40
Baixo Guandu	355 122,10
Barra de São Francisco	70 220,20
Castelo	97 400,00
Colatina	54 410,10
Domingos Martins	22 895,20
Guarapari	29 947,20
Iúna	70 000,00
Jabaeté	4 011,70
Linhares	90 000,00
Muniz Freire	155 190,00
Santa Leopoldina	8 502,30
Santa Teresa	146 740,00

Serra	16 704,30
São Mateus	49 221,40
Diversos materiais fornecidos	69 400,00
Diversas entidades do Município da Capital	55 975,40

Conforme se verifica da relação abaixo, o Departamento de Estradas de Rodagem fez a distribuição do fundo rodoviário nacional, relativo aos três primeiros trimestres de 1952, num total de Cr\$ 1 819 660,90, na seguinte ordem:

Afonso Cláudio	Cr\$ 60 703,70
Alegre	83 416,90
Alfredo Chaves	15 257,80
Anchieta	12 211,80
Aracruz	19 779,70
Baixo Guandu	36 913,60
Barra de São Francisco	86 843,30
Cachoeiro de Itapemirim	189 055,50
Cariacica	48 466,70
Castelo	64 106,60
Colatina	221 780,30
Conceição da Barra	34 912,10
Domingos Martins	32 482,80
Espírito Santo	41 766,80
Fundão	33 101,40
Guaçu	21 410,20
Guarapari	17 769,10
Ibiraçu	21 652,20
Iconha	15 088,60
Itaguaçu	28 592,50
Itapemirim	35 612,50
Itapoma	10 379,40
Iúna	41 886,80
Jabaeté	7 611,60
Linhares	59 027,90
Mimoso do Sul	65 322,20
Muniz Freire	23 024,10
Muqui	26 319,50
Santa Leopoldina	29 074,50
Santa Teresa	44 414,20
São José do Calçado	35 545,20
São Mateus	73 457,90
Serra	15 540,00
Vitória	267 133,50

Desde fevereiro do ano de 1952, iniciou a Polícia Rodoviária suas atividades fiscalizadoras do tráfego. Já conta uma longa folha de serviços prestados à comunidade rodoviária. A maioria dos veículos, notadamente os ônibus, trafegavam dirigidos por menores e sem a devida habilitação.

**POLÍCIA
RODOVIÁ-
RIA**

O licenciamento não podia ser fiscalizado pela Inspetoria Estadual de Trânsito. Todos os veículos infringiram nas estradas de rodagem, os princípios mais comensais do Código Nacional de Trânsito, porque é sabido que a segurança das estradas de rodagem não se funda, exclusivamente, na perfeição do leito, mas também na observância do regulamento do tráfego.

As empresas de transporte coletivo sofriam a desleal concorrência dos caminhões cargueiros, e, elas mesmas, nenhuma consideração dispensavam aos passageiros, quer faltando o necessário conforto, quer com irregularidade de horário ou abuso na cobrança das passagens.

A polícia Rodoviária está constituída de homens admitidos por concurso, os quais, num período estagiário de dois meses, são submetidos à instrução militar especializada.

Apesar de se encontrar em fase experimental, pode-se afirmar a sua eficiência.

CONSELHO RODOVIÁ- RIO

Instalado em setembro de 1946, vem o Conselho Rodoviário do Estado do Espírito Santo prestando, no setor rodoviário, os mais relevantes serviços.

Esse órgão, de características técnico-legislativas, segundo dispõe o decreto-lei n.º 16 (240, de setembro de 1946, em seu artigo 6.º, tem função primordial de exercer a orientação superior do D. E. R.

Durante o ano de 1952, o Conselho Rodoviário trabalhou permanentemente, prestando cooperação técnica e administrativa à Diretoria Geral e os demais órgãos executivos desse Departamento.

SERVIÇO DE ADMINIS- TRAÇÃO

A esse serviço é atribuído o controle da vida funcional de todo o corpo de servidores do D. E. R., composto de 262 servidores

Durante o ano de 1952, todos os serviços de expediente do D. E. R. foram realizados com eficiência.

CONSTRUÇÃO

CONFRONTO EM 2 ANOS DE GOVERNO

DISCRIMINAÇÃO	1951			1952		
	Kms	PARCIAL	TOTAL	Kms	PARCIAL	TOTAL
		Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Estudos, projeto e locação	401,000		1 431 944,70	150,000		
Estudos					644 756,90	
Fiscalização					66 851,80	
Desenho					124 143,10	
Locação					912 290,50	1 748 042,10
Construção de estradas:						
Zona Norte	37,900	12 194 235,00		48,862	11 286 339,30	
Zona Central	14,900	7 069 576,00		35,770	21 510 524,90	
Zona Sul	8,803	4 125 443,30		22,896	12 909 818,10	
Tot a l	61,603		23 389 259,90	107,528		45 706 682,30
Pontes (1)	0,314		3 848 998,90	1,400		6 153 559,90
Pavimentação:						
Asfáltica	4,460	1 329 403,70		1,000		1 384 814,90
Paralelepípedo	2,403	1 113 916,50	2 443 320,20			
TOTAL GERAL			31 113 523,70			54 993 099,20

(1) Das pontes estão concluídas: Guarapari com 94 ms., Benevente com 102 ms., Conceição com 12 ms., Jaboti com 15 ms., Rio Grande com 18 ms., 10 pontilhões de 10 ms. de vão cada um — 100 ms., Farinhos com 30 ms., Rio da Prata com 50 ms. Total 421 ms.

Em construção: Linhares com 605 ms., Viaduto sobre a Cia. Vale do Rio Doce com 20 ms., Cachoeiro do Itapemirim com 116 ms., Vila com 136 ms., Pôrto do Cabral com 102 ms. Total 979 ms



SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

No ano em relato, a Secretaria do Interior e Justiça, por seu Gabinete, dirigiu todos os serviços que lhe estão diretamente afetos e supervisionou os das repartições subordinadas, tendo sido os trabalhos mantidos em perfeita ordem e em dia, com acentuadas melhoras em todos os setores.

As partes que se dirigiram ao Gabinete do Secretário foram atendidas, nos dias úteis, das oito da manhã às 12 horas e das 14 às 18 horas, não tendo nenhuma ficado sem uma solução, nem qualquer petição sem o devido despacho.

Os entendimentos com o Poder Judiciário transcorreram, como nos anos anteriores, no mais elevado e aprazível nível de harmonia e compreensão, que bem caracteriza e dignifica os Poderes Públicos, e que tem sido resguardado como um dos apanágios por que se desvela e mais preza o Governo atual.

Várias reformas foram estudadas, e algumas já elaboradas, pelo Gabinete do Secretário, salientando-se entre elas a da Polícia Civil, a do Serviço Jurídico do Estado e a de uma instituição ampla e aperfeiçoada para o amparo dos menores desvalidos e transviados, sendo que esta última, somente no ano em curso, poderá ser ultimada.

Dentre as atividades-fins que incumbem ao Estado sobreelevam às demais — quer pelo risco constante a que expõem a vida os seus agentes, quer pela antipatia que sobre eles a natureza mesma da função provoca — as que se executam através da Polícia, para manter a ordem e a segurança públicas.

**POLÍCIA
CIVIL**

Foi por isso que, na segunda etapa da minha gestão procurei atender as dificuldades naturais do desempenho da missão da polícia, reorganizando o nosso obsoleto sistema policial, adaptando-o às necessidades atuais e estimulando os seus executores.

O projeto já aprovado pela Assembléia Legislativa dentro em pouco concretizará o objeto colimado.

Não obstante funcionando ainda com uma estrutura inadequada, a que se devem atribuir algumas imperfeições dos serviços, a Polícia, graças à orientação segura e elevada do seu digno dirigente, teve atuação destacada durante o ano findo, como se pode verificar através dos capítulos que a seguir relato.

DA SITUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL, NO INTERIOR

A insuficiência de verbas e a deficiência de pessoal capaz para o exercício da espinhosa função de delegados e sub-delegados municipais, têm sido os únicos fatores da pouca proveitosa ação da polícia no interior, em cujas delegacias e sub-delegacias imperam, com raras exceções, o desconforto e a insegurança.

Temos, dentro das possibilidades que nos oferecem os créditos votados, provido algumas delas do material estritamente imprescindível, ora adquirindo novos, ora recuperando os considerados inservíveis ou aproveitando os que se substituem.

As sub-delegacias, em sua maioria, por falta exclusiva desses recursos, nenhum serviço apreciável podem realizar, encaminhando, somente, os casos que surgem, à Delegacia Municipal respectiva cujo titular é quem os resolve.

Distritos há que, embora de grande extensão territorial, contam, apenas, com um soldado e, outros, onde nem sequer um existe.

Urge que, tão logo se verifique o aumento do efetivo da Polícia Militar, seja esse assunto encarado com toda atenção, dotando-se as Delegacias Municipais e Sub-Delegacias de um Destacamento que possa atender, realmente, às necessidades de cada uma.

Não contam as Delegacias de Capturas e a maioria das Delegacias de Polícia com meios de transporte próprios, utilizando-se os srs. Delegados as mais das vezes, de viaturas particulares, dependentes, portanto, de favores alheios ou, quando isso não acontece, acarretando despesas inevitáveis, pois forçados são a alugar carros particulares.

No intuito de sanarmos essa falha faz-se mistér a aquisição de "jeeps" que deverão ser entregues às Delegacias mais afastadas da Capital e cuja jurisdição abrange grande área territorial.

CORREÇÃO

Podemos asseverar que excelentes foram os resultados colhidos com o serviço de Correição pois que, periodicamente, os srs. Delegados passaram a apresentar melhores trabalhos em que se verificou mais perfeita observância à legislação, na parte referente aos atos policiais.

INSPETORIA ESTADUAL DE TRÂNSITO

Com o impressionante aumento de tráfego, que se vem verificando nestes últimos três anos (em 1952 foram registrados 1 322 veículos diversos) e o insuficiente número de inspetores de trânsito em exercício, as atividades fiscalizadoras desse órgão — força é confessá-lo — têm sido deficientes, em que pese ao esforço e à dedicação desses 40 homens, alguns dos quais já bastante idosos e, por isso mesmo, incapazes para tais funções.

Como está previsto na lei de reforma da Polícia Civil, a Inspetoria Estadual de Trânsito se comporá de 80 homens, o que, por certo, dará ao órgão a eficiência que se deseja.

É oportuno assinalar que a Polícia Especial muito tem contribuído no setor da fiscalização e orientação do tráfego, auxiliando a tarefa específica dos inspetores de trânsito, não só na capital como em algumas cidades do interior onde é mais intenso o movimento.

Uma das causas que, também, muito tem dificultado a ação do órgão é o precário estado dos sinais luminosos que há vinte e dois anos foram co-

locados nas principais ruas desta Capital. Urge substituí-los já que, pelo seu uso prolongado, apresentam, freqüentemente, defeitos dificilmente reparáveis e, por isso mesmo, de custo elevado.

Estamos, assim, estudando a possibilidade de adquirir novos sinais, em maior número e modernos, importando-os diretamente da Inglaterra.

É assaz significativa a demonstração que se segue, mediante a qual se evidencia o crescimento impressionante do tráfego na capital do Estado.

	1951	1952
Renda proveniente de selos, multas e venda de Carteiras	Cr\$ 191 977,00	Cr\$ 353 573,00
Infrações regulamentares registradas	2 454	4 869
Vistorias	1 477	1 482
Carteiras expedidas	726	1 370
Condutores de veículos julgados aptos	731	1 070
Veículos registrados	1 159	1 322
Acidentes de tráfego registrados	534	599

Quando se criou o Serviço de Rádio Patrulha, inaugurado a 1.º de Setembro de 1951, já se previam os excelentes serviços que essa Organização iria proporcionar à coletividade. Nunca, porém, se esperou que fôssem tantos. A Rádio Patrulha, podemos afirmar sem exagero, tem sido o alicerce básico dos serviços policiais, na Capital.

Presentemente, sob direção zelosa e competente de dedicado funcionário, esse Serviço vem merecendo os maiores encômios, por parte da Imprensa citadina e da própria população, pela presteza com que atende aos chamados, e pela maneira como vêm se conduzindo os seus integrantes.

Cumprindo fielmente a sua finalidade, não se limita ela a conhecer, apenas, dos casos que dizem respeito, diretamente, à ação de polícia. Ampara os necessitados de sua ajuda, socorre os acidentados, encaminha os transviados, presta serviços de "pronto socorro", resultando, de tudo isso, o prestígio que já conquistou no seio do povo. Podemos, com satisfação, garantir que não mais se repetiram aqueles casos desagradáveis que surgiram nos primeiros dias de sua criação, resultando da pouca prática dos seus componentes e da falta de uma Direção segura e permanente.

Hoje, o Serviço de Rádio Patrulha, se não é um Serviço modelar, atende, satisfatoriamente, à finalidade para que foi criado e, acreditamos, não incorremos em erro ao asseverar que a mais recente instituição de caráter policial de que foi dotado o Estado nada fica a dever em eficiência, às suas congêneres da Capital da República, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Santos e Fortaleza.

Tem sido tantos e tão benéficos os resultados da sua atuação que já prevemos, num futuro muito próximo, talvez ainda no decurso do 2.º semestre deste ano, a necessidade de ampliar-lhe a aparelhagem da transmissão e recepção da estação central e o número de viaturas especializadas, que atualmente, são 4 apenas.

A operosidade do órgão está expressivamente registrada nos quadros que se seguem.

SERVIÇO DE RÁDIO PATRULHA

**INSTITUTO
DE IDENTIFICAÇÃO
E TÉCNICA
POLICIAL**

A identificação civil, quer na Capital ou no interior, vem se desenvolvendo num ritmo assaz acelerado. O fenômeno, se por um lado exprime uma excessiva sobrecarga de trabalho para o órgão, significa, também, a importância do departamento, frente à exigência da legislação federal e estadual, tal a imprescindibilidade dos documentos que expede, necessários à prática de quase todos os atos da vida civil.

Merece atenção, principalmente, o elevado número de atestados de boa conduta e fôlhas corridas, cuja média mensal é de 191 e 70, respectivamente. A identificação policial na Capital, não obstante saber-se que o movimento de detenções correccionais tenha crescido bastante, ainda oferece um índice inferior. No entanto, considerando-se o caráter preventivo da identificação policial, pela inegável virtude da fixação da identidade dactiloscópica, como ainda pela evidente conveniência de se registrar a entrada de todos os indivíduos autores de pequenas infrações, seria de esperar-se que as autoridades policiais, compreendendo as vantagens preventivas dessa medida, só concedessem liberdade aos detidos depois de convenientemente identificados.

Já em relação à identificação criminal, se o índice insignificante não representa propriamente o resultado da ação preventiva da autoridade e de seus auxiliares, há que se concluir que a sua diminuição, contrastando com o desenvolvimento de nossa população e com a onda de progresso que agita a Capital, decorre, consoladoramente, do elevado espírito de ordem, de trabalho e de civilização do nosso povo.

Conquanto a falta de espaço de suas instalações lhe dificulte o exercício das atividades, o Instituto de Identificação e Técnica Policial desempenhou-se satisfatoriamente da sua tarefa durante o ano findo.

**GABINETE
MÉDICO
LEGAL**

Foi assaz intenso o trabalho realizado por essa repartição no ano de 1952.

Anteriormente, a exiguidade de espaço prejudicava sobremaneira a eficiência da repartição, o que já não ocorreu no ano anterior, pois que os laboratórios anátomo-patológicos e toxicológicos funcionam em duas salas que lhe foram adaptadas. O necrotério foi, também, ampliado e está dotado dos mais modernos petrechos e instalações, inclusive de uma Câmara Frigorífica com capacidade para seis cadáveres adultos, adquirida em nossa gestão.

**POLÍCIA
MILITAR**

Valiosa e louvável tem sido a atuação da tradicional corporação no sentido de manter a ordem e a segurança públicas juntamente com a Polícia Civil, em todo o território do Estado, mas notadamente no interior onde mais necessária se faz a ação dos disciplinados militares, em boa hora entregues à direção do Cel. Maurício Leal Silva, a quem a instituição já deve, nestes poucos meses de exercício, apreciável soma de magníficas realizações.

Com exceção do Corpo de Bombeiros e da Polícia Especial, a Polícia Militar propriamente dita retornou ao seu Quartel nos últimos dias de dezembro findo, no bairro Maruípe, depois de realizados os reparos de que se ressentia o edifício, ocupado durante 10 anos por força do exército.

Em 1952 o efetivo da corporação foi ainda o mesmo de alguns anos anteriores, quando a população do Estado era de 500 mil habitantes.

Felizmente os inconvenientes originados dessa insuficiência de pessoal desaparecerão por algum tempo, já que a lei vigente, Lei n.º 706 de 9/1/1953, eleva o efetivo para 1 461 homens, entre oficiais e praças, devendo-se contar ainda com, aproximadamente, 100 homens (oficiais, sub-tenentes, sargentos e cabos) que deixarão suas funções policiais civis no interior, uma vez que a nova lei da Polícia Civil lhes veda tais atribuições.

Se bem que integrante da Corporação da Polícia Militar, não seguiu para o novo Quartel em Maruípe o Corpo de Bombeiros pois que, pela sua função, seu local deve ser o centro da cidade, de onde possa com presteza deslocar-se para atender aos chamados. É esse o motivo por que continua ocupando suas antigas dependências na parte posterior do edifício do antigo Quartel até que se concretize o projeto de construção do prédio dessa instituição.

Embora encomendado há quase três anos à firma Merrywheater Sons Ltda., de Londres, apenas uma parte do equipamento necessário aos seus serviços foi recebida durante o ano findo, achando-se, assim, ainda em utilização grande parte do material adquirido há 25 anos o que atesta o cuidado e o zelo dos denodados componentes daquela disciplinada unidade, cujos serviços foram solicitados 48 vezes em 1952, uma das quais de Cachoeiro de Itapemirim.

Paralelamente aos assuntos que reclamam direta intervenção do Comando surgem, a cada passo, como é natural numa comunidade composta de mais de um milhão de indivíduos, os motivos que lhe exigem pronta ação disciplinar, enérgica, a fim de que a instituição não comprometa o conceito que, com justiça, desfruta no seio da sociedade capixaba.

As punições impostas no período a que nos referimos, quando foram excluídos 45 praças e ocorreram 35 repreensões, 363 prisões, 165 detenções e precedeu-se a 35 inquéritos de caráter policial-militar e 29 sindicâncias, exprimem bem significativamente quanto se tem esmerado o atual Comando por manter a disciplina e a ordem entre os seus comandados.

Conquanto, de modo geral, as oficinas da Polícia Militar, tenham rendimento satisfatório, merece se ressaltar dentre elas a oficina mecânica projetada e parcialmente instalada pelo atual comando, e que será dotada de máquinas e petrechos necessários ao fim a que se destina. Contam-se, já no seu inventário, materiais de valor superior a Cr\$ 150 000,00 e máquinas que custaram Cr\$ 60 000,00.

Temos como providência das mais felizes a instalação dessa oficina que, apesar de ter iniciado seu funcionamento no último quadrimestre do ano, executou serviços de reparos em carros oficiais no valor de Cr\$ 140 000,00.

Subirá, por certo, sua renda a alguns milhares de cruzeiros, quando, como é do nosso propósito, estiver executando todos os serviços de reparos dos carros oficiais, com o que se protegerá o Estado inteiramente contra a exorbitância dos preços cobrados pelas oficinas particulares, cujos serviços via de regra, não satisfazem.

**CORPO DE
BOMBEIROS**
**DISCIPLINA
E JUSTIÇA**
OFICINAS

A medida terá ainda a virtude de propiciar à Corporação a valorização do seu patrimônio e finalmente, em maior escala, proporcionará a aprendizagem do ofício de mecânica e outros afins, não só aos seus componentes mas também aos menores do Instituto Agrícola de Maruípe, como vem ocorrendo presentemente, ainda em pequeno número.

INSTRUÇÃO DOS QUADROS E DA TROPA

DOS QUADROS — Em janeiro foram selecionados em exames médico, físico, psicotécnico e intelectual, 10 civis portadores do Curso Ginásial para o curso de formação de oficiais, os quais foram em seguida matriculados de acordo com o Decreto n.º 711 de 5 daquele mês na E. F. O. da Polícia Militar do Distrito Federal onde, com aproveitamento já concluíram o primeiro ano escolar. Em junho foram realizados exames de seleção de candidatos ao curso de formação de graduados (cabos e Sargentos), mas por deficiência do efetivo desses elementos não foi possível o funcionamento do mesmo. Realizaram-se concursos para contra mestre de música, para alfaiates, sapateiros-correiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros e tambores-corneteiros.

DA TROPA — Ainda por falta de praças prontas na sede da corporação não foi possível a indispensável instrução da tropa o que constitui um grave inconveniente para o serviço e para a própria disciplina da corporação.

ESCOLA DE RECRUTAS — Este ramo de instrução foi realizado com regularidade, tendo funcionado quatro turmas de recrutas, duas na Granja Cmt. Darcy e duas no Quartel de Maruípe.

INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL

Empolgou-me desde os primeiros dias da minha administração, entre outros problemas de caráter eminentemente social, a que me dediquei, o que diz respeito à readaptação social do adulto, tema que inspirou a tese apresentada pelo Secretário da Pasta do Interior e Justiça e unanimemente aprovada na primeira Reunião Penitenciária Brasileira, promovida pela Associação Brasileira de Prisões, da qual participou S. Excia. como Delegado deste Estado.

Conquanto não se possa classificar como modelar, pois para tanto lhe faltam requisitos de ordem material e técnica que se não satisfazem senão com elevados recursos financeiros de que não dispomos, nosso estabelecimento penal, mercê da profícua atuação do seu Diretor, tem cumprido sua alta finalidade.

Orientado pelos princípios em que se fundamenta a moderna conceituação de crime, criminoso e pena, o regime a que é submetido o agregado no Instituto de Readaptação Social, baseia-se no trabalho produtivo e retribuído, com a finalidade de, paralelamente, ministrar-lhe conhecimentos profissionais, habilitando-o, ao voltar ao seio da sociedade, a exercer honestamente uma atividade lucrativa.

Em geral o regime surte o efeito desejado. As exceções que se verificam, notadamente entre os elementos das zonas urbanas, quase sempre refratários ao trabalho, rebeldes, corroboram o acerto dos métodos empregados.

1952, foi, evidentemente, de intenso trabalho no Instituto de Readaptação Social pois que, além de as rendas das suas oficinas terem-se eleva-

do a Cr\$ 346 241,20 superando as de 1951, que foram de Cr\$ 250 837,10. Construíram-se em seus terrenos uma casa avaliada pela Secretaria de Viação e Obras em Cr\$ 37 428,30 onde reside o Mestre de Agricultura e, no pátio, para abrigo dos segredados, um grande galpão no qual foi aproveitado o material de um dos pavilhões da Exposição-Feira.

Todas as residências dos servidores do Instituto localizadas na área do estabelecimento estão sendo reformadas, já se achando duas delas concluídas. Em breve, também estará concluída a reforma do pavilhão de reclusão para mulheres.

A reforma das instalações de água das celas está em vias de conclusão, o que visa a solucionar velho problema, pois há mais de 10 anos os internos vem carregando latas d'água para o asseio dos seus cubículos.

A assistência médico-hospitalar, odontológica e religiosa aos segregados tem sido prestada com regularidade, não lhes tendo faltado, também, programas recreativos, tais como jogos desportivos, festas e cinema.

Sob a orientação profícua do Sr. Eugênio Pacheco Queiroz, realizaram-se com regularidade os trabalhos da Junta Comercial durante o ano que há pouco se encerrou.

Conhecedor profundo dos misteres que lhe exige o cargo de Presidente, verificou logo de início a necessidade imperiosa de uma reorganização dos serviços internos da repartição, sobretudo quanto ao arquivo de processos que somam 30000.

Premido pela exiguidade de suas verbas, a reorganização projetada vem sendo executada paulatinamente, sendo de esperar, no entanto, que, no ano em curso, seja concluída. Estará, assim, a Junta Comercial em condições de bem servir ao comércio do Espírito Santo, viga mestra da sua economia.

Pelos dados que a seguir se expõem, fácil se torna verificar o crescente aumento dos serviços desse órgão que, sem dúvida, reflete o desenvolvimento econômico do Estado e sua privilegiada situação financeira.

No exercício de 1952, ora relatado, foram realizadas 50 sessões ordinárias e, requeridas pelas partes, 16 extraordinárias durante as quais julgaram-se 3 236 processos. Foram extraídas 307 certidões, autenticadas e rubricadas 4 873 livros com 406 629 folhas.

A renda se elevou à cifra de Cr\$ 660 134,80, superando de Cr\$ 316 538,50, e arrecadada em 1951.

Mereceu, desde a primeira, hora, as melhores atenções do Governo, o problema da reeducação do menor delinquente ou pervertido, tida, sem exagero, por quantos a têm estudado, como complexa e de solução difícil.

Fatores múltiplos têm, por certo, obstado a realização da obra que reputamos uma das mais prementes e valiosas que à administração pública incumbem no campo social.

Neste setor nada se há realmente realizado, salvo estudos e projetos, mas isso que já conseguimos constitui para nós motivo de júbilo, pois significa o propósito de erradicar um mal que vem desafiando gerações de administradores.

JUNTA COMERCIAL

INSTITUTO AGRÍCOLA DE MARUIPE

Oportunamente apresentaremos o projeto que versará sobre tão importante e sempre momentoso problema.

Os trabalhos do Instituto Agrícola de Maruípe, em 1952 transcorreram normalmente, não obstante certas deficiências de ordem material que devem ser providas tão breve quanto possível, tais sejam:

- a) — ampliação das fossas sanitárias e rede de esgoto;
- b) — instalação de mictórios e lavabos;
- c) — instalação de lavanderia mecânica;
- d) — aquisição de armários para roupas dos internos;
- e) — pintura interna.

Alguns melhoramentos de que necessitava, os mais urgentes, foram efetuados, destacando-se, principalmente, a instalação de um fogão marca "Geral", pintura e consertos de cozinha, pintura externa do prédio, lâmpadas de raios infravermelhos e ultravioletas, um equipamento dentário e um projetor cinematográfico de 16 mm para exibição de filmes recreativos e educativos, o que vem sendo levado a efeito semanalmente, com a cooperação do Cinema Escolar.

Veio facilitar grandemente a execução do seu programa de trabalho o "jeep" que lhe foi entregue em maio do ano passado, da frota importada pelo Governo do Estado.

Com o objetivo de estimular o menor, desenvolvendo-lhe o espírito de iniciativa, a capacidade criadora, os pendores vocacionais, provocando-lhe o desejo de produzir mais e melhor, foi criado em 1949 o Fundo de Auxílio ao Menor, que só no corrente ano de 1953 terá aplicação pois que os orçamentos anteriores omitiram as respectivas dotações.

A lei de meios em vigor consignando a verba de Cr\$ 20 000,00 proporcionará o cumprimento do estabelecido no ato de criação do Fundo, tomando-se por base a quantia de Cr\$ 10,00 mensais por ano de internamento, paga no ato de desligamento.

Tem sido preocupação constante da direção do Instituto o ensino primário, que obedece rigorosamente aos métodos preconizados pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas. Todos os menores frequentam com regularidade as aulas do ciclo primário oficial além das de aprendizagem de artesanato, seja sapataria, alfaiataria, colchoaria, tipografia ou marcenaria.

Com sua reduzida área de terrenos cultivável e seu limitado campo de pastagem, é de admirar que o Instituto colha da terra e do seu pequeno rebanho tantos rendimentos, proporcionando aos menores alimentação farta, sadia e variada, como temos observado nas visitas inesperadas que lhe temos feito, pois os recursos orçamentários de que dispõe não lhe concedem uma diária "per-capita" superior a Cr\$ 7,00.

Não obstante a dedicação e o espírito de cooperação de que é dotado o seu Chefe, velho servidor do Estado, com longa e honrosa fôlha de serviços prestados à causa pública, o Arquivo Público está a exigir uma reforma radical nos seus métodos de trabalho.

Estão ali guardados documentos preciosos, uns pelo seu valor histórico que é inestimável, como sejam, jornais, autógrafos e publicações diversas, outros pelo valor que exprimem no caso de certidões e cópias fotostáticas.

Desde o prédio até as suas instalações internas, tudo é inadequado, Impróprio, obsoleto.

Mesmo assim, com essas deficiências de toda ordem, desobrigou-se o Arquivo Público, dentro de suas possibilidades, dos encargos que a natural rotina dos serviços exige.

Continuou esse órgão técnico, no ano passado, a exercer com regularidade as atribuições que lhe impendem, como o fizera no ano anterior, em cujo segundo semestre entrou a funcionar, criado que foi pela Lei n.º 495, de 5 de junho de 1951.

Sendo ainda um órgão novo na administração do Estado, já superou, entretanto, a fase inicial de adaptação e encontra-se no desempenho normal de sua missão de colaborador das leis e de órgão consultivo do Estado.

Assim é que em 1952, emitiu sobre os mais variados assuntos submetidos à sua apreciação diversas exposições de motivos, destacando-se, principalmente, as de números:

- 1) — Encaminhando quatro minutas de mensagens, para serem dirigidas à Assembléia Legislativa, com as razões dos vetos aos projetos de lei de números 165, 166, 167, e 169, votados pela Assembléia em dezembro de 1951.
- 2) — Com um parecer sobre o direito do Major Djalma Borges à diferença de vencimentos entre os postos de major e de tenente-coronel, durante a agregação do tenente-coronel Pedro Maia.
- 3) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidas ao Poder Legislativo, sobre permissão para realizar-se a alienação ao Clube Vitória de três prédios e respectivos terrenos, nesta Capital, independente do prévio pagamento do imposto de transmissão inter vivos.
- 4) — Com um parecer sobre emissão de cópias fotostáticas pelo Instituto de Identificação e Técnica Policial, com redução de 50% da respectiva taxa.
- 5) — Com um parecer sobre direito à gratificação adicional pelos extranumerários.
- 6) — Com um parecer sobre pagamento a magistrados aposentados, de proventos correspondentes aos vencimentos dos magistrados em atividade.
- 6 — A) Encaminhando o projeto de regimento interno da Assessoria Técnico-Consultiva.
- 7) — Com um parecer sobre o título das despesas de diárias e etapas do destacamento do município de Barra de São Francisco.
- 8) — Com um parecer sobre a composição da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.
- 9) — Com um parecer sobre o ante-projeto de reforma da lei n.º 65, de 30 de setembro de 1947 (Organização Municipal) elaborado pelo Diretório Regional de Geografia.

ASSESSORIA
TÉCNICA
CONSULTIVA

10) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidos à Assembléia Legislativa, regularizando a divisão judiciária e administrativa do Estado.

11) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidos à Assembléia Legislativa sobre reforma de militares da Polícia, invalidados em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições, ou acometidos de tuberculose, alienação mental, neoplasia, cegueira ou visão reduzida, lepra e paralisia.

12) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidos ao Poder Legislativo, dispondo sobre concessão de novo prazo para o registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Auxiliares de Engenheiro funcionários do Estado.

13) — Com um parecer sobre a criação de um tabelionato no distrito de Goiabeiras.

14) — Com um parecer sobre uma representação ao Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim contra um parecer do Departamento das Municipalidades.

15) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidos à Assembléia Legislativa, sobre a criação do serviço de cadastro na Divisão do Patrimônio do Estado e adotando outras providências.

16) — Com um parecer sobre percepção de salário-família por funcionários substitutos.

18) — Encaminhando minutas de mensagem e de projeto de lei, para serem dirigidos à Assembléia Legislativa, modificando o art. 17 da lei n.º 627, de 22 de fevereiro de 1952, que criou o Instituto de Bem Estar Social Espírito-Santense.

19) — Com um parecer sobre proventos de praças transferidas para a reserva remunerada.

20) — Com um parecer sobre vencimentos de uma praça atacada de tuberculose pulmonar e internada no Sanatório Militar de Itatiaia.

21) — Com um parecer sobre a revisão da reforma de um soldado da Polícia Militar.

22) — Com um parecer sobre um pedido de consideração, dirigido ao Governador do Estado pelo Coronel Sidronílio Firmino, ex-Comandante Geral da Polícia Militar, de um despacho indeferindo a incorporação aos proventos de sua reforma de um acréscimo de 20% de acordo com a lei n.º 611, de 31 de dezembro de 1951.

23) — Com um parecer sobre um pedido de auxílio formulado pelo sub-delegado de polícia do distrito de Riacho, município de Aracruz.

Conclui-se dessa enumeração, que foram os mais díspares os assuntos submetidos ao estudo deste órgão técnico, desincumbindo-se ele, em todos os casos, com comprovada eficiência e critério exclusivamente jurídico.

Nos vetos que redigiu, nos projetos que elaborou e nos pareceres que emitiu sempre visou a imprimir a seus pronunciamentos um cunho de pura juridicidade, acima de quaisquer outros propósitos, colaborando, destarte, dentro da órbita de suas atribuições, para o aperfeiçoamento de nossa legislação e para sua aplicação justa.

Ao findar o exercício de 1952, primeiro ano de vida do Departamento de Imprensa Oficial, criado pela lei n.º 600, de 28/12/51 e regulamentado pelo Decreto n.º 788, de 27/3/52, é que se pode, num cotejo com a sua produção anterior, apreciar quão proveitosa e útil vem sendo a atividade exercida por aquele órgão, com a sua atual estrutura, seu aparelhamento moderno e eficiente equipe de técnicos.

Absolutamente confiante na excelência dos resultados que se colheriam com a reorganização dos serviços da Imprensa Oficial, não vacilei em adotar a sugestão que recebi no sentido de concretizá-la, atribuindo-lhe o relevo de órgão Departamental e a estrutura necessária para bem desempenhar suas atividades nitidamente de caráter industrial, que se situam em dois setores:

Secção de jornal e

Secção de obras.

A Secção de jornal incumbe a publicação de atos oficiais dos três Poderes através dos Diário do Poder Executivo, Diário do Poder Legislativo e Diário da Justiça e, também, de certos atos do Governo Federal.

Foram editadas, para divulgação desses atos, 305 edições, com uma média diária de 16 páginas.

Com uma produção que satisfaz perfeitamente as exigências do serviço, a secção de jornal, ao encerrar-se o exercício de 1952, tinha cumprido rigorosamente sua finalidade, sem que se tenha registrado qualquer reclamação comprometedora do alto conceito que goza este Departamento.

Derivam, em sua grande maioria, as rendas industriais desse estabelecimento, da sua secção de obras.

Anteriormente à remodelação, por falta absoluta de recursos técnicos e materiais, os impressos e obras gráficas de interesse do Estado, eram confeccionados em oficinas particulares, cujos preços elevados reduziam a capacidade aquisitiva das repartições, perturbando-lhes a marcha natural dos serviços, uma vez que os seus créditos eram rapidamente absorvidos.

Hoje, o surto da sua produção pode ser atestado e indiscutivelmente comprovado com dados os mais expressivos, analisados em confronto com os anteriores, bastando assinalar que em 1952 foram confeccionados 6 200 000 impressos e, em 1951, apenas 751 020, decorrendo quase que exclusivamente desse crescimento de produção o excesso de receita de Cr\$ 5 448 980,00 em 1952, cotejadas as arrecadações dos dois últimos exercícios.

Os números registrados no quadro demonstrativo abaixo, sumariando os resultados obtidos, da sua receita financeira, em confronto com os do exercício anterior, justificam as esperanças mais otimistas e fazem crer que esse departamento, funcionando como órgão de economia independente, em futuro bem próximo passará a contribuir, expressivamente, para a receita do Estado.

RECEITA FINANCEIRA

	1951	1952	Dif. p/ mais
Janeiro	21 154,70	28 818,00	7 663,30
Fevereiro	101 111,60	430 534,80	329 423,20
Março	23 058,00	736 191,50	713 133,50
Abril	4 802,00	432 145,50	427 343,50
Maio	2 315,50	419 690,00	417 374,50
Junho	51 580,40	328 847,90	277 267,50
Julho	39 014,70	364 618,30	325 603,60
Agosto	2 391,90	237 947,60	235 555,70
Setembro	1 582,50	420 397,30	418 814,80
Outubro	2 095,00	386 447,00	384 352,00
Novembro	1 573,10	438 520,90	436 947,80
Dezembro	838,00	202 727,80	201 889,80
	251 517,40	4 426 886,60	4 175 369,20

SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo, que se compõe do Serviço de Administração, do Gabinete Militar e do Gabinete Civil, superintende o Departamento Estadual de Saúde, o Departamento Estadual de Estatística, o Serviço Jurídico, a Rádio Espírito Santo e o Serviço Estadual de Rádio. As atividades desses órgãos são, a seguir, mencionadas separadamente.

Com relação aos serviços internos da própria Secretaria, os seguintes dados em confronto bem indicam o esforço dispendido no decorrer deste segundo ano de Governo:

	1951	1952
Ofícios expedidos	4 300	6 543
Rádios e telegramas expedidos	2 200	2 850
Processos	4 603	5 795
Processos arquivados	1 112	1 444
Empenhos emitidos	147	224
Prestação de contas apresentadas	66	65
Térmos de Compromissos	55	78
Portarias	232	324
Circulares	10	16

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Os órgãos da estatística regional mereceram em 1952 todo o apoio do Governo do Estado que dispensou a maior consideração às suas atividades amparando as medidas propostas visando tornar cada vez mais eficiente a colaboração que a estatística espírito-santense vem emprestando à sua obra administrativa. Deve-se salientar que continua merecendo a consideração do Governo o sistema de admissão de pessoal adotado pelo Departamento, com processo de seleção para as funções menos elevadas e conseqüente melhoria de situação dos que já trabalharam na Repartição.

Foi realizado durante o ano, nos meses de Setembro e outubro, um inquérito especial sob a responsabilidade do Departamento — Pesquisa de padrão de vida — com levantamentos urbanos nos municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, constantes de duas fases — preenchimento de questionários e de cadernetas familiares. O primeiro de 1 a 15 de setembro, e o segundo de 15 de Setembro a 26 de Outubro. Tal inquérito foi de iniciativa da Comissão Nacional de Bem Estar Social e pela mesma dirigida em todo o Brasil.

Além da pesquisa urbana que se verificou entre industriários e bancários, na Capital, e industriários nas outras duas cidades, foi levado a efeito o levantamento de "padrão de vida do pequeno agricultor" nos municípios

PESQUISA
DE PADRÃO
DE VIDA

de Guaçuí e São Mateus, em estudo monográfico, o primeiro já encaminhado ao Rio e o segundo em andamento, por intermédio do Agente de Estatística local.

Finalmente ficou assentada a realização de estudo especial em Santa Leopoldina, o primeiro município em que foi realizado estudo de padrão de vida no Brasil. O presente estudo visa atualizar o trabalho realizado por Wagemann por volta de 1911. Foi iniciado em janeiro, sob o patrocínio do Governo do Estado.

PUBLICIDADE

Foram editadas pelo Departamento, em 1952, 15 publicações diferentes, incluindo-se NOTÍCIAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, publicação que visa colocar o povo a par das atividades do Governo do Estado, incluindo clichês sobre obras e realizações.

O trabalho de suas seis secções de estatística é condensado por um setor próprio em publicações de constante procura.

LEGISLAÇÃO ESTATÍSTICA

Como legislação estatística vale citar o Decreto-lei n.º 16 554, de 3 de junho de 1947, o qual permite ao D. E. E. tomar providências para obter os dados dos inquéritos de sua iniciativa. O Judiciário espírito-santense vem exigindo dos serventuários da justiça o cumprimento dos seus dispositivos, no que se relaciona com os inquéritos nos cartórios. Poucos são os casos em que o Departamento tem necessidade de pedir a interferência de Juizes e Desembargadores. Também quando ocorre o atraso de remessa de dados em outros setores é o Decreto-lei, referido, o meio para dar solução ao caso.

JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A J. E. R. tem a seguinte constituição:

- a) — o Diretor Geral do D. E. E., como seu presidente nato;
- b) — o Inspetor Regional de Estatística Municipal;
- c) — os Chefes dos Serviços de Administração e Estatística Militar do D. E. E.;
- d) — o Agente de Estatística do Município da Capital, nos termos da cláusula I, item X, letra b da Convenção Nacional de Estatística;
- e) — os Diretores das repartições que possuem Secções ou Serviços de Estatística especializada integrados no sistema regional;
- f) — os Chefes dessas mesmas secções ou serviços;
- g) — um representante de cada Secretaria do Estado;
- h) — um representante do Departamento do Serviço Público;
- i) — um representante do Departamento das Municipalidades;
- j) — um representante do Estado Maior da Região Militar, um do Estado Maior da Armada e um do Estado Maior da Aeronáutica;
- k) — um representante do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia.

Como órgão deliberativo do Conselho Nacional de Estatística a J. E. R. votou, em 1952, as seguintes resoluções:

172	5/1/52	Manifesta à Junta Executiva Central do Conselho, sua estranheza face aos conceitos emitidos pela Presidência do Instituto.
173	28/1/52	Aprova prestação de contas relativas a aplicação do "auxílio" de 1951.
174	4/2/52	Dispõe sobre a aplicação do "auxílio" de 1952.
175	19/9/52	Aprova sugestões para modificação das "Normas para a execução das Campanhas Estatísticas (Proj. n.º 10 da A. G. do D. N. E. de 1952).
176	19/9/52	Aprova sugestões para modificação do projeto de reforma do "Regimento Interno da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.
177	12/52	Modifica dispositivos da resolução n.º 174 que dispõe sobre a aplicação do auxílio de 1952.

Foram realizadas 11 reuniões, durante o ano, como decorrência da necessidade da estatística regional, ou em face da solicitação dos órgãos federais.

Integram a Junta, os seguintes órgãos estatísticos:

a) — repartições centrais regionais:

- 1 — Departamento Estadual de Estatística;
- 2 — Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

b) — repartições de estatística especializada:
Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Em 1952 foram realizados entendimentos com Serviços Federais de Estatística, acordando o entrosamento de trabalhos estatísticos de interesse comum, destacando-se os que foram realizados com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira sobre estatísticas do Intercâmbio Comercial e do Movimento Bancário, os quais resultaram em encarregar-se o Departamento de enviar-lhe as apurações do Comércio de Cabotagem, realizadas com os documentos de coleta da Repartição Federal e esta encaminhar ao D. E. E. as apurações do Comércio Exterior, abstendo-se este de realizá-las. Encontram-se ainda em andamento os que se relacionam com o Movimento Bancário.

ENTENDIMENTOS COM SERVIÇOS FEDERAIS

**ANÁLISE
ESTATIS-
TICA DA
SITUAÇÃO
ECONÔMICA
E FINANCEI-
RA DO ES-
TADO**

Segundo os dados de previsão de safra para 1952, a situação da agricultura espírito-santense continuou quase inalterada, com pequena margem de decréscimo mesmo da produção e conseqüente do valor das safras em relação ao ano anterior.

No que tange à maioria dos produtos básicos, foram as respectivas culturas duramente afetadas pela estiagem que se verificou nos últimos meses de 1951, acrescentando ainda a circunstância de que, uma das principais fontes de renda do Estado — o café — teve sua safra fortemente prejudicada pelo surto de broca que afetou grande parte da produção dos cafezais existentes na Unidade.

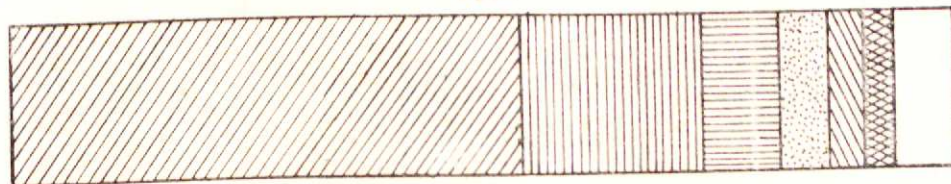
Dai o aparente estacionamento, quase com carecterísticos agressivos que se observa no conjunto do panorama estatístico referente à agricultura capixaba de 1952.

Ainda no transcurso do ano em foco — 1952 — as condições de trabalho agrícola quase não sofreram modificação no que diz respeito ao empirismo dos métodos empregados. Foi com a atenção voltada para essa circunstância que o Governo Estadual houve por bem promover um importante acôrdo com o Ministério da Agricultura, pelo qual, assumindo a responsabilidade de contribuir com dois terços da verba destinada ao fomento agropecuário, obteve, em compensação, o contrôle do emprêgo dessa verba, por intermédio da Divisão do Fomento da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização que, para sua racional utilização, já organizou e iniciou um vasto e minucioso "Plano de Trabalho" destinado a vigorar no período setembro 1952 — agôsto 1953.

Assim, com a criação das "Casas do Lavrador" a serem instaladas em todos os municípios capixabas, é de crer que, já no próximo ano, os resultados apresentados pela agricultura capixaba sejam sensivelmente melhores do que os obtidos em 1952.

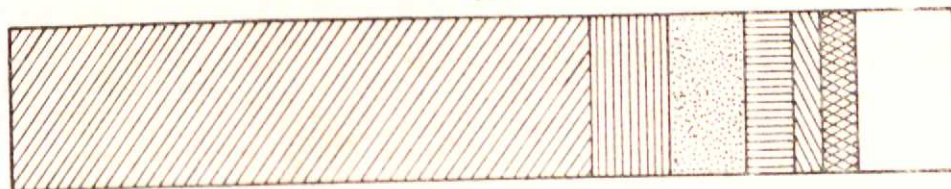
ÁREA CULTIVADA

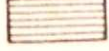
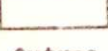
Segundo as seis principais culturas
1952



VALOR DA PRODUÇÃO

Segundo as seis principais culturas
1952



							
	Café	Milho	Feijão	Arroz	Mandioca	Cana	Outros
Área....	54 %	19 %	8 %	4 %	5 %	3 %	7 %
Valor...	62 %	8 %	5 %	3 %	8 %	3 %	11 %

Como bem pode ser observado na Tabela I, a área cultivada sofreu um acréscimo de 7 383 ha. Entretanto não fôsse o longo período de estiagem verificado no final do ano precedente, motivando um retraimento no plantio de determinados produtos, certamente teriam sido bem maiores as nossas plantações.

TABELA I

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO E. ESPÍRITO SANTO

1947/1952

ÁREA CULTIVADA

(Índice com base móvel)

ANOS	ÁREA CULTIVADA		
	Números absolutos (ha)	Números relativos (base móvel)	Afastamento
1947	409 603	100,00	—
1948	418 719	102,22	+ 2,22
1949	422 828	100,98	+ 0,98
1950	421 530	99,69	— 0,31
1951	439 711	104,31	+ 4,31
1952	447 094	109,15	+ 9,15

NOTA: — Esses dados retificam os constantes do quadro idêntico da Mensagem anterior.

Um dos produtos que maior índice de retraimento atingiram, no que concerne à área cultivada, foi a cana de açúcar. Conforme podemos verificar na Tabela II, o seu plantio que ocupava 16 422 ha. em 1951, passou em 1952 a ser efetuado em uma área de cultura orçada em 14 649 ha. Só aí se verificou uma diferença, para menos de 1 773., ou sejam 10,80%.

Quanto ao feijão, arroz e batata inglesa, se bem que não tenham sofrido grande decréscimo em suas áreas de cultura em relação a 1951, também sofreram diminuição no que concerne ao plantio. Dos outros produtos chaves, a mandioca sofreu um pequeno acréscimo de área cultivada, enquanto o café e o milho mantiveram seu ritmo ascensional, o que atesta a crescente confiança dos agricultores capixabas nas possibilidades de boa compensação futura para a colocação desses produtos.

TABELA II

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO E. ESPÍRITO SANTO

1947/1952

ÁREA CULTIVADA

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha)					
	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Abacaxi	90	104	111	126	132	120
Algodão em caroço . .	1 511	1 180	1 429	2 961	4 413	6 754
Arroz em casca	15 039	15 336	16 636	18 416	18 982	18 313
Banana	4 571	4 837	5 358	5 633	6 085	6 257
Batata doce	985	1 178	1 256	1 241	1 201	1 252
Batata inglesa	382	364	306	418	427	354
Cacau	4 145	6 397	7 617	7 752	10 781	10 792
Café	227 010	227 728	227 972	219 506	231 755	239 651
Cana de açúcar	15 681	15 377	15 210	16 414	16 422	14 649
Côco	175	162	209	209	368	377
Feijão	32 089	36 641	37 823	36 664	36 418	34 696
Fumo em folha	162	140	160	224	232	242
Laranja	2 843	2 734	2 722	2 707	2 713	2 713
Mamona	876	844	820	716	623	629
Mandioca	23 529	23 521	20 832	22 434	20 331	20 513
Milho	76 208	78 041	80 094	82 124	84 710	85 658
Uva	57	59	61	61	81	69
Outros	4 250	4 076	4 311	3 924	4 039	4 055
Total (**)	409 603	418 719	422 828	421 530	439 711	447 094

NOTA: — (*) Dados sujeitos a retificação.

(**) Sendo comum no Estado o plantio de duas e, às vezes três, culturas na mesma área, tenha-se em vista que nos totais está, em alguns casos, considerada mais uma vez a mesma superfície de terra.

RENDIMEN-
TO CONDI-
CIONAL

A simples análise dos elementos contidos no quadro III bem permite aos interessados e estudiosos do assunto constatarem o quão acertadamente andou o Governo, promovendo a alteração dos métodos até então rotineiros, dando novas diretrizes às atividades do Fomento Agrícola, com a criação das "Casas do Lavrador", sediadas em locais ao alcance dos lavradores, permi-

TABELA III

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO E. ESPÍRITO SANTO

1947/1952

Rendimento Cultural

RENDIMENTO MÉDIO POR HA.

PRODUTOS	UNIDADE	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Abacaxi	fruto	5 818	4 985	5 032	5 132	4 820	5 122
Algodão em caroço	t	0,480	0,450	0,424	0,690	0,660	0,675
Arroz em casca	60 kg	21	24	26	24	25	25
Banana (**)	cacho	1 473	1 481	1 471	1 555	1 438	1 424
Batata doce	t	14	14	15	15	15	15
Batata inglesa	60 kg	143	143	145	158	160	147
Cacau (**)	60 kg	7	7	6	7	7	7
Café (**)	60 kg	7	6	8	7	7	6
Cana de açúcar	t	28	28	29	27	28	30
Côco (**)	fruto	3 800	3 900	4 249	4 500	4 400	4 800
Feijão	60 kg	10	11	11	12	10	10
Fumo em folha	kg	870	870	879	855	855	765
Laranja (**)	100	567	548	581	557	528	470
Mamona	kg	728	658	581	655	653	657
Mandioca	t	13	14	13	13	14	14
Milho	60 kg	12	14	15	15	16	15
Uva (**)	kg	4 419	4 901	4 721	4 853	4 995	5 713
Outros	t	6,04	5,87	5,75	5,99	6,08	5,95
Total	t	2,83	2,79	2,80	2,90	2,80	2,71

**QUANTI-
DADE PRO-
DUZIDA**

A Tabela IV é aquela em que mais se destacam os efeitos das condições climáticas adversas que se observaram no final do ano de 1951, principalmente entre os produtos a serem colhidos em 1952.

Dos 17 produtos principais, apenas 7 apresentaram saldo em referência a 1951. Dêsses, entretanto, apenas 1, a banana, teve um aumento quantitativo substancial já que nesse setor da produção o aumento foi de 159 690 cachos.

Dos produtos chatos apenas a mandioca teve um ligeiro e pouco expressivo aumento de 2 523 toneladas, enquanto que os cinco restantes sofreram uma diminuição por vezes sensível.

Assim é que a produção de feijão, de 358 977 sacos foi reduzida para 347 431, diminuindo portanto, 11 546 unidades. A cana de açúcar, de um total de 454 889 toneladas de produção, baixou para 452 757 toneladas, o que representa um decréscimo de 2 132 toneladas.

No que diz respeito à produção de milho e arroz, ainda foi maior o decréscimo. A safra de milho que em 1951 atingiu a 1 336 530 sacos decaiu para 1 285 000 sacos, com a diferença, para menos de 51 630 sacos. A safra de arroz em casca também foi afetada pois sua produção caiu de 479 227 sacos para 461 439, diminuindo portanto de 17 788 sacos.

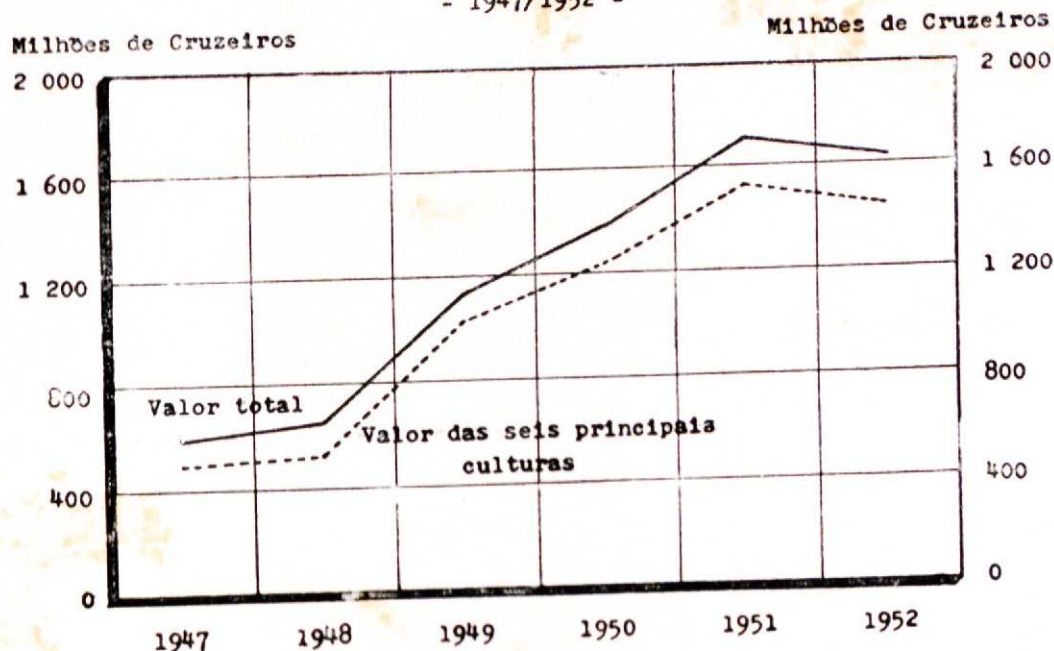
Pelo seu maior reflexo na economia do Estado, entretanto, mais sensível ainda foi a queda da produção do café, que, segundo nos mostra a Tabela IV, representava, uma possibilidade de progresso produtivo em 1952. Os 1 626 748 sacos produzidos em 1951, no ano seguinte decresceram para um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e dezesseis sacos, apesar do contínuo aumento da área de cultura dedicada ao produto. Como já foi consignado, tal acontecimento se verificou não só devido a condições climáticas desfavoráveis, como também em face da ação de broca sobre os cafezais capixabas. Consola entretanto saber que, para combate a esse último fator, dentro em breve estarão os lavradores preparados, graças aos novos e prontos recursos que lhes serão proporcionados com o funcionamento dos já aludidos centros técnicos a que se convencionou chamar "Casas do Lavrador".

VALOR DA PRODUÇÃO

Consequência da queda verificada na quantidade produzida, o valor total da produção agrícola também decaiu em 1952 em relação ao ano precedente.

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CAPIXABA

- 1947/1952 -



Apesar da majoração unitária sofrida por todos os produtos, ainda assim o confronto entre os totais dos dois anos em tela apresentou um deficit de Cr\$ 71 401 000,00 em 1952.

TABELA IV

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO E. ESPIRITO SANTO

1947/1952 — QUANTIDADE

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE PRODUZIDA					
		1947	1948	1949	1950	1951	1952
Abacaxi	fruto	523 600	518 480	558 550	641 680	636 200	614 580
Algodão em caroço	t	735	526	606	2 046	2 935	4 565
Arroz em casca	60 kg	309 298	363 723	440 142	443 327	479 227	461 439
Banana	cacho	6 732 100	7 161 760	7 733 100	8 761 560	8 750 172	8 909 862
Batata doce	t	13 724	16 750	18 725	18 176	17 707	18 312
Batata inglesa	60 kg	63 930	52 180	44 240	65 889	67 860	51 904
Cacau	60 kg	28 400	45 103	45 970	55 673	71 863	71 938
Café	60 kg	1 660 061	1 236 551	1 918 213	1 415 859	1 626 748	1 434 216
Cana de açúcar	t	443 740	430 263	437 330	450 720	454 889	452 757
Côco	cento	6 763	6 321	8 880	9 371	16 247	18 131
Feijão	60 kg	331 369	409 350	399 723	437 999	358 977	347 431
Fumo em folha	kg	141 680	122 055	140 055	191 355	206 970	185 835
Laranja	cento	1 612 760	1 497 352	1 580 270	1 508 810	1 431 598	1 274 525
Mamona	kg	637 500	553 300	476 700	469 150	406 750	413 300
Mandioca	t	310 457	329 619	281 050	299 014	284 775	287 298
Milho	60 kg	896 387	1 061 198	1 188 500	1 255 640	1 336 530	1 285 000
Uva	kg	251 880	289 156	287 960	296 048	404 600	394 200
Outros	t	25 686	23 921	24 784	24 454	24 577	24 114
Total	t	1 160 757	1 166 411	1 193 156	1 222 669	1 227 774	1 212 671

NOTA: — (*) Dados sujeitos a retificação.

Consequência da queda verificada na quantidade produzida, o valor total da produção agrícola também decaiu em 1952 em relação ao ano precedente.

VALOR DA PRODUÇÃO

Apesar da majoração unitária sofrida por todos os produtos, ainda assim o confronto entre os totais dos dois anos em tela apresentou um deficit de Cr\$ 71 401 000,00 em 1952.

TABELA V

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO E. ESPÍRITO SANTO

VALOR DA PRODUÇÃO

1947/1952

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000,00)					
	1947	1948	1949	1950	1951 (*)	1952(*)
Abacaxi	552	516	562	831	935	878
Algodão em caroço	2 024	1 850	2 243	8 537	21 425	33 183
Arroz em casca	23 089	32 056	43 086	50 528	51 052	56 590
Banana	29 308	32 488	36 468	41 601	44 081	44 486
Batata doce	7 199	10 423	11 293	13 975	13 871	14 524
Batata inglesa	6 518	6 526	5 650	9 436	13 291	10 263
Cacau	22 688	29 321	19 841	29 993	42 374	42 397
Café	290 878	261 054	737 429	913 024	1 166 067	1 020 561
Cana de açúcar	26 086	28 575	31 594	41 520	46 827	50 812
Côco	1 271	1 173	1 689	2 019	4 192	4 605
Feijão	30 920	56 003	55 581	47 015	53 761	76 338
Fumo em folha	323	319	421	728	872	786
Laranja	10 899	10 702	11 659	12 945	14 513	13 056
Mamona	561	484	436	701	693	693
Mandioca	65 396	80 712	79 727	100 044	112 987	110 919
Milho	58 840	72 646	77 411	84 777	97 084	129 907
Uva	927	1 101	1 157	1 377	1 878	2 129
Outros	10 753	11 185	14 685	16 639	20 808	23 183
Total	588 205	637 134	1 130 953	1 382 147	1 706 711	1 635 310

NOTA: — (*) Dados sujeitos a retificação.

Como bem revelam os dados da Tabela V, desde 1947 não se verificava uma queda no valor da produção. Que tal diferença residiu, principalmente, nas ocorrências aleatórias verificadas na produção cafeeira, não subsiste a dúvida alguma, como o demonstra a análise, de que a diferença entre a produção total de 1951 em relação a 1952 foi de Cr\$ 71 401 000,00, enquanto que, no mesmo período a diferença entre o valor da produção do café foi de Cr\$ 145 506 000,00.

TABELA VI

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL
E DAS PRINCIPAIS CULTURAS

1947/1952

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO		
	total (Cr\$ 1 000,00)	Dos seis principais produtos	
		Números absolutos (Cr\$ 1 000,00)	% sobre o total
1947	588 205	495 182	84,19
1948	637 134	531 046	83,35
1949	1 130 953	1 024 828	90,62
1950	1 382 147	1 236 908	89,49
1951 (*)	1 706 711	1 527 778	89,52
1952 (*)	1 570 333	1 380 150	87,89

NOTA: — (*) Dados sujeitos a retificação.

AMPARO
AO HOMEM
DO CAMPO

Mas, se agentes naturais, como as condições climáticas e pragas animais, influenciaram tão decisivamente no decréscimo da produção capixaba, a assistência dos órgãos governamentais ao homem do campo se fez sentir de maneira positiva, como a divisão do Estado em Zonas Agrícolas, criação das Casas do Lavrador e outras medidas de amparo à lavoura e à pecuária, objetivo de comentários em outro capítulo da presente Mensagem.

CONSIDERAÇÕES
SOBRE A
PRODUÇÃO
AGRÍCOLA
NECESSIDADES DE SUA
POPULAÇÃO

Face aos resultados da produção agrícola, consideramos a evasão das populações campestres que buscam nas zonas urbanas o conforto que lhes falta no meio rural como um fator de decréscimo.

Os trabalhos nas circunvizinhanças das grandes cidades podem ser rudes como os dos campos, mas aí encontram as diversões, a assistência, um meio social mais desenvolvido.

A falta de organização, na zona rural, pela disseminação da população, responde, em grande parte, por esse êxodo que se observa em virtude da miragem das cidades.

Distanciado dos campos em que operava, o homem rural busca em outras atividades a que se adapta, muitas vezes, com dificuldade, o meio de manutenção. Nem sempre consegue adaptar-se, e volta ao local de origem, mas isso raramente acontece, transformando-se quase sempre em desajustado social.

Parece-nos perfeitamente lógico que se tivessem o conforto urbano ao seu alcance, poderiam continuar nos trabalhos agrícolas, desde que não se deslocassem muito dos campos a cultivar, não sendo isso uma questão de gênero de atividade, mas o resultado de uma necessidade social, sentida através de anos a fio, quase isolados do mundo e, em face de um paralelo com as cidades que possuem os meios de assistência e recreação que tornam a vida menos árdua.

A interiorização de um relativo conforto urbano dá-nos a impressão de que atenuaria de muito tal situação, fixando mais no amanho da terra, as populações que, julgando-se desamparadas e desestimuladas, emigram para procurar em outras paragens a satisfação de suas necessidades sociais.

Aquêles que conhecem a vida nos campos podem atestar os deslocamentos a que se obrigam famílias inteiras para assistirem a espetáculos de pobres "círcos" ou para tomarem parte nos "bailes" que se realizam a grandes distâncias de suas residências, numa demonstração de que atendem a imperativos de ordem social e recreativa, isso para falar apenas nessa parte e sem considerar o lado assistencial.

Nos estudos que têm sido feitos para resolver o problema da assistência médica às populações rurícolas, ficou constatado que seriam necessárias unidades móveis de saúde pública cujos serviços seriam dispendiosíssimos, levando os governos a adiar as medidas nesse sentido.

As maiores dificuldades para atender às necessidades dessas populações resultam sempre das distâncias existentes entre as várias residências, obrigando os órgãos de assistência a deslocar-se, muitas vezes por estradas de difícil trânsito, percorrendo longas distâncias para levarem os socorros necessários a um pequeno número de pessoas.

Temos a impressão de que providências que visassem reunir, em pequenos núcleos urbanizados, de relativo conforto, tais populações, tenderiam a trazer reais benefícios para impulsionar e estimular a produção agrícola. Tais núcleos deveriam possuir uma casa de diversões, serviço de assistência, organizações assistenciais, outras de modo a facilitar o atendimento das necessidades associativas do homem, proporcionando-lhes meios de se recrear e tranquilizando-o quanto à assistência da família.

Os núcleos poderiam situar-se dentro de um raio de 15 quilômetros, permitindo que os próprios lavradores pudessem residir no mesmo e movimentar os trabalhos agrícolas, partindo dessas residências, visto que o máximo a ser percorrido não ultrapassa dessa distância, que alcançaria o raio de influência de um novo núcleo. Estradas razoáveis partindo de cada núcleo permitiriam o deslocamento rápido das populações para o seu trabalho e, nos dias de folga e mesmo à noite, os residentes de cada núcleo encontrariam possibilidades de se recrearem e de proporcionar às suas famílias recreação e desenvolvimento cultural e associativo, elementos tão necessários às populações perdidas nos "interlands".

Entre as organizações de assistência deveriam destacar-se as que se referissem aos trabalhos de agricultura, pecuária e indústria de produtos derivados, visando preparar o núcleo para uma produção intensiva, estabelecendo-se ainda uma espécie de concorrência entre os vários núcleos.

Toda a assistência torna-se-ia fácil, e teríamos assim os governos realmente entrosados com as populações rurais, auscultando-lhes as necessidades e correndo em seu auxílio para atendê-las.

Nos dias de folga seriam proporcionadas instruções especiais intercaladas de programas recreativos que visassem atrair mais ouvintes por variados interesses.

Núcleos assim formados facilitariam a criação de escolas de graus elementar e profissional rural, preparando as gerações novas para empreendimentos de vulto no campo da agricultura e pecuária, permitindo a continuidade e o progresso do núcleo.

Um sistema de cooperativas seria organizado, visando desenvolver e entrosar os interesses de produtores, e consumidores que são, ao mesmo tempo, os homens do campo, estimulando a produção de artigos de uso comum e imprescindível à vida e desenvolvimento do núcleo, defendendo os seus habitantes de possíveis exploradores e proporcionando a real defesa da coletividade.

Teixeira de Freitas, o grande estudioso dos problemas brasileiros, diz com muita propriedade no seu livro PROBLEMAS DE BASE DO BRASIL das necessidades dessas populações, prescrevendo a criação de Colônias Escolas para o preparo das populações rurícolas, sem que se desloquem o seu "habitat", preocupando o aproveitamento desse potencial humano que se encontra em abandono.

Para experimentar o sistema de que falamos poderiam ser criados dois ou três núcleos dessa natureza em zonas diferentes e aparelhados suficientemente, dando-se preferência a zonas mais centrais. O Governo determinaria providências para a instalação e funcionamento, em caráter experimental dos que julgasse úteis para o trabalho inicial.

PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO RURAL

NO TOTAL DO ESTADO

(Dados censitários de 1940 a 1950)

1940	79,01%
1950	77,37%

Os dados acima indicam que se processa o êxodo rural tão prejudicial aos empreendimentos agrícolas, reclamando medidas urgentes do poder público para afastar as causas que o determinam.

PECUARIA

Através da Tabela VII fácil se torna a constatação de que, dos rebanhos estaduais, as estimativas de 1951 atribuem ao gado suíno a primeira posição, com um total de cabeças estimado em mais de 735 mil. Seguem-se, em ordem decrescente, os bovinos, com 539 920 cabeças, equinos com 120 980, muares com 118 610, caprinos com 62 090, ovinos com 30 250 e, finalmente, asininos com apenas 890 cabeças.

Quanto às aves, as galinhas, com 2 184 950 cabeças, abrangem cerca de 87% do total orçado, visto que foram estimados para 1951 75 510 perus e 252 090 patos, marrecos e gansos.

TABELA VII

POPULAÇÃO PECUÁRIA DO E. ESPÍRITO SANTO

SEGUNDO AS ESPÉCIES — 1947/52

NÚMERO DE CABEÇAS

Especificação	1947	1948	1949	1950	1951
Bovinos	421 695	452 630	485 192	502 590	539 920
Equinos	92 201	98 012	106 399	112 020	120 960
Asininos	914	835	961	871	890
Muares	78 305	86 078	95 977	106 830	118 610
Suínos	674 638	660 611	696 192	711 240	735 840
Ovinos	17 648	20 909	23 394	26 430	30 250
Caprinos	46 759	49 670	53 398	57 650	62 090
AVES					
Perus	80 763	77 492	77 208	76 570	75 510
Patos, Marrecos e gansos	269 202	258 295	257 272	255 580	252 090
Galinhas	2 342 218	2 247 349	2 238 090	2 217 560	2 184 950

VALOR (Cr\$ 1 000)

Especificação	1947	1948	1949	1950	1951
Bovinos	302 150	335 995	392 733	440 426	532 046
Equinos	71 806	79 824	95 021	107 465	132 536
Asininos	1 559	1 556	1 652	1 735	1 933
Muare	101 006	2 119 702	140 769	172 261	209 433
Suinos	237 058	222 688	266 240	309 549	355 764
Ovinos	1 326	1 683	1 981	2 327	2 568
Caprinos	3 282	3 809	4 188	4 753	5 365
AVES					
Perus	3 606	3 692	4 060	4 615	5 141
Patos, Marecos e					
gansos	2 720	2 750	3 106	3 239	3 728
Galinhas	23 523	30 312	33 805	35 283	41 428
Total	753 936	2 802 011	943 555	1 081 653	1 229 942

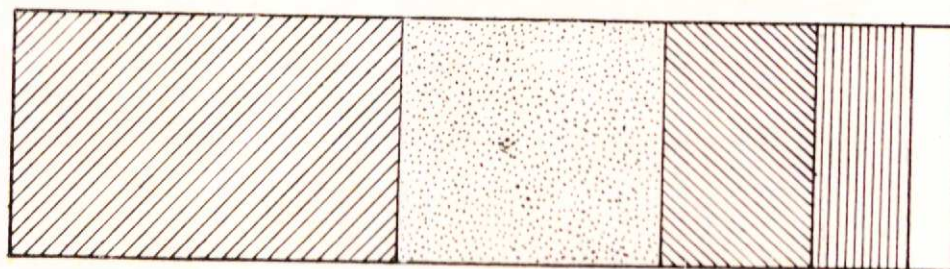
No que concerne ao valor, o rebanho bovino apresentou maior significação, estando o seu total estimado em mais de Cr\$ 532 000 000,00. Os suínos, muare, equinos o seguem com, aproximadamente, 356, 209 e 133 milhões de cruzeiros, respectivamente.

A avicultura estadual foi estimada em mais de 50 milhões de cruzeiros

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VALOR DA POPULAÇÃO PECUÁRIA

1951



Bovinos

41 %



Suínos

28 %



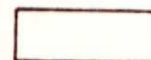
Muas

16 %



Equinos

10 %



Outros

5 %

Como se depreende da comparação dos resultados conseguidos no ano de 1951 com os do ano anterior, acertadas têm sido as medidas adotadas pelo atual Governo para incremento da produção pecuária. Com efeito, comparando aqueles resultados, encontramos um aumento de quase duzentos e dez milhões de cruzeiros na produção total.

Preocupação constante do atual Governo tem sido também a industrialização do Estado para assegurar ao Espírito Santo a posição privilegiada que merece no seio da comunidade nacional. Arrojadadas têm sido suas iniciativas nesse sentido e, graças a elas, o Estado já desfruta de uma posição de real destaque, com a ampliação de seu parque industrial. O amparo governamental às novas indústrias, cedendo-lhes recursos para instalação, concedendo-lhes isenção de impostos, etc. e a criação de estabelecimentos industriais pelo próprio Governo, como o Estaleiro Naval e outros, têm produzido os efeitos esperados, contribuindo eficazmente para o engrandecimento do Estado. Como reflexo das medidas adotadas pelos órgãos oficiais, já vemos demonstrado o interesse de firmas de renome internacional em transferir seus estabelecimentos para o nosso Estado.

Assim, de tipicamente primária, como se vinha apresentando a nossa indústria, pois, como dissemos em Mensagem anterior, nada menos de 66% de nossa produção resultava do beneficiamento, caminhamos a passos largos para a industrialização pesada e eficiente.

Relativamente às nossas indústrias básicas — cimento e siderurgia — a produção da segunda manteve o mesmo ritmo, embora o seu valor tenha decrescido mais de Cr\$ 4 000 000,00. No que concerne ao cimento, embora o volume de produção tenha sido consideravelmente aumentado, pois de treze milhões de quilogramas produzidos em 1950 passou-se a dezessete milhões em 1951, — o seu valor total desceu de 11 para 10 milhões de cruzeiros.

PRODUÇÃO INDUS- TRIAL

FERRO E CIMENTO

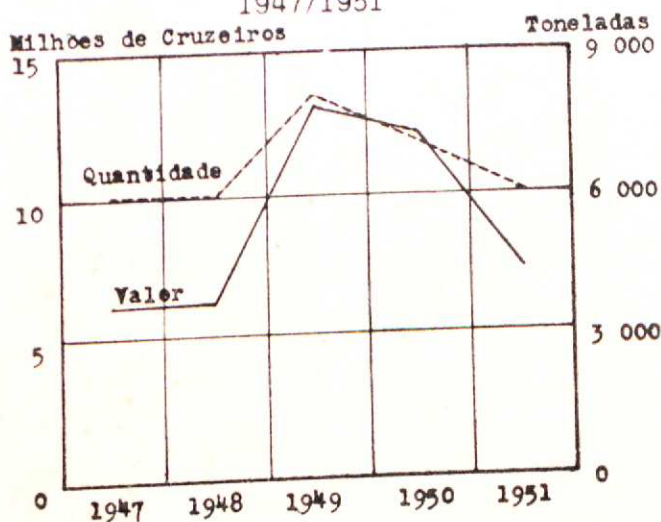
TABELA I

PRODUÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE FERRO GUSA E DE CIMENTO — 1947/1951

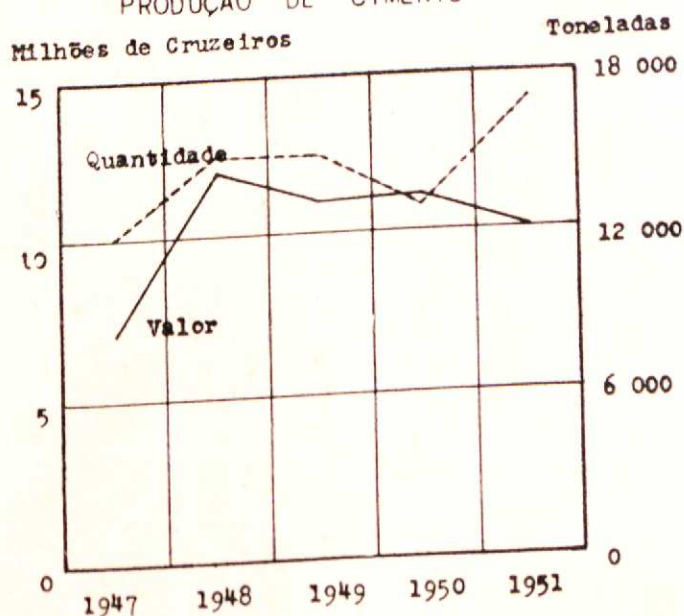
ANOS	FERRO GUSA		CIMENTO	
	Quantidade (1 000t)	Valor (milhões cr\$)	Quantidade (1 000t)	Valor (milhões cr\$)
1947	6	6	12	7
1948	6	6	15	12
1949	8	13	15	11
1950	7	12	13	11
1951	6	7	17	10

FONTE: — Serviço de Estatística Militar.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRODUÇÃO DE FERRO GUSA
1947/1951



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRODUÇÃO DE CIMENTO



BENEFICIAMENTO
DE CAFÉ

A maior parcela de formação do valor de nossa produção ainda é retida pelo café que totalizou, em 1951 82 mil toneladas, contra 54 mil em mil novecentos e cinquenta. Seu valor totalizou 1 bilhão e 59 milhões de cruzeiros, representativos de 70% da produção total, a qual atingiu 1 bilhão, quinhentos e dezessete milhões de cruzeiros.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BENEFICIAMENTO DE CAFÉ —1947/1952

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR	
		Números absolutos (Cr\$ 1 000)	% sobre o total
1947	91 827	285 825	49,6
1948	62 704	232 882	41,24
1949	85 483	581 971	64,67
1950	54 486	690 557	63,39
1951	81 735	1 059 241	69,81

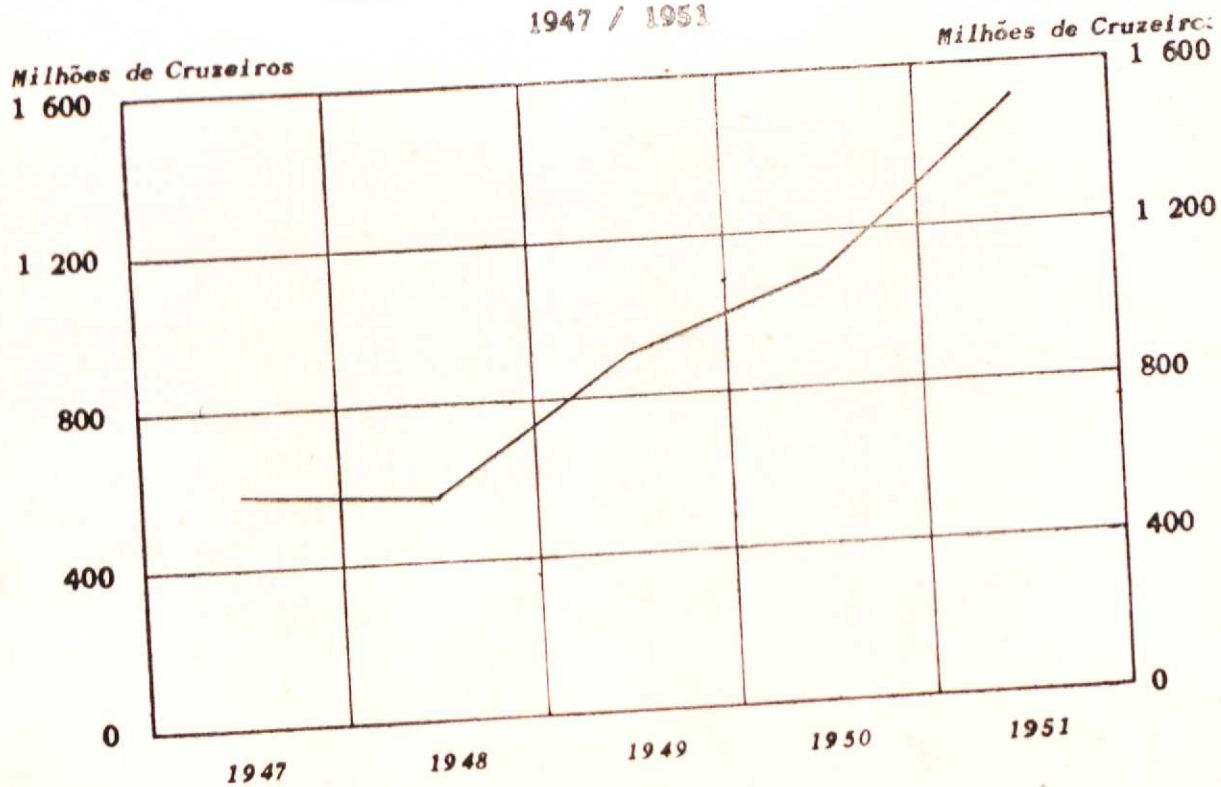
FONTE: — Serviço de Estatística Militar.

NOTA: — A porcentagem refere-se ao valor total da produção industrial.

Estado do Espírito Santo

VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

1947 / 1951



As relações comerciais do Espírito Santo com outras Unidades da Federação e com o exterior melhoram consideravelmente. O total de 2 milhões de toneladas que se apresentou no ano de 1950 como a maior expressão quantitativa do último decênio, foi largamente superado em 1951, visto que foram movimentados, no referido período, conforme atesta a Tabela I, nada menos de 3 milhões e 200 mil toneladas, com o valor de mais de quatro bilhões de cruzeiros.

INTER-
CÂMBIO CO-
MERCIAL

TABELA I

INTERCÂMBIO COMERCIAL DO ESTADO

(Exterior e Estados do Brasil)

1942/1951

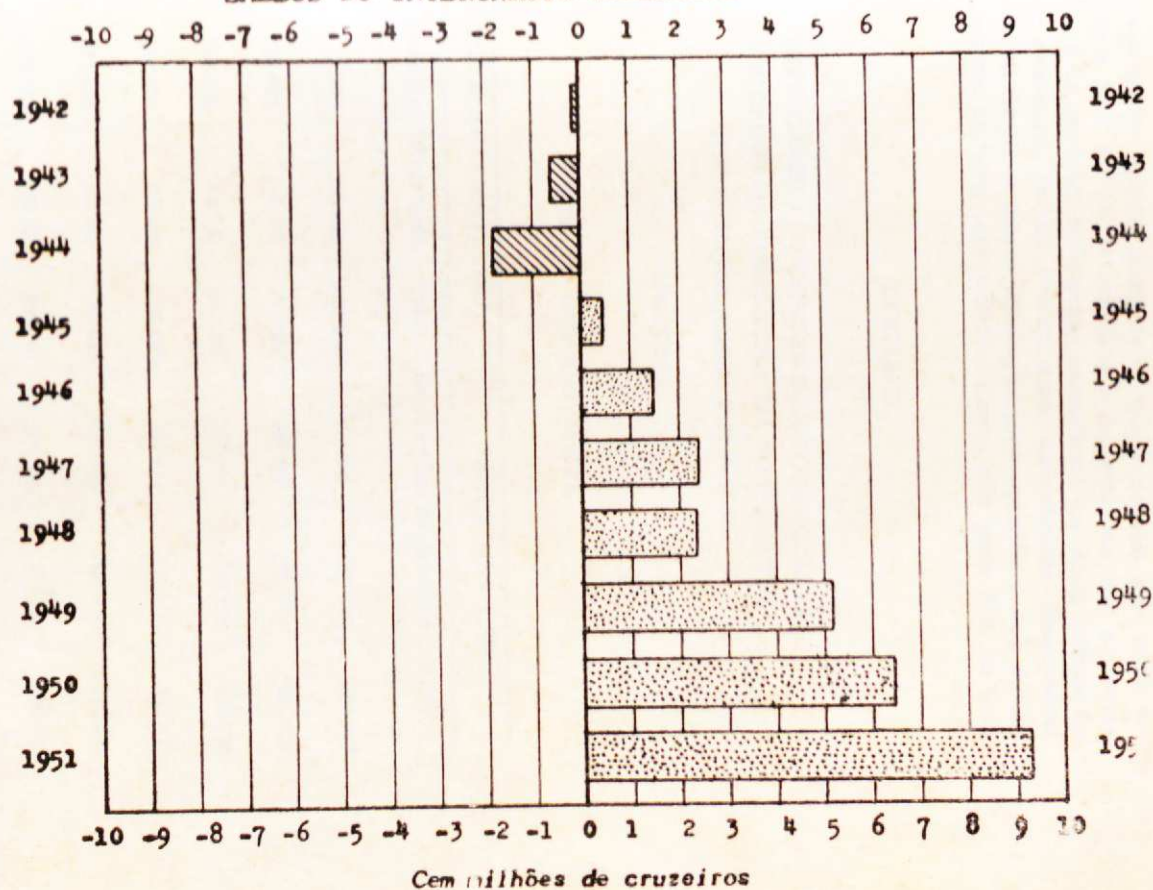
ANOS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	Total	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação
1942	378 441	243 071	135 370	378 202	187 845	190 753
1943	342 902	196 061	146 841	492 820	214 862	277 958
1944	598 524	326 179	272 345	827 170	322 269	504 901
1945	541 995	317 070	224 925	971 710	507 809	463 901
1946	508 262	317 513	190 749	1 479 003	814 872	664 131
1947	827 990	439 924	338 066	1 613 633	929 215	684 423
1948	1 327 857	759 701	568 156	1 831 908	1 037 603	794 305
1949	1 472 250	805 984	666 266	2 588 066	1 552 889	1 035 177
1950	1 949 041	1 007 137	941 904	3 326 368	1 990 064	1 336 304
1951	3 203 717	1 621 252	1 582 465	4 317 403	2 627 462	1 689 941

FONTE: Secção de Intercâmbio Comercial do B. E. E.

Os saldos de nossa balança comercial continuam favoráveis ao Estado, visto que, contra a importação de 1 bilhão, seiscentos e noventa milhões de cruzeiros, a exportação acusou um valor de mais de dois bilhões de cruzeiros, com o saldo, portanto, de mais de novecentos milhões de cruzeiros, o maior já registrado na história comercial do Espírito Santo.

Estado do Espírito Santo

SALDOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL - 1942/51



Segundo revelam os dados da Tabela II, o nosso comércio internacional acusou, no ano em tela, um volume total comercializado de 1 390 457 toneladas, representativos de 43% aproximadamente do total registrado, que, como vimos, é de mais de 3 milhões de toneladas, o que evidencia que as nossas transações com os mercados estrangeiros permanecem em plano inferior ao comércio de cabotagem, embora venham sendo intensificadas. Responsável pelo aumento do volume de nossas exportações para o exterior é, sem dúvida alguma, o minério de ferro, contribuindo o mesmo com quase 92% do total verificado.

TABELA II

INTERCÂMBIO COMERCIAL DO ESTADO COM AS
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM CONFRONTO
COM O INTERCÂMBIO EXTERIOR

1942/1951

COMERCIO INTERESTADUAL

ANOS	TONELADAS MÉTRICAS			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação	Total
1942	145 003	135 269	280 272	96 329	190 116	286 445
1943	124 432	146 761	271 193	146 859	277 773	424 632
1944	163 638	264 745	428 383	263 214	456 026	719 240
1945	144 070	222 423	366 493	291 819	461 420	753 239
1946	211 026	178 662	389 688	602 208	609 434	1 211 642
1947	225 762	323 399	549 161	678 341	607 288	1 285 629
1948	231 050	555 733	786 783	592 911	712 945	1 305 856
1949	249 177	649 854	899 031	1 054 330	927 135	1 981 465
1950	226 391	930 502	1 156 893	1 287 424	1 217 372	2 504 796
1951	257 291	1 555 969	1 813 260	1 707 332	1 597 127	3 304 459

COMERCIO EXTERIOR

ANOS	TONELADAS MÉTRICAS			VALOR (Cr\$ 1 000)		
	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação	Total
1942	98 068	101	98 169	91 516	241	91 757
1943	71 629	80	71 709	68 003	185	68 188
1944	162 541	7 600	170 141	59 055	48 875	107 930
1945	173 000	2 502	175 502	215 989	2 481	218 470
1946	106 487	12 087	118 574	212 664	54 696	267 360
1947	264 162	14 667	278 829	250 875	77 135	329 010
1948	528 651	12 424	541 075	444 692	81 360	526 052
1949	556 807	16 412	573 219	498 560	108 043	606 603
1950	780 745	11 401	792 146	702 640	118 932	821 572
1951	1 363 961	26 496	1 390 457	920 129	92 814	1 012 943

FONTE: — Secção de Intercâmbio Comedcial do D. E. E.

Se estudarmos essas operações mercantis no que se refere ao valor, encontraremos em primeiro plano o café com um total exportado de Cr\$ 1 773 874 391,00, seguido do minério de ferro, com Cr\$ 238 819 034,00.

INTER-
CÂMBIO CO-
MERCIAL
POR VIA
MARÍTIMA
EM 1952

Graças a entendimentos levados a efeito com o SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA do Ministério da Fazenda, visando a uniformização dos dados do intercâmbio comercial, podemos apresentar os resultados do Comércio de Cabotagem e Comércio Exterior do Estado relativamente a 1952, realizados por via marítima.

A Tabela I condensa os dados de exportação para o Brasil e Exterior do Estado e importação do Exterior com suas variações mensais, apresentando quantidade e valor do movimento.

TABELA I

MOVIMENTO MARÍTIMO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO SEGUNDO OS MESES

MESES	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO DO	
	PÊSO (KG)		VALOR (Cr\$)		EXTERIOR	
	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Pêso (Kg)	Valor (Cr\$)
Janeiro	69 148 028	4 203 824	76 725 953	35 312 499	730 818	7 935 239
Fevereiro	122 988 099	7 797 346	92 660 639	59 389 849	10 123 814	6 102 906
Março	89 336 218	4 958 052	62 779 753	39 919 083	2 778 435	6 892 368
Abril	56 762 528	4 649 298	44 256 591	38 548 619	13 648 659	10 670 661
Maio	147 954 675	4 133 062	80 015 219	32 893 478	1 631 286	3 496 689
Junho	162 103 136	4 753 385	92 809 169	30 035 399	11 032 430	14 182 367
Julho	133 052 558	7 305 321	73 873 699	49 245 545	1 517 821	5 061 122
Agosto	160 429 557	4 249 743	102 166 869	36 522 187	790 751	5 027 012
Setembro	170 170 732	3 880 436	93 160 360	40 100 222	16 862 015	12 282 473
Outubro	167 964 459	3 510 714	147 369 018	32 796 348	603 767	8 420 333
Novembro	137 856 138	4 127 547	146 058 506	30 898 872	1 180 699	9 402 290
Dezembro	125 719 017	3 927 762	133 896 495	28 673 452	11 894 882	19 941 216
Total	1 548 485 145	57 501 490	1 150 782 271	454 335 553	72 800 377	109 414 676

O Comércio com o Exterior aumentou de intensidade, apresentando a exportação uma diferença de 14% para mais com relação ao ano anterior ou de 184 524 toneladas, em números absolutos no volume e 25% ou em números absolutos 230 653 milhares de cruzeiros, no valor.

A importação oferece maior margem de aumento em tonelada com 175% ou 46 304 toneladas e 16 601 milhares de cruzeiros no valor ou 16%.

O volume total do intercâmbio com o Exterior montou a 1 621 285 toneladas e a 1 260 197 milhares de cruzeiros, mostrando uma diferença para mais de 230 828 toneladas e de 247 254 milhares de cruzeiros, ou seja de 17% e 24% respectivamente.

A exportação para estados do Brasil por cabotagem apresentou um movimento de 57 901 toneladas e o valor de 454 336 milhares de cruzeiros. Releva notar que o grosso da exportação interestadual é feita por vias internas, cujos resultados não podemos apresentar, no momento.

Quatro mercadorias se destacaram pela significação do seu volume de exportação no comércio externo de acordo com a Tabela II: — Minério de Ferro ou hematita com 1 476 114 toneladas e 410 723 milhares de cruzeiros; Café com 38 796 e 670 435; Ferro Fundido ou Gusa com 5 405 toneladas e 13 304 milhares de cruzeiros e Madeira em bruto com 5 298 toneladas e 7 435 milhares de cruzeiros.

TABELA II

EXPORTAÇÃO MARÍTIMA PARA O EXTERIOR

PRINCIPAIS PRODUTOS — 1952

PRODUTOS	PESO (KG)	VALOR (Cr\$)
Café	38 796 640	670 435 178
Hematita	1 476 113 704	410 723 379
Ferro Fundido ou gusa	5 405 000	13 304 008
Madeiras em bruto	5 298 195	7 435 118

No volume representou o minério de ferro 95% da exportação para o exterior, mas no valor o café superou-o representando 58% do total, enquanto o minério apenas significa 36%.

A exportação do minério aumentou 198 982 toneladas em relação ao ano anterior e 171 904 milhares de cruzeiros. O café aumentou 2 989 toneladas e 73 427 milhares de cruzeiros.

A Tabela III apresenta a exportação segundo os destinos, ocupando o primeiro lugar os Estados Unidos, com 1 028 535 toneladas ou 66%. Seguem-se Canadá, Alemanha, Inglaterra e Bélgica com 115 705, 103 722, 92 026 e 69 910, respectivamente, no que respeita ao volume.

TABELA III

EXPORTAÇÃO GERAL PARA O EXTERIOR

VIA MARÍTIMA

Segundo os Destinos — 1952

DESTINOS	PESO (KG)	VALOR (Cr\$)
Estados Unidos	1 028 535 398	442 579 274
França	37 402 991	167 335 703
Argentina	9 366 348	77 352 922
Itália	4 377 570	76 356 191
Bélgica	69 909 852	73 787 883
Chile	3 409 440	56 975 037
Canadá	115 704 856	32 983 297
Alemanha	103 721 920	32 122 055
Marrocos	1 784 580	31 053 140
Holanda	45 578 977	25 466 684
Inglaterra	92 025 550	25 345 064
Marrocos Espanhol	1 334 940	23 016 293
Tunísia	649 980	11 501 407
Áustria	29 720 152	10 228 749
Egito	546 780	9 757 643
Grécia	490 320	8 327 163
Trieste	449 580	8 124 952
Gibraltar	460 800	7 957 090
Canárias	459 960	7 790 366
Uruguai	796 300	7 169 751
Turquia Asiática	360 780	6 837 483
Suíça	324 473	5 059 260
Portugal	872 513	1 782 368
Malta	30 000	490 598
Líbano	24 960	458 132
Filipinas	25 800	457 736
Chipre	15 000	250 887
Suécia	55 325	114 991
Dinamarca	50 000	100 152
Total	1 548 485 145	1 150 782 271

Já no valor a França ocupa o segundo lugar com 167 milhares de cruzeiros ou 15% do total, seguindo-se os Estados Unidos que têm 443 milhares ou 38%.

A diferença elevada em porcentagem entre o volume e valor dos Estados Unidos resulta da elevada quota do minério de ferro na exportação para aquele país e do seu baixo custo em relação ao café.

CUSTO DA VIDA — PREÇOS

Seria desnecessário alinhar uma série de dados para concluir que cresce aceleradamente o custo da vida em todo o mundo, porque o sentimos quando procuramos adquirir as utilidades indispensáveis à nossa manutenção e, de tal modo habituamo-nos às bruscas oscilações para mais que já consideramos uma contingência natural da vida.

Será, porém, útil estabelecer a medida aproximada dessa elevação sem limites e, para isso, nada melhor do que os elementos que resultam do registro, ano a ano, dos preços verificados.

Se tomarmos o índice aritmético simples do custo dos 18 produtos básicos que entram na alimentação humana, relacionados na tabela que se refere aos preços dos mesmos na Capital, e organizarmos uma série cronológica como a que temos abaixo, para o Estado, chegaremos à conclusão de que entre 1942 e 1952, o preço desse conjunto se elevou mais de quatro vezes, passando de 100 no ano básico, para 486 em 1952.

TABELA I

ÍNDICE DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1942/1952

1942	100,00	100,00
1943	133,26	140,00
1944	185,03	162,00
1945	197,55	187,00
1946	235,89	221,00
1947	289,06	270,00
1948	308,41	283,00
1949	319,76	295,00
1950	357,48	327,00
1951	407,99	380,00
1952	486,39	464,00

Podemos assinalar que a elevação se acelerou mais a partir de 1946 e teve o seu ponto culminante entre 1951 e 1952, atingindo uma diferença relativa de 100, aproximadamente, do penúltimo para o último ano.

Se considerarmos que a alimentação representa cerca de cinquenta por cento das despesas totais da família, podemos constatar que tudo o mais teve igual elevação, constituindo difícil problema, especialmente para os assalariados, residentes no território espírito-santense, uma vez que, em tempo algum, o salário cresceu na proporção da majoração dos preços. Embora tenhamos conhecimento de que o problema é mundial, preocupa-nos a situação regional, porque sentimos com o povo do nosso Estado a angústia por que passa.

Se quisermos analisar o problema na Capital e remontarmos à época anterior à última guerra, podemos acompanhar essa elevação, por quinquênio, a partir de 1936, isto é em 16 anos, fazendo base no primeiro ano e estabelecendo ainda uma comparação entre os dois últimos.

Alinhamos os elementos a seguir, constituindo interessante repositório de dados para estudo sobre o assunto:

ÍNDICE DE ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DOS 18 PRODUTOS BÁSICOS DA ALIMENTAÇÃO

ENTRE 1942 E 1952 — VITÓRIA

PRODUTOS	Preço Cr\$	PORCENTAGEM DOS ANOS										
		1942 base	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Açúcar	1,70	100	141	165	177	229	224	194	235	288	306	318
Arroz	2,20	100	109	118	132	150	159	182	227	241	227	259
Banha	6,50	100	112	142	142	189	351	328	283	297	308	343
Batata inglesa	1,20	100	150	192	233	267	292	358	308	383	408	458
Café moído	3,60	100	100	131	186	236	264	275	400	708	842	858
Carne verde	2,30	100	113	144	174	213	252	239	261	274	400	565
Cebola	2,40	100	133	108	246	196	238	192	204	263	271	254
Charque	5,30	100	136	170	202	236	236	242	264	289	328	457
Farinha de mandioca	0,60	100	233	267	233	250	333	333	333	333	417	783
Farinha de trigo	1,80	100	139	167	172	256	300	406	361	361	361	383
Feijão	1,00	100	120	150	50	160	290	380	340	260	360	650
Leite	0,70	100	114	171	186	257	286	286	329	357	357	471
Manteiga	10,80	100	163	162	210	230	270	279	307	308	403	442
Milho	0,60	100	150	167	167	200	300	300	300	317	367	517
Ovos	2,70	100	122	196	215	270	285	296	356	370	415	448
Pão	2,20	100	100	114	150	232	273	282	273	273	305	314
Sal	0,50	100	240	180	200	200	200	200	200	220	360	440
Toucinho	4,10	100	137	168	183	198	312	329	337	342	351	385
Ind. Art. Sim.	—	100	140	162	187	221	270	283	295	327	380	464

Esta comparação mostra-nos que alguns produtos tiveram o seu preço multiplicado por dez, destacando-se café em pó, milho, farinha de mandioca, carne verde e feijão, pela excepcional elevação dos seus preços. Podemos verificar que a média do aumento do conjunto foi 555% elevando-se os produtos citados respectivamente de 930%, 933%, 840%, 828% e 829% no período. Além destes situaram-se ainda acima do aumento médio mais os seguintes: — charque, 764% e sal de cozinha, 633%.

Estabelecamos para a Capital, comparação igual à que foi levada a efeito para o estado e poderemos constatar a situação seguinte: — ano base, 1942 = 100 e ano de 1952 = 464. Elevação entre 1942 e 1952, 364%. Ultrapassaram a média: — café moido, 753%; farinha de mandioca, 683% e feijão, 550%; carne verde, 465%; leite, 371% e milho, 417%.

Relativamente ao café, produto básico da economia espírito-santense, contribuindo com aproximadamente 70% no valor total das exportações regionais, nos sete últimos anos, sua elevação é produto da procura externa, não sendo de tanta importância na alimentação, embora de uso constante e obrigatório em todos os lares capixabas. Seu encarecimento não resulta da falta do produto.

No que diz respeito à farinha de mandioca e ao feijão, a situação é diferente. Pode-se dizer que, se muito pouco houver na alimentação do espírito santense, esse pouco será feijão e farinha. A elevação astronômica do seu preço, cria problemas difíceis para o grosso da população.

Se atentarmos para os elementos de produção poderemos verificar que os mesmos não acompanharam o ritmo de crescimento da população.

Uma das preocupações da atual administração, tem sido tomar providências para aumentar a produção agrícola, especialmente a produção de farinha de mandioca, restando a situação de importante produtor de farinha para o Estado. Sem dúvida nenhuma deverá reagir também a produção de feijão, como a dos demais produtos agrícolas com as medidas que vem de adotar o Governo Estadual, para o fomento da produção, consubstanciadas no aparelhamento da repartição que dirige esse setor da administração e que assumiu o controle dos serviços de fomento da produção agropecuária, no Espírito Santo. O incremento da instalação de fábricas de farinha tem lugar de destaque nas providências citadas.

As medidas repressivas e fiscalizadoras que vêm sendo adotadas desde as Comissões de Preços até as COAPS, não deram e não poderão dar resultado porque há de funcionar sempre a lei da oferta e da procura. É necessário, sobretudo, aumentar a produção.

O consumo tende a aumentar com o crescimento da população e desde que a produção não acompanhe o mesmo ritmo, a procura passa a ser maior do que a oferta e os preços tendem a elevar-se em face da lei já conhecida.

Relativamente à carne e leite, dois produtos também essenciais à população, de uso necessário, seu encarecimento deve-se ao fato de depender a Capital de importação para o seu abastecimento. O gado abatido no matadou-

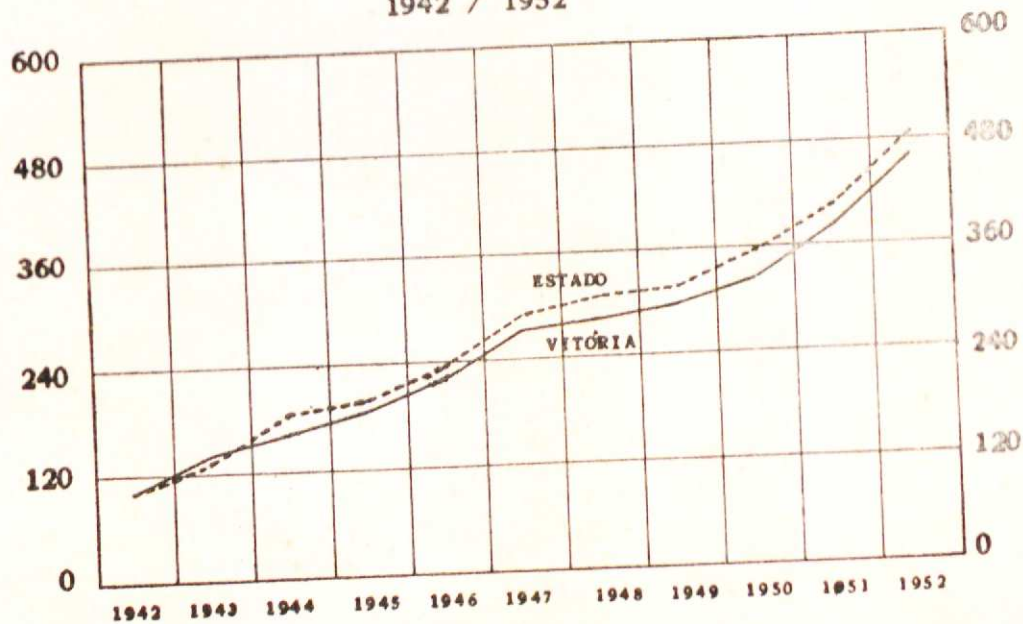
ro da Capital vem, em grande parte, de Minas. O leite, depende de Cacho-eiro de Itapemirim, de onde recebemos cêrca de cinquenta por cento do necessário para o abastecimento da Capital.

Medidas, porém, estão sendo tomadas para conjurar tal situação.

Quanto ao milho de largo emprêgo na alimentação dos rebanhos e mesmo da população humana, nas formas de fubá, cangiquinha etc., a elevação excepcional do seu preço encontra apôio na escassez do produto, face à produção inferior às necessidades do Estado. As medidas adotadas pelo Governo, em relação ao fomento agropecuário hão de repercutir no incentivo da produção desta gramínea.

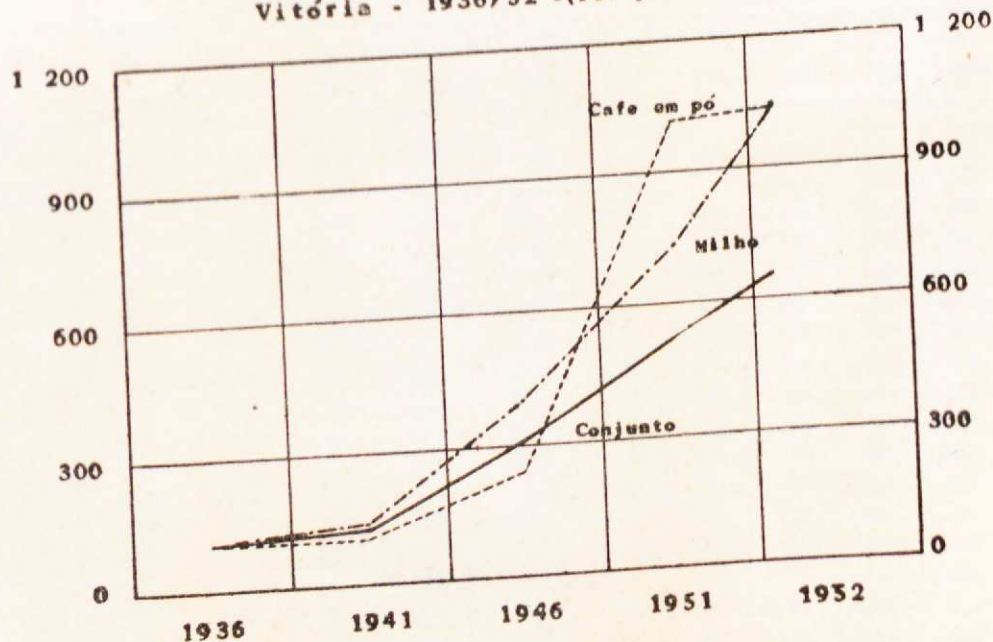
Apresentamos, a seguir, as representações gráficas que nos indicam a marcha do fenômeno, considerada no conjunto, partindo de 1936 a Capital, e de 1942 para o Estado. Destacamos ainda para a Capital o café e o milho que tiveram seus preços multiplicados por dez.

Índice dos Preços dos 18 Produtos Básicos da
Alimentação
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO e VITÓRIA
1942 / 1952



ÍNDICE DE ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DO CON-
JUNTO DOS 18 PRODUTOS BÁSICOS DA
ALIMENTAÇÃO

Vitória - 1936/52 - (Por Quinqüênio)



PREÇOS CORRENTES NO COMÉRCIO

VAREJISTA — VITÓRIA

1936/1952

ARTIGOS	Unidade Adotada	PREÇO MÉDIO ANUAL										
		ABSOLUTO (Cr\$)					RELATIVO					
		1936	1941	1946	1951	1952	1936	1941	1946	1951	1952	1952 1951=100
Açúcar branco de 1. ^a	kg	1,10	1,30	3,90	5,20	5,40	100	118	354	472	490	103
Arroz de qualidade média	kg	1,20	1,60	3,30	5,00	5,70	100	133	275	416	475	114
Banha enlatada	kg	4,50	4,70	12,30	20,00	22,30	100	104	273	444	495	111
Batata inglesa	kg	0,90	1,10	3,20	4,90	5,50	100	122	355	544	611	112
Café em pó	kg	3,00	3,30	8,50	30,30	30,90	100	110	283	1 010	1 030	101
Carne verde de 1. ^a	kg	1,40	2,00	4,90	9,20	13,00	100	142	350	657	928	141
Cebola	kg	1,90	3,70	4,70	6,50	6,10	100	194	247	432	321	93
Charque de 1. ^a	kg	2,80	4,30	12,50	17,40	24,20	100	153	446	621	864	139
Farinha de mandioca	kg	0,50	0,40	1,50	2,50	4,70	100	80	300	500	940	188
Farinha de trigo	kg	1,30	1,80	4,60	6,50	6,90	100	138	353	500	530	106
Feijão	kg	0,70	1,10	1,60	3,60	6,50	100	157	229	514	929	181
Leite fresco	litro	0,90	0,70	1,80	2,50	3,30	100	77	200	277	366	132
Manteiga de mesa	kg	8,80	8,90	24,80	43,50	47,70	100	101	281	494	542	109
Milho Amarelo em grão . .	kg	0,30	0,40	1,20	1,20	3,10	100	133	400	733	1 033	140
Ovos	dúzia	2,10	2,30	7,30	11,20	12,10	100	109	347	533	576	108
Pão	kg	1,80	1,60	5,10	6,70	6,90	100	89	283	372	383	102
Sal comum de cozinha . . .	kg	0,30	0,50	1,00	1,80	2,20	100	166	333	600	733	122
Toucinho salgado	kg	2,96	3,30	8,10	14,40	15,80	100	114	279	497	545	110
Índice aritmético simples ..	—	—	—	—	—	—	100	124	310	529	655	123

**CRÉDITO
BANCÁRIO**

Afigura-se promissor o movimento bancário em nosso Estado. Decor-
rência da expansão monetária que se acentua consideravelmente, os depó-
sitos à vista, que apresentaram em 30 de setembro de 1951 um saldo de 542
milhões de cruzeiros, elevaram-se, no ano seguinte, até a mesma data, a 586
milhões. Os depósitos a prazo fixo acusaram o total de 146 milhões de
cruzeiros, que, comparado ao total do ano anterior, apresenta um aumento
médio mensal de 1 milhão de cruzeiros.

O quadro seguinte detalha o comportamento das operações bancárias no
Espírito Santo:

MOVIMENTO BANCÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RESUMO DOS BALANÇOS — 30/9/947/52

ATIVO

PRINCIPAIS CONTAS	Saldos em 30/9 (Cr\$ 1 000)				
	1948	1949	1950	1951	1952
Capital a realizar	—	30	7 442	6 835	1 567
Empréstimos	341 532	398 549	440 158	676 163	769 362
Em letras descontadas . .	158 265	176 870	248 770	359 386	426 190
Em contas correntes . .	183 267	211 679	191 388	316 777	343 172
Correspondente do exterior	—	2	—	638	1 168
Caixa em moeda corrente	32 597	40 969	55 311	64 658	70 870
Outras contas	1 016 845	1 159 636	1 386 106	1 734 361	2 229 520
Total	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645	3 072 487
PASSIVO					
Capital subscrito	6 450	7 850	23 250	31 250	31 250
Fundo de reserva	3 065	3 688	4 729	6 723	12 462
Depósitos	363 226	442 075	705 084	781 975	795 634
Depósito à vista	227 463	295 580	501 167	542 170	586 055
Com Juros (c/mov) . . .	30 583	42 155	98 419	96 530	96 362
Limitados	34 143	39 637	81 118	137 357	121 432
Populares	101 552	129 162	169 162	161 419	259 304
Sem juros	5 261	5 091	5 639	6 458	5 751
De poderes públicos . .	28 412	51 093	81 423	91 095	57 553
Bancários	27 512	28 442	64 850	49 311	45 653
Depósitos a prazo fixo .	94 304	101 014	130 036	133 873	145 755
Depósito com aviso prévio	41 459	45 481	73 881	105 932	63 824
Correspont. ao exterior	1 220	76	99	845	—
Outras contas	1 017 013	1 135 397	1 155 855	1 661 852	2 233 141
Total	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645	3 072 487

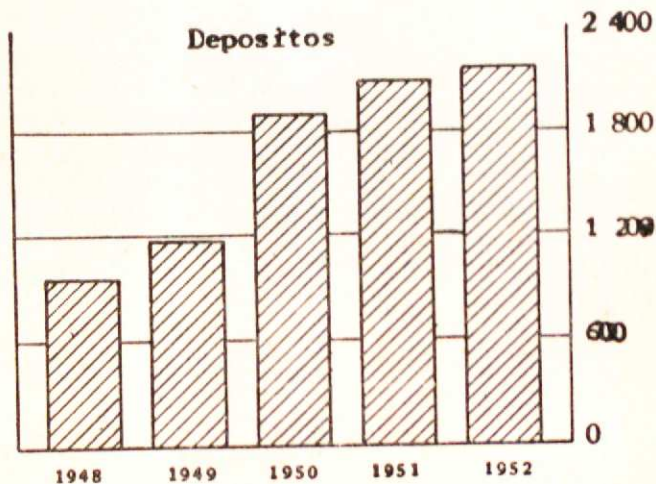
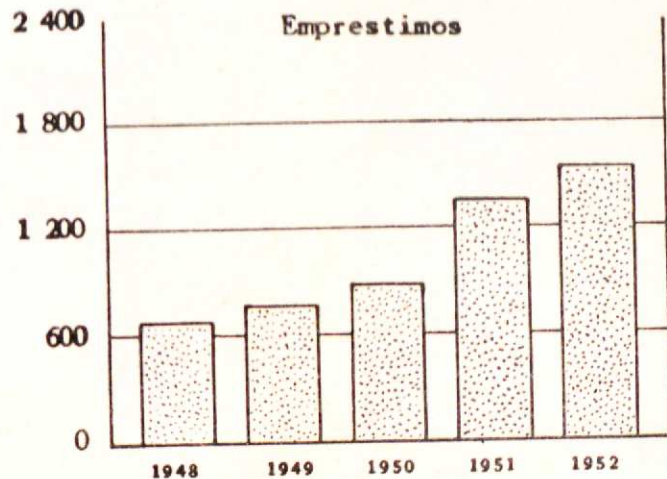
FONTE: — Secção de Estatística Económica e Financeira do D. E. E.

Os empréstimos realizados por nossas casas de crédito totalizaram 769
milhões de cruzeiros, contra os 676 milhões do ano anterior, o que representa
um aumento de 93 milhões de cruzeiros, ou sejam 14%.

MOVIMENTO BANCÁRIO

do
Estado do Espírito Santo

1948/1952



A ascendência verificada no ano de 1950 nas operações imobiliárias acentuou-se ainda mais em 1951; com efeito, contra 9 435 transcrições de propriedades efetuadas em 1950, registrou-se, em 1951, o total de 10 mil, 248. Esse acréscimo de 13% na quantidade acarretou um aumento de cerca de 63% no valor, visto que subiu a 219 milhões de cruzeiros o valor total das operações, quando em 1950, foram registrados 171 milhões.

**MERCADO
IMOBILIÁ-
RIO**

**TRANSCRIÇÕES DE TRANSMISSÕES DA PROPRIEDADE
IMÓVEL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1946/1951

ANOS	NÚMERO		VALOR	VALOR
	Absoluto	Relativo 1947=100	Absoluto (Cr\$ 1 000)	Relativo 1947=100
1947	6 172	100	76 993	100
1948	6 823	111	78 498	102
1949	7 714	125	107 976	140
1950	9 435	153	170 800	222
1951	10 248	166	219 227	285

Como se observa na Tabela acima, o maior número de transcrições foi verificado no último ano do quinquênio, tendo ainda sido aí registrado o maior valor.

A tendência declinatória já observada em 1950 com relação ao ano anterior no que concerne ao número de empréstimos com garantia imobiliária, confirmou-se no ano de 1951, pois, como indica o quadro abaixo, apenas 167 operações dessa natureza foram realizadas no Estado. Estudando-se porém o valor dessas transações, verificamos que, a par da diminuição de 2% na quantidade, verificou-se um aumento de 159% no valor, correspondentes a 32 milhões de cruzeiros.

**EMPRES-
TIMOS
HIPOTE-
CÁRIOS**

**INSCRIÇÕES HIPOTECÁRIAS DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO — 1947/51**

ANOS	NÚMERO		VALOR	VALOR
	Absoluto	Relativo 1947=100	Absoluto (Cr\$ 1 000)	Relativo 1947=100
1947	113	100	20 252	100
1948	118	104	7 556	37
1949	182	161	30 134	149
1950	170	150	24 828	123
1951	167	148	57 047	282

FONTE: — Secção de Estatística Econômica e Financeira do D. E. E.

ÍNDICE "PER CAPITA" (Cruzeiros por habitantes) DA RECEITA ARRECADADA DAS DEMAIS UNIDADES FEDERADAS BRASILEIRAS E MÉDIA DO BRASIL, EM CONFRONTO COM A SITUAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

— 1951 —

Número de ordem	ESTADOS	1951		
		Receita arrecadada (1)	População (2)	Índice "Per Capita"
0.	Distrito Federal . . .	3 684 093 961	2 749 155	1 486,00
1.	São Paulo	9 132 127 997	9 452 342	966,10
2.	Paraná	1 426 718 468	2 242 382	636,20
3.	Rio Grande do Sul .	2 529 755 253	4 304 095	587,70
4.	Espírito Santo . (3) .	343 240 986	883 280	388,60
5.	Rio de Janeiro . . .	682 825 882	2 374 848	287,50
6.	Minas Gerais . (3) .	1 916 261 802	7 952 004	240,00
7.	Santa Catarina . . .	312 190 248	1 618 820	192,90
8.	Bahia	904 417 867	5 000 318	180,80
9.	Pernambuco	619 836 473	3 506 130	176,80
10.	Mato Grosso	87 197 412	541 143	161,10
11.	Sergipe	99 505 446	661 096	150,50
12.	Pará	162 017 219	1 166 135	138,90
13.	Amazonas (4) .	68 070 000	541 801	125,60
14.	Paraíba	203 515 385	1 762 158	115,40
15.	Goiás	145 442 451	1 276 266	113,90
16.	Rio Grande do Norte	100 519 424	1 005 493	99,90
17.	Alagoas	104 542 558	1 122 233	93,10
18.	Piauí	80 618 676	1 089 541	73,90
19.	Ceará	199 027 499	2 801 264	71,00
20.	Maranhão	103 271 680	1 637 539	63,00
	Brasil	22 905 196 687	53 418 044	428,70

Notas: (1) — Informação prestada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

(2) — Informação prestada pelo Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde — D. E. S. (Dados sujeitos a retificação)

(3) — Exclusive a região da Serra dos Aimorés, com referência à população registrada.

(4) — Dados do Orçamento para 1951.

MOVIMENTO BANCÁRIO NO E. E. SANTO
Em 30-IX-1948/1952

Anos	Contas (Cr\$ 1 000)	
	Empréstimos	Depósitos
1948	341 532	363 226
1949	388 549	442 075
1950	440 158	705 084
1951	676 163	781 975
1952	769 362	795 634

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

O Departamento Estadual de Saúde fiel a um determinismo, que já desde 1940 se traçara, segue a sua trajetória segura, ampliando a qualidade a quantidade de seus já múltiplos serviços.

Colocados em funcionamento regular em 1951, dentro de novas bases e com pessoal treinado especialmente em cursos regulares de 3 meses no Centro de Saúde de Vitória, os postos de higiene de Iconha, Guaçuí, Muniz Freire, Castelo, Itapemirim, Muqui Conceição da Barra e São José do Calçado, — nos foi possível este ano adquirir da L.B.A. e enquadrar em nosso esquema o posto de saúde de Alfredo Chaves além de preparar o pessoal técnico e concluir a edificação dos postos de Iúna, Santa Leopoldina, Itaguaçu, Domingos Martins Jabaeté e Sauaçu, que poderão entrar em funcionamento no início de 1953. Também 4 unidades auxiliares do Centro de Saúde de Vitória, foram instaladas em Maruípe, Suá, Ilha das Flores e Jardim América a fim de melhor e mais prontamente atender a população pobre desses bairros.

SERVIÇOS DISTRITAIS

POSTOS DE SAÚDE

Através de acôrdo firmado com o SESP, foi feito funcionar o sub-pôsto de Linhares e concluir-se a instalação do posto de saúde de Baixo Guandu, subindo destarte o n.º de nossas unidades sanitárias a 30, sem contar com postos especializados de Schistosomose de Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Itarana e o PH 2 de Santa Teresa que se encontra com a sua construção já bem adiantada.

No dia 22 de junho inaugurou-se, em perfeitas condições técnicas o Posto de Higiene de 1.ª classe de Mimoso do Sul, completando-se assim inteiramente toda a rede de unidades-sedes de nossos 7 Distritos Sanitários.

POSTOS DE HIGIENE

Tôdas as nossas unidades sanitárias foram bastante melhoradas em seu equipamento, recebendo tôdas as unidades-sedes novos veículos para transporte de pessoal e material.

Nos postos de higiene de 1.ª classe de Mimoso, Afonso Cláudio e São Mateus, instalaram-se equipes de abreuografias e RX do mais moderno tipo. Toda a instalação do IV distrito sanitário foi inteiramente substituída e grandemente ampliada com a inauguração de sua sede própria.

Nos centros de Saúde de Cachoeiro e Vitória foram instalados gabinetes radiológicos nos serviços dentários, sendo que neste último também se instalou uma equipe para radioscopia no dispensário de tuberculose bem como o material indispensável para o setor fotográfico e cinematográfico, ampliando-se também o equipamento necessário às projeções ilustrativas e educativas de seu auditório.

No 5.º distrito sanitário sediado em Alegre, foi reorganizado o Lactário, com a aquisição de um fogão a gás e uma Frigidaire com a capacidade de 8 pés cúbicos.

O sub-pôsto de São Francisco recebeu instalação completamente nova.

Através dessas unidades, que de ano a ano se ampliam e completam, nos foi possível multiplicar a distribuição de benefícios, que já atingem a 830 233 entre consultas acumuladas, vacinações e visitas domiciliares.

Este vultuoso rendimento, que apontaria a média extraordinária de quase 1 benefício por habitante, ainda não inclui serviços hospitalares oficiais nem mesmo os trabalhos executados pelo Setor Estadual do Serviço Nacional de Malária.

Em grande parte em consequência desta enorme atividade, pode-se ver, pelo estudo das tabelas anexas, o acentuado e contínuo decréscimo da mortalidade geral em nossa Capital como em todo o Estado.

PROTEÇÃO A INFÂNCIA

Ao discriminarmos, em detalhes, a natureza dos serviços prestados pelo D. E. S. no correr de 1952, iremos verificar que só no setor de proteção à infância, aí incluídos os serviços pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar, foram inscritas quase 30 000 pessoas e atendidas mais de 120 000. O número de mamadeiras distribuídas subiu à cifra extraordinária de 359 402, ou seja um aumento superior de 100% sobre o ano anterior, sem aí incluímos o fornecimento diário de 100 grfs. de leite a 1 600 crianças nos grupos escolares e unidades auxiliares a partir do momento em que passou para a jurisdição do Departamento de Saúde a Usina de Pasteurização de leite de Vitória.

Foram inscritas no ano, 2 960 novas gestantes, as quais compareceram ao Serviço específico 13 692 vezes. Por outro lado 7 247 vezes os nossos médicos tomaram a pressão arterial das gestantes.

28 107 crianças compareceram aos nossos serviços dentários e já no fim do exercício estabelecemos as bases necessárias para o início de bem lançado plano de profilaxia parcial da cárie dentária pelo emprego tópico do fluor.

Para se fazer uma perfeita idéia sobre a extraordinária ênfase que vimos dando aos serviços de proteção à infância e à adolescência transcrevemos o movimento observado no Centro de Saúde de Vitória, neste particular, nos últimos 9 anos. (vide tabelas anexas).

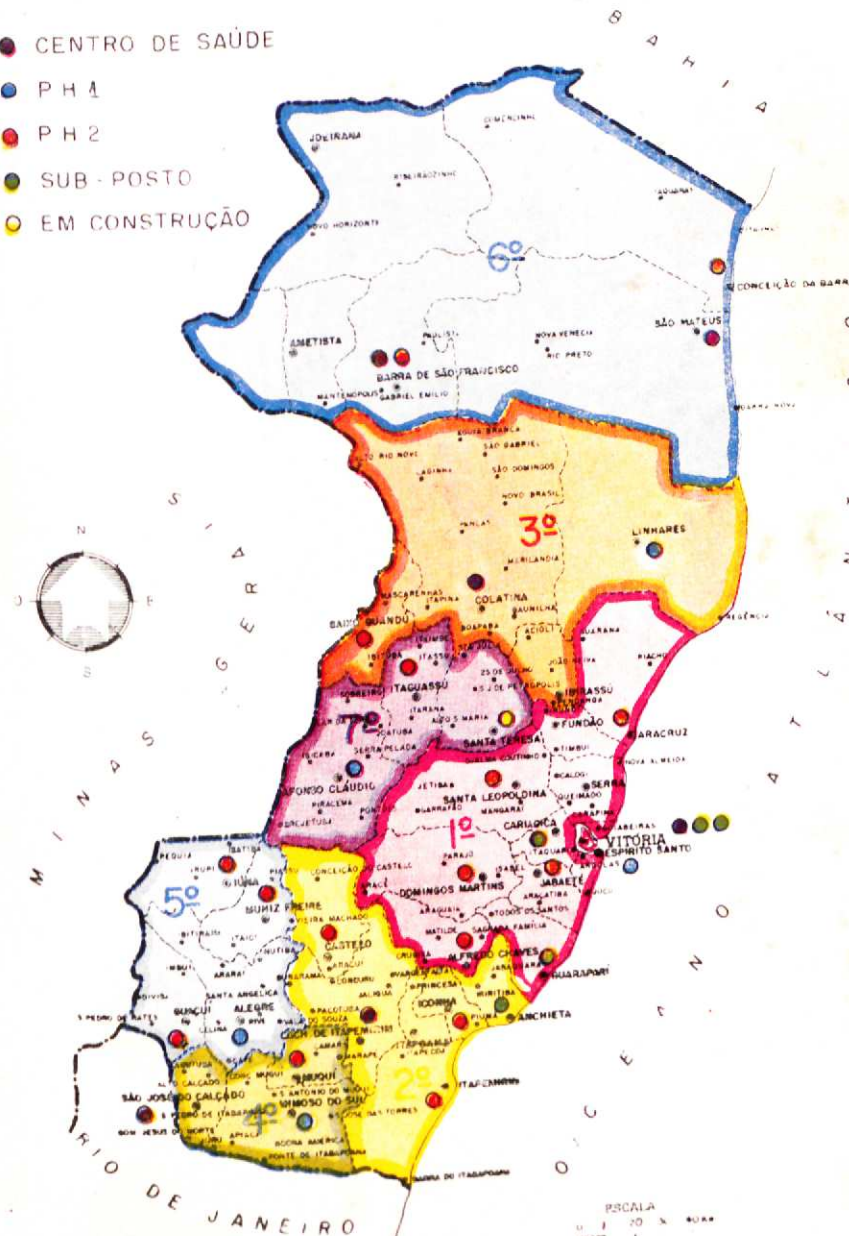
E é deveras significativa a melhoria acentuada de todos os coeficientes que se referem à infância no mesmo período, quer na Capital quer em todo o Estado, conforme as tabelas anexas, organizadas pelo Serviço de Bioestatística deixam ver com suficiente clareza.

SERVIÇO DE ENFERMA- GEM

O Serviço de Enfermagem ôtimamente superintendido, vem em desenvolvimento contínuo e as excelentes visitadoras sanitárias que compõem os quadros de nossos Centros de Saúde e Postos de Higiene, efetuaram, no correr do ano, 60 716 visitas domiciliares, ou seja um acréscimo de quase 50% sobre o ano anterior. E nossos guardas sanitários, cujo nível técnico sobe ano para ano graças a sua série de cursos e estágios, no seu árduo mister de contínua vigilância, efetuaram 55 318 visitas de polícia sistemática.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE DIVISÃO EM DISTRITOS SANITÁRIOS

- CENTRO DE SAÚDE
- PH 1
- PH 2
- SUB-POSTO
- EM CONSTRUÇÃO



Nas várias unidades que compõem a nossa já extensa rede sanitária foram vacinadas 115 184 pessoas o que, ao lado do tratamento intensivo e especializado através de antibióticos, vem ocasionando a progressiva queda dos coeficientes de mortalidade por doenças transmissíveis em Vitória como em todo o Estado.

O Serviço de Doenças Venéreas continuou no ano a ser o setor de maior movimento entre os vários ambulatórios atendendo a 34 819 pessoas, aplicando 24 666 injeções de penicilina, arsênico, bismuto e iodo, distribuindo 31 297 comprimidos de sulfaderivados e fazendo realizar 16 922 de Wasserman e Kahn.

**SERV. DOEN-
ÇAS VENÉ-
REAS**

É também particularmente interessante compararmos o movimento crescente do serviço com a queda acentuada da mortalidade por sífilis nos últimos 10 anos conforme se vê muito bem no quadro anexo.

No particular de tuberculose introduziu-se com grande sucesso o tratamento pela hidrazita em nossos dispensários e no Sanatório "Getúlio Vargas", trazendo em consequência uma queda espetacular da mortalidade, que, só neste último, baixou de uma média mensal de óbitos de 5,3% para apenas 0,7%.

**SERVIÇO
CONTRA A
TUBERCU-
LOSE**

Os dispensários de tuberculose atenderam 14 641 pessoas e examinaram 5 297 comunicantes, descobrindo 791 casos novos. Foram feitas 2 183 aplicações de pneumotorax e pneumoperitônio. As unidades de cadastro torácico fixos e móveis, efetuaram 48 488 abreugrafias e as diligentes visitadoras sanitárias fizeram 4 680 visitas domiciliares aos tuberculosos e comunicantes fichados.

BCG

A exemplo do ano anterior prosseguimos o serviço de premunicação intensiva pelo BCG, acentuando ainda mais os nossos esforços na vacinação do tipo concorrente (durante 6 meses) entre os comunicantes. Neste sentido foram aplicadas 7 787 doses de BCG. Em 20 municípios do Estado, foi efetuada a vacinação dos alunos do 1.º ano dos grupos escolares, perfazendo o total de 5 740 com 1 dose e 3 806 com 2 doses, sendo gasto um total de 18 899 tubos de BCG. O total geral de vacinação no Estado no curso de 1952 foi:

Recém-nascidos	1 585
Outras idades	6 616
Revacinados	7 787

O total geral de tubos de BCG aplicados foi de 26 462

O coeficiente de mortalidade por tuberculose em Vitória, que de ano a ano vem sensivelmente decrescendo atingiu este ano o seu mais baixo índice com 252,4 por 100 000 o que representa uma queda de aproximadamente 30% em comparação com o ano anterior.

Embora menos frisante, foi também bastante sensível o decréscimo de mortalidade específica em todo o Estado, passando de 37,8 em 1950 para 36,0 por 100 000 habitantes em 1951.

UNIDADES AUXILIARES

Para se ter uma idéia da oportunidade e do acerto da medida governamental instalando e fazendo funcionar 4 unidades auxiliares do Centro de Saúde de Vitória nos bairros pobres e densos na periferia da Capital basta assinalar que foram atendidas nesses postos, em apenas 10 meses de funcionamento regular, 78 845 pessoas. E a 1.^a dessas unidades, localizada em Maruípe, atendeu no correr do ano uma média de 184,1 pessoas por dia.

SERV. NAC. MALÁRIA

O Serviço Nacional de Malária que mantém um convênio com o Estado, recebendo uma subvenção anual de Cr\$ 500 000,00, e cuja eficiência já está inteiramente comprovada, dedetizou 52 038 prédios em 25 município do Estado, considerados outrora malarígenos e através de 866 unidades distribuidoras de Aralém, sediadas em toda a superfície do Estado, atendeu 31 498 pessoas. É muito de ressaltar que, de todos os exames de sangue realizados pelo Serviço, só foram encontrados positivos 83 e assim mesmo em casos devidamente constatados como de recaídas, não havendo um só caso positivo como forma primária de impaludismo.

ASSISTEN- CIA MÉDI- CO-SOCIAL

Introduzida definitivamente em nossas unidades a prática de assistência médica, foi-nos possível atender, só neste primeiro ano, 75 904 doentes, praticando-se 52 893 injeções e mais de 10 000 curativos. As visitadoras sociais prosseguiram em sua obra humanitária, efetuando 8 260 entrevistas com elementos desajustados procurando suprir múltiplas necessidades dos menos aquinhoados de fortuna e de felicidade.

CURSO DE ASSISTEN- TES SO- CIAIS

Funcionou regularmente o 1.^o ano do curso de assistentes sociais de acordo com o convênio assinado pelo Estado com o Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, vindo freqüentando regularmente as aulas 32 moças, sob a supervisão técnica da professora Stella Penna Botto.

HOSPITAL DE CLINI- CAS E OU- TRAS OBRAS

Prosseguindo as demarches para a construção do monumental Hospital das Clínicas de Vitória, já nos encontramos de posse do ante-projeto definitivo, bem como dos estudos e especificações discriminadas de todo o material a ser utilizado na obra, faltando-nos apenas a cálculo do cimento armado para podermos abrir a concorrência inicial para toda a super estrutura de concreto armado.

A fim de conseguirmos a base econômica necessária para empreendimento de tal vulto, assinamos, com o Dr. Arizio de Viana, Administrador do plano Salte, no dia 13 de março, um convênio mediante o qual a União contribuiria para a execução da grande obra, com a importância de Cr\$ 9 100 000,00.

Também com a Santa Casa de Misericórdia estabelecemos as bases de um acordo, a fim de que possamos reunir os nossos esforços e nossas economias em um mesmo sentido construtivo, por isto que é pensamento do Estado, entregar o Hospital, ao fim de sua construção e instalação adequada, à zelação administração daquela irmandade.

Foi inaugurado em Mimoso do Sul o Hospital "Apóstolo Pedro", obra de iniciativa particular mas que contou sempre com o apoio do Governo do Estado.

As obras do Hospital de Baixo Guandu iniciadas no corrente exercício, já se encontram bastante adiantadas, estando todo o edifício inteiramente coberto e revestido.

Toda a instalação do Hospital-Maternidade de São Mateus, já foi adquirida, esperando-se a qualquer momento a sua chegada àquela localidade. Em articulação com o Serviço Nacional de Lepre deu-se início à construção do Hospital da Colônia de Itanhenga. A ampliação do Hospital-Maternidade "Sílvio Avidos" em cooperação com o SESP já se encontra praticamente concluída.

Funcionou satisfatoriamente a Clínica do Câncer, através de todas as suas seções, apresentando o seguinte movimento: Foram matriculados na clínica, 240 pacientes e atendidos 1 150, tendo sido praticados 413 exames histopatológicos, 253 aplicações de Rádio e 2 352 de Roentgenterapia. Foram feitas 11 272 injeções e 5 980 curativos. Dentro de suas indicações foram praticadas 66 operações de pequena cirurgia e 63 de grande cirurgia. Pôde-se conceder alta da clínica a 125 pacientes.

Acompanhando o movimento moderno de cancerologia tomaram-se as 1.^{as} providências para o funcionamento do consultório preventivo do câncer. Neste sentido foi adquirido um moderno colposcópio e contratados os serviços de técnicos para prática da endoscopia oral.

Mantivemos um médico estagiando no Serviço Nacional de Câncer para realizar as técnicas atualizadas de anatomia patológica, citologia e hematologia.

Para fazer funcionar o novo bloco cirúrgico em fase final de acabamento, adquirimos, na Alemanha, todo o equipamento no valor de Cr\$ 250 000,00.

Neste importante setor de nossa administração nos foi possível inaugurar os serviços de abastecimento d'água de Timbui e Alegre, e concluir inteiramente os de Itaguaçu, Nova Almeida e Baixo Guandu, este último em cooperação com o SESP.

Foi inteiramente renovada a rede de abastecimento da Colônia de Itanhenga, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e iniciados os serviços d'água de Irupí (município de Iúna) e Marilândia (município de Colatina) em cooperação com o SESP. Foram concluídos inteiramente os estudos de abastecimento d'água de Mantenópolis, Riacho, Barra de Riacho, Santiago, Imbuí, Irupí e Muqui, núcleo residencial da Glória, e executados os inquéritos preliminares das seguintes localidades: Marapé, 25 de julho, São João de Petrópolis, Patrimônio de Santo Antônio.

Já se encontra praticamente concluído o Laboratório Regional de Cacheiro de Itapemirim construído em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde.

CLÍNICA DE CÂNCER

ENGENHA- RIA SANI- TARIA

SERV. ABAST. D'AGUA

SERVIÇO DE LABORA- TÓRIO

O movimento de nossos laboratórios com o total extraordinário de 76 542 exames, superou enormemente o dos anos anteriores. No setor de preparo industrial de produtos farmacêuticos também ultrapassamos a produção do ano de 1951 ao fabricarmos 2 168 390 unidades medicamentosas.

Foi inteiramente reinstalado o laboratório de Bromatologia e contratado para dirigi-lo técnico hábil, acertando-se assim definitivamente a sua eficiência e sua produção regular, com todas as vantagens daí decorrentes para melhor funcionamento de nosso serviço de polícia sanitária. Também o Biotério de Laboratório Central foi inteiramente concluído.

CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEI- ÇOAMENTO

Não nos podíamos esquecer, a fim de manter o alto conceito em que são tidos os serviços sanitários do Estado, de procurar através de cursos intensivos melhorar o preparo de nossos funcionários técnicos e preparar novos elementos para as nossas unidades de saúde que continuamente são criadas. Assim é que se realizaram no Centro de Saúde de Vitória os cursos de atendentes, guardas-sanitários, microscopistas, educadoras sanitárias e assistentes sociais, e no Centro de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim e no Sanatório "Getúlio Vargas" cursos de auxiliares de enfermagem especializadas em tuberculose.

SERVIÇO DE BIODEMO- GRAFIA E ESTATIS- TICA DA SAÚDE

Modelarmente instalado e tendo a responsabilidade de todas as estatísticas demográficas, sanitárias, noscomiais e meteorológicas do Estado, os estudos e análises de seus resultados, bem como da administração da Biblioteca especializada do Departamento, este Serviço vem cumprindo, plenamente, com suas atribuições técnicas. Em 1952, além do levantamento dos dados biodemográficos de Casamentos, Nascimentos e Óbitos, efetuado em máquinas Hollerith, foram atendidos 214 pedidos de informações; apuraram-se 28 499 fichas de censo torácico e elaboraram-se 314 tabelas; procedeu-se à coleta de dados mensais de 5 hospitais com pessoal do próprio Serviço; divulgaram-se 17 números do "Mensário" que publica, bem como os boletins anuais de 1950 e 1951 e um boletim extra; distribuíram-se, ainda, 53 números da "Sinopse Biodemográfica Semanal". Na intensa correspondência que mantém com 158 cartórios de registro civil, foram expedidos 709 ofícios, 160 circulares, 67 telegramas e 207 pacotes de impressos.

A Biblioteca contava, em 31-12-52, com 1 095 volumes, e, nos 3 meses em que funcionou, foram efetuados 78 empréstimos e 67 consultas.

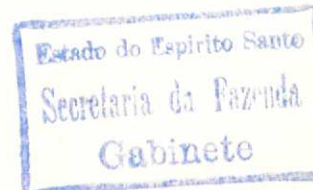
SERVIÇO DE ADMINIS- TRAÇÃO

Com um movimento expressivo, índice do seu acervo de trabalho o Serviço de Administração funcionou regularmente durante o exercício, apresentando só no setor de comunicação referente ao Gabinete do Diretor, um acervo de 4 961 documentos recebidos e 2 433 expedidos. O arquivo morto foi acrescido com mais 3 139 processos, e o setor de contabilidade efetuou 1 295 empenhos. Na parte referente à contadoria recebemos adiantamentos da Secretaria da Fazenda e dos Serviços Federais no montante apreciável de Cr\$ 13 144 676,50, prestando contas regularmente até 31 de dezembro, de Cr\$ 9 361 941,50, representados por 143 processos. Para ainda, maior regularidade e eficiência do serviço, adquiriu-se um conjunto Ruf,

para a contabilidade mecanizada, instalando-se definitivamente a Pagadoria em novo local mais apropriado e com instalações condignas.

É muito de assinalar-se o progressivo acréscimo observado nas verbas orçamentárias nos últimos 5 anos, no setor da Saúde:

1949	12 192 600,00
1950	14 885 060,00
1951	21 602 800,00
1952	27 535 800,00
1953	40 588 440,00



MORTALIDADE GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1942—52

Anos	N.º total de Óbitos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1942	1 156	26,4
1943	1 416	31,6
1944	1 274	27,9
1945	1 355	29,1
1946	1 180	24,9
1947	1 157	24,0
1948	1 096	22,3
1949	1 048	20,9
1950	1 094	21,5
1951	1 097	21,2
1952	1 054	19,6

MORTALIDADE GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 1942 — 51

Anos	N.º total de Óbitos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1942	10 940	12,8
1943	12 436	14,2
1944	12 697	14,1
1945	12 054	13,1
1946	11 396	12,1
1947	10 042	10,5
1948	9 589	9,8
1949	10 658	10,6
1950	10 449	10,2
1951	10 535	10,1

SERVIÇO DE HIGIENE PRÉ-NATAL

CENTRO DE SAÚDE DE VITÓRIA

Anos	N.º de compareci- mentos de gestantes	N.º de partos conhe- cidos	%
1944	523	2 193	23,8
1945	458	2 275	20,1
1946	819	2 447	33,4
1947	981	2 501	39,2
1948	1 034	2 645	39,0
1949	1 162	2 735	42,0
1950	873	2 940	29,7
1951	1 149	3 080	37,3
1952	1 679	3 207	52,3

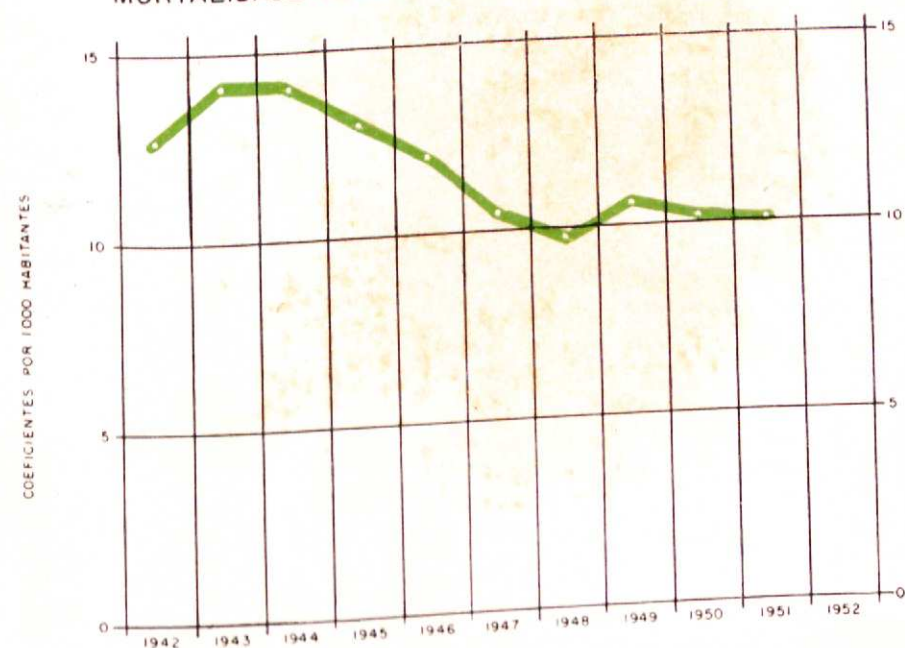
SERVIÇO DE HIGIENE INFANTIL

CENTRO DE SAÚDE DE VITÓRIA

Anos	N.º de 1.ºs compareci- mentos infantis	Estimativa da popu- lação infantil	%
1944	573	2 362	24,2
1945	681	2 433	27,9
1946	749	2 503	29,9
1947	963	2 574	37,4
1948	1 095	2 645	41,3
1949	1 267	2 716	46,6
1950	1 105	2 787	39,6
1951	1 247	2 857	43,6
1952	2 116	2 928	72,2

MORTALIDADE GERAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
1942-1952

MORTALIDADE GERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE DEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

W. ESSLIN

SERVIÇO DE HIGIENE PRÉ-ESCOLAR

CENTRO DE SAÚDE DE VITÓRIA

Anos	N.º de comparecimentos pré-escolares	Estimativa da população pré-escolar	%
1944	859	11 512	8,2
1945	819	11 857	6,9
1946	940	12 202	7,7
1947	1 083	12 547	8,8
1948	1 297	12 892	10,1
1949	1 238	13 237	9,3
1950	1 646	13 582	12,1
1951	1 815	13 927	13,0
1952	5 188	14 272	36,3

SERVIÇO DE HIGIENE ESCOLAR

PRIMEIRO DISTRITO

Anos	N.º de comparecimentos pré-escolares	Estimativa da população pré-escolar	%
1944	727	15 300	4,7
1945	580	15 759	3,6
1946	1 271	16 217	7,8
1947	1 158	16 676	6,9
1948	1 590	17 134	9,2
1949	2 491	17 593	14,1
1950	4 465	18 051	24,7
1951	2 430	18 510	13,1
1952	5 108	18 968	26,9

ÍNDICE VITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1942 — 52

Anos	Índice Vital
1942	
1943	74,0
1944	72,4
1945	86,9
1946	81,8
1947	99,9
1948	97,8
1949	116,4
1950	124,0
1951	127,2
1952	132,2
	151,8

ÍNDICE VITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1942 — 51

Anos	Índice Vital
1942	
1943	166,1
1944	151,6
1945	155,3
1946	167,4
1947	195,1
1948	214,8
1949	236,0
1950	227,6
1951	250,4
	270,0

ÍNDICE VITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
1942-1952

ÍNDICE VITAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

© 1952

MORTALIDADE INFANTIL E NÉO-NATAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1942 — 52

A n o s	Mortalidade Infantil		Mortalidade Néο-Natal	
	N.º de Óbi- tos de me- nores de 1 ano	Coeficientes por 1 000 nasc. vivos	N.º de Óbi- tos de me- nores de 1 mês	Coeficien- tes por 1000 nasc. vivos
1942	205	239,5	65	75,9
1943	243	237,1	70	68,3
1944	185	167,1	64	57,8
1945	175	156,0	61	55,0
1946	170	144,2	47	39,9
1947	182	160,9	60	53,1
1948	184	144,2	55	43,1
1949	156	120,0	35	26,9
1950	191	137,2	72	51,7
1951	157	108,3	52	35,9
1952	181	115,3	59	37,6

MORTALIDADE INFANTIL E NÉO-NATAL NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

1942 — 51

A n o s	Mortalidade Infantil		Mortalidade Néο-Natal	
	N.º de Óbi- tos de me- nores de 1 ano	Coeficientes por 1 000 nasc. vivos	N.º de Óbi- tos de me- nores de 1 mês	Coeficien- tes por 1000 nasc. vivos
1942	2 673	147,4	1 070	58,9
1943	2 851	151,2	1 018	54,0
1944	2 846	144,3	956	48,5
1945	2 728	135,2	1 031	51,1
1946	2 857	128,5	1 075	48,3
1947	2 527	117,2	946	43,9
1948	2 536	112,1	949	41,9
1949	2 782	114,7	1 009	41,6
1950	2 993	114,4	1 091	41,7
1951	3 103	109,1	1 144	40,2

NATI-MORTALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

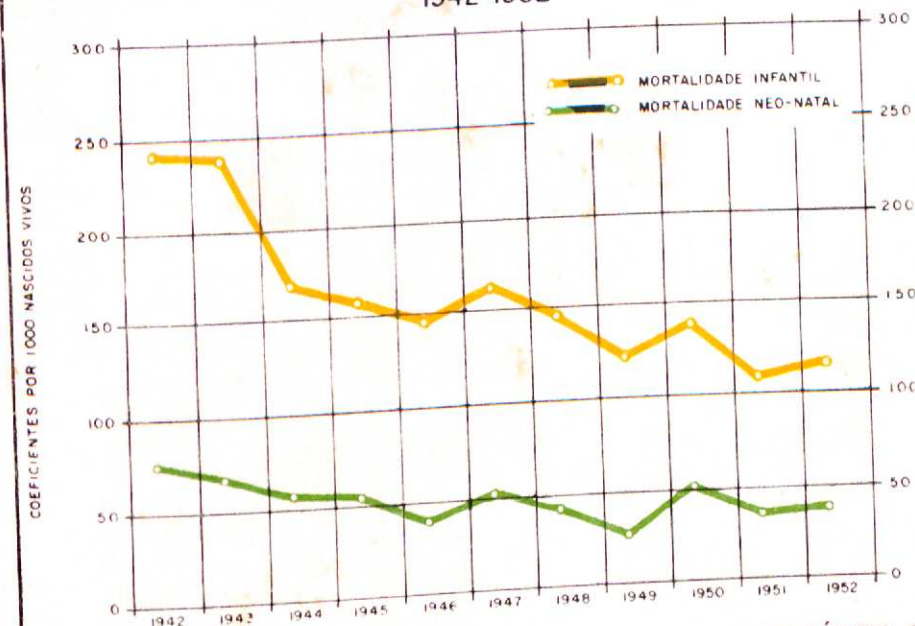
1942 — 52

Anos	N.º de Nascidos Mortos	Coeficientes por 1 000 nascimentos (vivos+mortos)
1942	120	123,0
1943	128	111,0
1944	120	97,8
1945	155	122,6
1946	161	120,1
1947	190	143,8
1948	172	118,8
1949	144	99,7
1950	176	112,2
1951	185	113,2
1952	197	111,5

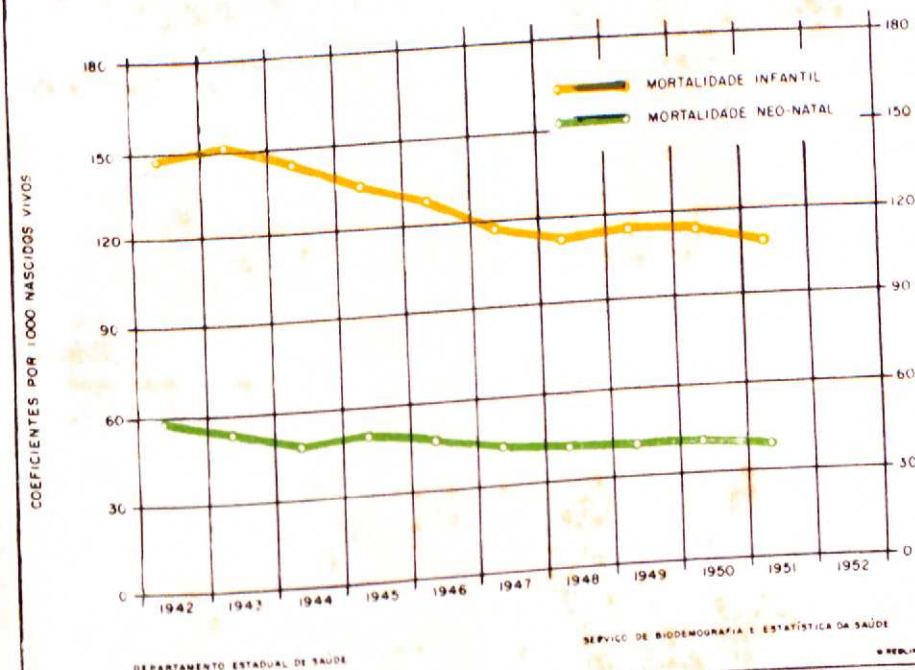
NATI-MORTALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1942 — 51

Anos	N.º de Nascidos Mortos	Coeficientes por 1 000 nascimentos (vivos+mortos)
1942	1 329	68,2
1943	1 280	63,6
1944	1 259	60,0
1945	1 277	59,5
1946	1 423	60,1
1947	1 448	62,9
1948	1 448	60,1
1949	1 369	53,4
1950	1 538	55,5
1951	1 746	57,9

MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
1942-1952

MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

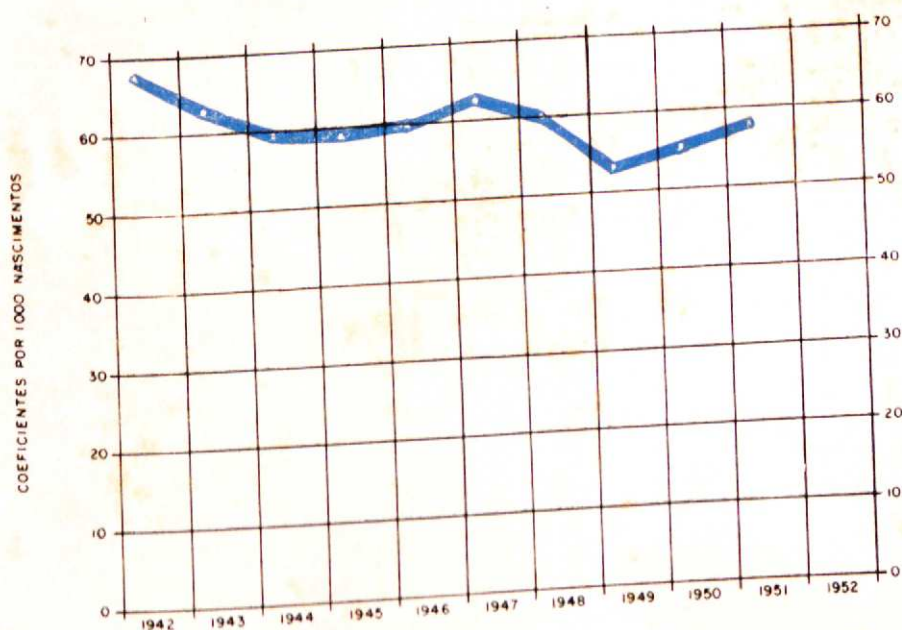
SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DE SAÚDE

S. REB. 14

MORTINATALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1942-1952



NATIMORTALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1942 — 52

Anos	N.º de Nascidos Vivos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1942	856	19,5
1943	1 025	22,9
1944	1 107	24,3
1945	1 109	23,8
1946	1 179	24,9
1947	1 131	23,4
1948	1 276	26,0
1949	1 300	26,0
1950	1 392	27,3
1951	1 450	28,0
1952	1 570	29,8

NATALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1942 — 51

Anos	N.º de Nascidos Vivos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1942	18 170	21,2
1943	18 853	21,5
1944	19 720	22,0
1945	20 179	22,0
1946	22 235	23,7
1947	21 566	22,5
1948	22 632	23,1
1949	24 253	24,2
1950	26 165	25,6
1951	28 446	27,2

MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1942 — 52

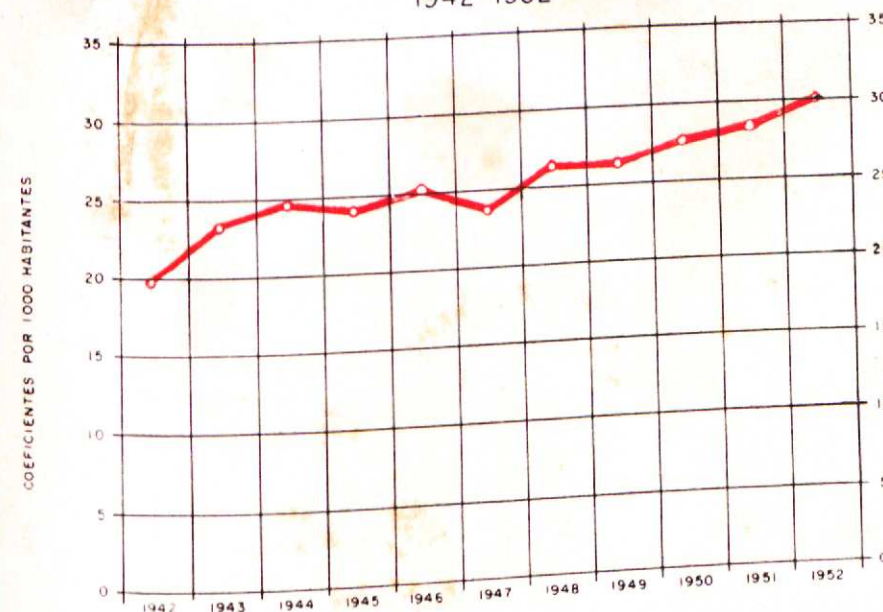
Anos	N.º de Óbitos por doenças transmissíveis	Coefficientes por 100 000 habitantes
1942	420	957,5
1943	514	1 148,7
1944	491	1 076,1
1945	496	1 066,4
1946	410	865,1
1947	411	851,4
1948	388	789,3
1949	382	763,4
1950	311	610,7
1951	293	565,6
1952	236	447,9

MORTALIDADE POR TUBERCULOSE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

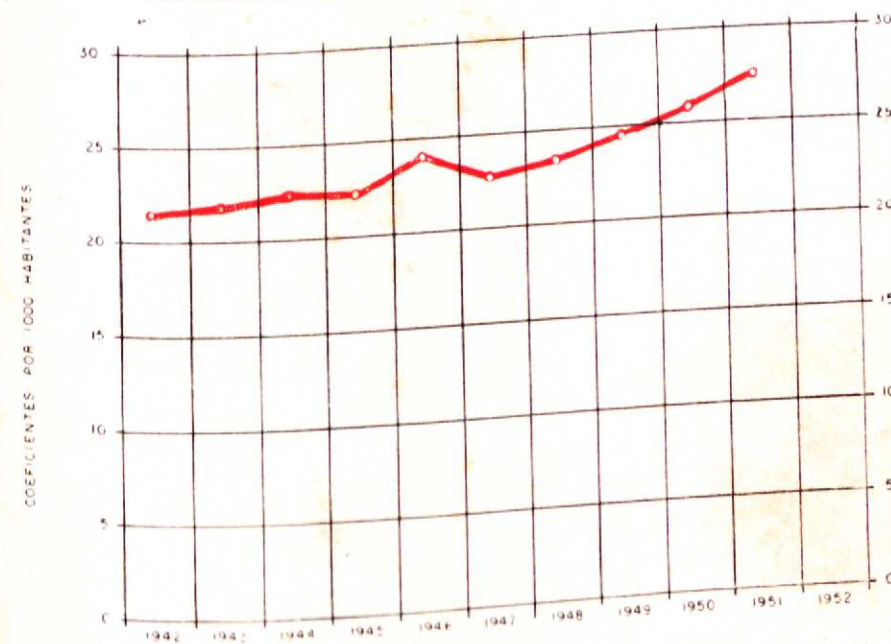
1942 — 52

Anos	N.º de Óbitos por Tuberculose	Coefficientes por 100 000 habitantes
1942	211	481,0
1943	229	511,8
1944	228	499,7
1945	227	488,1
1946	241	508,5
1947	230	476,4
1948	206	419,1
1949	235	469,6
1950	210	412,4
1951	202	389,9
1952	133	252,4

NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1942-1952



NATALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

W. REBOL

MORTALIDADE POR TUBERCULOSE NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

1942—51

A n o s	N.º de Óbitos por Tuberculose	Coefficientes por 100 00 habitantes
1942	428	50,0
1943	443	50,5
1944	412	45,9
1945	406	44,2
1946	406	43,2
1947	419	43,6
1948	355	36,2
1949	387	38,6
1950	387	37,8
1951	376	36,0

MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

1942—51

A n o s	N.º de Óbitos por doenças transmissíveis	Coefficientes por 100 000 habitantes
1942	1 362	159,2
1943	1 713	195,4
1944	1 703	189,8
1945	1 617	176,1
1946	1 262	134,4
1947	1 100	114,6
1948	989	100,8 ..
1949	1 091	108,9
1950	874	85,4
1951	787	75,4

MORTALIDADE POR SÍFILIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

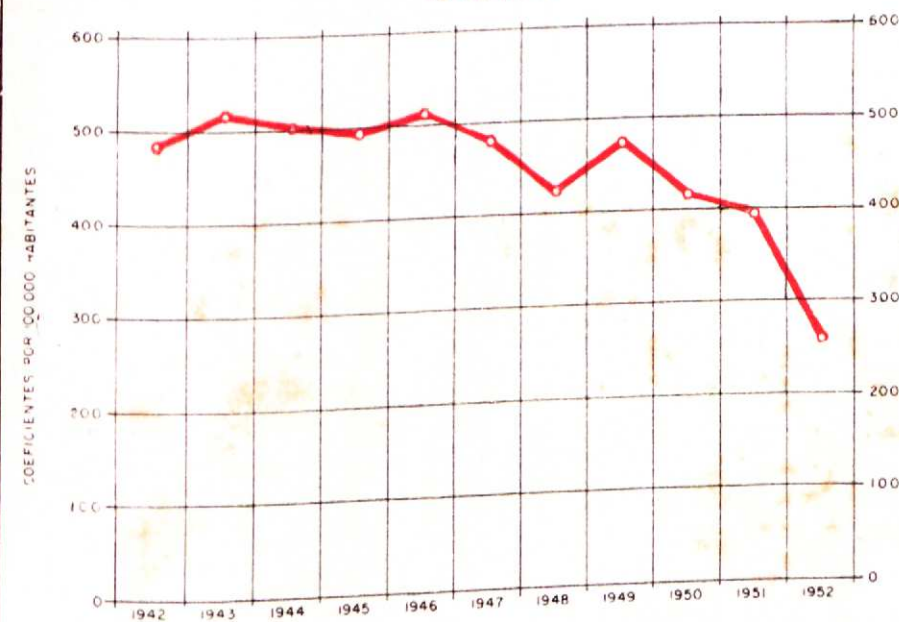
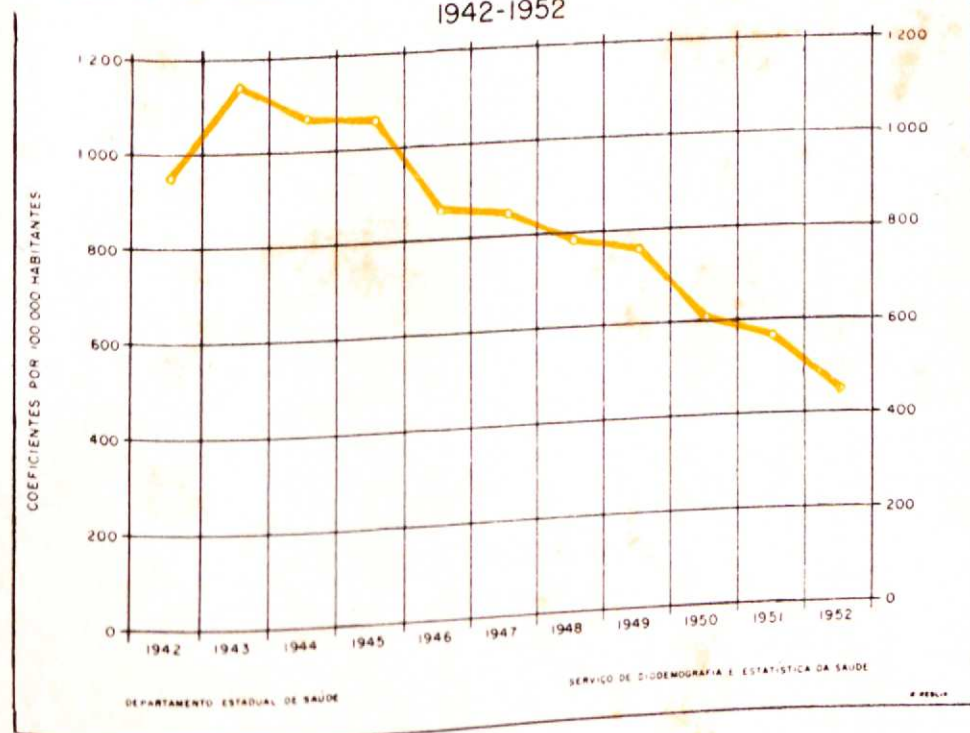
1942-52

A n o s	N.º de Óbitos por Sífilis e suas sequelas	Coeficientes por 100 000 habitantes
1942	18	41,0
1943	20	44,7.....
1944	26	56,9
1945	25	53,8
1946	28	59,1
1947	19	39,3
1948	31	63,1
1949	24	48,0
1950	33	64,8
1951	22	42,5
1952	15	28,5

NUPCIALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1942-52

A n o s	N. de Casamentos	Coeficientes por 100 000 habitantes
1942	143	3,3
1943	160	3,6
1944	171	3,7
1945	182	3,9
1946	256	5,4
1947	266	5,5
1948	337	6,9
1949	407	8,1
1950	384	7,5
1951	406	7,8
1952	424	8,0

MORTALIDADE POR TUBERCULOSE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
1942-1952MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
1942-1952

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE DEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

A. PEREIRA

NUPCIALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1942—51

A n o s	N. de Casamentos	Coefficientes por 100 000 habitantes
1942	3 890	4,5
1943	4 277	4,9
1944	4 148	4,6
1945	5 297	5,8
1946	5 931	6,3
1947	5 483	5,7
1948	4 835	4,9
1949	6 789	6,8
1950	7 631	7,5
1951	8 938	8,6

SERVIÇO JURÍDICO

No despacho das atribuições que lhe foram cometidas, a partir de 1951, em decorrência da promulgação do "Estatuto do Ministério Público", continua o Serviço Jurídico a desincumbir-se da representação, ativa e passiva, do Estado, em Juízo, em ambas as instâncias, sem prejuízo do exercício das funções consultivas que possuía desde a sua criação.

A concentração dos serviços de defesa dos direitos do Estado debatidos em Juízo, no referido órgão, tem evidenciado, pela observação dos resultados colhidos nestes dois últimos anos, que a providência adotada foi bem inspirada. Servido por um corpo de advogados que têm, em inúmeros processos e recursos, alcançado êxito para as teses sustentadas pelo Estado e pela Fazenda Pública, o Serviço Jurídico, feita a reorganização de sua estrutura que a experiência demonstra ser necessária, poderá tornar-se um dos mais úteis departamentos da administração estadual.

No decorrer de 1952, nos processos novos ou em curso, teve o Serviço Jurídico oportunidade de funcionar, na defesa judicial dos interesses do Estado, nos feitos, recursos ou atos constantes da relação abaixo:

Vistorias	3
Justificações	11
Mandados de Segurança	4
Ação de imissão de posse	1
Agravos	3
Apelações	6
Embargos	7
Contestações	21
Protestos	2
Ações ordinárias	5
Acidentes no trabalho	1
Cartas Precatorias	6
Reclamações trabalhistas	3
Renovação do contrato	2
Notificações	1
Ação Cominatória	2
Ação de Demarcação	1
Inventário	1
Ação Rescisória	1
Manutenção de posse	2
Recurso Extraordinário	15
Impugnação	2
Recursos diversos	5

A par dessas atividades, pelos seus dedicados Advogado Geral e Advogados, respondeu o Serviço, emitindo 86 pareceres e expedindo 213 ofícios, às consultas de natureza jurídica que lhe foram dirigidas tendo-se ainda, desincumbido do trabalho de minutar ou de rever as minutas dos contratos e das escrituras públicas assinadas pelo Estado.

Com a finalidade de promover a estrutura definitiva do Serviço Jurídico, cujo quadro técnico está atualmente desfalcado de vários advogados em exercício junto às Secretarias de Estado ou no desempenho de funções de confiança — cujos trabalhos não se incluem no cômputo acima feito — cogita o Executivo de submeter, brevemente, o fruto dos estudos que realizou a respeito, à alta consideração dessa Colenda Assembléia.

RÁDIO ESPÍRITO SANTO

As previsões que havíamos expandido, em Mensagem anterior, a respeito do desenvolvimento da emissora oficial, quer como veículo de cultura, quer como fonte de propaganda das possibilidades do Estado e de suas riquezas, encontraram feliz confirmação no desenvolvimento rápido e promissor da capacidade de difusão da Rádio Espírito Santo.

Dotada de equipamento técnico suficientemente apto para cobrir as necessidades de seus compromissos atuais, a emissora realizou importante trabalho nos mais diversos setores de suas atividades.

Foram feitas cinquenta irradiações externas, das quais duas diretamente da Capital do País.

Não desatendeu a direção da Rádio Espírito Santo aos imperativos artísticos que lhe impunham incentivar o desenvolvimento da nossa música popular. E não foram poupados esforços no sentido de dar aos programas internos a feição moderna que estava a exigir da emissora a organização da orquestra própria, do regional e do *cast*, e o aprimoramento do quadro funcional e redacional.

Contra uma renda de Cr\$ 932 317,30 em 1951, a PRI-9 apresentou, neste exercício de 1952, a receita de Cr\$ 2 007 764,80, sendo a despesa computada em Cr\$ 1 889 404,40.

A publicidade comercial, que serve de termômetro da aceitabilidade das empresas radiofônicas, mostrou, nos anos de 1951 e 1952, o seguinte gráfico:

	1951	1952
Receita publicitária de Vitória	Cr\$ 505 533,00	1 021 595,00
Receita publicitária proveniente de São Paulo e Rio	Cr\$ 237 166,20	386 775,20

Realizado o inventário geral dos bens da emissora, verificou-se possuir ela, em 31 de dezembro último, bens móveis e imóveis aproximadamente no valor de Cr\$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros), representados por equipamento técnico, imóveis, móveis e títulos.

E os passos já iniciados para dotá-la de um transmissor de ondas médias, talvez lhe assegurem, em futuro próximo, ainda maior campo de ação, com excepcionais vantagens para o seu mecanismo difusor.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ao término das intensas atividades desenvolvidas pelo Executivo, através da Secretaria competente, no ano de 1951 — as quais consistiram, em síntese, no levantamento da situação geral dos negócios da educação e cultura, particularmente dos mais de perto relacionados com o problema da educação popular de nível primário, na elaboração, à luz dos dados obtidos, de planos de reformas e iniciativas futuras com a necessária distribuição segundo a ordem de sua importância e os imperativos de sua urgência e funcionalidade, e, finalmente, na definição do programa de trabalhos por meio de leis e decretos que, consubstanciando propósitos e diretrizes, contivessem as normas disciplinares de toda a conduta administrativa subsequente — e porque o Governo tinha consciência do alcance e das dificuldades de concretização da tarefa que voluntariamente impunha sobre os próprios ombros — se formara a expectativa e certeza de que o ano de 1952 seria — como efetivamente foi — um ano de graves responsabilidades, extenuo trabalho e permanente vigília, e, mais do que isso, um ano decisivo para os destinos do próprio plano governamental relativo aos negócios educacionais e culturais, uma vez que o balanço final das atividades e o êxito ou malôgo de que estas se coroassem, constituiriam a pedra de toque desse plano, o teste para verificação do acerto ou erro das medidas em equação e em desenvolvimento.

Efetivamente, 1951 se encerrara com um saldo positivo e fecundo de realizações. Estas, porém, em grande parte, não foram, na ordem prática, senão medidas preventivas, muitas delas de caráter provisório outras efetuadas à guisa de "operações de amaciamento", com que se procurou preparar o ambiente para a implantação, aprazada para o ano seguinte, de reformas substanciais, visantes ao desenvolvimento, em quantidade e qualidade, das estruturas pedagógicas do Estado.

De outra parte, um saldo de idéias, consubstanciadas em leis promissoras, entre as quais convém pôr em relevo as seguintes: a) a de n.º 549 de 7 de dezembro de 1951, justamente chamada por membros da Egrégia Assembléia Legislativa, "Lei Aurea" do Ensino; b) as de n.º 520, 550 e 610, respectivamente de 6 de setembro, 7 e 31 de dezembro, pelas quais foram criadas a Escola Politécnica, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, do Estado.

Transcorrido um ano desse estado de coisas e de espírito, pode o Executivo, sem alarde mas apenas por amor da verdade e com a tranqüila consciência de um grande dever cumprido, proclamar o fato de que, mercê da colaboração do Legislativo, do funcionalismo da Secretaria e do professorado em geral, tem realizada, na medida das dotações orçamentárias próprias, a imensa tarefa que se impusera.

Em relação ao ensino primário, o "impacto contra o statu-quo" da Lei n.º 549 se operou sem as dificuldades previstas por certos sectores de opinião demasiadamente pessimísticos. Entre os resultados — mais expressivos da vigência dessa Lei — para apenas citar alguns, uma vez que seu estudo exaustivo somente poderia ser feito em longa monografia — convém lembrar os seguintes:

- 1) — A instituição do Concurso de Remoção de Professores Primários (cf. artigos 7.º e seguintes), realizado pela primeira vez em janeiro e fevereiro de 1952 e, já agora, pela segunda vez no corrente ano, teve como consequência:
 - a) — fixando época para as remoções, promoveu, de um lado, alto grau de estabilidade do magistério e, de outro lado, o descongestionamento dos serviços burocráticos da Secretaria, antes permanentemente tumultuados pelo estudo intempestivo de inumeráveis processos e lavratura de atos atinentes à determinação de local do exercício dos professores;
 - b) — estabelecendo normas para a classificação dos candidatos à base da medida do merecimento e valorização do exercício magisterial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob o aspecto qualificativo, gerou o incentivo e emulação entre o professorado, com benefícios reflexos, já sensíveis, no rendimento pedagógico geral;
- 2) — A instituição em novos moldes do Concurso de Ingresso e Reingresso (cf. artigos 17 e seguintes), sobre disciplinar a admissão periódica de novos contingentes de professores nas fileiras do magistério, introduziu alto teor de normalidade no processo de reinício anual das atividades letivas, o qual se arrastava, antes, desordenado e tardio, com graves prejuízos para o regular funcionamento da rede de escolas estaduais;
- 3) — A instituição da "gratificação de magistério" cf. artigo 37), correspondente a serviço efetivamente prestado e inversamente proporcional ao grau de urbanização e conforto dos ambientes do exercício magisterial, e, ao lado dela, a segurança do prêmio ao esforço honesto, seja sob a forma de melhor classificação no Concurso de Remoção, seja a de expectativa de promoção automática, apenas dependente do próprio mérito, permitiram — fato inédito na história da educação capixaba e, entre todos, talvez, o mais significativo e promissor — a primeira penetração em grande escala do professorado normalista nos recantos rurais e mesmo sertanejos mais distantes, muitos dos quais tiveram pela primeira vez escola para a educação das crianças, ou, à testa dela, uma docente portadora do título de habilitação técnico-pedagógica. A título de ilustração, convém citar o fato de que, no ano de 1951, era de 130 o número de professores normalistas que exerciam o magistério em escolas singulares rurais e esse número se elevou a 331 no ano de 1952.

Sob a égide da Lei n.º 549, cuja existência é, a um tempo, testemunho e demonstração das vantagens públicas do bom entendimento e colaboração entre os poderes Legislativo e Executivo, o organismo educacional do Estado se tonificou, crescendo o número de suas unidades escolares, ampliando seu raio de ação, aprimorando-se em eficácia e, como consequência, estendendo seus benefícios a parcela cada vez maior da população. Os seguintes quantitativos, que resumem dados discriminados em tabelas anexas, ilustram a afirmação. Enquanto em 1951, funcionaram no Estado 2 053 unidades escolares de ensino primário ou fundamental (a saber: fundamental comum, complementar e supletivo, com exclusão de 21 classes de ensino pré-primário), esse número se elevou a 2 163 no ano de 1952, quantitativo muito próximo do da previsão feita pelos órgãos técnicos e que era de 2 179 (exclusive as de ensino pré-primário).

De outra parte, o pessoal docente que, no ano de 1951, afóra os professores classificados noutros quadros, era de 1 074 leigos admitidos como "docentes de emergência" e 968 normalistas, apresentou, no ano de 1952, a redução do número de leigos para 898 e o aumento do de normalistas para 1 342.

É bem de ver que, embora se acentue a tendência à redução do número relativo de leigos no magistério, o quantitativo permanece mais ou menos estável o que se explica, de uma parte, pela necessidade de criação e funcionamento de novas escolas, de outra, pela insuficiência numérica dos novos contingentes anuais de candidatos diplomados pelas Escolas Normais. No intuito de intensificar e abreviar a formação desses novos contingentes, cogita o Executivo de determinar o funcionamento em período letivo suplementar, isto é, noturno, dos cursos de formação de professores primários das Escolas Normais oficiais.

Ao mesmo tempo e como medida de caráter provisório, destinada a ocorrer, de algum modo, a título precário, às mais prementes necessidades de ampliação e melhoria das estruturas pedagógicas do Estado, vem o Executivo planejando a realização de cursos intensivos de instrução fundamental e orientação didática de candidatos ao exercício do magistério primário nas localidades mais afastadas dos centros populosos e desprovidas de vias fáceis de transporte e comunicação. Missões de professores se acham em organização, devendo, ainda antes de completar-se o primeiro trimestre do ano em curso, percorrer o interior de numerosos municípios com o fim de reunir jovens de ambos os sexos com aptidões aparentes para o trabalho letivo e inculcar-lhes, com os conhecimentos elementares indispensáveis, o ardor cívico, a consciência dos deveres mínimos do mestre-escola e do domínio das técnicas pedagógicas elementares.

Com o mesmo intuito ainda — de aprimoramento da cultura e da técnica didática — assim como pelo imperativo moral do cumprimento da parte que lhe incumbe para integral e generosa observância de dispositivos legais atinentes à efetivação dos "docentes de emergência" que, em 1951, contavam já 5 anos de exercício, acha-se no momento em realização, pela segunda vez, o Curso Intensivo chamado das Missões Pedagógicas Itinerantes freqüentado por 73 interessados.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Proposta pela Secretaria competente e aprovada pelo Decreto n.º 753 de 31 de janeiro de 1952, a adoção de novo tipo de instituição pedagógica — a dos Parques e Recantos Infantis — como susceptível de prover solução para o problema da educação, assistência e recreação da infância pré-escolar, promoveu o Governo uma série de medidas destinadas a assegurar o êxito e concretização das expectativas crescidas em torno do primeiro estabelecimento experimental dessa natureza. Uma caravana de professoras primárias foi enviada em viagem de estudos ao Estado do São Paulo para, estagiando junto aos Parques e Recantos Infantis mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da capital bandeirante, dominar as novas técnicas de educação e preservação do menor pré-escolar.

Os projetos de edificações inicialmente destinados à instalação de Jardins de Infância foram revistos, adaptando-se à nova organização do serviço. No momento em que esta mensagem é feita, acha-se em pleno funcionamento o primeiro Parque Infantil e, em construção, com inauguração apazada para o corrente ano, mais dois desses estabelecimento na capital, além de outros situados em cidades do interior.

A fim de pôr em relêvo o acerto da iniciativa governamental nesse sector de suas atividades, é suficiente citar o fato de que a instituição do novo tipo de estabelecimento tornou possível ao Governo, sem aumento de pessoal e num só edifício, propiciar e estender a maior numero de crianças melhores e mais amplos serviços pedagógicos, assistenciais e recreativos. Com efeito, enquanto em 1951 o Estado manteve na capital 2 Jardins de Infância com 16 classes freqüentadas em média por 296 crianças, o primeiro Parque Infantil, recentemente inaugurado, apresenta a matrícula inicial de 330 menores, tendo capacidade para, sendo necessário, receber outros tantos.

ENSINO COMPLEMENTAR

Atento aos aspectos econômicos de movimento escolar, pôs o Governo em prática providências visantes ao barateamento do preço "per capita" do ensino complementar e, ao mesmo tempo, à ampliação dos seus benefícios a maior número de adolescentes: Com êsse fim, extinguiu-se o antigo e dispendioso estabelecimento complementar localizado na capital, cujas classes foram distribuídas por diversos Grupos Escolares, e criou outras novas, logrando, a um tempo, por êsse modo, reduzir as despesas de sua manutenção e aumentar sensivelmente as respectivas matrículas. Assim é que em 1951 foram empregadas 26 professoras para o funcionamento de 17 classes com a freqüência de 354 alunos, ao passo que em 1952 puderam funcionar, sob a regência de 22 professores, 22 classes freqüentadas em média por 564 alunos.

ENSINO SUPLETIVO

Mantidas pelo Estado no exercício de 1952 funcionaram 23 classes de ensino supletivo com a freqüência média de 807 alunos. Ao lado dessas e sob a direção da Secretaria de Educação e Cultura,

à conta de dotações da "Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos" (Ministério de Educação e Saúde) funcionaram outras 204 classes com a matrícula total de 5 948 alunos, sendo 4 408 considerados freqüentes, dos quais 2 717 com real aproveitamento.

ENSINO DE 2.º GRAU

No conjunto do problema educacional, é ainda o ensino médio ou de 2.º grau, pelo alto custo de sua manutenção, pelas instalações que exige e pela modalidade de formação do pessoal docente, o que maiores dificuldades apresenta. Assim tem sido sempre e, em relação ao Brasil é significativo o fato de os primeiros estabelecimentos de ensino de 2.º grau se haverem constituído somente após os de grau elementar e de grau superior. Por outro lado, se o país pode contar hoje com uma rede apreciável de estabelecimentos de ensino médio, é sabido que, em sua maior parte, cerca de 75%, são produtos da iniciativa privada. Afortunadamente, esta não tem faltado no Estado do Espírito Santo; dos 30 estabelecimentos em funcionamento, quatro são mantidos pelo Estado, um pela União e 25 por entidades particulares. Quanto à localização, acham-se assim, distribuídos: 12 na capital, 5 em Cachoeiro de Itapemirim, 2 em Colatina, 2 em Anchieta, 2 em Guaçu e 1 em cada uma das seguintes localidades: Alegre, Castelo, Mimoso do Sul, São José do Calçado, São Mateus e Santa Teresa.

No esforço de ampliar para a população juvenil as oportunidades de escolarização de 2.º grau, tem o Governo pôsto em prática medidas que vão surtindo efeitos benéficos. Entre outras: a determinação de aumentar o número de classes dos estabelecimentos estaduais e a criação do Colégio e Escola Normal "Conde de Linhares", de Colatina, em substituição do estabelecimento particular e homônimo que encerrara suas atividades. Como consequência, em vez das 59 classes de ensino médio mantidas pelo Estado com a matrícula de 2 059 alunos em 1951, funcionaram em 1952 mais de 80 classes com matrícula superior a 2 600 alunos.

A êste número de jovens beneficiados com a escolarização gratuita nos estabelecimentos estaduais, devem acrescentar-se cerca de outros 250 alunos, aos quais o Estado estende o benefício por meio de "bolsas de estudos" e providências congêneres.

Na esfera do ensino de 2.º grau, duas medidas de largo alcance se encontram em estudos pelos órgãos competentes: 1.º) — a que diz respeito aos meios pelos quais o Estado possa vir, com o máximo de benefício público, a amparar a iniciativa privada e, se possível, incentivá-la à instalação de novos estabelecimentos; 2.º) — a do incremento da matrícula dos cursos normais.

Para êsse fim, acaba o Governo de autorizar o funcionamento, a título experimental, de cursos noturnos, com o que espera estimular e abrir, a formação de novos contingentes de professores primários, de que tanto e tão urgentemente carece para as prementes necessidades da educação popular.

**ENSINO
SUPERIOR**

O ano de 1952 assinala, no tocante ao desenvolvimento dos quadros estaduais de ensino superior duas gratas efemérides: a da instalação da Escola Politécnica com a primeira turma de alunos da série inicial, e a da formatura da 1.^a turma de diplomados da Faculdade de Odontologia.

De outro lado, vencidas as dificuldades naturais de iniciativas desta natureza, pode o Governo ao encerrar-se o ano, anunciar a próxima instalação definitiva da Escola de Belas Artes e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Inscreve-se também nos planos ora em estudo na Secretaria de Educação e Cultura a instalação do Instituto de Música criado pela Lei n.º 661, de 12 de novembro de 1952, e a provável criação da Escola de Medicina bem como da Universidade do Estado, que será localizada, conforme estudos já realizados, em área para esse fim já reservada no bairro de Maruípe.

**EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Embora, por circunstâncias diversas entre as quais o imperativo do aproveitamento máximo do magistério de carreira na função de regência de classe, não se tenham realizado os planos de reorganização do Serviço de Educação Física, as atividades deste durante o ano de 1952 foram intensas, superando mesmo, contra as expectativas decorrentes da redução do quadro de seu pessoal, as do ano anterior. Neste, como noutros sectores, ficou demonstrada a existência de um problema de economia pedagógica e já agora, a da possibilidade de sua solução pela racionalização do trabalho. Eis alguns dados expressivos na singeleza dos números. A prática de educação física sob a regência de professores do quadro estadual se realizou no ano de 1951, em 37 escolas (31 oficiais e 6 particulares), empregando-se nela 106 professores, sendo 80 em estabelecimentos de ensino primário e pré-primário, os quais executaram 18 160 sessões, e 26 em estabelecimentos de 2.º grau com execução de 1 179 sessões. Essas atividades se estenderam por 11 municípios, delas beneficiando-se 10 000 alunos aproximadamente. Em 1952, com o quadro de professores reduzido a 93, o Serviço de Educação Física ampliou seu raio de ação, estendendo suas atividades a 16 municípios, neles abrangidos 43 estabelecimentos (36 oficiais e 7 particulares) e executando 19 271 sessões, das quais participaram 11 327 alunos dos cursos primário e pré-primário sob a regência de 66 professores e, cerca de 3 000 de cursos de 2.º grau sob a regência de 27 professores. Deve ser mencionado o fato de que, além dessas atividades, teve o Serviço a seu cargo a realização, que transcorreu com esplêndido êxito, de uma Olimpíada Escolar, da qual participaram 697 escolares filiados a 22 diferentes agremiações estudantis.

Com o pressuposto de que os elementos acima citados testemunham possibilidades de crescente eficácia das atividades e de que esta, para concretizar-se, apenas depende da reorganização do Serviço, está o Governo, no momento, vivamente empenhado no estudo dos planos de sua reforma, com o propósito de dotá-lo de meios que lhe permitam concorrer, através do sentido cívico e social dos desportos, para melhoria da formação integral da personalidade dos discentes, e bem assim ampliar e estender sua ação ao

campo de ensino superior e, mesmo, ao das atividades desportivas extra-escolares.

Apesar das falhas e defeitos de seu aparelhamento antigo e do alto custo do material, o Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos vai realizando com regularidade e, por vezes, grande eficiência, as tarefas que lhe cabem. Os quantitativos seguintes são significativos: enquanto em 1951 foram realizadas 473 sessões educativas com a exibição de 653 filmes e 454 aulas com a presença de 17 704 escolares, no ano de 1952 o número de sessões educativas se elevou a 1 104 com a exibição de 1 344 filmes e o de aulas a 752 presenciadas por 23 417 alunos.

**CINEMA
EDUCATIVO**

A necessidade de dotar as escolas de mobiliário e material indispensável, agravada pelo crescente número de estabelecimentos de ensino de diversos graus, impôs à Secretaria de Educação e Cultura a continuação e mesmo desdobramento de esforços, não apenas de trabalho senão de dispêndios. Alguns dados numéricos, apenas são aqui citados em abono dessa asserção. Em dois anos, foram fornecidos, além de outras espécies, às escolas públicas, 1 554 mapas do Brasil, do Estados etc. (sendo 529 em 1951 e 1 025 em 1952) e 8 831 carteiras, a saber, 3 159 no ano de 1951 e 5 672 no de 1952).

**MOBILIÁRIO E
MATERIAL ES-
COLARES**

Embora deficientemente instalada e ressentindo-se de falta de espaço e de pessoal, vai a Biblioteca Estadual realizando sua missão. Constituída, ao encerrar-se o ano de 1951, de 18 500 volumes, que foram objeto de 20 312 consultas por parte de 17 667 consulentes, possui atualmente 18 750 livros, tendo sido seu movimento de 40 717 consultas por 31 571 consulentes, números que dizem do crescente interesse público pela leitura.

**BIBLIOTECA
ESTADUAL**

Ao patrimônio da Biblioteca Estadual deverão ser incorporados, tão logo o permita o espaço, centenas de outros livros doados por intermédio do Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura à instituição.

Digno de menção é o fato de, além da Biblioteca Estadual, estarem em franco desenvolvimento outras, menores e especializadas, anexas aos diversos estabelecimentos de ensino superior.

O Museu Capixaba, criado pelo Decreto n.º 10 610 de 3 de junho de 1939, constava, 12 anos após, a saber, em 1951, de 530 peças, sendo 227 recolhidas no antigo "Solar Monjardim" em Jucutuquara e 303 na lendária Capela de Santa Luzia. Durante o ano de 1952, foi possível por meio de doações e empréstimos e, ainda, de aquisições efetuadas através da Secretaria de Educação e Cultura, elevar o número total de suas peças e documentos a cerca de 2 000, muitos dos quais de inestimável valor documental e elevado custo.

**MUSEU
CAPIXABA**

Pelo decreto n.º 777 de 24 de março de 1952 foi criada, junto ao Museu uma nova secção denominada "Museu Olinto Couto de Aguirre", "constituída de coleção de peças, objetos e demais documentos adquiridos de seu patrono, seja por doação, seja por compra pelo Governo do Estado". Somente esta nova secção, recém-inaugurada conta, salvo possível mas insignificante erro, 1000 peças. Digna de registro é também a doação de 254 objetos e documentos feita pela ilustrada Comissão Espírito Santense de Folclore, coleção que passou a integrar no Museu Capixaba, por força do decreto n.º 1 183 de 31 de janeiro de 1953, uma nova secção, instalada em sala própria ou "Sala de Folclore". Releva registrar mais a preciosa contribuição da municipalidade de Itapemirim que cedeu, por empréstimo, para enriquecer o mostruário da instituição, preciosas telas imperiais além de outros objetos antigos.

CONCLUSÃO

O presente relato — necessariamente sucinto, do que vai pelo sector governamental dos negócios da educação e cultura — é bastante para sugerir e patentear a persuasão de que um sópro auspicioso de renovação, crescimento e progresso revivifica o organismo pedagógico do Estado e todas as instituições dedicadas à preservação e aprimoramento culturais.

A rede escolar foi grandemente ampliada; fundaram-se novos institutos de ensino superior, técnico e desinteressados; apuraram-se os quadros do pessoal, transfundindo-lhe, com nova legislação, entusiasmo novo pela causa. Sob o influxo do despertar econômico e ao amparo de leis sábias, que a Assembléia decretou e o Executivo pôs em vigência, um impulso de crescer e aperfeiçoar-se impregna as atividades relativas à educação e à cultura.

A consequência, previsível, não se fez esperar: o órgão incumbido da superintendência e controle dessas atividades, a saber, a Secretaria de Educação e Cultura, aparelhado que foi, inicialmente para o comando de um conjunto muito menor e singelo de serviços, se torna impotente, seja pela deficiência numérica de seu pessoal, seja pelo desajustamento de sua organização ao campo e espécie de seus trabalhos, para realizar sua tarefa. A reorganização dessa Secretaria se impõe de modo premente e se inscreve entre os planos ora em estudo.

O presente estado de coisas não representa, porém, o que o Governo pretende realizar. É o começo e, auspicioso embora, apenas se sedimenta e consolida. Muito esforço deverá ser feito ainda no sentido de ampliar e renovar todos os sectores dos negócios de Educação e Cultura e revistos, à luz de novos levantamentos, os resultados da tarefa cumprida, coroar-se a empresa com a elaboração de um Código da Educação, em que se reunirá tudo quanto a experiência tiver demonstrado corresponder, efetiva e funcionalmente, à realidade espírito santense e às suas generosas esperanças e aspirações.

TABELA I
QUADRO DO MAGISTERIO
SITUAÇÃO COMPARATIVA 1952 — 1953

CATEGORIAS	CLASSES	CARGOS EXISTENTES			
		Em 1952	Em 1953		
		LOTADOS	LOTADOS	PROVIDOS	VAGOS
PROFES- SORES PRIMA- RIOS	B	868	970	594	376
	C	383	381	381	—
	D	216	216	216	—
	E	32	32	32	—
	F	1	1	1	—
	SOMA	1 500	1 600	1 224	376
PROFES- SORES DE CONCURSO	B	4	4	4	—
	C	175	173	173	—
	SOMA	179	177	177	—
REGENTES DO ENSINO PRIMARIO	B	127	200	177	83
	C	23	140	23	117
	SOMA	150	340	200	200
Docentes de Emergência efetivos	Cr\$ 500,00	280	—	280	—
	Cr\$ 500,00	636	—	19	—
	SOMA	916	—	299	—
TÓDAS AS CATEGO- RIAS	TOTAL	2 745	2 117	1 840	576

TABELA II

REDE E MOVIMENTO ESCOLARES

QUADRO COMPARATIVO SEGUNDO OS ASSENTAMENTOS RELATIVOS AO ANO DE 1952 E
PREVISÕES FEITAS PARA A ANO DE 1953

Situação em 1952			ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Previsão para 1953		
Frequên- cia Média	Número de clas- ses	Número		Número	Número de clas- ses	Capacidade de escolari- zação em alunos (a 40 por classes)
			DISCRIMINAÇÃO			
			Grupos Escolares	85	778	31 120
			Grupos Escolares Auxiliares (X)	2	18	720
21 789	722	77	Escolas Reunidas	21	84	3 360
414	12	1	Escolas Reunidas Auxiliares ..	3	14	560
2 376	92	23	Escolas Singulares	1 379	1 379	55 160
388	15	3	Escolas Primárias Auxiliares ..	22	22	880
34 416	1 240	1 240 (XX)				
747	27	27				
			SOMA	1 512	2 295	91 800
60 139	2 108	1 371				
			Jardins da Infância	—	—	—
316	16	2	Classes avulsas do J. da Inf.	—	—	—
47	2	—	Classes Pré-Primárias Auxil.	—	—	—
115	4	—				
			SOMA	—	—	—
478	22	2				
			Cursos Complementares	29	29	1 160
564	22	22				
			SOMA	29	29	1 160
564	22	22				
			Cursos Noturnos Supletivos ..	33	33	1 320
807	33	33				
			SOMA	33	33	1 320
807	33	33				
			TOTAL	1 574	2 357	94 280
61 990	2 185	1 428				

(X) São chamados **Auxiliares** os estabelecimentos mantidos pelo Estado junto às Instituições particulares de caráter assistencial ou educativo.

(XX) Exclusive 161 unidades que não funcionaram.

TABELA III

ENSINO DE 1.º GRAU EM 1952

REDE E MOVIMENTO ESCOLARES COM DISCRIMINAÇÃO POR MUNICÍPIO E POR MODALIDADE DE ESTABELECIMENTO

MUNICÍPIOS	CLASSES								SOMA	
	Em Grupos Escolares	Em Grupos Escolares Aux.	Em Escolas Reunidas	Em Escolas Reunidas Aux.	Em Escolas Singulares	Em Escolas Pré-Primárias Aux.	Em Cursos Complementares	Em Cursos No- turnos Supletivos		
Capital	125	12	8	10	2	11	6	4	178	
Afonso Cláudio	26	—	4	—	47	—	1	—	78	
Alegre	31	—	8	—	51	2	—	2	94	
Alfredo Chaves	7	—	—	—	31	—	1	—	39	
Anchieta	6	—	—	—	26	—	—	—	32	
Aracruz	5	—	9	—	49	—	—	—	63	
Baixo Guandu	10	—	—	—	27	3	—	—	40	
Barra de São Fran- cisco	7	—	—	—	66	—	—	—	73	
Cachoeiro de Itape- mirim	76	—	4	—	105	3	2	6	196	
Cariacica	50	—	—	5	29	2	—	—	86	
Castelo	30	—	—	—	66	—	—	4	100	
Colatina	33	—	36	—	126	—	—	2	197	
Conceição da Barra ..	7	—	—	—	23	—	1	—	31	
Domingos Martins ..	5	—	—	—	44	—	—	1	50	
Espírito Santo	76	—	—	—	9	2	2	3	92	
Fundão	15	—	—	—	24	—	—	—	39	
Guaçuí	18	—	—	—	48	1	—	1	68	
Guarapari	7	—	—	—	29	—	1	—	37	
Ibiraçu	22	—	—	—	31	2	—	—	55	
Iconha	4	—	4	—	16	—	—	—	24	
Itaguaçu	15	—	8	—	44	—	1	1	69	
Itapemirim	12	—	—	—	59	—	2	—	73	
Itapoama	7	—	—	—	16	—	—	—	23	
Iúna	8	—	4	—	35	—	—	—	47	
Jabaeté	—	—	4	—	22	—	—	—	26	
Linhares	13	—	—	—	40	—	—	—	53	
Mimoso do Sul	20	—	—	—	87	1	1	5	114	
Muniz Freire	7	—	—	—	20	—	—	—	28	
Muqui	14	—	—	—	29	—	1	2	46	
Santa Leopoldina ..	8	—	3	—	48	—	—	—	60	
Santa Teresa	10	—	—	—	40	—	—	—	50	
São José do Calçado ..	17	—	—	—	25	—	—	1	43	
São Mateus	14	—	—	—	60	—	—	—	74	
Serra	17	—	—	—	27	—	—	1	46	
TOTAL	722	12	92	15	1 401	+	27	22	33	2 324

(+) Inclusive 161 unidades que não funcionaram.

PROVIDAS E VAGAS

T O T A L 2 357

TABELA V

ENSINO PRIMARIO EM DEZEMBRO DE 1952

ESTABELECIMENTOS (POR UNIDADES E CLASSES). PROFESSORES (SEGUNDO A CATEGORIA E TÍTULOS) E ALUNOS

ESTABELECIMENTOS			PROFESSORES							ALUNOS		
	Unida- des Es- colares	Classes	Prof. Prim.	Regente Ens. Prim.	Prof. Conc.	Doc. emer- gência		TOTAL	Matricu- lados	Frequen- tes	Aprova- dos	
						Norm.	Lei- gos		(média)	(média)		
Grupos Escolares	77	722	700	70	93	—	84	947	27 126	21 798	14 940	
Grupos Escolares Auxiliares	1	12	13	—	2	—	—	15	475	414	294	
Escolas Reunidas	23	92	48	6	11	—	32	97	3 363	2 376	1 604	
Escolas Reunidas Auxiliares	3	15	9	—	3	—	4	16	418	388	211	
Escolas Singulares	1 240	1 240 (X)	349	57	59	6	770	1 240	48 361	34 416	18 202	
Escolas Primárias Auxiliares	—	27	18	1	2	—	6	27	1 047	747	437	
Jardins de Infância	2	16	22	—	—	—	—	22	422	316	—	
Jardins de Infância (Clas. Avulsas)	—	2	2	—	—	—	—	2	92	47	—	
Classes Pré-Primárias Auxiliares ..	—	4	4	—	—	—	—	4	140	115	—	
Cursos Complementares	22	22	21	1	—	—	—	22	669	564	475	
Cursos Supletivos Noturnos	33	33	18	1	12	—	2	33	1 435	807	436	
S O M A	1 401	2 185	1 204	136	182	6	898	2 425	83 448	61 990	36 599	

(X) Exclusive 161 unidades que não funcionaram.

TABELA VI

MOVIMENTO ESCOLAR DE 1952

Matrícula, Frequência e Aprovações nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Cursos Complementares e Cursos Noturnos Supletivos.

GRUPOS ESCOLARES

DISCRIMINAÇÃO	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência Média	Aprovações
"Alberto de Almeida	583	507	468	301
Auxiliar da Obra Social "São José"	502	448	414	294
"Jenny Coutinho"	270	203	176	109
"Maria Ericina Santos"	750	602	517	294
"Gomes Cardim"	609	588	509	390
"Padre Anchieta"	930	846	774	606
"Colatina Mascarenhas"	279	237	205	172
"Irmã Maria Horta"	392	312	283	198
"Suzete Cuendet"	533	452	444	228
"Professor João Bandeira"	387	308	228	111
"Marieta Escobar"	245	240	231	93
"Graciano Neves"	651	561	488	407
"Adolfina Zamprognio"	276	227	189	124
"Naydes Brandão"	299	264	486	162
"Ofélia Escobar"	457	392	350	278
"Vasco Coutinho"	773	703	584	453
"Sílvia Rocio"	683	562	496	302
"Professor José Cunha"	367	330	276	181
"Professor Augusto Carvalho"	359	316	217	177
"Professor Cerqueira Lima"	581	493	430	324
"Stélida Dias"	324	264	191	133
"Professor Augusto Luciano"	341	296	247	156
"Eulália Moreira"	203	192	151	141
"Virgílio Pereira"	220	206	170	153
"Professor João Loyola"	418	399	340	213
"Thiers Velloso"	319	282	260	194
"Luiza Grinaldi"	282	262	236	193
"José Cupertino"	561	482	445	269
"Luiz Jouffroy"	219	209	128	22
"Elvira Barros"	207	166	141	116
"Professora Acidália Cardoso"	221	190	122	60
"Bartouvino Costa"	602	452	370	268
"Amâncio Pereira"	350	310	266	178
"Professora Claudina Barbosa"	263	193	179	59
"Professor Joaquim Fonseca"	300	255	204	104
"Ernesto Nascimento"	311	302	247	152
"Virgílio Ramallete"	284	254	203	149
"Francisco Santos"	217	197	156	88

DISCRIMINAÇÃO	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência Média	Aprovações
"Barão de Monjardim"	304	265	251	168
"Guilherme Batista"	290	255	223	122
"Professor Loureiro"	297	254	206	121
"Pessanha Póvoa"	172	254	206	121
"Professor Hausler"	121	111	93	73
"Bernardino Monteiro"	779	741	678	475
"Graça Guardia"	588	476	456	357
"Quintiliano de Azevedo"	634	553	524	410
"Prof. ^a Inah Werneck"	277	245	223	94
Fernando de Abreu	398	288	316	204
"Felinto Martins"	225	186	174	121
"Prof. Domingos Ubaldo"	204	145	135	90
"Prof. Waldemar Mendes de Andrade"	221	180	180	95
"Nestor Gomes"	715	631	560	419
"Elisa Paiva"	223	192	174	138
"Professor Lellis"	570	448	450	365
"Olga Coutinho"	327	250	191	119
"Cel. Xavier"	248	208	182	166
"Prof. Braulio Franco"	289	193	219	83
"Deocleciano de Oliveira"	538	405	356	202
"Jonas Montenegro"	228	182	168	126
"Henrique Coutinho"	317	270	229	116
"Manoel Franco"	440	379	294	215
"Horácio Plínio"	341	240	180	124
"Marcondes de Souza"	565	453	407	343
"Monteiro da Silva"	560	405	387	319
"Cândida Póvoa"	283	241	180	151
"Aristides Freire"	833	729	602	423
"Carolina Pichler"	403	306	289	170
"Maria Ortiz"	297	234	202	146
"Prof. Nunes"	512	399	243	264
"Governador Lindenberg"	355	251	232	150
"Teófilo Paulino"	128	114	106	89
"Cel. Gomes de Oliveira"	250	210	160	105
"Zenóbia Leão"	271	236	190	104
"Cel. Antônio Duarte"	179	149	107	83
"Bodart Júnior"	274	246	185	165
"Camila Mota"	246	206	213	143
"José Marcelino"	280	254	204	177
"João Bley"	141	128	89	43
SOMA	29 891	25 311	22 212	15 172

ESCOLAS REUNIDAS

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Liserina Lirio"	181	139	113	72
"Alpia Fraga"	154	118	104	60
Aux. Inst. Agrícola Maruípe	209	176	168	121
Aux. Orfanato "Jesus Cristo, Rei" ..	101	101	101	44
"Prof. Dr. Souza Araujo"	137	119	119	46
"Padre Antunes Siqueira"	135	130	90	62
"Prof. Alfredo Lemos"	177	155	131	58
"Prof. Artur Couceiro"	118	105	91	60
"José Giestas"	140	139	99	26
"Bibiana Costa"	82	61	47	17
"Misael Pinto Neto"	212	202	156	82
"Graça Aranha"	114	110	67	54
"Petronilha Vidigal"	221	192	113	62
"Padre Afonso Braz"	130	125	104	76
"João Sarment"	156	117	102	85
"Cel. Virgílio Calmon"	123	119	106	76
"Inglês de Souza"	203	171	116	65
"Prof. Esmerino Gonçalves"	170	136	118	78
de Aplicação "Conde de Linhares" ..	119	107	85	83
"Padre Luiz da Grã"	119	112	85	72
"Sebastiana Grilo"	145	105	76	72
"Prof. Ananias Neto"	167	146	120	80
"Prof. ^a Filomena Quitiba"	173	138	115	82
"Ana Monteiro Palva"	157	86	89	33
"Prof. Carlos Mendes"	247	220	141	105
"Arariboia"	179	170	108	144
SOMA	4 069	3 499	2 764	1 815

CURSOS COMPLEMENTARES (Classes avulsas)

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Maria Ericina Santos"	128	103	100	80
"Padre Anchieta"	50	47	44	41
"Irmã Maria Horta"	24	19	17	11
"Vasco Coutinho"	90	74	73	64
"João Loyola"	39	36	32	26
"José Cupertino"	38	34	32	28

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Luiza Grinaldi"	15	15	14	9
"Joaquim Fonseca"	33	25	23	25
"Prof. Loureiro"	15	15	12	10
"Graça Guárdia"	73	65	62	53
"Braulio Franco"	24	16	16	12
"Monteiro da Silva"	23	15	15	9
"Marcondes de Souza"	16	13	13	13
"Alberto de Almeida"	33	25	25	21
"Zenóbia Leão"	24	24	18	22
"Camila Mota"	29	22	25	22
"José Marcelino"	34	30	25	21
"João Blei"	45	26	18	8
SOMA	733	604	564	475

CURSOS NOTURNOS SUPLETIVOS

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
Anexos aos Grupos Escolares				
"Alberto de Almeida"	57	41	32	13
"Padre Anchieta"	78	51	40	21
"Colatina Mascarenhas"	38	36	25	20
"Silvio Rocio"	54	27	20	17
"Suzete Cuendet"	54	31	23	6
"Vasco Coutinho"	135	76	56	30
"João Loyola"	28	16	15	0
"Thiers Veloso"	47	21	18	12
"Bernardino Monteiro"	390	232	167	95
"Nestor Gomes"	84	62	51	42
"Deocleciano de Oliveira"	56	27	25	9
"Marcondes de Souza"	106	53	45	25
"Felinto Martins"	40	32	24	14
"Aristides Freire"	146	84	49	19
"Manoel Franco"	64	36	25	18
"Cândida Póvoa"	40	35	25	18
"Professor Lellis"	119	62	36	18
"Monteiro da Silva"	209	143	115	46
Curso Noturno de Araguaia	37	22	16	13
SOMA	1 782	1 087	807	436

TABELA VII

RELAÇÃO DOS DOCENTES DE EMERGÊNCIA LEIGOS, POR MUNICÍPIO, EM EXERCÍCIO EM DEZEMBRO DE 1952

MUNICÍPIOS	EM EXERCÍCIO EM					SOMA
	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Singulares	Cursos No- turnos Supletivos		
Capital	—	1	1	—		2
Afonso Cláudio	11	2	41	—		54
Alegre	1	1	13	—		15
Alfredo Chaves	1	—	21	—		22
Anchieta	2	—	16	—		18
Aracruz	3	2	25	—		30
Baixo Guandu	5	—	21	—		26
Barra de São Francisco	1	—	39	—		40
Cachoeiro de Itapemirim	4	2	39	—		45
Cariacica	11	3	10	—		24
Castelo	5	—	20	—		25
Colatina	6	16	94	—		116
Conceição da Barra	—	—	15	—		15
Domingos Martins	—	—	26	—		26
Espírito Santo	2	—	5	1		8
Fundão	2	—	19	—		21
Guaçuí	1	—	13	1		15
Guarapari	—	—	14	—		14
Ibiraçu	1	—	17	—		18
Iconha	—	1	11	—		12
Itaguaçu	7	4	36	—		47
Itapemirim	1	—	37	—		38
Itapoama	1	—	11	—		12
Iúna	1	2	20	—		23
Jabaeté	—	1	13	—		14
Mimoso do Sul	2	—	15	—		17
Linhares	2	—	33	—		35
Muniz Freire	2	—	18	—		20
Muqui	—	—	4	—		4
Santa Leopoldina	1	1	37	—		39
Santa Teresa	2	—	21	—		23
São José do Calçado	—	—	4	—		4
São Mateus	4	—	46	—		50
Serra	5	—	20	—		25
SOMA	84	36	775	2		898
NORMALISTAS	—	—	6	—		6
TOTAL	84	36	781	2		904

TABELA VIII

ENSINO DE 2.º GRAU EM 1952

ESTABELECIMENTOS COM DISCRIMINAÇÃO POR MUNICÍPIO E POR CURSOS

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS	ENTIDADE MANTENEDORA	CURSOS				
			Ginásio	Colégio	Normal	Comercial Industrial	Artesanal
Capital	Colégio Estadual do E. Santo	Estado	1	1	—	—	—
"	Escola Normal "Pedro II"	"	1	—	1	—	—
"	Escola Técnica de Vitória	União	—	—	—	—	1
"	Colégio N. S. Auxiliadora	Particular	1	1	1	—	1
"	E.c. Téc. Comércio "D. Martins"	"	—	—	—	1	—
"	Colégio Americano de Vitória	"	1	1	1	1	—
"	Esc. Téc. de Comércio de Vitória	"	1	—	—	1	—
"	Ginásio "S. Vicente de Paula"	"	1	—	—	—	—
"	Gin. "Sacré-cœur de Marie"	"	1	—	1	—	—
"	Colégio Sales. "N. S. Vitória"	"	1	1	—	—	—
"	Esc. Téc. Comércio Capixaba	"	—	—	—	1	—
"	Obras Sociais Pavonianas	"	—	—	—	—	1
Alegre	Inst. Alegrense de Ensino	"	1	1	1	—	—
Anchieta	Gin. do Inst. Anchieta	"	1	—	—	—	—
"	Esc. Normal Rural "M.ª Matos"	"	—	—	1	—	—
Cach. Itapemirim	Col. Estad. "Muniz Freire"	Estado	1	1	1	—	—
"	Inst. Salesiano Anchieta	Particular	1	—	—	—	—
"	Ateneu Cachoeirense	"	1	—	—	—	—
"	Gin. "Jesus Cristo Rei"	"	1	—	1	—	—
"	Colégio S. Pedro	"	1	1	1	1	—
Castelo	Colégio "João Bley"	"	1	1	1	—	—
Colatina	Ginásio "Divino Rei"	"	1	—	—	—	—
"	Col. e Esc. Norm. "C. Linhares"	Estado	1	1	1	—	—
Guaçuí	Ginásio São Geraldo	Particular	1	—	1	—	—
"	Gin. "Irmãos Carneiro S. A."	"	1	—	1	—	—
Mimoso do Sul	Ginásio Mimosense	"	1	—	1	—	—
Muqui	Colégio de Muqui	"	1	1	1	1	—
S. José do Calçado	Colégio de Calçado	"	1	1	1	1	—
São Mateus	Ginásio São Mateus	"	1	—	—	—	—
Santa Teresa	Ginásio Teresense	"	1	—	—	—	—
ESTADO	30	—	25	11	16	7	3
		TOTAL	62				

TABELA IX

ENSINO DO 2.º GRAU

MATRICULA DOS ESTABELECIMENTOS MANTIDOS PELO ESTADO

TURNOS	1.º ciclo					2.º ciclo						
	GINASIAL					COLÉGIO				NORMAL		
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	Soma	1.ª	2.ª	3.ª	Soma	1.ª	2.ª	Soma

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO — CAPITAL

1.º	Classes	—	—	—	1	1	2	2	2	6	—	—	—
	Matriculas	—	—	—	37	37	55	35	33	123	—	—	—
2.º	Classes	2	3	2	—	7	—	—	—	—	—	—	—
	Matriculas	57	102	79	—	238	—	—	—	—	—	—	—
3.º	Classes	1	1	1	—	3	1	1	1	3	—	—	—
	Matriculas	23	33	46	—	102	44	34	32	110	—	—	—

ESCOLA NORMAL "PEDRO II" — CAPITAL

1.º	Classes	—	—	4	4	8	—	—	—	—	2	1	3
	Matriculas	—	—	148	144	292	—	—	—	—	63	33	96
2.º	Classes	4	5	—	—	9	—	—	—	—	1	1	2
	Matriculas	163	190	—	—	353	—	—	—	—	32	30	62

COLÉGIO E ESCOLA NORMAL "MUNIZ FREIRE" — CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

1.º	Classes	5	3	3	2	13	1	1	1	3	1	1	2
	Matriculas	181	113	91	161	546	32	27	37	96	27	27	54
2.º	Classes	1	1	1	—	3	1	1	1	3	—	—	—
	Matriculas	29	28	21	—	78	24	11	10	45	—	—	—

COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL "CONDE DE LINHARES" — COLATINA

1.º	Classes	3	2	1	1	7	—	—	—	—	—	—	—
	Matriculas	107	67	42	27	243	—	—	—	—	—	—	—
2.º	Classes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2
	Matriculas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	11	24
3.º	Classes	1	1	1	1	4	1	1	1	3	—	—	—
	Matriculas	21	24	17	8	70	48	5	21	74	—	—	—
TOTAL Clas.		17	16	13	9	55	6	6	6	18	5	4	9
GERAL Mat.		581	557	444	377	1 959	203	112	133	448	135	101	206

RESUMO DA TABELA IX

ESTABELECIMENTOS	GINASIAL	COLÉGIO	NORMAL	TOTAL
COLÉGIO ESTADUAL DO ESPIRITO SANTO				
Classes	11	9	—	20
Matriculas	377	233	—	610
ESCOLA NORMAL "PEDRO II"				
Classes	17	—	5	22
Matriculas	645	—	151	796
COLÉGIO ESTADUAL "MUNIZ FREIRE"				
Classes	16	6	2	24
Matriculas	624	141	54	819
COLÉGIO ESTADUAL ESCOLA NORMAL" CON- DE LINHARES				
Classes	11	3	2	16
Matriculas	313	74	24	411
S O M A				
Classes	45	18	9	82
Matriculas	1 959	448	229	2 636

TABELA X

SERVIÇO DE CINEMA, RÁDIO E TEATRO EDUCATIVOS
SESSÕES EDUCATIVAS EM 1952

Meses	Sessões	Filmes exibidos	Aulas dadas	N.º de alunos	Dias letivos
Março	27	27	26	823	5
Abril	95	137	95	3 056	17
Maió	107	146	105	3 398	23
Junho	117	167	114	3 483	22
Julho	22	25	22	732	5
Agosto	108	113	108	3 637	23
Setembro	92	142	86	2 690	18
Outubro	473	498	134	3 648	24
Novembro	63	89	62	1 950	16
TOTAL	1 104	1 344	752	23 417	153

TABELA XI

MATERIAL FORNECIDO AOS ESTABELECIMENTOS PRÉ-PRIMÁRIOS
E PRIMÁRIOS, DURANTE O ANO DE 1952

DISCRIMINAÇÃO	Pré-Primário	Escolas Singulares	Escolas Reunidas	Grupos Escolares	TOTAL
Contador americano	—	38	5	12	55
Talhas	—	59	5	4	68
Mapas do Brasil	—	299	17	58	374
Timpanos	—	66	7	33	106
Bandeiras Nacionais	1	67	5	24	97
Bandeiras do Espírito Santo	1	88	5	20	114
Mapas de Linguagem	—	2	—	—	2
Filtros	—	4	7	30	41
Mapas de Aritmética	—	1	—	—	1
Quadros negros com tripé	—	96	8	11	115
Mapas da América do Sul	—	66	10	23	99
Grampeadores	—	2	—	5	7
Perfuradores grandes	—	1	—	6	7
Perfuradores pequenos	—	1	—	—	1
Tesouras	1	2	1	7	11
Mapas do Espírito Santo	—	332	18	37	387
Caixas para papéis usados	—	5	34	103	142
Cátedras	—	40	31	110	181
Cadeiras C — 3	1	18	46	141	206
Carteiras duplas pés de ferro (reformadas)	—	192	—	48	240
Bancos carteiras duplas pés de ferro (reformados)	—	2	—	6	8
Cátedras (reformadas)	—	24	—	—	24
Globos geográficos	—	1	4	6	11
Cadeiras C — 3 (reformadas)	—	2	—	6	8
Mapas de iniciação geográfica	—	140	9	13	162
Carteiras duplas pés madeira (reformadas)	—	260	—	—	260
Carteiras duplas pés madeira	—	1 645	235	2 839	4 719
Carteiras duplas, individuais, bancos carteiras e mesas	—	268	—	—	268
Bules	1	1	—	8	10
Açucareiros	1	1	—	9	11
Mesas MM — 2	1	2	—	1	4
Armários A — 1	—	1	22	94	117
Aspiradores de pó	1	—	—	—	1
Enceradeira	1	—	—	—	1
Relógios	1	16	9	17	43
Espelhos 0,30 X 0,40	3	—	—	—	3

DISCRIMINAÇÃO	Pré-Primário	Escolas Singulares	Escolas Reunidas	Grupos Escolares	TOTAL
Mangueira (metro)	—	20	10	85	115
Mesas (reformadas)	—	11	—	—	11
Campainhas	—	1	3	6	10
Quadros negros (reformados)	—	4	—	—	4
Cadeiras (reformadas)	—	5	4	6	15
Máquina com 4 gavetas	1	—	—	—	1
Arquivo com 4 gavetas	1	—	—	—	1
Relógios grandes de parede	2	—	—	—	2
Baldes	—	1	8	52	61
Mapas do Brasil (usados)	—	1	—	—	1
Bandeiras do Espírito Santo (usadas)	—	1	—	—	1
Mapas da América do Norte	—	1	—	—	1
Cadeiras austríacas (reformadas)	—	2	—	—	2
Mesas M — 3	—	—	3	15	18
Latões para lixo	—	—	1	10	11
Bandejas	—	—	1	6	7
Máquinas para café	—	—	1	3	4
Canecas de ágath	—	—	12	400	412
Caldeirões de alumínio	—	—	2	13	15
Bureau	—	—	2	—	2
Conchas de alumínio	—	—	1	36	37
Relógios (reformados)	—	—	4	2	6
Canecas de alumínio	200	—	250	1 070	1 520
Sinetas	—	—	1	—	1
Grupo de madeira com 3 peças	—	—	1	—	1
Chalerias	—	—	—	6	6
Colheres para café	—	—	—	138	138
Colheres para sopa	—	—	—	2 438	2 438
Espumadeiras	—	—	—	10	10
Pratos de ágath	—	—	—	1 310	1 310
Carteiras individuais pés de ferro (reformadas)	—	—	—	44	44
Mesas — carteiras duplas pés de ferro (reformadas)	—	—	—	2	2
Carteiras individuais pés de ferro (reformadas)	—	—	—	107	107
Bancos individuais pés de ferro (reformados)	—	—	—	34	34
Colheres de sobremesa	—	—	—	300	300
Panelas de alumínio	—	—	—	9	9
Facas de cozinha	—	—	—	9	9

DISCRIMINAÇÃO	Pré-Primário	Escolas Singulares	Escolas Reunidas	Grupos Escolares	TOTAL
Facas de mesa	—	—	—	312	312
Garfos	—	—	—	312	312
Bomba de flit	—	—	—	2	2
Caçarolas	—	—	—	2	2
Pratos de louça	—	—	—	72	72
Ralos de alumínio	—	—	—	2	2
Tabuleiros	—	—	—	2	2
Máquinas de escrever "Olivetti" (usadas)	—	—	—	3	3
Mesa MM — 1	—	—	—	1	1
Fogões a óleo com 2 bocas	—	—	—	5	5
Jogos estofados	—	—	—	6	6
Telefone de mesa	—	—	—	1	1
Mesas para cozinha	—	—	—	1	1
Mesinhas para merenda	—	—	—	16	16
Banquinhos	—	—	—	128	128
Cadeiras giratórias	—	—	—	1	1
Armário para cozinha	—	—	—	1	1
Guarda comida	—	—	—	1	1
Porta toalhas	—	—	—	4	4
Regador	—	—	—	1	1
Enxada	—	—	—	1	1
Bules	—	—	—	15	15
Frigideiras	—	—	—	5	5
Pás para lixo	—	—	—	3	3
Serrote	—	—	—	1	1
Depósitos para mantimentos	—	—	—	6	6
Martelos	—	—	—	3	3
Bacia	—	—	—	1	1
Espremedor de batatas	—	—	—	1	1
Discos para eletrola — Hino Nacional, Hino à Baideria e Hino da Independência	—	—	—	2	2
Alicate	—	—	—	1	1
Filtro (usado)	—	—	—	1	1
Depósitos para lixo	—	—	—	3	3
Máquina de moer carne	—	—	—	3	3
Peneiras	—	—	—	2	2
Fichário com 10 gavetas	—	—	—	1	1
Funil de alumínio	—	—	—	1	1
Tripés para quadro negro	—	—	—	16	16
TOTAL	217	3 789	782	10 721	15 509

MATERIAL PERMANENTE FORNECIDO AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR, DURANTE O ANO DE 1952

DISCRIMINAÇÃO	Escolas Secundárias	Escolas Superiores	TOTAL
Perfuradores grandes	2	4	6
Grampeadores	2	4	6
Somadores elétricos "Ado"	2	2	4
Latões para lixo	8	—	8
Baldes	24	—	24
Tesouras	24	2	26
Colheres para café	24	—	24
Campainhas elétricas	3	—	3
Cigarra	1	—	1
Apanhador de lixo (pá para apanhar lixo)	12	—	12
Filtros	9	—	9
Relógios de parede	2	4	6
Máquinas eletrostáticas	2	—	2
Telúrios de sangue	2	—	2
Máquinas pneumáticas	2	—	2
Pequenos espetoscópios	2	—	2
Aparelhos de demonstrações — máquinas eletromagnéticas	2	—	2
Barômetro de cubeta	2	—	2
Barômetro	—	2	2
Máquinas de escrever	4	8	12
Arquivos de aço	6	4	10
Caixas para papéis usados	24	2	26
Cabides porta-chapéus	2	1	3
Jogos estofados	2	1	3
Cátedras	12	—	12
Mesas M — 2	4	—	4
Cadeiras giratórias	2	4	6
Armários A-1	2	1	3
Bandeiras Nacionais	2	—	2
Bandeiras do Espírito Santo	5	—	5
Cordel para bandeira (metro)	12	—	12
Livros	178	161	339
Barógrafos	2	—	2
Poltronas Hollywood	450	—	450
Alicate	1	6	7
Chave de fenda	1	—	1
Chave inglesa	1	—	1
Aparelhos de Ingehou	1	2	3
Iman em barra	1	—	1

DISCRIMINAÇÃO	Escolas Secundá- rias	Escolas Supe- riores	TOTAL
Aparelho de Haldat	1	—	1
Boroscópio	1	—	1
Nível de bolha	1	—	1
Tubo de Torricelli	1	—	1
Modêlo de sifão	1	—	1
Modêlo de bomba aspirante premente ..	1	—	1
Condimento	1	—	1
Caixa com jogo de 6 lentes	1	—	1
Fones para experiência telefone	2	—	2
Selenoide	1	—	1
Suportes de madeira para doze tubos	3	—	3
Suportes de madeira	6	—	6
Colher de chifre	1	—	1
Escôva para tubo de ensaio	1	—	1
Escôva para buretas	1	—	1
Escôva para balões	1	—	1
Tubos de ensaio	1	—	1
Filtros esterilizantes	9	—	9
Cadeiras C-3	2	13	15
Fogareiros elétricos com 2 bôcas	1	1	2
Dardos	14	—	14
Bastões de revezamento	12	—	12
Varas para salto	4	—	4
Sarrafos para salto	8	—	8
Mesas Securit	—	4	4
Mesas de aço	—	2	2
Cadeiras recepção	—	10	10
Mesas MM-2	—	2	2
Cadeira "União"	—	1	1
Cadeiras para datilógrafa	—	4	4
Poltronas recepção	—	48	48
Caixas bibliográficas	—	22	22
Mesas alagoas	—	4	4
Cofres	—	2	2
Cadeiras Modêlo estudante	—	2	2
Armários com vidro	—	2	2
Nível de Kern	—	2	2
Bandejas cromadas	—	2	2
Máquinas para café	—	2	2
Aparelhos de Pascal	—	2	2
Aparelhos para demonstração de equilí- brio estável	—	2	2
Aparelhos para pesquisas	—	2	2
Aparelhos para verificação	—	2	2

DISCRIMINAÇÃO	Escolas Secundá- rias	Escolas Supe- riores	TOTAL
Aparelhos para verificação (Torricelli) ..	—	2	2
Higrômetro	—	2	2
Aparelhos para estudo da queda livre ..	—	2	2
Areômetros de Nicholson	—	1	1
Pêndulos reversível	—	2	2
Regulador de watt	—	2	2
Suporte de pêndulo	—	2	2
Torniquetes hidráulicos	—	2	2
Tubos de vidro com 4 líquidos	—	1	1
Tubos indicadores	—	2	2
Vernier	—	2	2
Anel de S. Graversand	—	2	2
Aparelhos de Tyndall	—	2	2
Aparelhos de dilatação	—	—	—
Aparelhos ponto zero com suporte para termômetro	—	2	2
Modêlo de máquinas a vapor	—	2	2
Modêlos do motores a 4 tempos	—	2	2
Aparelhos de Pfaundler	—	2	2
Aparelhos de ressonância	—	2	2
Jogo 8 tubos sonoros	—	2	2
Diapasões eletro-magnéticos	—	2	2
Sereia de Cagniard	—	1	1
Sereia de Savad	—	1	1
Sonômetro	—	1	1
Balança de precisão	—	1	1
Planímetro suíço	—	1	1
Planímetro tipo 4	—	1	1
Aneróide marca Lufft	—	1	1
Passômetro	—	1	1
Vidro para porta de armário A-1	—	1	1
Baliza	—	1	1
Mira de encaixe	—	1	1
Nível dinâmetro	—	1	1
Corrente de agrimensur	—	4	4
Tímpanos	—	5	5
Vidros para mesa	—	3	3
Cubas para peças anatômicas	—	2	2
Fogareiros Primus	—	2	2
Centrifugadores Kern	—	1	1
Cadinho para centrifugador	—	1	1
Ternilho de mão	—	5	5
Martelos de cifre	—	—	—

DISCRIMINAÇÃO	Escolas Secundá- rias	Escolas Supe- riores	TOTAL
Bateria de amianto	—	1	1
Pontas montáveis	—	36	36
Boock	—	6	6
Cortinas plásticas	—	4	4
Pote de manteiga de cacáu	—	1	1
Agulhas curtas	—	1	1
Cordas para motor	—	6	6
Serrote	—	2	2
Aparelhos de projeção	—	2	2
Areógrafos para fixação de trabalhos	—	2	2
Aspiradores de pó	—	2	2
Bustos de gesso	—	5	5
Máquinas fotográficas	—	2	2
Mesas (reformadas)	—	3	3
Teodolitos Kern DK	—	3	3
Bicos de Busen	—	12	12
Microscópio	—	1	1
Nível Gurley	—	1	1
Guarda roupa	—	1	1
Guarda roupa Diamantina	—	1	1
Fichários Curitiba	—	2	2
Ventilador GEC	—	1	1
Mapa do Espírito Santo	—	1	1
Mesa M-3	—	1	1
Banquetas de pinho	—	20	20
Cavaletes tipo A — ref. 6	—	40	40
Pinças inoxidáveis	—	10	10
Sondas duplas inoxidáveis	—	10	10
Escavadores duplos inoxidáveis	—	3	3
Limas para ouro	—	4	4
Serrinhas para gesso	—	24	24
Faca para gesso	—	1	1
Esterilizadores elétricos	—	5	5
Mesa duplo expediente	—	1	1
Enceradeira Atylux	—	1	1
Cavalete campo	—	1	1
Raspadeiras	—	1	1
Pegadores de papel	—	6	6
Armário para biblioteca e balcão com guichet	—	1	1
TOTAL GERAL	912	640	1 552

TABELA XII

BIBLIOTECA ESTADUAL

MOVIMENTO DE CONSULTAS, POR MÊS E TRIMESTRE EM 1952

ASSUNTOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 Obras Gerais	792	680	1 500	1 660	1 380	1 546	1 810	1 904	1 980	1 954	1 458	1 610	18 174
2 Filosofia	34	30	25	30	24	26	24	30	35	30	28	25	341
3 Religião-Teologia	26	20	18	15	12	18	16	15	22	20	16	20	218
4 Ciências Sociais	40	28	22	20	18	26	34	30	25	18	11	22	294
5 Filologia	38	30	25	22	20	18	16	14	12	25	20	18	258
6 Ciências Puras	140	120	182	150	220	250	320	300	250	210	325	310	2 777
7 Ciências Aplicadas	80	82	80	84	50	64	112	80	62	65	56	64	879
8 Belas Artes	8	10	15	12	18	15	14	18	25	28	25	20	208
9 Literatura	1 020	996	1 008	1 084	1 150	1 610	1 748	1 835	1 815	1 480	1 256	1 250	16 252
10 História e Geografia	60	89	102	138	197	90	70	54	60	92	198	166	1 316
SOMA POR MÊS	2 238	2 085	2 977	3 215	3 089	3 663	4 164	4 280	4 286	3 922	3 393	3 405	40 717
SOMA POR TRI- MESTRE	7 300			9 967			12 730			10 720			40 717

MINISTÉRIO PÚBLICO

Durante o ano de 1952 o Ministério Público passou por duas modificações — a remoção de sua sede, mal instalada no Palácio Anchieta, e a substituição do seu mais graduado representante — o dr. Vicente Caetano — indicado, entre outros, pelo Tribunal de Justiça para a toga de desembargador. Essa indicação privou o Governo de um auxiliar precioso por suas qualidades de ponderação, e pela rara inteligência, com que sempre serviu os altos interesses do Estado. Elevando-o à nossa mais alta magistratura, fizemo-lo com satisfação, porque no Tribunal de Justiça não mereceu as suas comprovadas qualidades.

O Procurador Geral mandou um dos Sub-Procuradores em correição aos serviços do Ministério Público. Foram, durante o ano, visitadas 8 comarcas, e, segundo os relatórios apresentados, as obrigações funcionais dos respectivos promotores não apresentaram falhas sensíveis e as que mais se revelavam foram corrigidas por meio de provimento adequado.

No entanto, os serviços de tabelionato, escriturarias e registros civis mereceram maior reserva na apreciação do Sub-Procurador. Como, porém, lhe faltava competência para remover as dificuldades encontradas, requereu providências ao Desembargador Corregedor, a quem acompanhara na missão de corregger. Dessa alta autoridade judiciária e do Tribunal de Justiça devem partir as medidas de instrução e disciplina possivelmente necessárias.

Há, porém, uma providência que poderá emanar da nobre Assembléia Legislativa. É sabido que vários promotores se vêm dedicando ao exercício da advocacia. Permite-o a Ordem dos Advogados ao inscrevê-los em seus quadros, apenas com a restrição do impedimento nas causas em que tiveram de falar em razão do seu ofício.

Em princípio, nada há que contestar ao entendimento da Ordem, mas, a nosso ver, dois motivos se erigem contra a advocacia por parte dos Promotores: — um, de ordem moral, é a influência que essas autoridades possam exercer, não sobre o espírito e o equilíbrio dos juizes, mas sobre possível constituinte. Este procura o promotor, atraído as mais das vezes, pela posição de relêvo, que ocupa no quadro local, pela suposição de que o Promotor consiga mais de que os outros advogados da comarca.

O outro motivo está em que o nosso Código de Impostos e Taxas (Lei n.º 609 de 31 de dezembro de 1951) confere, no art. 123 § 1.º ao promotor público a obrigação de, como representante da Fazenda, pronunciar-se em todas as causas. Todavia, esse dispositivo pode merecer interpretação diferente, de sorte que convirá, em lei própria, se declare, de modo ex-

presso, vedada a advocacia aos promotores, como se procede entre outros, no Estado do Rio de Janeiro. A respeito é de notar que no seio do Tribunal de Justiça vozes auteras de Desembargadores se vêm levantando contra a prática da advocacia pelos membros do Ministério Público.

Do movimento estatístico da Procuradoria Geral consta que, no ano findo, deram entrada em seu protocolo 752 processos, tendo sido todos devolvidos regularmente.

Foram dados 585 pareceres judiciais, dos quais pelo menos 90% receberam placitação do Tribunal de Justiça, o que revela o critério dos drs. Sub-Procuradores que, em regra geral, são encarregados de emití-los.

Depreende-se de vários relatórios dos promotores públicos que certas comarcas não apresentam números expressivos de feitos, capazes de justificar a existência da vara. Se tivéssemos de olhar a questão pelo só aspecto quantitativo do movimento forense, seríamos impelidos a propor a supressão da unidade judiciária; pensamos, porém, que o aparelho da Justiça deve estar sempre próximo, e não remoto, dos sempre possíveis conflitos de interesses individuais, salvo a hipótese de causas geográficas desautorizarem esse contato de modo tão imediato.

A seleção dos membros do Ministério Público, a sua remoção e promoção estão a merecer o exame da nobre Assembléia Legislativa e em mensagem voltaremos a tratar do assunto, depois de estudo a que estamos procedendo.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

A organização do D. S. P. é presentemente, a mesma amplamente exposta em nossa Mensagem de 1951.. Suas atribuições, fixadas pelo Decreto n.º 226, de 18 de outubro de 1949, continuam inalteradas. Contudo, organiza o Departamento um projeto de Lei que visa a implantação de novo sistema de pessoal, que dará ensejo a ampla reforma do organismo do pessoal que compõe o vasto quadro de servidores estaduais.

A racionalização dos serviços, já introduzida com vantagens, permitiu que um número relativamente pequeno de servidores desse conta, no correr do exercício, de cerca de 17 000 processos, número jamais alcançado anteriormente, além do registro de 60 684 cheques de pagamento, tarefa executada pelos encarregados das carteiras respectivas.

A criação do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro e a responsabilidade assumida pelo Estado com a Caixa Econômica Federal relativamente aos empréstimos ao funcionalismo público, acarretaram ao DSP volumoso expediente, que consiste na matrícula dos funcionários em livros especiais, fornecimento de certidões para efeito de empréstimos e registro dos respectivos contratos.

A Divisão de Organização coube a tarefa de elaborar o ante-projeto de decreto que regulamentou a realização de concursos e provas de habilitação ao serviço público, já transformado em lei. Coube-lhe ainda o acervo de trabalhos de pesquisa para classificação de cargos, confecção de organogramas das Secretarias de Estado e Órgãos subordinados diretamente ao Governador, compilação do ementário da legislação estadual, elaboração de regimento padrão para os órgãos da administração e a realização de concursos e provas de habilitação.

Como em 1951, a Divisão publicou dois números da Revista do Departamento do Serviço Público.

Foram realizadas sete provas e concursos, a saber: concurso de provas de Biométrico Auxiliar, Escriturário e Estatístico; concursos de títulos para provimento dos cargos de Dentista, Médico Leprologista, Médico Sanitário e Cirurgião; concurso de habilitação para provimento da função de motorista (extranumerário).

	Mês	N.º de candi- dato	N.º de aprova- dos
Biodemógrafo Auxiliar	maio	5	1
Escriturário	maio	129	51
Estatístico	agosto	28	8
Dentista (títulos)	dezembro	8	5
Médico Leprologista (títulos)	outubro	5	5
Médico Sanitarista (títulos)	outubro	2	2
Cirurgião (títulos)	outubro	2	2
Motorista (prova habilitação)	outubro	23	46
SOMA		232	120

Tem constituído preocupação da Divisão de Organização a elaboração do novo Estatuto, cujo ante-projeto se encontra em vésperas de conclusão.

A Divisão do Material tem controlado de maneira eficiente o fornecimento e os gastos de material para as repartições, cujo crescimento vertiginoso é esclarecido pelo gráfico anexo.

A par desse serviço, a D. M. promoveu o recolhimento e a recuperação de móveis, dados como inutilizados, cuja utilização posterior constituiu fonte de economia para o Estado, além da importância de Cr\$ 4 402 820,50 de economia, assim discriminadas:

Descontos s/ pagamentos à vista	Cr\$	17 647,60
Saldo de verbas		2 580 399,40
20% de desconto sobre compra de material nas fontes produtoras mediante coleta de preços		1 804 773,50
TOTAL	Cr\$	4 402 820,50

O Serviço de Administração cresce de modo acelerado. Reproduzimos adiante gráfico representativo desse crescimento, a partir de 1945, pelo qual se pode depreender a avultada soma de trabalho que competiu, em 1951, aos funcionários dessa secção do DSP.

Ao Serviço de Inspeção de Saúde coube a expedição de:

1 787 licenças para tratamento de saúde;
831 para nomeação;
581 para admissão de extranumerário;
93 para recondução;
4 para afastamento de função;
1 088 para abono de faltas.
4 435 total.

Contratou o Governo do Estado os serviços técnicos do Dr. Othon Sérvulo de Vasconcelos, para estudar e planejar um novo sistema de pessoal, já implantado no Rio Grande do Sul, na Municipalidade de Belo Horizonte e também em estudo na esfera federal. Tais estudos se referem à classificação de cargos, cujo sistema não só beneficiará o funcionalismo do Estado

como a própria Administração. O DSP, orientado por esse Técnico, organizou todo o trabalho preliminar de pesquisa, agora em fase de elaboração final, já nas mãos daquele técnico especializado. Se aprovado, o sistema dará mais eficiência à máquina administrativa, o que será impossível, praticamente, com o sistema existente, tais foram as alterações introduzidas na máquina burocrática. Teremos, oportunamente, ensejo de enviar mensagem a essa nobre Assembléia, sobre o assunto.

O aumento de vencimentos do funcionalismo público, se constituiu grave compromisso assumido pelo Estado, deu-nos, contudo, a certeza de que, com uma melhoria que se fazia necessária, atendíamos aos imperativos humanos de remunerar, condignamente, os esforços, a boa vontade e os sacrifícios da operosa classe dos servidores do Estado. O quadro a seguir representa uma demonstração geral do aumento de vencimentos e salários a partir de 1943.

TABELA DEMONSTRATIVA DOS AUMENTOS DE SALÁRIOS
EXTRAORDINÁRIOS MENSALISTAS

1945—1952

D. L. n.º 15 876 de 24-5-945	D. L. número 16 138 de 28-3-46, a p/ de 1-1-946	Lei n.º 133, de 7-12-48, a partir de 1.º de dezembro de 1948	Lei n.º 607 de 29-12-51 a p/de 1.º de janeiro de 1952
I — 150,00	450,00	I — 700,00	1 000,00
II — 200,00	500,00		
III — 250,00	550,00	II — 800,00	1 100,00
IV — 300,00	600,00		
V — 350,00	650,00	III — 900,00	1 200,00
VI — 400,00	700,00		
VII — 450,00	750,00	IV — 1 000,00	1 300,00
VIII — 500,00	800,00		
IX — 550,00	850,00	V — 1 150,00	1 450,00
X — 600,00	900,00		
XI — 650,00	950,00	VI — 1 300,00	1 600,00
XII — 700,00	1 000,00		
XIII — 750,00	1 050,00	VII — 1 450,00	1 750,00
XIV — 800,00	1 100,00		
XV — 850,00	1 150,00	VIII — 1 600,00	1 900,00
XVI — 900,00	1 200,00		
XVII — 950,00	1 250,00	IX — 1 750,00	2 050,00
XVIII — 1 000,00	1 300,00	X — 1 900,00	2 250,00
XIX — 1 100,00	1 450,00	XI — 2 050,00	2 450,00
XX — 1 200,00	1 600,00		
XXI — 1 300,00			
XXII — 1 400,00			
XXIII — 1 500,00			
XXIV — 1 600,00			
XXV — 1 700,00			

TABELA DEMONSTRATIVA DOS AUMENTOS DE VENCIMENTOS

1943/1952

Situação criada pelo D. L. n.º 15 091, de 28-10-43 Vide nota.		AUMENTO DE VENCIMENTOS EM:			
		1945 — D. L. número 15 846, de 21-3, a p/ de 1.º de janeiro	1946 — D. L. número 16 138, de 28-3, a p/ de 1.º de janeiro	1948 — Lei n.º 133, de 7-12, a partir de 1.º de dezembro	1951 — Lei n.º 607, de 29-12, a p/ de 1.º de janeiro de 1952.
				Cr\$	Cr\$
A —	150,00	250,00	550,00	A — 800,00	1 100,00
B —	200,00	300,00	600,00	B — 900,00	1 200,00
C —	250,00	350,00	650,00	C — 1 100,00	1 300,00
D —	300,00	400,00	700,00	D — 1 150,00	1 450,00
E —	350,00	450,00	750,00	E — 1 300,00	1 600,00
F —	400,00	500,00	800,00	F — 1 450,00	1 750,00
G —	450,00	550,00	850,00	G — 1 600,00	1 900,00
H —	500,00	600,00	900,00	H — 1 750,00	2 050,00
Y —	550,00	650,00	950,00	I — 1 900,00	2 250,00
J —	600,00	700,00	1 000,00	J — 2 050,00	2 450,00
K —	650,00	800,00	1 000,00	K — 2 200,00	2 650,00
L —	700,00	900,00	1 200,00	L — 2 350,00	2 850,00
M —	800,00	1 000,00	1 300,00	M — 2 550,00	3 100,00
N —	900,00	1 100,00	1 450,00	N — 2 850,00	3 400,00
O —	1 000,00	1 200,00	1 600,00	O — 3 300,00	3 900,00
P —	1 100,00	1 300,00	1 750,00	P — 3 800,00	4 400,00
Q —	1 200,00	1 400,00	1 900,00	Q — 4 350,00	5 000,00
R —	1 300,00	1 600,00	2 100,00	R — 5 000,00	5 600,00
S —	1 500,00	1 800,00	2 350,00	(+) R—1 6 000,00	—
T —	1 700,00	2 100,00	2 750,00	S — 7 500,00	6 300,00
U —	1 900,00	2 400,00	3 150,00	T — —	7 000,00
V —	2 300,00	2 800,00	3 650,00		
X —	2 700,00	3 200,00	4 200,00		
Z —	3 000,00	3 600,00	4 750,00		
Z —	—	4 000,00	5 500,00		

Nota: — O Decreto-lei n.º 15 091 classificou o vencimento do funcionalismo em padrões alfabéticos, segundo a letra correspondente ao vencimento imediatamente superior ao que percebia em 27 de outubro de 1943.

(+) : — A Lei n.º 378 de 21 de dezembro de 1950 instituiu e incluiu na Tabela n.º 1, anexa à Lei n.º 133, o padrão R—1.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

Com franco apóio no artigo 24 da Constituição Estadual, êsse Departamento vem prestando ampla colaboração aos Municípios, como órgão exclusivamente técnico.

Sem interferir nas atribuições privativas do Executivo e do Legislativo municipais, o D. M. realiza, entre nós, o que se faz há muitos anos nos Estados Unidos, através da organização denominada "Advisory State Boards".

Felizmente, os municípios compreendem já perfeitamente as finalidades dêsse órgão. E é com satisfação que constatamos o número avultado de casos solucionados pelos seus técnicos, por solicitação de 24 Prefeituras, durante o exercício de 1952. Tais consultas versaram, freqüentemente, sobre aposentadoria de funcionários, elevação de impostos, férias, crimes funcionais, organização de Leis Orçamentárias e, até, sobre a discutida questão de maioria simples e absoluta, em recentes pleitos municipais.

Outras consultas, solucionadas pelo Departamento, sobre doação de terrenos municipais, embargos, ajuda de custo e contratos, constituiram importante contribuição que, aliada às freqüentes visitas de técnicos de contabilidade aos municípios quase sempre desprovidos de peritos para a confecção perfeita da escrituração municipal, levou à quase totalidade das nossas Prefeituras a certeza de poderem contar com um organismo que, sem ferir a sua autonomia básica, possibilita-lhes imprimir orientação mais uniforme aos seus serviços, em benefício da coletividade.

O que se observa no orçamento estadual, vem se refletindo, como fato auspicioso para todos nós, nas receitas municipais, cuja vitalidade tem assegurado, não só a realização de serviços de urgente necessidade, como também, em escala sempre crescente, a concretização de melhoramentos que vinham sendo sucessivamente postergados nos anos anteriores. Com a observância, pelo Estado, do que dispõem a Constituição e a Lei de Organização Municipal, novas fontes de receita vêm sendo atribuídas aos municípios, que são, não raro, acrescidas com os diversos auxílios sancionados e com as obras do Departamento Estadual de Saúde nos setores de abastecimento de água e ampliação da rede hospitalar.

Ainda não se cogitou da possibilidade de ser firmado convênio entre o Estado e as Prefeituras Municipais para a solução mais imediata de cer-

tos problemas que seriam melhor resolvidos mediante ação conjugada entre o Governo do Estado e os dos Municípios. Contudo, essa possibilidade continua a constituir propósito governamental. E temos em mira realizar sondagens nesse patriótico objetivo que, se alcançado, será um passo a mais que se dá em demanda do progresso do Espírito Santo, cuja visão se nos apresenta cimentada pelos laços da mais perfeita união das Comunas com o Estado, que aspira a fazer chegar, a todos os espírito-santenses, os dividendos dessa prodigiosa generosidade de nossa excepcional situação físico-econômica.

INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL ESPÍRITO SANTENSE

Criado pela Lei n.º 627, esta Autarquia Administrativa, de patrimônio próprio, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, vem de maneira satisfatória preenchendo as elevadas finalidades sociais para as quais foi criada.

A 29 de março p. passado assumiu as funções de Presidente, o Dr. Henrique Cerqueira Lima Filho, que providenciou a sua instalação, dando início às suas atividades e ao seu imediato funcionamento.

Com a aprovação da Lei 627, de 22-2-952, resolveu o Governo dar ao Instituto de Bem Estar Social a incumbência de pôr em execução o estudo feito, no sentido de dotar as classes sociais menos favorecidas, de habitações condizentes com a dignidade humana.

O núcleo proletário Padrão, dotado de todos os serviços públicos indispensáveis à sua independência, teve início com o contrato de locação de serviço para as 200 primeiras casas para este Instituto, com a firma "Construções Populares Limitada", em 5 de maio último, no Palácio do Governo, com a presença de autoridades e grande massa operária.

Esse Conjunto Residencial ficará ligado por meio de transporte farto e econômico aos centros consumidores da mão de obra de seus futuros habitantes e terá todas as suas ruas ensaiadas, com rede de água potável e eletricidade, sendo suas avenidas e ruas principais arborizadas e dotadas de meios-fios e sarjetas de concreto e galerias de águas pluviais. Todos os prédios residenciais, em número de 886, serão construídos em lotes cercados e murados, constituídos de varanda, sala, 2 ou 3 quartos, cozinha, sanitário com chuveiro, pequeno terraço com tanque. Esse moderno núcleo de bloco de concreto premoldado, proporcionará habitações sadias, duráveis e de facilíssima conservação.

Será, também, dotado de 2 grandes edifícios para 40 lojas comerciais, de um Cinema, um Ambulatório Médico, Posto de Puericultura, Igreja, Escolas para toda a população em idade escolar, Clube Social e Esportivo, 5 campos para recreio de crianças e 5 parques e jardins. O mais importante, porém, é que isto tudo, que parecerá uma utopia para a grande massa de famílias operárias, estará ao alcance das mesmas, pois as mensalidades — quer destinados à venda ou aluguel — estarão de acordo com a capacidade aquisitiva dessas mesmas famílias.

Os orçamentos orientadores (urbanização da unidade padrão de habitação) foram elaborados de modo a mostrarem a influência do preço total. Este critério permitirá uma melhor análise da solução técnica apresentada, pois proporcionará Habitações—Tipo por cerca de Cr\$ 25 000,00,

**CONSTRU-
ÇÕES PO-
PULARES**

cada uma e urbanização de cada lote, a razão de Cr\$ 3 300,00. Tais resultados assegurarão ao núcleo estudado, uma posição de destaque entre os conjuntos proletários realizados no Brasil.

Era pensamento inicial do Governo confiar ao IBES a execução de todo o plano do Núcleo. Mais tarde, porém, essa solução foi abandonada para que o IBES não concentrasse somente na Capital do Estado todos os seus recursos, pois sendo instituição de âmbito estadual, a todo o território do Estado, deveria estender a sua ação, o que seria impossível caso tivesse que arcar com toda a obra.

Foram, assim, convidadas a participar do empreendimento as seguintes Autarquias:

Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro" (IPAJM)

Fundação da Casa Popular (FCP)

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas (IAPETEC)

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC)

Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados do Vale do Rio Doce S. A. (CAPVRD).

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE)

A todas essas instituições foi enviado um "dossier" organizado pelo órgão técnico do IBES, contendo uma coleção de plantas do projeto acompanhado de um memorial descritivo além de uma oferta formal e específica de determinados lotes.

Consideram-se como definitivamente resolvidas as situações do IBES, IPAJM, FCP, e IAPC, estando em estudos a oferta ao IPASE, IAPETEC e CAP, dos Empregados do Vale do Rio Doce. Ao IBES foram reservados os setores 3 e 4 e mais 37 lotes do setor 5, num total de 334 lotes.

Em solenidade realizada no Salão de Honra do Palácio Anchieta, foi assinado, em data de 4 de maio p. passado, o contrato para as primeiras 200 casas residenciais, com a firma Construções Populares Limitada.

Segundo informações fornecidas pelo IBES os serviços de construção das casas desta Autarquia foram iniciados no dia 12 de dezembro último, com a "marcação" das primeiras casas e no dia 31 de janeiro deste ano, por ocasião das festividades do 2.º aniversário do Governo a situação era a seguinte:

Uma casa de 3 quartos pronta;
Duas casas de 2 quartos já cobertas;
Seis casas em serviço de respaldo;
Dez casas em serviços de fundações.

Para essas primeiras 200 casas existem mais de 200 pessoas inscritas, cujos processos estão sendo estudados pelo Serviço Social, para escolher através de inquérito rigoroso e justo, quais os que poderão de preferência gozar dos benefícios constantes da Lei criadora do IBES.

A fábrica de blocos "São José", de propriedade desta Instituição, inaugurada no dia 22 de novembro p. passado, foi prevista para fabricar blocos necessários à construção das casas do núcleo residencial.

É uma fábrica sem similar no Estado e está organizada em moldes industriais que permitem um grande rendimento. Sua produção consiste em blocos de 3 tipos básicos:

blocos de fundação;
blocos de alvenaria de paredes
e blocos de arremate.

Até o presente momento foram fabricados 149 218 blocos de diferentes tamanhos.

O custo das instalações da fábrica atingiu as seguintes cifras:

Maquinarias	Cr\$ 255 600,00
Instalações (galpão e mão de obra)	Cr\$ 185 205,10
	Cr\$ 440 805,10

Fora da área do núcleo residencial "Alda Santos Neves", em Aribiri, por louvável iniciativa da Administração do IBES estão sendo construídas casas modestas de 2 e 3 quartos, cobertas de telhas de cimento, dentro dos requisitos de higiene e conforto, cujo custo não tem ultrapassado de Cr\$.. 7 000,00.

Essas casas têm servido para abrigar pessoas humildes e que ocupavam barracas construídas em terrenos do Estado, necessários às obras do Núcleo.

Após haver adquirido máquinas de costura providas de motor-elétrico, a direção dessa Autarquia houve por bem colocá-las numa das dependências de sua sede, à disposição de pessoas pobres e dos bairros para coserem para si e para terceiros.

O próprio material para o serviço, linha, agulha, tesoura, são fornecidos pelo Instituto, além de uma assistência técnica perfeita.

Essa medida que foi bem recebida pelo público mereceu louvores de nossa parte.

CONTABILIDADE

A Receita de 1952 conforme balanço a que se procedeu em 31-12-52, atingiu a Cr\$ 2 264 408,00 e a Despesa a Cr\$ 357 454,60, apresentando um resultado líquido de Cr\$ 1 932 162,40, que foi incorporado ao Fundo de Garantia.

FABRICA
DE BLOCOS
"SÃO JOSÉ"

CASAS GE-
NUINAMEN-
TE POPU-
LARES

SERVIÇO
SOCIAL

RESULTADO
DO EXER-
CÍCIO

ATIVO E PASSIVO

O Ativo de IBES somou em 31-12-52 a cifra de Cr\$ 1.978.498,30, enquanto o passivo em Cr\$ 2.657,00. A diferença aritmética entre ambos, de Cr\$ 1.975.841,30 se refere às seguintes contas:

FUNDO DE GARANTIA		1.932.162,40	
DEPRECIACÕES		43.678,90	1.975.841,30
ATIVO REALIZADO			
11 — INVERSÕES			
111 — Bens Imóveis	155.672,70		
112 — Instalações	8.297,70		
113 — Bens Móveis	433.722,10		
114 — Bens Mobiliários	20.000,00	617.692,50	
12 — DISPONIBILIDADES			
121 — Caixas	4.270,70		
122 — Bancos	646.244,80	650.515,50	
13 — VALORES EM TRANSIÇÃO			
131 — Adiantamentos e Depósitos	6.300,00		
132 — Responsabilidades Terceiros (Governo do Estado)	267.892,10		
133 — Existências em Almoxarifado	57.815,70		
139 — Valores em Transição Diversos	378.282,50	710.290,30	
			1.978.498,30

CONSELHO FISCAL

Para constituir o Conselho Fiscal do Instituto (§ 1.º Art. 4.º da Lei 627), foram nomeados por Decreto do Poder Executivo Estadual, datado de 25 de abril de 1952, os senhores Drs. Messias Lins de Oliveira Chaves, Afonso Bianco, Tomaz Tomasi, Arthur Seixas e Enrico I. A. Ruschi, tendo sido o Dr. Messias Chaves designado, por ato do Governo, presidente do Conselho.

É oportuno salientar que os Conselheiros exercem o mandato gratuitamente, sendo os seus serviços considerados de relevância à causa pública.

É de justiça evidenciar aqui, a inestimável cooperação dada ao Conselho e à administração do IBES, pelo Dr. Jaime dos Santos Neves, Diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública, que não tem medido esforços nem sacrifícios, em prol do desenvolvimento daquela autarquia.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO

A Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro, desde muitos anos, estava se ressentindo de reforma radical, compreendendo não só sua estrutura orgânica como, sobretudo, o regime de previdência e assistência por ela adotado, face aos princípios modernos de seguro social vigentes no país. O sistema vigente na extinta Caixa, como base de previdência, era o do pagamento de um pecúlio aos beneficiários dos contribuintes falecidos, cujo prêmio correspondia a um dia de vencimentos, sem levar em conta a idade do contribuinte, com o que era exigido prêmio igual para riscos desiguais. Além disso, o pecúlio a semelhava-se ao seguro privado, isto é, no seu pagamento não se levavam em consideração os encargos de família do falecido. Com isso, o servidor de igual vencimento, sendo solteiro, mesmo não tendo encargos de família, deixaria para seus herdeiros pecúlio igual ao que deixaria, por exemplo, servidor que, ao falecer, deixasse viúva e seis filhos.

Vale acentuar, em abono dos instituidores da Caixa Jerônimo Monteiro, que o sistema de previdência por ela adotado era dos mais avançados na data da sua criação, tendo precedido, mesmo, a criação ou reforma de instituições brasileiras congêneres, com base nos modernos princípios de seguro social, introduzidos no Brasil em 1923, quando da promulgação da chamada lei "Eloy Chaves" que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, instituição essa precursora dos atuais Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Devido à perda do poder aquisitivo do dinheiro e à conseqüente elevação do custo dos bens e utilidades, o pecúlio que a extinta Caixa Beneficente concedia aos seus contribuintes pouco passou a significar como meio de amparo à família do servidor falecido. Em decorrência disso, não foi possível ao Governo ficar indiferente à sorte de muitas famílias privadas de seu chefe, o que levou, não poucas vezes, a admitir nos quadros de pessoal do Estado a viúva ou outro membro da família, evitando, com isso, que a miséria e o sofrimento viessem a imperar em alguns lares.

Além disso, pelo motivo já aludido, e devido, ainda, ao fato de que o valor dos empréstimos para aquisição de casa própria não poderia exceder o valor do pecúlio, limitado este ao máximo de Cr\$ 44.800,00, — muitos servidores ficaram impedidos de obter a casa própria, o que levou à quase paralisação as atividades da carteira predial da extinta Caixa.

Estava, assim, plenamente justificada a necessidade da criação de um novo órgão de previdência dos servidores estaduais, medida que se concretizou com a Lei n.º 615 de 31 de dezembro de 1951, resultante de mensagem do Executivo ao Legislativo.

Criado o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, passou ele a prestar aos seus segurados as seguintes modalidades de benefícios e assistência:

- a) — pensão mensal, a saber: ao cônjuge do sexo feminino, enquanto não contrair novamente núpcias, ou ao cônjuge sobrevivente do sexo masculino, se inválido ou, ainda, à mãe viúva ou ao pai inválido, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo sem filhos de qualquer condição ou enteados e não dispuserem aqueles de meios para prover à própria subsistência; à cada filho e enteado, até a idade de 21 anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, sendo que a filha terá direito à pensão enquanto solteira; a cada irmão órfão ou órfã de pai e sem padrasto, até a idade de 21 anos ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, no caso de ser segurado solteiro ou viúvo sem filhos nem enteados;
- b) — pecúlio de adaptação, concedido a um ou mais beneficiários livremente declarados;
- c) — auxílio-natalidade, de Cr\$ 300,00, por filho nascido vivo ou morto;
- d) — auxílio funeral de Cr\$ 1 000,00 por morte do segurado;
- e) — empréstimo ordinário na base de 5 meses de vencimentos, até o máximo de Cr\$ 15 000,00;
- f) — empréstimo a prazo curto, até o limite de 60% dos vencimentos mensais;
- g) — empréstimo especial para ocorrer às despesas com sepultamento de pessoa da família do segurado, até o limite de Cr\$ 1 000,00, mediante a apresentação do atestado de óbito;
- h) — empréstimo rápido para ocorrer às despesas com tratamento hospitalar, até o limite de Cr\$ 3 000,00;
- i) — empréstimo para aquisição de casa própria com financiamento integral, até o limite de Cr\$ 180 000,00.

Durante o ano de 1952 a direção do IPAJM cuidou da implantação dos novos serviços e da reorganização dos já em funcionamento na extinta Caixa Beneficente. Uma das providências de maior significação foi a construção de uma nova sede para instalação dos serviços do Instituto, cuja inauguração deverá verificar-se no decorrer no ano de 1953.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Como parte integrante do plano de assistência social aos servidores estaduais, previu a Lei n.º 615, de 31 de dezembro de 1951, que ao IPAJM caberia, igualmente, a obrigação de prestar assistência médico-hospitalar a seus segurados, cujo custeio será feito com a renda proveniente da contribuição do Estado e dos próprios segurados, em partes iguais, para estes calculada na base de 1,5% sobre o respectivo salário-base.

Trata-se de providência do mais alto alcance social, pois que serão beneficiados todos os servidores estaduais, a qual será posta em prática pelo Governo logo que o IPAJM ultime a implantação de seus serviços e possa elaborar o respectivo plano de execução.

Uma das mais proveitosas iniciativas oficiais no sentido de amparar o funcionalismo estadual foi, sem dúvida, a criação da carteira predial "Othon Abreu", na extinta Caixa Jerônimo Monteiro, criada pelo decreto n.º 6 609, de 7 de agosto de 1935.

CARTEIRA PREDIAL

O valor dos empréstimos, todavia, não poderia exceder os dos pecúlios. A renda da Caixa, proveniente de contribuições e da sua aplicação, não podia, contudo, ser empregada na carteira predial que, devido a isso, se limitava a distribuir o capital arrecadado dos candidatos à aquisição de casa, sendo que estes somente poderiam ser contemplados quando houvessem completado 10 por cento do valor do empréstimo pretendido. Além disso, o pecúlio constituía garantia subsidiária do empréstimo, além da garantia hipotecária. Com isso, falecido o mutuário, o saldo da dívida era integralmente descontado do valor do pecúlio.

Durante 16 anos de funcionamento da carteira predial, foram construídas, adquiridas ou reformadas, com empréstimos pela mesma concedidos, 362 casas, o que representa a média de 23 unidades por ano.

Em virtude porém, da perda de poder aquisitivo da moeda e de forte valorização dos bens imobiliários, a carteira predial da extinta Caixa não mais pôde cumprir sua finalidade descendo para 8 em 1951 e 8 em 1952, o número de casas adquiridas sendo que muitos dos adquirentes nos dois últimos anos tiveram de entrar com dinheiro para pagamento de parte do imóvel, quase sempre de custo superior ao valor do empréstimo.

Criado o IPAJM, foram estabelecidas na Lei n.º 615, de 1951, novas bases para o funcionamento da carteira predial. O limite máximo para a concessão do empréstimo, que era de Cr\$ 44 800,00, foi elevado a Cr\$ 180 000,00, não sendo exigida, por outro lado, qualquer entrada em dinheiro, como ocorria na extinta Caixa Beneficente, passando o financiamento a ser integral.

A carteira predial do IPAJM, regulamentada pelo Ato n.º 13 de 19 de dezembro de 1952, do Conselho Diretor, mantém dois planos distintos: o "Plano Especial" e o "Plano Popular". No "Plano Especial" a inscrição é privativa dos segurados obrigatórios, sendo integral o financiamento, enquanto que no "Plano Popular" poderão inscrever-se não só segurados do IPAJM como, ainda, funcionários e extranumerários, a qualquer título, remunerados ou não pelos cofres públicos, pertencentes aos quadros de pessoal da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista em que os poderes públicos possuam

maioria de ações do capital social. Haverá um corpo de corretores credenciados para o agenciamento de inscrições no "Plano Popular". O IPAJM não aplicará capital próprio nos financiamentos deste plano. Os recursos provirão das contribuições dos mutuários. Para ter direito ao empréstimo é necessário que o mutuário integralize dez por cento do valor do mesmo. O capital arrecadado pelo "Plano Popular" será distribuído trimestralmente, sendo a metade por sorteio e a outra metade por pontos. Na última distribuição trimestral haverá um sorteio extra ao qual concorrerão os mutuários que hajam integralizado menos de 10% do valor do financiamento pretendido e, no mínimo, 1% desse mesmo valor.

Quanto ao "Plano Especial", privativo dos segurados obrigatórios, a distribuição dos empréstimos será feita dentro do limite dos créditos fixados para o exercício, segundo fatores de concorrência. As inscrições são válidas por um ano, podendo ser renovadas. Os segurados inscritos anteriormente e não contemplados terão direito a 30 pontos por ano de inscrição.

Com o fim de minorar as dificuldades de habitação que o funcionalismo vem enfrentando e que se agravam dia a dia com a elevação dos aluguéis e com a procura cada vez maior de habitações, o Governo recomendou à direção do Instituto que estudasse um plano para a construção de casas de baixo custo tendo em vista, principalmente, proporcionar aos servidores de modestos vencimentos a oportunidade de adquirir a casa própria. Para esse fim, o Governo colocou à disposição do IPAJM uma área de terreno de 38.352 metros quadrados, localizada em Aribiri, Município do Espírito Santo, na qual o Instituto vai construir um conjunto residencial constituído de 165 casas, sendo 127 ao custo provável de Cr\$ 50 000,00 e 38 ao custo aproximado de Cr\$ 80 000,00.

Independentemente da construção das 165 unidades em Aribiri, o orçamento do Instituto para 1953 contém dotação destinada à aquisição de casa fora da área do conjunto, por iniciativa do próprio segurado, no valor de Cr\$ 9 000 000,00, beneficiando-se, com isso, os segurados residentes no interior do Estado.

A fim de dar maior expansão ao programa de construção e aquisição de casa para os servidores do Estado, a direção do Instituto foi autorizada a contrair dois empréstimos a prazo longo, de Cr\$ 2 600 000,00 e Cr\$ 3 000 000,00, respectivamente, com a Fundação da Casa Popular e a Caixa Econômica Federal no Espírito Santo. A primeira dessas operações foi concluída e para isso muito contribuiu a boa vontade e simpatia que a iniciativa mereceu do Superintendente da Fundação da Casa Popular e do Conselho Central da Instituição.

As providências adotadas pelo IPAJM no sentido de cumprir um programa intensivo de construção e aquisição de casas para os servidores do Estado deverão produzir os melhores resultados a partir de 1953. Cerca de 265 unidades deverão ser adquiridas ou construídas nesse ano com financiamento do Instituto, no valor de Cr\$ 18 375 000,00. Esse número de casas a construir ou adquirir num só ano, representa 73% das construções ou aquisições feitas pela carteira predial da extinta Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro durante seus 16 anos de existência.

O orçamento aprovado para o exercício financeiro de 1953, foi o seguinte:

ORÇAMEN-
TO DO
IPAJM PARA
O EXERCÍ-
CIO DE 1953

Orçamento Econômico:

Receita prevista	Cr\$ 9 324 772,00
Despesa fixada	3 423 110,00
Saldo econômico	5 901 662,00

Orçamento Financeiro:

Recursos financeiros	Cr\$ 25 005 601,00
Gastos financeiros	23 743 600,00
Saldo financeiro	1 262 001,00

Nos oito últimos exercícios (1946/1953) foram os seguintes os orçamentos aprovados para a Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro:

ANOS	Receita prevista	Despesa fixada	Saldo Econômico	% da Despesa sobre a Rec.
1946	1 295 000,00	1 176 400,00	118 600,00	91,59
1947	1 578 500,00	1 437 310,00	141 190,00	91,05
1948	1 769 300,00	1 437 310,00	331 990,00	81,23
1949	1 730 800,00	1 521 550,00	259 250,00	85,44
1950	1 870 000,00	1 509 930,00	360 070,00	80,74
1951	2 441 500,00	1 698 500,00	743 000,00	69,56
1952	2 550 000,00	1 982 500,00	567 500,00	77,74
1953	9 324 772,00	3 423 110,00	5 901 662,00	36,70

Demonstra-nos este quadro a forte incidência da despesa fixada sobre a receita prevista da extinta Caixa Beneficente, causa principal do seu lento progresso financeiro, considerado que, como instituição de previdência, sua capitalização deveria processar-se numa velocidade bem maior. Vê-se pelo quadro estatístico reproduzido, que em 1946, primeiro ano em que a Caixa teve orçamento aprovado, as despesas consumiam 91,59% da receita prevista, limite esse que, ao extinguir-se a instituição ainda apresentava o elevado coeficiente de 77,74%. Criado o Instituto, apesar de enfrentar-se o mesmo ainda no primeiro ano de funcionamento e haver sido iniciada somente no mês de março a cobrança da contribuição para fins de benefício-família, aquele coeficiente baixou, logo, para 36,70%, diminuindo, assim, em 41,04%.

Quanto à receita arrecadada proveniente de contribuições ela apresenta o seguinte movimento, a partir de 1943:

Exercícios	Receita de contrib. arrecadada	Número índice
1943	629 455,90	100
1944	645 820,50	103
1945	539 250,80	86
1946	1 121 434,00	178
1947	1 213 374,00	193
1948	1 316 316,80	209
1949	1 707 601,50	271
1950	1 868 165,80	297
1951	2 019 977,10	321
(*) 1952 (IPAJM)	6 687 080,30	1 062

(*) — A contribuição para benefício-família, receita base do Instituto, compreende apenas 10 meses (março a dezembro). A arrecadação pelas coletorias, relativa aos meses de outubro a dezembro, foi feita por estimativa, por falta de recebimento da respectiva documentação.

Revela-nos esse quadro a maneira rápida como se processa o progresso do IPAJM, cuja capitalização, quanto mais rápido se fizer, mais permitirá à Instituição ampliar sua obra assistencial ao funcionalismo estadual, principalmente no que diz respeito à solução do problema de habitação, dos mais angustiantes e que demanda o emprego de fortes somas.

Durante o ano de 1952 faleceram 7 segurados do IPAJM. Com exceção de um, todos os demais eram de idade superior a 55 anos, o que veio comprovar a nossa previsão, feita na mensagem que acompanhou o projeto lei n.º 615, quando dizíamos:

"36. Como os benefícios serão devidos não em razão do tempo de serviço público, nem de admissão no Instituto mas, apenas, em razão da idade e da remuneração dos segurados, é bem de ver-se que o Instituto, logo no início de seu funcionamento, receberá pesadas responsabilidades para cumprimento no futuro, de vez que constituída a maioria dos segurados de servidores com muitos anos de serviço público, não recebe o Instituto, como compensação, os prêmios correspondentes a esse período".

Falecidos os segurados e requeridos os benefícios, os processos foram rapidamente concluídos, de sorte que todos os beneficiários estão usufruindo

do amparo que lhes assegura a Lei n.º 615. Vale acentuar que, com exceção de um caso, em todos os demais havia menores entre os beneficiários, cujas pensões são pagas à viúva ou ao representante legal dos menores, independentemente de interferência judiciária, fato que ocorre relativamente ao pecúlio da extinta Caixa, cuja metade, quando pertencente a menores, é colocada à disposição do Juiz de Menores.

Aos beneficiários dos segurados falecidos foram pagos os seguintes benefícios:

	N.º de benef.	Pensão mensal	Pecúlios		
			Do IPAJM	Da CBJM	TOTAL
H. Ayres	2	879,6	6 762,8	44 800,0	51 562,8
Aristides Navarro	3	1 431,0	19 623,6	22 320,0	41 943,6
Humberto Betite	1	934,4	9 369,6	44 800,0	54 169,6
L. Edmundo Malizek ..	2	1 064,0	9 016,0	44 800,0	53 816,0
Oto Ewald Júnior	2	565,6	3 656,8	44 800,0	48 456,8
João Pinto Nascimento	2	265,2	2 093,0	37 000,0	39 093,0
Gabriel Santos	3	375,2	2 916,2	39 600,0	42 516,2
	15	5 533,0	53 438,0	278 120,0	331 558,0

O falecimento de 7 segurados representa, para o exercício de 1953, uma despesa de Cr\$ 66 396,00, referente ao pagamento das pensões aos beneficiários.

Procurando cooperar com o Governo do Estado na colocação das apólices do "Plano de Valorização Econômica", o IPAJM firmou um acordo com a Secretaria da Fazenda, em virtude do qual os títulos seriam adquiridos pelo Instituto e vendidos ao funcionalismo para pagamento em 12 prestações mensais. A iniciativa alcançou pleno êxito, excedendo, mesmo, à melhor expectativa. O primeiro lote de apólices, no valor de Cr\$ 5 000 000,00, que se supunha demandar mais de um ano para sua colocação, foi vendido decorridos pouco mais de 20 dias do lançamento da campanha.

O auxílio natalidade foi uma nova modalidade de assistência criada com a aprovação da Lei n.º 615. Durante o ano de 1952, no período de abril a dezembro, foram pagos 154 auxílios dessa natureza, no total de Cr\$..... 46 200,00 beneficiando-se, com isso, igual número de segurados que, assim, contam com um pequeno auxílio em dinheiro para ocorrer ao pagamento das despesas decorrentes do nascimento dos filhos.

MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Com um acréscimo de Cr\$ 4 000 000,00 sobre a receita prevista para 1951, a estimativa da receita do Município de Vitória foi, em 1952, estabelecida em Cr\$ 19 000 000,00. A arrecadação, contudo, revelou o "superavit" de Cr\$ 1 458 529,80, o que fez chegar à casa dos Cr\$ 3 254 929,80 o "superavit" sobre a arrecadação anterior. Concomitantemente a despesa só com o pessoal fixo e variável, de 1951 para 1952, ascendeu a 14,64%, percentagem representada pela elevada soma de Cr\$ 3 236 929,80, que anulou o "superavit" verificado, ultrapassando-o em Cr\$ 32 317,00. A receita prevista na lei orçamentária foi de Cr\$ 19 000 000,00 e a realmente realizada de Cr\$ 20 458 529,80. A despesa realizada atingiu Cr\$ 20 540 050,30, com o ligeiro deficit de Cr\$ 81 520,50.

Passamos a transcrever o texto do relatório apresentado pelo dedicado Prefeito Municipal sobre o andamento dos serviços e obras da Municipalidade, no decorrer de 1952:

"Cumpro a grata obrigação de fazer a Vossa Excelência um rápido relato e algumas considerações sobre os trabalhos na Prefeitura em 1952.

Anexo igualmente os relatórios das Diretorias de Engenharia o S. I. P. e a minha mensagem à Câmara Municipal que dão em detalhe todas as ocorrências verificadas e facilitam o exame de minha administração.

Como Vossa Excelência concluirá o Executivo Municipal não realizou nenhum empreendimento de vulto em 1952, embora resolvesse o problema da melhoria do abastecimento de água para a população de Vila Velha, serviço aliás incompleto.

É que, ainda sob a responsabilidade de grandes esforços que fez para que o município não desmerecesse nas solenidades da comemoração do IV Centenário, do brilhantismo com que o festejou o Estado, arcou ainda com os imprevistos da ocorrência de Duas Bocas, com o pagamento do abono de Natal de 1951 para o qual não dispunha de recursos, embora devidamente autorizado e além do aumento previsto no orçamento para os servidores e operários municipais, ainda teve que pagar uma série de melhorias e vantagens para o mesmo, decorrentes do cumprimento de leis estaduais e vantagens do Estatuto dos Funcionários Públicos, admissão de maior número de operários não só por insuficiência dos existentes para os trabalhos de rotina como de outros destinados à execução de "Obras Novas" discriminadas em anexo, as quais foram todas feitas por administração.

A falta de auxílio esperado do governo estadual para as obras do reservatório "Henrique de Novaes" e outras exigidas pelas festas do IV Centenário e a elevada quantia de impostos não recolhida, Cr\$ 3 164 277,40 (Três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e

sete cruzeiros e quarenta centavos) contribuíram para que o Executivo Municipal visse agravada a sua situação já precária com a falta de instalação apropriada e parte do pessoal do quadro de servidores e operários pouco disposta a colaborar com o Prefeito na defesa dos interesses da Prefeitura.

Aliás devo confessar a V. Excia., sr Governador do Estado, que em face da situação existente na Prefeitura, deficiência de recursos de qualquer espécie, incompreensões quase que completa de suas necessidades e encargos, todo Prefeito é apenas um soldado no cumprimento de dever cívico que o obriga a permanecer no cargo enquanto não lhe é dado compreender que é época de sua baixa.

Porque pouco poderá fazer no sentido de corresponder à expectativa do povo e do governo que muito esperam dos poderes municipais lutando sempre com poucos recursos.

Nas relações com o Governo de Vossa Excelência, a quem agradeço provas de confiança pessoal que me prendem ao cargo e incentivam a minha disposição de administrador com a maior eficiência e lisura possíveis, não posso deixar de me referir aos auxílios diretos e indiretos que Vossa Excelência vem prestando ao município de Vitória.

A construção da Hidro Elétrica do Rio Bonito, as Obras Portuárias terão repercussão notável no desenvolvimento de Vitória, os aterros de Bento Ferreira e Capuaba, os estudos de Urbanização da cidade, feitos pela ETUC já entregues à Prefeitura, as promessas de Vossa Excelência para os estudos de melhoria do serviço de abastecimento de água e esgotos, a contribuição do Estado para a execução de um projeto de reforço na barragem do Reservatório Henrique de Novaes, são serviços executados e a serem realizados pelo Estado, de caráter municipal.

Refletindo diretamente a colaboração do Governo do Estado com a Prefeitura é de citar a entrega, pelo preço de custo, à municipalidade, de um automóvel Chevrolet e 4 jeeps.

Relativamente aos trabalhos dos reparos na barragem do reservatório Henrique de Novaes, a cujo acidente me refiro no relatório enviado à metálica Câmara Municipal em anexo, os serviços a cargo da Empresa Koteca e da municipalidade estão orçados em cerca de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sendo que o necessário à execução do projeto de reforço aconselhado pelo Engenheiro Luiz Vieira, está orçado em Cr\$ 1 574 000,00 (um milhão quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) e constante de:

1) Excavação do terreno de aluvião na parte do montante da Barragem — trezentos e quarenta mil cruzeiros	Cr\$	340 000,00
2) Dique de proteção ao montante da excavação acima — quarenta mil cruzeiros	Cr\$	40 000,00
3) Terra escolhida apiloada em substituição ao terreno de aluvião — trezentos e setenta e quatro mil cruzeiros	Cr\$	374 000,00

4) Banqueta suplementar a montante da Barragem — trezentos e setenta mil cruzeiros	Cr\$	370 000,00
5) Trabalhos diversos, de injeções de argila, muros de proteção, redentes na galeria, etc. — quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros	Cr\$	450 000,00
	Cr\$	1 574 000,00

e que solicita sejam feitas às expensas do Estado e por conta dos créditos votados pelo Congresso Estadual para as obras do abastecimento de água e sancionados por Vossa Excelência. Esses trabalhos bem como o de reconstrução que estava sendo executado pela mesma e urge que o sejam até dezembro do corrente ano, em face do consumo de água cada vez maior, — serão feitos por administração contratada de acordo com proposta que oportunamente encaminharei ao governo de Vossa Excelência.

Esse serviço foi iniciado e já foi retirada a chapa de cimento armado estando sendo aguardada a própria estação de estiagem a começar em abril para prosseguimento dos trabalhos que foram suspensos devido à época das chuvas.

Trata-se de um serviço de grande responsabilidade mas é indispensável que sejam verificadas as anormalidades constatadas e devidamente reparadas a fim de que a barragem funcione com perfeita estanquidade.

Ainda relativamente aos serviços da Prefeitura é preciso ter a sinceridade de confessar que pela sua situação já explanada alguns deles como o de Engenharia, abastecimento de água, Limpeza Pública, Parques e Jardins, Orquidário, Matadouro, têm perdido um pouco da eficiência antiga, não obstante, a dedicação e competência dos seus respectivos chefes e unicamente por falta de recursos materiais e de instalação.

A falta de um assistente para o Prefeito, a insistência do público para entendimento pessoal com essa autoridade e a necessidade do seu controle direto sobre quase todos os trabalhos como medida de emergência para equilibrar os males de falta dos recursos indispensáveis, são outros fatores de dificuldades para administrar os serviços municipais e que se refletiram na sua eficiência. É urgente a construção da casa municipal, da garagem e depósito de materiais e no corrente ano, embora precárias, mister se torna adotar-se soluções para essas últimas e para a instalação da Biblioteca e arquivos públicos, orquidários e horto municipal.

Quanto às Obras Novas em 1951 elas foram feitas por administração e constam dos relatórios das Diretorias de Engenharia e S. I. P. anexos, no corrente exercício, pretendo fazê-las com recursos da Taxa de Melhoria e de um empréstimo sugerido pelos senhores Vereadores do P. T. B. dentro de um plano que ficaram de apresentar para que eu estude. O meu critério entretanto será o de executar obras que consultem a necessidade da maioria da população e sirvam de base para outras que tenham utilidade mais res-trita.

Tenho também o propósito de executar o Plano de Urbanização da ETUC de acôrdo com suas especificações e nesse sentido já está decretada a organização dos "Defensores do Plano da Cidade" faltando ser fundada a "Sociedade dos Amigos da Cidade" e discutido o Código de Obras no Clube de Engenharia como solicitei à Diretoria do mesmo, antes de submeter tudo à apreciação do Legislativo.

No setor de alimentação o restaurante do SAPS correspondeu plenamente à expectativa pública e do Govêrno, está prestando excelente serviço, bem como o seu grupo de armazéns e pequenas barracas para venda de legumes e peixes. Tem sido uma excelente colaboração do Govêrno Federal tornada mais eficiente pelo interesse pessoal do Dr. Edson Pitombo Cavalcanti, Presidente do SAPS.

Tive também cuidados especiais com a difusão da cultura e amparo aos artistas que procuram nossa Capital. Adquiri várias telas de pintores visitantes, mantive a "Hora da Municipalidade" na Rádio Espírito Santo, divulgando o seu expediente e apresentando ao público valores da terra e boa música incentivando a cultura em geral.

O Serviço de Cultura Artística recém-fundado mereceu também todo o interesse da municipalidade e é grande sua expectativa pelo reflexo de sua atuação.

Em linhas gerais, Sr. Governador, são os comentários acima que julguei necessário acrescentar aos dados fornecidos nos documentos anexos, juntamente com os meus protestos de gratidão pessoal pela confiança que tenho merecido".



COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PRÊÇOS

Ao deflagrar a batalha da produção e, conseqüentemente, a luta pela baixa do custo de vida no país, criou o Presidente da República a Comissão Federal de Abastecimento e Prêços, COFAP, com jurisdição em todo o território brasileiro. No Espírito Santo, a COAP, órgão auxiliar da Comissão Federal, foi organizada a 12 de abril de 1952. Não pretendemos afirmar que tenha ela, nesse curto prazo, resolvido o complexo problema que constitui a finalidade principal de sua instituição. Mas é justo reconhecer que, apesar das dificuldades de toda espécie, cumpriu amplo programa que, sob a direção do sr. Taciano Espíndula, contribuiu, de maneira eficaz, para manter os níveis de diversos produtos e evitar, em muitos casos, desajustamentos que viriam influir sensivelmente sobre a economia popular. A ação da COAP recaiu principalmente sobre o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, como o leite, a carne, e o pão, que constituem a base de alimentação do povo. Refletiu-se sobre o fornecimento de outros gêneros alimentícios, pescado, produtos farmacêuticos, cimento, passagens em veículos coletivos e, até sobre os serviços mortuários da cidade. Com um corpo de funcionários constituído apenas de doze elementos, vem a COAP exercendo fiscalização direta sobre os preços tabelados, especialmente nos mercados, açougues, padarias e armazéns em geral.

Observa-se, em Vitória, o fenômeno que constitui problema de muitos dos nossos grandes centros, qual seja a elevada percentagem de artigos de importação dentre as mercadorias expostas à venda pelos atacadistas. Não atingiu ainda a nossa produção agrícola a vitalidade necessária para prover o abastecimento, e temos sensível margem deficitária no balanço entre a produção e o consumo.

Dai os obstáculos à ação reguladora da COAP que encontra, certamente, em suas atividades, intrincada rede de interesses, muitos dos quais, refletindo sobre os demais e sobre o próprio interesse geral, constituem equações de solução demorada e difícil. A COAP, entretanto, através de seus atuais esforços para conseguir diretamente a importação de gêneros de primeira necessidade, dá mais um passo para a regularização do sistema de abastecimento, de que não descurou o Govêrno, emprestando-lhe toda a colaboração que tem sido possível.

MUNICÍPIO DE GUARAPARI

A cidade de Guarapari contou, durante o ano de 1952, com extraordinário desenvolvimento, atestado pelas importantes obras nela realizadas, com reflexos sobre a sua excepcional condição de fonte de saúde e turismo.

Deu-lhe o Estado especial assistência, no objetivo de buscar, como lhe compete, o seu progressivo aprimoramento, em consonância com os dotes naturais que a elevaram à categoria de estância balneária anualmente visitada por milhares de turistas providos de todos os pontos do país.

Com uma receita de Cr\$ 938 519,70 em 1952, contra Cr\$ 697 223,30 em 1951, a arrecadação municipal acusou um excesso de Cr\$ 241 296,40, que se deve, em parte, à riqueza monazítica local, cujas taxas são recolhidas aos cofres municipais.

Pôde, assim, o Município, atender às necessidades dos serviços de fornecimento de água, introduzindo novo sistema de canalização e iniciando a construção de um reservatório com a capacidade de 120 000 litros.

Devem-se, ainda, às rendas municipais, os trabalhos já iniciados para construção de moderna rede de escoamento, além da manutenção regular dos serviços e compromissos da Prefeitura.

Preocupado instantemente com as necessidades introduzidas e avulmadas pelo sentido turístico da cidade, inverteu o Governo apreciáveis recursos na construção de uma das mais modernas pontes edificadas no país, ligando Muquiçaba a Guarapari, e inaugurada em meados de 1952. Nessa obra, invertemos mais de dois milhões de cruzeiros, incluindo os aterros de acesso. Construimos ainda o Grupo Escolar "Zenóbia Leão", a Cadeia Pública, a praça municipal, aterros diversos, incentivando e auxiliando a construção do Siribeira Clube, cuja expressão turística vem se acentuando desde a inauguração, ocorrida recentemente.

Esses e outros fatos e previsões, nos fazem acreditar que conseguiremos, em breve, transformar Guarapari num ambiente confortável e ameno também no setor urbanístico, já que a natureza nos legou, ali, ponderáveis riquezas e inestimáveis atrações que a tornaram famosa e fazem para ela convergir as esperanças de tantos enfermos e os lazes da laboriosa população deste e de outros Estados.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento, através de seu Distrito no Espírito Santo, que está entregue à competência do Engenheiro Roberto Viana, inverteu, no Espírito Santo, em 1952, a importância de Cr\$. 9 742 954,60 contra um plano de obras para 1953 que se eleva à cifra de Cr\$ 14 300 000,00.

Foram continuadas diversas obras, iniciadas e concluídas outras, de acôrdo com o programa de execução dos projetos de dragagem e defesa contra inundações nas várias bacias hidrográficas. **OBRAS REALIZADAS EM 1952**

Contando com mais duas Drag-lines, intensificaram-se os serviços no segundo semestre do ano, iniciando-se e completando a dragagem do rio Marinho, no trecho da cidade e iniciadas as dragagens dos rios Muqui do Norte — Trecho inferior e Santo Agostinho, êste em vias de conclusão.

Foi completada a dragagem da Vala Coletora do dique Jucu, em execução, que já se encontra em condições de defender a cidade do Espírito Santo contra as enchentes comuns do rio.

Completou-se a construção do Dique Benevente.

Foi iniciada e completada a dragagem do rio Boa Esperança, afluente do Muqui do Norte e concluídas as pontes na cidade de Muqui, estas com assistência técnica do D. N. O. S.

Em entendimento com o Departamento de Saúde Pública Estadual, iniciou-se o serviço de limpeza e desobstrução do rio Santa Joana e de alguns afluentes nos trechos assinalados pela existência de planorbídeos infestados do Schistosomo, parasita que assola as populações dos vales afluentes do rio Doce.

Outros serviços de limpeza e desobstrução foram iniciados na bacia Guarapari, nos rios Una, Iguapé e Várzea Nova e em afluentes dos rios Novo e Santa Maria.

No quadro abaixo, dão-se os valores globais dessas obras com a descrição sumária.

Rio Santa Joana e afluentes	44 680 m	Cr\$	219 734,00	LIMPEZA E DESOBSTRU- ÇÃO
Rios Una, Iguapé e Várzea Nova	37 000 m	Cr\$	222 050,00	
Rio São Miguel e Itanhenga	8 047 m	Cr\$	24 350,00	
Rios Iconha e afluente	19 250 m	Cr\$	16 940,00	
TOTAL:			Cr\$ 483 074,00	

Dragagem	Extensão (m)	Volume (m3)	Despesa (Cr\$)
Jucu:	310	11 197	27 992,50
Marinho:	910	92 650	200 000,00
Timbui:	1 260	19 859	41 986,20
Santa Maria:	3 880	191 636	268 290,40
Tauá:	2 890	110 478	178 509,20
Santo Agostinho:	4 160	56 869	308 345,00
(Drag.	2 840	72 557	
Jacarandá (			687 625,00
(Exc. Trt.º	480	20 000	
Benevente:	600	43 982	226 150,00
Araquara:	1 480	29 793	160 805,00
Rio Novo:	2 680	98 357	142 019,80
Muqui-Paineiras:	1 400	107 401	185 167,60
Muqui-Cidade:	2 920	45 763	257 041,30
(inc. derrocamento)			
Muqui-Boa Esp.:	1 100	16 036	100 435,40
(inc. derrocamento)			
TOTAL			Cr\$ 2 784 367,40
Endicamento			
Benevente:		48 666	629 170,00
(serv. c/ draga e trator)			
Jucu:	2780m	141 957	355 015,90
(serv. c/ draga)			
APARELHAGEM:	TOTAL	Cr\$	984 185,90
PESSOAL DE OBRAS:	TOTAL	Cr\$	3 944 643,80
	TOTAL	Cr\$	1 546 683,50

RESUMO

Serviços preliminares (limpeza e desobstrução)	Cr\$	483 074,00
Obras definitivas (dragagens e endicamentos)	Cr\$	3 768 553,30
Aparelhagem	Cr\$	3 944 643,80
Pessoal de Obras	Cr\$	1 546 683,50
TOTAL		Cr\$ 9 742 954,60

PROGRAMA DE OBRAS PARA 1951		
Operação de 6 drag-lines de 1 3/4 jarda cúbica	Cr\$	2 640 000,00
1 200 000 m3 x Cr\$ — 2,20 =		
Operação de 3 drag-lines de E. B. E. C.	Cr\$	1 060 000,00
200 000 m3 x Cr\$ — 5,30 =		
Operação de 3 drag-lines novos	Cr\$	400 000,00
200 000 m3 x Cr\$ — 2,00 =		
Operação de 1 drag-line de 1/2 jarda cúbica	Cr\$	174 000,00
60 000 m3 x Cr\$ — 2,90 =		
Comportas Jucu	Cr\$	300 000,00
Duas pontes tipo	Cr\$	560 000,00
Derrocamento no sangradouro da Lagoa Assuruaca, bacia		
so (em estudo	Cr\$	300 000,00
Derrocamento no sangradouro da Lagoa Assuruaca, bacia		
Barra Sêca	Cr\$	300 000,00
Aquisição de 4 drag-lines	Cr\$	5 200 000,00
Limpeza do Rio Santa Joana	Cr\$	350 000,00
Limpeza do Rio Pongal-Benevente	Cr\$	200 000,00
Abertura da Barra do Itaúnas	Cr\$	50 000,00
Experiências com explosivos e destruição química de		
vegetação	Cr\$	200 000,00
Construção dos galpões indispensáveis ao abrigo do viatur-		
no e material da Sede	Cr\$	500 000,00
Pessoal de Obras	Cr\$	1 800 000,00
Levantamento aerofotográficos	Cr\$	266 000,00
SUB-TOTAL:		Cr\$ 14 300 000,00

Verba de Minas — Início do construção do Cais de Proteção		
da Cidade de Aymorés	Cr\$	1 500 000,00
Plano Salte — Início da construção da Barragem Suissa,		
conjunto Santa Maria	Cr\$	5 000 000,00

RELAÇÕES COM O GOVÊRO FEDERAL

Através dos vários títulos desta Mensagem, bem se poderá sentir que o Govêro do Estado continua a manter, com o Govêro Federal, as mais estreitas e firmes relações, num sistema salutar de cooperação eficiente, dentro do mais alto sentido de Política administrativa.

Ressalte-se que essa colaboração prestante se fez sentir mais eficiente através dos Ministérios da Educação, da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação, da Guerra, Marinha e Aeronáutica; dos Departamentos Nacionais de Saúde, de Estradas de Rodagem, de Portos, Rios e Canais, de Obras de Saneamento, do Departamento Administrativo do Serviço Público; do Serviço de Alimentação da Previdência Social; do Conselho Nacional de Geografia; da Estrada de Ferro Leopoldina e da Cia. Vale do Rio Doce. Enfim, de vários Ministérios, Departamentos e Serviços, autarquias da União e muitas outras entidades, recebeu o Govêro Estadual, em benefício da realização de obras e empreendimentos de interesse comum, a cooperação necessária, eficiente e valiosa que lhe permitiu encetar e resolver problemas equacionados no plano geral de sua administração.

RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES

Continua o Executivo a manter, como anteriormente, o mesmo clima de harmonia e equilíbrio com os demais poderes do Estado, fiel ao roteiro em que sempre tem inspirado tôdas as suas atividades.

Esse ambiente de consideração, respeito e cordialidade se mantém com a nobre Assembléia Legislativa, cujos trabalhos o Executivo acompanhou e aplaude, pois visam realmente aos mais altos interesses do Estado.

Igualmente, com o Egrégio Poder Judiciário, onde pontificam Magistrados de marcante saber, profunda cultura e comprovada probidade, postas ao serviço da excelsa causa da Justiça em nossa terra.

Da mesma forma, com o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, cujas serenas e preclaras Decisões, o Executivo tem prestigiado com atendê-las e cumpri-las, dentro do mais rigoroso acatamento.

Este o clima de perfeita consonância que o Executivo timbra em manter com os demais Poderes do Estado, numa demonstração pujante do seu espírito democrático, atento aos ditames de sua consciência cívica e aos imperativos da Lei, sempre pronto a cumprir fidelíssimamente.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO

Criado em moldes propícios a atender às necessidades sempre crescentes do nosso desenvolvimento agrícola, pecuário e da produção em todos os setores, orientado através de uma política sensata que lhe grangeou as preferências e a simpatia do Comércio e da Indústria do nosso Estado, prossegue o nosso principal estabelecimento de Crédito em suas atividades, cujo progresso bem se pode calcular pelo exame do seguinte quadro:

Anos	Cart. Comercial	Cart. Agrícola	Depósitos	Tit. Cobráveis
1946	24 821 725,70	18 642 500,00	41 306 505,30	29 241 723,10
1947	25 328 116,10	12 530 413,90	36 390 577,90	31 486 514,20
1948	37 921 964,20	13 862 078,50	50 393 324,70	42 829 251,30
1949	42 590 763,50	15 401 469,50	96 986 375,50	52 156 488,10
1950	75 125 323,90	17 300 277,10	113 196 666,10	69 834 060,40
1951	105 000 448,80	32 667 999,40	145 449 919,70	100 870 706,10
1952	107 717 333,70	34 301 075,40	112 451 421,10	120 793 584,90

Tem o Banco de Crédito Agrícola colaborado em todos os setores construtivos do Estado. Para tanto, vem procurando acrescer o quadro de suas filiais, tendo, em 1952, criado o Departamento de Guaçu e realizado estudos para a criação das Agências de Barra de São Francisco, Muqui e Linhares. Também a necessidade de estender o âmbito de suas transações à Capital da República tem sido instante preocupação dos dirigentes do Banco.

Os lucros auferidos em 1952 permitiram distribuir aos acionistas dividendos na base de 15%. O lucro líquido ascendeu à casa dos Cr\$ 7 676 527,80.

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Relevai-me a extensão dêste Relatório. Por mais que procurasse sintetizar, não me foi possível, mesmo omitindo detalhes importantes e passando por alto empreendimentos de vulto, resumir, nesta Mensagem, o copioso labor desenvolvido, sem poupar sacrifícios, pela equipe de homens devotados que encarnam o Poder Executivo, neste árduo período da nossa história. Desobriguei-me pela segunda vez perante êste nobre Consílio de uma das mais graves e austeras obrigações que, pelo texto constitucional, impende ao Governador. Fí-lo com a consciência tranqüila e de ânimo sereno, na convicção suave e íntima de que cumpri exemplarmente o meu dever. A tarefa que nos propusemos levar avante, no govêrno, pelo vulto de suas realizações, há-de merecer certamente o apôio e a colaboração efetiva de todo o povo espírito-santense. Porque Govêrno não é obra de um indivíduo, mas tarefa de uma coletividade que se congrega, dentro de um período efêmero e fugaz, no intento sublime de trabalhar pelas gerações futuras, para a suprema conquista da Eternidade e da Glória.

Vitória, 15 de Março de 1953

JONES DOS SANTOS NEVES
Governador do Estado

EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS DE 1952

DECRETO N.º 709 de 2-1-952 (D. O. de 3-1-952) —

Institui na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Dec. n.º 15 876, de 24-5-945, uma função de Cobrador, ref. "VII".

DECRETO N.º 709-A de 2-1-952 (D. O. de 8-1-952) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas de Nova Venécia, no Município de São Mateus.

DECRETO N.º 710 de 4-1-952 (D. O. de 5-1-952) —

Cria e inclui no Gabinete do Secretário e Divisão de Administração da SATC, 1 função de Protocolista, ref. "X", 1 função de Encarregado de Serviço, ref. "VIII", 1 função de Arquivista, ref. "VIII", 2 de Correntista, ref. "VIII", 1 de Auxiliar de Escritório, ref. "III", 1 de Auxiliar de Escritório ref. "IV", 1 de Motorista, ref. "VI" e 3 funções de Contínuo, ref. "IV".

DECRETO N.º 711 de 5-1-952 (D. O. de 6-1-952) —

Autoriza o Comando Geral da Polícia Militar do Estado a promover a matrícula de dez praças do respectivo efetivo, na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, e regula a mesma autorização.

DECRETO N.º 712 de 5-1-952 (D. O. de 6-1-952) —

Transfere da Tabela n.º 31 — Instituto de Maruípe da Secretaria do Interior e Justiça — para a Tabela n.º 18 — Serviços Distritais do D. E. E., da Secretaria do Governo — 1 cargo de Médico, padrão "L".

DECRETO N.º 713 de 7-1-952 (D. O. de 8-1-952) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas de Vila Pancas, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 714 de 7-1-952 (D. O. de 8-1-952) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas de Itacibá, no Município de Cariacica.

DECRETO N.º 715 de 7-1-1952 (D. O. de 8-1-1952) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas de Novo Brasil, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 716 de 7-1-1952 (D. O. de 8-1-1952) —

Dá nova redação aos artigos ns. 143, 144, 146, 147, 148, 153, 154, 158, 159 e 160 do Decreto n.º 16 481, de 1-3-1947.

DECRETO N.º 717 de 14-1-1952 (D. O. de 16-1-1952) —

Aprova a Pauta de Valores n.º 1, organização para a cobrança do imposto sobre Exportação e Taxa de Fomento da Produção e Industrial, a vigorar durante o período de 4/2 a 31-3-1952.

DECRETO N.º 718 de 14-1-1952 (D. O. de 16-1-1952) —

Concede à firma Inaremo Indústrias de Refinação de Monazita Ltda., com sede nesta Capital, isenção de impostos estaduais exclusive taxas, pelo prazo de 5 anos, na forma do disposto no art.º 1.º da Lei n.º 67, de 31-12-1947, revigorada pela Lei n.º 407, de 30-12-1950.

DECRETO N.º 719 de 22-1-1952 (D. O. de 29-1-1952) —

Aprova o Quadro de Organização e Distribuição dos Efetivos da Polícia Militar, inclusive Corpo de Bombeiros e Polícia Especial.

DECRETO N.º 721 de 22-1-1952 (D. O. de 23-1-1952) —

Transfere da lotação da Tabela n.º 76 — Divisão do Fomento da SATC — para a Tabela 77 — Divisão de Experimentação da mesma Secretaria — 1 cargo de Agrônomo, classe "O".

DECRETO N.º 722 de 24-1-1952 (D. O. de 25-1-1952) —

Suprime na Tabela 3 da P. S. do Q. U. do Estado o cargo de Contador, classe "T", vago em virtude do falecimento do seu ocupante.

DECRETO N.º 723 de 25-1-1952 (D. O. de 26-1-1952) —

Transfere da lotação da Tabela n.º 66 — Divisão de Administração da SVOP — para a Tabela n.º 74 — Divisão de Administração da SATC — 2 cargos de Oficial Administrativo, classe "F", e 1 de Escriurário, classe "C".

DECRETO N.º 724 de 25-1-1952 (D. O. de 26-1-1952) —

Transfere da lotação da Tabela n.º 66 — Divisão de Administração da SVOP — para a Tabela n.º 75 — Divisão de Terras e Colonização da SATC — 1 cargo de Oficial Administrativo, classe "F".

DECRETO N.º 725 de 29-1-1952 (D. O. de 30-1-1952) —

Aprova o Calendário Escolar relativo às atividades dos estabelecimentos de ensino pré-primário, primário e complementar, no ano letivo de 1952.

DECRETO N.º 726 de 29-1-1952 (D. O. de 30-1-1952) —

Cria um Grupo Escolar em Alto Caratoira, nesta Capital, com a denominação de "Professora Liberata Sette".

DECRETO N.º 727 de 30-1-1952 (D. O. de 1-2-1952) —

Classifica as coletorias estaduais, com base na arrecadação do exercício anterior, na forma estabelecida pelo artigo 11 da lei n.º 500, de 27-7-1951.

DECRETO N.º 728 de 31-1-1952 D. O. de 1-2-1952) —

Institui na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24-5-1945, a função de Instrutor Sanitário, ref. "VI".

DECRETO N.º 729 de 31-1-1952 (D. O. de 1-2-1952) —

Eleva de "VIII" para "IX" o limite máximo da série funcional de Assistente de Administração.

DECRETO N.º 730 de 31-1-1952 (D. O. de 1-2-1952) —

Dá cumprimento à Lei n.º 527, de 2-10-1951, que autoriza a emissão de apólices da dívida pública estadual.

DECRETO N.º 731 de 31-1-1952 (D. O. de 9-2-1952) —

Regula a realização de concursos e Provas de Habilitação.

DECRETO N.º 732 de 31-1-1952 (D. O. de 1-2-1952) —

Aprova a relação de Professores Primários — Q. U. — P. P. — Tabela n.º 3 — que, na conformidade do disposto no artigo 33 da Lei n.º 549, de 7-12-1951, ficam com seus vencimentos elevados aos da classe imediatamente superior, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

DECRETO N.º 933 de 31-1-1952 (D. O. de 1-2-1952) —

Aprova a relação de professores de concurso (Q. U. — P. S. — Tab. 3) que, na conformidade do disposto no art. 33 da Lei 549, de 7-12-1951, ficam, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, com seus vencimentos elevados aos da classe imediatamente superior.

DECRETO N.º 734 de 31-1-952 (D. O. de 1-2-952) —

Aprova a relação de Regentes de Ensino Primário — Q. U. — P. P. — Tabela 3 — que, na conformidade do disposto no artigo 33 da Lei n.º 549, de 7-12-951, ficam seus vencimentos elevados aos da classe imediatamente superior, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

DECRETO N.º 735 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Fixa a lotação dos Grupos Escolares Escolas Reunidas e Escolas Reunidas Auxiliares, atendendo ao disposto no artigo 38 da Lei n.º 549, de 7-12-951.

DECRETO N.º 736 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Estabelece que o prazo para inscrição no Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário estender-se-á, este ano, até o dia 9 do mês de fevereiro.

DECRETO N.º 737 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Aprova as Instruções para provimento, a título precário, de escolas e classes vagas de ensino primário.

DECRETO N.º 738 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, mais uma classe em cada um dos Grupos Escolares: "Bodar Júnior", de Itapoama; "João Bley", de Itapemirim e "Bráulio Franco", de Muniz Freire, destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 739 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, mais uma classe em cada um dos Grupos Escolares: "Guilhermina Batista", de Acioli, município de Ibirajú; "Camila Motta", de Alfredo Chaves e "Zenóbia Leão", de Guarapari, destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 740 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas de Itaóca, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, sob a denominação de "Professora Petronilha Vidigal".

DECRETO N.º 741 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Marieta Escobar", de Mulembá, no Município da Capital.

DECRETO N.º 742 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Novo Brasil, no Município de Colatina, a denominação de "Professor Carlos Mendes".

DECRETO N.º 743 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Itacibá, no Município de Cariacica, a denominação de "Professor Augusto Carvalho".

DECRETO N.º 744 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá à Escola Singular de Córrego dos Monos, Município de Cachoeiro de Itapemirim, a denominação de "Professora Amélia Toledo do Rosário".

DECRETO N.º 745 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Jetibá, no Município de Santa Leopoldina, a denominação de "Professora Adelina Lírio".

DECRETO N.º 746 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Nova Venécia, Município de São Mateus, a denominação de "Professora Claudina Barbosa".

DECRETO N.º 747 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Jabaeté, Município de Jabaeté, a denominação de "Padre Antunes Siqueira".

DECRETO N.º 748 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Pequiá, Município de Iúna, a denominação de "Padre Afonso Braz".

DECRETO N.º 749 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Vila Pancas, Município de Colatina, a denominação de "Araribóia".

DECRETO N.º 750 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Parada da Vala, Município de Alegre, a denominação de "João Sarmento".

DECRETO N.º 751 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá às Escolas Reunidas de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim, a denominação de "Professor Domingos Ubaldo".



DECRETO N.º 752 de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá a denominação de "Professor Joaquim Fonseca" ao Grupo Escolar da sede do Município de Conceição da Barra.

DECRETO N.º 753 de 31-1-952 (D. O. de 13-2-952) —

Determina a criação de Parques e Recantos Infantis, integrantes das estruturas pedagógicas subordinadas à Secretaria de Educação e Cultura e dispõe sobre sua organização.

DECRETO N.º 753-A de 31-1-952 (D. O. de 2-2-952) —

Dá a denominação de "Professor Esmerino Gonçalves", às Escolas Reunidas de São Domingos, Município de Colatina.

DECRETO N.º 754 de 31-1-952 (D. O. de 6-2-952) —

Aprova as Tabelas Numéricas de Mensalistas (T. N. M.) dos órgãos da administração estadual.

DECRETO N.º 755 de 6-2-952 (D. O. de 7-2-952) —

Declara de utilidade pública para desapropriação, a fim de ser construído o alargamento da Avenida Vitória, a área retangular situada na margem direita da mesma avenida, no lugar conhecido como "Constantino", "Ilha do Madeira" ou "Ilha da Palha", nesta Capital.

DECRETO N.º 756 de 11-2-952 (D. O. de 12-2-952) —

Dá nova redação ao artigo 33 do Decreto n.º 226 de 18-10-949.

DECRETO N.º 757 de 11-2-952 (D. O. de 12-2-952) —

Lota na Tabela n.º 23 — Gabinete do Secretário e Divisão do Interior e Justiça — os Oficiais Administrativos, classe "H" e "G", respectivamente João Acyr Brandão e Jurema Santos de Souza; na Tabela n.º 38 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da Secretaria da Fazenda, o Escriurário, classe "E", Maria Déa Cabral e na Tabela n.º 51 — Gabinete do Secretário e Diretoria Geral de Administração da Secretaria da Educação e Cultura — o Escriurário, classe "E", Maria José Salles de Sá, a partir de 1. de janeiro do corrente ano.

DECRETO N.º 758 de 12-2-952 (D. O. de 13-2-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, mais uma classe no Grupo Escolar "Professor Joaquim Fonseca", de Conceição da Barra e destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 759 de 12-2-952 (D. O. de 13-2-952) —

Transforma as Escolas de Marilândia, Município de Colatina, em Escolas Reunidas com a denominação de "Professor Ananias Netto".

DECRETO N.º 760 de 19-2-952 (D. O. de 21-2-952) —

Cria o Pôto Fiscal de Argolas, subordinado à Coletoria de Espírito Santo.

DECRETO N.º 761 de 20-2-952 (D. O. de 22-2-952) —

Determina que seja facultativo o "Ponto" para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, nos próximos dias 25 e 26, excetuadas a Recebedoria da Capital e Coletorias quanto ao dia 25, quando funcionarão de 9 às 12 horas.

DECRETO N.º 762 de 23-2-952 (D. O. de 28-2-952) —

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Estado, a área de terreno com 2 206 000 m², atravessada pelo rio Santa Maria, imprescindível ao aproveitamento hidro-elétrico da Cachoeira do Rio Bonito, no Município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 763 de 1-3-952 (D. O. de 2-3-952) —

Aprova o Regimento da Assessoria Técnico-Consultiva.

DECRETO N.º 764 de 3-3-952 (D. O. de 4-3-952) —

Eleva para "VIII" o limite máximo da série funcional de Motorista — Eleva de "VI" para "VII" a referência da função de Radiotelegrafista da Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 376, de 24-5-945 — Institui e inclui na mesma Tabela de Funções Isoladas a função de Radiotelegrafista, ref. "I".

DECRETO N.º 765 de 11-3-952 (D. O. de 12-3-952) —

Dispõe sobre a lotação do Grupo Escolar "Vasco Coutinho", da Cidade do Espírito Santo — Transforma as Escolas Reunidas Auxiliares da "Obra Social São José", desta Capital, em Grupo Escolar Auxiliar e dispõe sobre sua lotação.

DECRETO N.º 766 de 11-3-952 (D. O. de 12-3-952) —

Dispõe sobre a aprovação no Curso Intensivo das Missões Pedagógicas Itinerantes realizado em Vitória, no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro do corrente ano, para os Docentes de Emergência que o frequentaram na conformidade do Decreto n.º 647 de 11-10-951.

DECRETO N.º 767 de 12-3-952 (D. O. de 13-3-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 25 — Assistência Policial da Secretaria do Interior e Justiça — 1 função de Escrivão de Polícia, ref. "II".

DECRETO N.º 768 de 14-3-952 (D. O. de 15-3-952) —

Transforma em Escolas Reunidas, com a denominação de "Padre Luiz da Grã", as escolas singulares de Patrão-Mor, do distrito da sede do Município de Colatina e dispõe sobre sua lotação.

DECRETO N.º 769 de 14-3-952 (D. O. de 15-3-952) —

Transforma em Escolas Reunidas, com a denominação de "Inglês de Souza", as escolas singulares de São Gabriel da Palha, no Município de Colatina, e dispõe sobre sua lotação.

DECRETO N.º 770 de 14-3-952 (D. O. de 15-3-952) —

Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Professora Claudina Barbosa", de Nova Venécia, Município de São Mateus, e dispõe sobre sua lotação.

DECRETO N.º 771 de 14-3-952 (D. O. de 15-3-952) —

Cria as Escolas Reunidas de Aplicação do Curso de Formação de Professores Primários do Colégio Estadual e Escola Normal da Cidade de Colatina e dispõe sobre sua lotação.

DECRETO N.º 772 de 18-3-952 (D. O. de 19-3-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, 1 classe no Grupo Escolar "Padre Anchieta", de Jucutuquara, nesta Capital, destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 773 de 19-3-952 (D. O. de 20-3-952) —

Cria mais 3 classes no Grupo Escolar "Professor Cerqueira Lima", de Jardim América, no Município de Cariacica.

DECRETO N.º 774 de 21-3-952 (D. O. de 22-3-952) —

Cria mais uma classe no Curso Supletivo Noturno do Grupo Escolar "Padre Anchieta", de Jucutuquara, nesta Capital.

DECRETO N.º 775 de 21-3-952 (D. O. de 22-3-952) —

Abre o crédito de Cr\$ 600 000,00, autorizado na Lei n.º 620, de 31-12-951, para pagamento do auxílio à Prefeitura Municipal da Serra, destinada à construção da usina hidro-elétrica para luz e força do Município.

DECRETO N.º 776 de 21-3-952 (D. O. de 23-3-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 100 000,00, autorizado na Lei n.º 391, de 30-12-950, para pagamento do auxílio concedido à Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.

DECRETO N.º 777 de 24-3-952 (D. O. de 25-3-952) —

Dispõe que, de conformidade com o item XIII do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 16 471, de 1-3-947, o Museu Capixaba será dirigido por uma Junta Administrativa composta de 3 membros, indicados pelo Secretário da Educação e Cultura, dentre os seus auxiliares imediatos e nomeados pelo Governador do Estado — Cria, como órgão consultivo da Junta Administrativa, o Conselho Técnico do Museu Capixaba, constituído de 2 representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1 da Academia Espírito-Santense de Letras, 1 da Associação Espírito-Santense de Imprensa, 1 da Comissão Capixaba de Estudos Folclóricos e 3 do magistério primário, secundário e superior — Cria, junto ao Museu Capixaba, e dele dependente, o Museu "Olinto Couto Aguirre".

DECRETO N.º 778 de 24-3-952 (D. O. de 25-3-952) —

Cria e inclui, a partir de 1-1-952, na T. N. M. n.º 55 — Colégio Estadual do Espírito Santo, da Secretaria da Educação e Cultura — 1 função de Auxiliar de Escritório, ref. "III".

DECRETO N.º 779 de 24-3-952 (D. O. de 26-3-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 150 000,00, autorizado na Lei n.º 568, de 21-12-951, para auxílio à construção da sede social do "Siribeira Clube", situado na cidade de Guarapari.

DECRETO N.º 780 de 25-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria, no Município de Fundão, o distrito policial de Biriricas e dá os seus limites.

DECRETO N.º 781 de 26-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em Treviso, distrito de Acioli, Município de Ibirapu.

DECRETO N.º 782 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em São Felipe, Município de Guaçuí.

DECRETO N.º 783 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em Córrego Sabiá, distrito de São Domingos, Município de Colatina.

DECRETO N.º 784 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em Córrego Laranja da Terra, distrito de Laginha, Município de Colatina.

DECRETO N.º 785 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em São Pedro, distrito de Jaciguá, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 786 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria uma Escola Singular em Meia Légua, distrito de Mangari, Município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 787 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Camila Mota", de Alfredo Chaves.

DECRETO N.º 788 de 27-3-952 (D. O. de 28-3-952) —

Aprova o Regulamento Interno do Departamento de Imprensa Oficial.

DECRETO N.º 789 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, mais 1 classe no Grupo Escolar "José Marcelino", de Barra de Itapemirim, Município de Itapemirim e destinada ao ensino do quinto grau.

DECRETO N.º 790 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Cria uma Escola Singular em Safra, distrito da sede, Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 791 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Transforma o Curso Complementar "Jerônimo Monteiro", desta Capital, em classes do Curso Complementar do Grupo Escolar "Maria Ericinia Santos", também desta Capital.

DECRETO N.º 791-A de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria mais 2 classes no Grupo Escolar "José Cupertino", de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 792 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, 1 classe no Grupo Escolar "Irmã Maria Horta", da Praia Comprida, nesta Capital, destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 792-A de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria a Escola Singular de Fazenda do Jaspe, distrito da sede, Município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 793 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Cria mais 2 classes no Grupo Escolar "Gomes Cardim", desta Capital.

DECRETO N.º 793-A de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Boqueirão, distrito de Mangaraí, Município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 794 de 29-3-952 (D. O. de 30-3-952) —

Cria, sob a denominação de Curso Complementar, 1 classe no Grupo Escolar "Alberto de Almeida", de Santo Antônio, nesta Capital, destinada ao ensino primário de quinto grau.

DECRETO N.º 794-A de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Santo Antônio, distrito de Jaciguá, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 795 de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Cabeceiras, no Córrego do Pião, distrito de Alto Rio Novo, Município de Colatina.

DECRETO N.º 796 de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Volta Grande, distrito da sede, no Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 797 de 29-3-952 (D. O. de 4-4-952) —

Cria, junto à Biblioteca Estadual, e dela dependente, a Biblioteca "Olyntho Couto Aguirre", constituída de todos os livros adquiridos do seu patrono, por doação ou compra, pelo Governo do Estado.

DECRETO N.º 798 de 4-4-952 (D. O. de 5-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Córrego de Japira, distrito de São Rafael, Município de Linhares.

DECRETO N.º 799 de 4-4-952 D. O. de 5-4-952) —

Cria uma Escola Singular na Fazenda Nova América, distrito de Boapaba, Município de Colatina.

DECRETO N.º 800 de 4-4-952 (D. O. de 5-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Quilômetro 2, no Município de São Mateus.

DECRETO N.º 801 de 4-4-952 (D. O. de 5-4-952) —

Cria a 2.ª Escola Primária Auxiliar na Loja União e Progresso, em Caratoira, Município da Capital.

DECRETO N.º 802 de 5-4-952 (D. O. de 6-4-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 500 000,00 destinado a atender ao pagamento parcial do auxílio que a Lei n.º 608, de 29-12-951, autoriza a conceder para a conclusão das obras da Catedral de Vitória.

DECRETO N.º 803 de 7-4-952 (D. O. de 8-4-952) —

Transfere a Escola Singular da Fazenda Elídio Bernardo, distrito de Ibitirama, para Córrego do Moinho, distrito da sede, ambos no Município de Alegre.

DECRETO N.º 804 de 7-4-952 (D. O. de 8-4-952) —

Considera facultativo o "Ponto" nas repartições subordinadas ao Poder Executivo, nos dias 10, 11 e 12, funcionando apenas no sábado (dia 12), as repartições fiscais, no horário comum.

DECRETO N.º 805 de 8-4-952 (D. O. de 9-4-952) —

Nomeia a comissão para o levantamento cadastral das propriedades situadas às margens da rodovia "Jones dos Santos Neves", de Vitória a Santa Cruz e de Safra a Cachoeiro de Itapemirim, composta dos funcionários Milton de Castro Mattos, Nilo Nobre e Getúlio Calmon, que deverá concluir o trabalho dentro de 120 dias.

DECRETO N.º 805-A de 8-4-952 (D. O. de 10-4-952) —

Transfere a escola de Fazenda da Penha para a de Ponte Antônia Bento, distrito da sede, ambas no Município de Guaçu.

DECRETO N.º 806 de 8-4-952 (D. O. de 10-4-952) —

Cria mais 2 classes no Grupo Escolar "Professor Nunes", de Baixo Guandu.

DECRETO N.º 807 de 18-4-952 (D. O. de 19-4-952) —

Cria a 2.ª escola de São Roque, distrito de São João de Petrópolis, Município de Santa Teresa.

DECRETO N.º 808 de 18-4-952 (D. O. de 19-4-952) —

Transfere a escola de Alto Mutum, distrito de Vinte e Cinco de Julho, para São Sebastião do Rio Perdido, distrito de Alto Santa Júlia, ambas no Município de Santa Teresa.

DECRETO N.º 809 de 19-4-952 (D. O. de 23-4-952) —

Abre o crédito de Cr\$ 2 400 000,00, autorizado na Lei n.º 605 de 29-12-951, sendo Cr\$ 1 500 000,00 para aquisição do terreno, móveis e equipamentos, edificações em que tem funcionado o estabelecimento particular "Conde de Linhares", em Colatina, e Cr\$ 900 000,00 para atender às despesas com as obras de adaptação e às de manutenção, inclusive pessoal e material, além de despesas diversas do Colégio Estadual e Escola Normal Conde de Linhares, no corrente exercício.

DECRETO N.º 810 de 22-4-952 (D. O. de 23-4-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 26 — Instituto de Identificação e Técnica Policial da Secretaria do Interior e Justiça — uma função de Contínuo, ref. "IV".

DECRETO N.º 811 de 23-4-952 (D. O. de 24-4-952) —

Suprime a Escola Singular de Minerva, no Município de Castelo.

DECRETO N.º 812 de 23-4-952 (D. O. de 24-4-952) —

Transfere a classe do Curso Noturno Supletivo, anexo ao Grupo Escolar "Quintiliano de Azevedo", para o Grupo Escolar "Bernardino Monteiro", ambos de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 813 de 23-4-952 (D. O. de 24-4-952) —

Transfere a classe do Curso Noturno Supletivo, anexo ao Grupo Escolar "Graça Guárdia", para o Grupo Escolar "Bernardino Monteiro", ambos de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 814 de 23-4-952 (D. O. de 24-4-952) —

Extingue a Escola Primária Auxiliar do Pró-Juvenato "São Francisco Xavier", de Iabel, distrito do mesmo nome, Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 815 de 25-4-952 (D. O. de 26-4-952) —

Cria uma Escola Singular em Laginha, distrito da sede do Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 816 de 25-4-952 (D. O. de 26-4-952) —

Cria a Escola de Araraí, distrito do mesmo nome, Município de Alegre.

DECRETO N.º 817 de 25-4-952 (D. O. de 26-4-952) —

Cria uma Escola Singular nos seguintes lugares do Município de Colatina: Penha do Barra Sêca, Pedra do Trinta, Braço do Sul, no distrito de Alto Rio Novo, e Montes Claros, distrito de Pancas.

DECRETO N.º 818 de 25-4-952 (D. O. de 26-4-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Negro, distrito de São Domingos, Município de Colatina, para Barra do Braço Sul, no mesmo Município.

DECRETO N.º 819 de 25-4-952 (D. O. de 26-4-952) —

Cria duas classes no Grupo Escolar "Marcondes de Souza", de Muqui, sendo uma no curso diurno e outra no curso Supletivo noturno.

DECRETO N.º 820 de 26-4-952 (D. O. de 27-4-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 25 — Assistência Policial da Secretaria do Interior e Justiça — 1 função de Assistente, ref. "XI".

DECRETO N.º 821 de 28-4-952 (D. O. de 29-4-952) —

Cria 2 classes no Grupo Escolar "Professor João Loyola", da Serra.

DECRETO N.º 822 de 28-4-952 (D. O. de 29-4-952) —

Cria a Escola Singular da Fazenda do Sertão Velho, em Duas Bocas, no distrito da sede do Município de Cariacica.

DECRETO N.º 823 de 28-4-952 (D. O. de 29-4-952) —

Cria a Escola Singular de Afluentes do Córrego Sete de Setembro, distrito de Alto Rio Novo, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 824 de 28-4-952 (D. O. de 29-4-952) —

Extingue a Escola de Fonte Limpa, distrito de Carapina, Município da Serra.

DECRETO N.º 825 de 28-4-952 (D. O. de 29-4-952) —

Extingue a Escola de Ponte do Palmito, do distrito da sede do Município de Alegre.

DECRETO N.º 826 de 28-4-952 (D. O. de 30-4-952) —

Cria no Município de Colatina o distrito policial de Vila Verde, e dá os seus limites.

DECRETO N.º 827 de 30-4-952 (D. O. de 1-5-952) —

Cria uma Escola Singular em Alto Cantagalo, distrito de Burarama, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 828 de 30-4-952 (D. O. de 1-5-952) —

Cria mais uma Escola em Piúma, no Município de Iconha.

DECRETO N.º 829 de 30-4-952 (D. O. de 1-5-952) —

Transforma as Escolas Singulares de Piúma, Município de Iconha, em Escolas Reunidas, com a denominação de "Professora Filomena Quitiba".

DECRETO N.º 830 de 30-4-952 (D. O. de 1-5-952) —

Extingue as Escolas da Fazenda Bragato e de Monte Sêco, no Município de Ibirapu.

DECRETO N.º 831 de 7-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Cria a Escola de Cachoeira Alta — Usina Fruteiras — Município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Conduru.

DECRETO N.º 832 de 7-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Barão de Monjardim", Município de Ibirapu, distrito de João Neiva.

DECRETO N.º 833 de 6-5-952 (D. O. de 8-5-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 100 000,00 autorizado na Lei n.º 578, de 26-12-951, para atender ao prêmio concedido ao pintor espírito-santense Levino Fânzeres, pelo trabalho que vem realizando em cinquenta anos de atividade intensa pelo desenvolvimento e perfeição da arte da pintura no Brasil.

DECRETO N.º 834 de 8-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Torna sem efeito o decreto n.º 815, de 25-4-952, que criou uma Escola Singular em Laginha, no distrito da sede do Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 835 de 7-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Cria uma Escola Singular em Córrego de Laginha, distrito de Itaimbé, no Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 836 de 8-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Ofélia Escobar", de Aribiri, no Município do Espírito Santo.

DECRETO N.º 837 de 8-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Barão de Monjardim", no Município de Ibirapu, distrito de João Neiva.

DECRETO N.º 838 de 8-5-952 (D. O. de 9-5-952) —

Transfere a Escola de Fazenda Cobiça para a Fazenda Andrônico Poligário, no distrito de Conceição do Muqui, Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 839 de 9-5-952 (D. O. de 11-5-952) —

Arbitra em: Cr\$ 400,00, a partir de fevereiro último, a gratificação a ser paga ao Secretário da Junta de Recursos Fiscais, instituída pela Lei n.º 612, de 31-12-951.

DECRETO N.º 840 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria uma Escola Singular em Itaóca, distrito da sede, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 841 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Stélida Dias", de Campo Grande, distrito de Itaquari, Município de Cariacica.

DECRETO N.º 842 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 60 — Escola Politécnica do Espírito Santo — 1 função de Contínuo, ref. "I".

DECRETO N.º 843 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria a Escola Singular de Baixo Sossêgo, distrito de Itarana, Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 844 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria uma Escola Singular na Fazenda Ernesto Raposo, distrito de Alto Calçado, Município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 845 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria uma Escola Singular na Fazenda Paraíso, distrito da sede, Município de Alegre.

DECRETO N.º 846 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria uma Escola Singular em Picuam, distrito da sede, Município de Araçuz.

DECRETO N.º 847 de 12-5-952 (D. O. de 13-5-952) —

Cria as Escolas Singulares de Limão, Duas Barras, no distrito de Barra de Itabapoama; Amaral, Independência, Pesqueiro, Desengano e Jacarandá, no distrito da sede, todas no Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 847-A de 13-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Institui, sob a denominação de "Prêmio Cassiano Castelo", um prêmio de Cr\$ 500,00 que será conferido aos sentenciados internos na Penitenciária de Pedra d'Água, que durante o ano tiverem tido exemplar comportamento e obtido o primeiro lugar na produção profissional a que se dedicar.

DECRETO N.º 848 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Transfere a Escola de Paineiras para Tabocas, distrito da sede, ambas no Município de Muqui.

DECRETO N.º 849 de 14-5-952 (D. O. de 14-5-952) —

Cria mais 1 classe no Grupo Escolar "Stélida Dias", de Campo Grande, no Município de Cariacica.

DECRETO N.º 850 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Cria mais 2 classes no Grupo Escolar "Nestor Gomes", de Castelo.

DECRETO N.º 851 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Cria mais uma Escola Singular em Anutiba, no Município de Alegre.

DECRETO N.º 852 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Transforma as Escolas Singulares de Anutiba, no Município de Alegre, em Escolas Reunidas.

DECRETO N.º 853 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Transfere a Escola de Córrego d'Anta para Goiabeiras, distrito de Paraju, e a de Pedra Branca para Nossa Senhora do Carmo, distrito de Aracê, tôdas no Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 854 de 14-5-952 (D. O. de 16-5-952) —

Suprime a Escola Singular de Serrote, distrito de Marapé, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 855 de 16-5-952 (D. O. de 18-5-952) —

Aprova o Regulamento da XI Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 856 de 16-5-952 (D. O. de 18-5-952) —

Transfere, a partir de 18-4-952, da T. N. M. n.º 29 — Departamento de Imprensa Oficial, da Secretaria do Interior e Justiça — para a de n.º 22 — Rádio Espírito Santo, da Secretaria do Governo, 1 função de Redator, ref. "VI", continuando a mesma função a ser preenchida pelo atual ocupante Elcio Alvares.

DECRETO N.º 857 de 16-5-952 (D. O. de 17-5-952) —

Transfere a 2.ª Escola da Fazenda Castelo para Caloba, ambas no distrito de Djalma Coutinho, Município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 858 de 16-5-952 (D. O. de 17-5-952) —

Transfere a Escola de Fazenda Itabapoana para a Fazenda Barro Branco, Município de Guaçu, ambas localizadas no distrito da sede.

DECRETO N.º 859 de 16-5-952 (D. O. de 17-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Professor Augusto Luciano", de Cariacica.

DECRETO N.º 860 de 16-5-952 (D. O. de 17-5-952) —

Cria a 2.ª Escola de Encuso, distrito de Djalma Coutinho, Município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 861 de 16-5-952 (D. O. de 17-5-952) —

Cria na T. N. M. n.º 57 — "Escola Normal Pedro II", uma função de Inspetor de Alunos, ref. "II".

DECRETO N.º 862 de 16-5-952 (D. O. de 18-5-952) —

Cria a Escola de Córrego das Três Pontes, distrito de Pequiá, no Município de Iúna.

DECRETO N.º 863 de 17-5-952 (D. O. de 18-5-952) —

Cria a Escola de Fazenda Lopes, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito da sede.

DECRETO N.º 864 de 17-5-952 (D. O. de 18-5-952) —

Cede à firma Buaiz S. A. — Indústria e Comércio, uma área com 1 465,50 m2, dando os seus limites, com a obrigação da citada firma instalar no terreno um moinho com a capacidade de produção diária igual ou superior a 50 toneladas de farinha de trigo e seus derivados. — Dispõe, ainda, sobre outras diversas obrigações de contrato.

DECRETO N.º 865 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Cria a Escola Singular de Fazenda Segunda, distrito da sede, Município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 866 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Dá o nome de "Professora Ana Monteiro Paiva", às Escolas Reunidas de Anutiba, Município de Alegre.

DECRETO N.º 867 de 19-5-952 (D. O. de 20-5-952) —

Suprime na T. N. M. n.º 6 — Ministério Público — 1 função de Auxiliar de Escritório, ref. "IV" — Cria e inclui na mesma T. N. M. 1 função de Auxiliar de Escritório, ref. "V".

DECRETO N.º 868 de 21-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Suprime a 2.ª Escola Singular de Laranjal, distrito de Itaimbé, Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 869 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Cria a Escola Singular de Taquaruçu de Aguiá Branca, distrito de Aguiá Branca, Município de Colatina.

DECRETO N.º 870 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Transfere a 2.ª Escola de Capivara para a 2.ª de Barbados, ambas no distrito da sede, Município de Colatina.

DECRETO N.º 871 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Coronel Gomes de Oliveira", de Anchieta.

DECRETO N.º 872 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Cria a Escola Singular de Córrego Paixão, distrito da sede, Município de Colatina.

DECRETO N.º 873 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Retifica o nome da Escola "Córrego da Divisa", no distrito de Alto Rio Novo, Município de Colatina, para Córrego do Divino.

DECRETO N.º 874 de 19-5-952 (D. O. de 22-5-952) —

Retifica o nome da Escola Primária Auxiliar "Loja União e Progresso", de Caratoira, nesta Capital, para "Amenophis de Assis".

DECRETO N.º 875 de 27-5-952 (D. O. de 28-5-952) —

Transfere a Escola de Fruteira de Baixo para São Miguel, ambas no distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 876 de 27-5-952 (D. O. de 28-5-952) —

Transfere, a partir de 1.º de abril p/p da T. N. M. n.º 12 — Divisão Técnica do Departamento Estadual de Saúde — para a de n.º 18 — Serviços Distritais do mesmo Departamento — uma função de Assistente de Administração, ref. "VIII", continuando a ser preenchida pelo atual ocupante Maria Auxiliadora do Amaral.

DECRETO N.º 876-A de 27-5-952 (D. O. de 29-5-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 5 — Departamento do Serviço Público — 4 funções de Auxiliar de Escritório, ref. "III".

DECRETO N.º 877 de 28-5-952 (D. O. de 30-5-952) —

Extingue a classe do Curso Complementar do Grupo Escolar "Guilherme Batista", distrito de Acioli, Município de Ibirapu.

DECRETO N.º 878 de 28-5-952 (D. O. de 30-5-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Manoel Franco", de São José do Calçado.

DECRETO N.º 879 de 28-5-952 (D. O. de 30-5-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 57 — Escola Normal "Pedro II" — uma função de Assistente de Administração, ref. "V".

DECRETO N.º 880 de 29-5-952 (D. O. de 30-5-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 55 — Colégio Estadual do Espírito Santo — uma função de Inspetor de Alunos, ref. "II".

DECRETO N.º 881 de 3-6-952 (D. O. de 4-6-952) —

Concede à firma Luiz Toniato, estabelecida no lugar denominado Sossêgo, distrito de Itarana, Município de Itaguaçu, neste Estado, isenção de impostos estaduais pelo prazo de 5 anos, para fabricação de charque, na forma do disposto no art.º 1.º da Lei n.º 67, de 31-12-947, revigorada pela Lei n.º 407 de 30-12-950.

DECRETO N.º 882 de 4-6-952 (D. O. de 5-6-952) —

Cria a 2.ª Escola de Boapaba, distrito do mesmo nome, Município de Colatina.

DECRETO N.º 883 de 4-6-952 (D. O. de 5-6-952) —

Cria uma Escola Singular na Fazenda Lopes, distrito da sede, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 884 de 4-6-952 (D. O. de 5-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Chave do Sátiro, distrito de Camará, Município de Muqui, para Camará, no mesmo distrito e Município, onde funcionará como 2.ª Escola Singular.

DECRETO N.º 885 de 6-6-952 (D. O. de 7-6-952) —

Suprime na Tabela n.º 4 — P. S. do Q. Único do Estado — o cargo de Assistente Técnico, padrão "O", vago em virtude da aposentadoria de Ciro Vieira da Cunha.

DECRETO N.º 886 de 6-6-952 (D. O. de 7-6-952) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Ibitirama, Município de Alegre.

DECRETO N.º 887 de 6-6-952 (D. O. de 7-6-952) —

Cria 2.ª Escola Singular de Patrimônio, distrito de Aracuí, Município de Castelo.

DECRETO N.º 888 de 6-6-952 (D. O. de 7-6-952) —

Cria a Escola Singular de Itabira, distrito da sede, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 889 de 6-6-952 (D. O. de 7-6-952) —

Institui e inclui na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24-5-45, a função de Artífice, ref. "VIII" — Cria e inclui uma função de Artífice, ref. "VIII", na T. N. M. n.º 51 — Gabinete do Secretário e Diretoria Geral de Administração da Secretaria da Educação e Cultura — a ser extinta na vacância.

DECRETO N.º 890 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Torna sem efeito o Decreto n.º 883, de 4 do corrente mês, que criou uma Escola Singular na Fazenda Lopes, no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 891 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Vargem Grande, para Pratinhas, ambas no distrito de Imbuí, Município de Guaçuí.

DECRETO N.º 892 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Transforma as Escolas Reunidas, "Professora Inah Werneck", de Aquidabã, em Cachoeiro de Itapemirim, em Grupo Escolar, com 8 classes.

DECRETO N.º 893 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Transforma em classes do Grupo Escolar "Professora Inah Werneck", de Aquidabã, as Escolas de Serraria, em Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 894 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria uma Escola Singular em Monte Senir, Cabeceira de Santo Antônio, no distrito da sede, no Município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 895 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria a Escola Singular de Penha, distrito de Barra de Itabapoama, no Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 896 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria a 3.ª Escola Singular de Cedrolândia, no distrito de Nova Venécia, no Município de São Mateus.

DECRETO N.º 897 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria uma Escola Singular em Boa Vista, distrito de Piaçu, Município de Muniz Freire.

DECRETO N.º 898 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Quartéis para Itaipava, onde passará a ser a 2.ª da localidade, ambas no distrito da sede, Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 899 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria a Escola Singular de Coroa da Onça, distrito da sede, Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 900 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Alto, distrito de Vargem Alta, para Santo Alfeu, passando a ser a 3.ª Escola Singular dessa localidade, distrito de Conduru, ambas no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 901 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria a 2.ª Escola Singular de São Sebastião do Bananal, distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 902 de 11-6-952 (D. O. de 12-6-952) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Santo Antônio do Bananal, distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 903 de 14-6-952 (D. O. de 15-6-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 1 800 000,00, autorizado na Lei n.º 593, de 28-12-51, para cobertura dos "deficits" entre a Receita e a Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, do Serviço de Pronto Socorro e da Obra Social Santa Luíza, no período de julho de 1951 a dezembro do corrente ano.

DECRETO N.º 904 de 16-6-952 (D. O. de 17-6-952) —

Suprime uma função de Assistente de Administração, ref. "V", na T. N. M. n.º 9 — Departamento Estadual de Estatística — Institui, na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24-5-945, a função de Operador Mutilith, ref. "VIII" — Cria e inclui na T. N. M. n.º 9 — Departamento Estadual de Estatística — uma função a que se refere o artigo anterior com a respectiva referência.

DECRETO N.º 905 de 17-6-952 (D. O. de 18-6-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 109 200,00, para atender ao pagamento da diferença de vencimentos de 20 Primeiros Sargentos Músicos da Polícia Militar do Estado, no período de 1 946 a 1950, conforme autorização da Lei n.º 524, de 13-9-951.

DECRETO N.º 906 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Limo Verde para a Fazenda Aparecida, distrito de Imbuí, onde será a 2.ª dêsse nome, ambas no Município de Guaçuí.

DECRETO N.º 907 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Extingue a Escola Singular de São Roque, no distrito da sede do Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 908 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Cria a Escola Singular de Guaxuma, distrito e Município de Iconha.

DECRETO N.º 909 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Cria uma classe no Grupo Escolar "Graça Guárdia", de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 910 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Cria a 3.ª Escola Singular de Itaçu, distrito do mesmo nome, no Município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 911 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Cria uma Escola Singular em Alto São Rafael, distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 912 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Cria uma Escola Singular em Regência Augusta, no distrito da sede do Município de Linhares.

DECRETO N.º 913 de 18-6-952 (D. O. de 19-6-952) —

Suprime na T. N. M. — Direção do Departamento Estadual de Saúde — uma função de Assistente de Administração, ref. "IX" — Cria e inclui na mesma T. N. M. uma função de Assistente de Administração, ref. "VI".

DECRETO N.º 914 de 19-6-952 (D. O. de 20-6-952) —

Dá nova redação aos artigos 45, 54 e 57 do Regulamento da IX Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 915 de 19-6-952 (D. O. de 21-6-952) —

Dispõe sobre o censo dos Servidores Públicos do Estado, ativos e inativos, ficando incumbido de sua execução o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro.

DECRETO N.º 916 de 20-6-952 (D. O. de 21-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Pedra da Menina, distrito da sede, para a de Córrego do Pati, no mesmo distrito, ambas no Município de Guaçuí.

DECRETO N.º 917 de 20-6-952 (D. O. de 21-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda da Serra, distrito de Rive, para Serra Grande, no mesmo distrito, no Município de Alegre.

DECRETO N.º 918 de 20-6-952 (D. O. de 21-6-952) —

Retifica para 1 733,9 m2, respectivamente, as áreas dos terrenos mencionados nos artigos 1.º e 3.º do Decreto n.º 864, de 17-5-952, cedidas a Buaiz S. A. Indústria e Comércio, para instalação do moinho de trigo e seus derivados e construção de silos.

DECRETO N.º 919 de 26-6-952 (D. O. de 27-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Alto Jucu para São Rafael, ambas no Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 920 de 26-6-952 (D. O. de 27-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Cabeceiras do Ribeirão Capixaba para Córrego São Bento, ambas no Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 921 de 26-6-952 (D. O. de 27-6-952) —

Transfere a Escola Singular de Melgacinho para Melgaço, ambas no Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 922 de 26-6-952 (D. O. de 27-6-952) —

Cria a Escola Singular de Córrego do Veado, distrito de Marapé, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 923 de 27-6-952 (D. O. de 28-6-952) —

Suprime na Tabela 3 da P. S. do Q. U. do Estado, 1 cargo de Carcereiro, classe "D", vago em virtude da aposentadoria de Sátiro Nascimento.

DECRETO N.º 924 de 30-6-952 (D. O. de 1-7-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 30 000,00, autorizado na Lei n.º 571, de 21-12-951, para pagamento do auxílio concedido à comissão encarregada da construção do monumento do ex-Presidente do Estado, Coronel Nestor Gomes.

DECRETO N.º 925 de 1-7-952 (D. O. de 2-7-952) —

Torna sem efeito o decreto que transferiu a Escola Singular de Fazenda Cobiça, distrito da sede, para a Fazenda Andrônico Polegário, distrito de Conceição do Muqui, ambas no Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 926 de 1-7-952 (D. O. de 2-7-952) —

Transfere a 3.ª Escola Singular de Araguaia para Alto Santa Maria, ambas do distrito de Araguaia e Município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 927 de 1-7-952 (D. O. de 2-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Baixo de Água Quente, distrito da sede, para Rio Novo de Matilde, distrito de Matilde, ambas no Município de Alfredo Chaves.

DECRETO N.º 928 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Cria a Escola Singular de Baixo Quartel, distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 929 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Pau Grosso para Canivete, ambas no distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 930 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Sapucaia para a 2.ª de Rio das Palmas, ambas no distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 931 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Lagoa Monsarás para São João da Boa Vista, ambas no distrito de Regência, Município de Linhares.

DECRETO N.º 932 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Sapucaia para Córrego do Óleo, ambas no Município de Linhares e distrito da sede.

DECRETO N.º 933 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Desengano, distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 934 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Cria a Escola Singular de Córrego São José, no distrito da sede, Município de Linhares.

DECRETO N.º 935 de 2-7-952 (D. O. de 3-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Regência para São Cristovão, a primeira no distrito de Regência e a segunda no distrito da sede, ambas no Município de Linhares.

DECRETO N.º 936 de 3-7-952 (D. O. de 4-7-952) —

Suprime na Tabela n.º 1 da P. S. do Q. U. do Estado, o Cargo de Agrimensor, padrão "D" — Suprime na Tabela n.º 2 da P. S. do Q. U. do Estado, os cargos seguintes: 1 de Auxiliar de Ensino, padrão "D"; 1 de Encarregado de Transporte, padrão "C"; 1 de Fiscal, padrão "C" e 1 de Mestre de Lancha, padrão "E" — Suprime na Tabela n.º 3 da P. S. do Q. U. do Estado, os cargos: 1 de Almojarife Auxiliar, classe "D"; 2 de Carcereiro, classe "A"; 1 de Coletor, classe "D"; 2 de Contínuo, classe "A"; 11 de Contínuo, classe "B"; 1 de Desenhista, classe "I"; 2 de Escrivão de Polícia, classe "A"; 2 de Escrivão de Polícia, classe "B"; 1 de Fiscal de Rendas, classe "C"; 1 de Inspetor de Alunos, classe "C"; 9 de Inspetor de Trânsito, classe "C"; 1 de Investigador, classe "D"; 1 de Médico Leprologista, classe "H"; 18 de Professor de Concurso, classe "B" e 3 de Técnico Rural, classe "F" — Suprime na Tabela n.º 4, da P. S. do Q. U. do Estado, 1 cargo de Chefe de Escritório, padrão "K".

DECRETO N.º 937 de 3-7-952 (D. O. de 4-7-952) —

Suprime na Tabela n.º 1 da P. P. do Q. U. do Estado, dois cargos de Inspetor Regional do Ensino, padrão "M", vagos em virtude da exoneração de João Batista Miranda do Amaral e da aposentadoria de José Elias de Queiroz.

DECRETO N.º 938 de 4-7-952 (D. O. de 5-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Pasqueiro, distrito da sede, no Município de Itapemirim, para Lagoa Danta, no mesmo distrito e município.

DECRETO N.º 939 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Inclui na relação de escolas e classes mantidas pelo Estado, baixada com o Decreto número 648, de 11-10-951, diversas escolas e as relaciona.

DECRETO N.º 940 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Extingue a Escola Singular de Jaburuna, no Município do Espírito Santo.

DECRETO N.º 941 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Cria a Escola Singular de Café, distrito do mesmo nome, Município de Alegre.

DECRETO N.º 942 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Transfere a Escola Singular de São José para São Vicente, ambas no distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 943 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Santana, distrito de Jaciguá, Município de Cachoeiro de Itapemirim, para Monte Verde, distrito de Conduru, no mesmo Município.

DECRETO N.º 944 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Barra do Pancas, distrito da sede, para Água Limpa, distrito de Alto Rio Novo, ambas no Município de Colatina.

DECRETO N.º 945 de 7-7-952 (D. O. de 8-7-952) —

Cria na comarca de Barra de São Francisco, elevada à categoria de 3.ª Entrância pela Lei n.º 472, de 8-3-951, o cartório do 3.º Ofício e dá as serventias dos 3 cartórios da Comarca.

DECRETO N.º 946 de 11-7-952 (D. O. de 12-7-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 20 000,00, autorizado no artigo 15.º, Lei n.º 606, de 29-12-951, para o atendimento de despesas referentes à instalação da Divisão do Patrimônio da Secretaria da Fazenda, criada pelo mencionado diploma legal.

DECRETO N.º 947 de 15-7-952 (D. O. de 16-7-952) —

Retifica o artigo 2.º do Decreto n.º 945, de 7 do corrente, dando-lhe nova redação.

DECRETO N.º 948 de 16-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 25 — Assistência Policial da Secretaria do Interior e Justiça — 1 função de Carcereiro, ref. "I".

DECRETO N.º 949 de 18-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Cria 1 classe no Grupo Escolar "Eliça Paiva", distrito de Conceição do Castelo, Município de Castelo.

DECRETO N.º 950 de 18-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Cria mais uma classe no Grupo Escolar "Maria Ericínia Santos", no morro Santa Clara, na Capital.

DECRETO N.º 951 de 21-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Cria a Escola Singular de Gironda, distrito da sede, Município de Muqui.

DECRETO N.º 952 de 21-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Transfere a Escola Singular de São Carlos para 2.ª de Vargem Alegre, distrito de São Pedro de Itabapoana, Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 953 de 21-7-952 (D. O. de 22-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Jacutinga, distrito de Alto Santa Maria para Cabeceira do Santa Lúcia, distrito da sede, Município de Santa Teresa.

DECRETO N.º 954 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Cria uma Escola Singular em Cachoeirinha de Estrêla do Norte, distrito de Aracuí, Município de Castelo.

DECRETO N.º 955 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Cria uma Escola Singular em Santa Cruz, distrito de Irupi, Município de Iúna.

DECRETO N.º 956 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Cria uma Escola Singular em Fazenda da Ponte, distrito da sede, Município de Iúna.

DECRETO N.º 957 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Cria uma Escola Singular em Boa Vista, distrito da sede, Município de Iúna.

DECRETO N.º 958 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Barra Sêca Alta, distrito da sede, Município de São Mateus, para Quilômetro 18, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 959 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Campo Grande Nativo, distrito da sede, Município de São Mateus, para Córrego Grande, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 960 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Fortaleza Daim, distrito da sede, Município de São Mateus, para Santo Antônio da Beira Rio, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 961 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Barro Novo, distrito da sede, Município de São Mateus, para Córrego do Cedro, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 962 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego da Paixão, distrito de Alto Rio Novo, Município de Colatina, para Água Limpa, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 963 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Espírito Santo para Alto Crissiuma, distrito de Ibatiba, Município de Iúna.

DECRETO N.º 964 de 22-7-952 (D. O. de 23-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Perdido para Cabeceira do Perdido, distrito de Ibatiba, Município de Iúna.

DECRETO N.º 965 de 22-7-952 (D.O. de 23-7-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 200 000,00, que será dividido em partes iguais ao Clube de Natação e Regatas "Álvares Cabral" e Clube de Regatas "Saldanha da Gama", para atender às despesas comemorativas da passagem do 50.º aniversário de sua fundação, autorizado na Lei n.º 634, de 15-7-952.

DECRETO N.º 966 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Eleva as Escolas Reunidas "Professor Augusto Carvalho", de Itacibá, Município de Cariacica, à categoria de Grupo Escolar.

DECRETO N.º 967 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Cria mais uma classe nas Escolas Reunidas "Professor Augusto Carvalho", de Itacibá, Município de Cariacica.

DECRETO N.º 968 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Cria a 4.ª Escola do distrito de Pontões, Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 969 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Cria a Escola Singular de Cafundó, distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 970 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Cria a Escola Singular de Valão de Areia, no distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 971 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Barba do Rio da Cobra, distrito de Pontões, Município de Afonso Cláudio, para Pontões, no mesmo distrito e Município, onde funcionará como 3.ª escola.

DECRETO N.º 972 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular do Sítio Marcílio José Araújo para funcionar como a 1.ª Escola Singular de São Luiz da Boa Sorte, distrito de Pontões, sendo ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 973 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular da Fazenda Felipe Inácio Silva para funcionar como a 2.ª Escola Singular de São Luiz da Boa Sorte, distrito de Pontões, sendo ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 974 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Sítio Basílio Rodrigues para a Fazenda Carlos Hacbart, distrito de Serra Pelada, sendo ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 975 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Ribeirão Fundo, distrito de Calogi, para Duas Bocas, distrito da sede, sendo ambas as localidades no Município da Serra.

DECRETO N.º 976 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Boa Vista para Córrego da Tábua, distrito de São João de Laranja da Terra, sendo ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 977 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Regula a concessão de bolsas de estudo do ensino superior agrônomo e médico veterinário.

DECRETO N.º 978 de 23-7-952 (D. O. de 24-7-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 59 — Escola de Belas Artes do Espírito Santo — uma função de Contínuo, ref. "T".

DECRETO N.º 979 de 24-7-952 (D. O. de 25-7-952) —

Restabelece as Escolas Reunidas "José Giestas", distrito de Pontões, Município de Afonso Cláudio, para as quais ficam transferidas as quatro escolas singulares da mesma localidade.

DECRETO N.º 980 de 25-7-952 (D. O. de 26-7-952) —

Transfere da T. N. M. n.º 74, da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização (Gabinete do Secretário e Serviço de Administração) para a T. N. M. n.º 8, da Secretaria do Governo, 1 função de Contínuo, ref. "IV", removendo o seu ocupante Benedito Barcelos.

DECRETO N.º 981 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Torna sem efeito o Decreto n.º 944, de 7 do corrente, que transferiu a Escola Singular de Barra do Pancas, distrito da sede, para Água Limpa, distrito de Alto Rio Novo, sendo ambas as localidades no Município de Colatina.

DECRETO N.º 982 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Cria a 3.ª Escola Singular de Itaici, distrito do mesmo nome, Município de Muniz Freire.

DECRETO N.º 983 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Cria a Escola Singular de Alegria, de São José, distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 984 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Cria a Escola Singular de Concórdia, distrito da sede, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 985 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Cobiça para Fazenda da Barra, distrito de São Pedro de Itabapoana, sendo ambas as localidades no Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 986 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Sossêgo, distrito da Ponte de Itabapoana, para Iuru, distrito do mesmo nome, onde funcionará como 2.ª Escola Singular, sendo ambas as localidades no Município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 987 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Transfere as 3 Escolas Singulares de Itacibá para o Grupo Escolar "Professor Augusto Carvalho", na mesma localidade, Município de Cariacica, o qual passa a ter a lotação de 8 classes.

DECRETO N.º 988 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Boa Vista para Boa Esperança, sendo ambas as localidades no distrito de Piaçu, Município de Muniz Freire.

DECRETO N.º 989 de 29-7-952 (D. O. de 30-7-952) —

Transfere a Escola Singular de Retiro para São Vitório, distrito da sede, sendo ambas as localidades no Município de Castelo.

DECRETO N.º 990 de 1-8-952 (D. O. de 2-8-952) —

Concede à firma Francisco N. Cypreste, estabelecida em Domingos Martins, neste Estado, isenção de impostos estaduais exclusive taxas, pelo prazo de 5 anos, para fabricação de vinho de uva, na forma do disposto no art.º 1.º da Lei n.º 67, de 31-12-947, revigorada pelo Lei n.º 407 de 30-12-950.

DECRETO N.º 991 de 1-8-952 (D. O. de 2-8-952) —

Cria mais 2 classes no Grupo Escolar "Gomes Cardim", desta Capital.

DECRETO N.º 992 de 2-8-952 (D. O. de 3-8-952) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Pombal para Mangueira, sendo ambas as localidades no Município de Cachoeiro de Itapemirim e a última no distrito de Pacotuba.

DECRETO N.º 993 de 2-8-952 (D. O. de 3-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Boa Vista para Boa Esperança, sendo ambas as localidades no distrito de Piacu e Município de Muniz Freire.

DECRETO N.º 994 de 6-8-952 (D. O. de 9-8-952) —

Transfere a Escola Singular de São Paulo para São João do Paraíso, sendo ambas as localidades no Município de Itapemirim.

DECRETO N.º 995 de 6-8-952 (D. O. de 9-8-952) —

Retifica o nome da Escola Singular de Córrego de Ouro de Vila Pancas para declarar que seu nome é Córrego do Ouro de Novo Brasil, ambas as localidades no Município de Colatina e a última no distrito da sede.

DECRETO N.º 996 de 6-8-952 (D. O. de 9-8-952) —

Cria a Escola Singular de Santa Rosa da Cachoeirinha, distrito de Nova Venécia, Município de São Mateus.

DECRETO N.º 997 de 6-8-952 (D. O. de 9-8-952) —

Transfere a sede da Escola Singular de Mata Fria, no Município de Castelo, para a 2.ª de Córrego da Areia, no distrito da sede do mesmo Município.

DECRETO N.º 998 de 6-8-952 (D. O. de 9-8-952) —

Mantém a Escola Primária Auxiliar da Colônia de Itanhenga, no Município de Cariacica.

DECRETO N.º 999 de 11-8-952 (D. O. de 12-8-952) —

Suprime na Tabela n.º 1 — P. P. do Q. U. do Estado — o cargo de Inspetor Regional de Ensino, padrão "M", vago em virtude da aposentadoria de Olímpio Viana — Suprime na Tabela n.º 3 — P. S. do Q. U. do Estado — 1 cargo de Diretor de Grupo Escolar, classe "I", vago em virtude

da aposentadoria de Perpétua Almeida da Rocha Dias e 2 cargos de Inspetor de Trânsito, classe "C", vagos em virtude das aposentadorias de Brasiliano Alves Azevedo e Isac Bernardo Cordeiro.

DECRETO N.º 999-A de 14-8-952 (D. O. de 6-9-952) —

Extingue na Tabela n.º 3 da P. S. do Q. U. do Estado, um cargo de Motorista, classe "H", vago em virtude da aposentadoria de Pedrolino Nascimento.

DECRETO N.º 999-B de 14-8-952 (D. O. de 6-9-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 18 Serviços Distritais do D. E. S. — uma função de Motorista, ref. "V".

DECRETO N.º 999-C de 14-8-952 (D. O. de 6-9-952) —

Transforma uma função de Mensageiro, ref. "II", em Contínuo, ref. "II", da T. N. M. n.º 5, do D. S. P.

DECRETO N.º 1 000 de 12-8-952 (D. O. de 14-8-952) —

Considera facultativo o "Ponto" no dia 15 do corrente, dia consagrado à Assunção de Nossa Senhora, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 000-A de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Retifica a denominação das 1.ª e 2.ª escolas de Quinze de Novembro e a do Patrimônio Governador Lindenberg para 1.ª e 2.ª e 3.ª Escolas Singulares de Governador Lindenberg, Município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 001 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Floresta para Barra do Rio Bonito, sendo ambas as localidades no Município de Colatina, e a última no distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 002 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Jundiá para a Fazenda de Nova Olinda, sendo ambas as localidades no Município de Conceição da Barra e no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 003 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Benedito Araújo para Córrego Branco, sendo ambas as localidades no Município de Barra de São Francisco e a última no distrito de Ametista.

DECRETO N.º 1 004 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Raimundo Geraldo para a 2.ª de Limeira, sendo ambas as localidades no Município de Barra de São Francisco e a última no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 005 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Barreado para a Fazenda Aliança, sendo ambas as localidades no Município de Conceição da Barra e no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 006 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere a Escola Singular da Fazenda Candeias para a 2.ª de Santa Fé, Município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 007 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Transfere as Escolas Singulares de Limoeiro e Monte Sinai, do Município de Colatina para Vila Lenira, distrito da sede do mesmo Município, onde passarão a constituir a 3.ª e 4.ª Escolas Singulares.

DECRETO N.º 1 008 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Cria a Escola Singular de São Bento, no distrito de Matilde, no Município de Alfredo Chaves.

DECRETO N.º 1 009 de 19-8-952 (D. O. de 20-8-952) —

Cria uma classe no Grupo Escolar "Professor Waldemar Mendes de Andrade", na sede do distrito de Burarama, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 1 010 de 21-8-952 (D. O. de 22-8-952) —

Transforma a Escola Singular de Fazenda Carlos Fick para a 3.ª de Piracema, ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 1 011 de 21-8-952 (D. O. de 22-8-952) —

Transfere a Escola Primária Auxiliar do Sindicato dos Estivadores desta Capital, para o Grupo Escolar "Maria Ericínia Santos", também desta Capital, para constituir mais um classe do referido estabelecimento.

DECRETO N.º 1 012 de 22-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda do Costa, no distrito de João Neiva, Município de Ibirapu, para Piraqueçu, no mesmo distrito e Município.

DECRETO N.º 1 013 de 22-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Eleva à categoria de Escolas Singulares Reunidas as Escolas Singulares de Vila Lenira, Município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 014 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Dá a denominação de Coronel Virgínio Calmon às Escolas Reunidas de Vila Lenira, Município de Colatina.

DECRETO N.º 1 015 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego da Prata, Município de Anchieta, para Tombador, Município de Linhares, no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 016 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Pontal dos Amarelos, no Município de Aracruz, para a Fazenda Borini, distrito da sede, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 1 017 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Decreta luto oficial a partir de 24 do corrente mês, por três dias, por motivo do falecimento do doutor Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, Governador do Estado de Pernambuco.

DECRETO N.º 1 018 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Dá a constituição de membros que comporão o Diretório Regional de Geografia, ficando o Secretário da SVOP como Presidente nato.

DECRETO N.º 1 019 de 25-8-952 (D. O. de 26-8-952) —

Reconhece o Diretório Regional de Geografia como órgão técnico e consultivo para as questões relacionadas com a sua especialidade.

DECRETO N.º 1 020 de 26-8-952 (D. O. de 27-8-952) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Ribeirão de Cima, Município de Ibirapu, para Barra Belo Horizonte, distrito da sede, Município de Colatina.

DECRETO N.º 1 021 de 27-8-952 (D. O. de 28-8-952) —

Torna sem efeito o decreto de 19-8-952, na parte que transfere a Escola Singular de Monte Sinai para a 4.ª de Vila Lenira, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 1 022 de 27-8-952 (D. O. de 28-8-952) —

Torna sem efeito o decreto número 1006 de 19-8-952, que transfere a Escola Singular de Fazenda Candeias, para a 2.ª de Santa Fé, no Município de Colatina.

DECRETO N.º 1 023 de 27-8-952 (D. O. de 28-8-952) —

Transfere a Escola Singular de Córrego de São João, Município de Colatina, para a 4.ª de Vila Lenira, no distrito da sede do mesmo Município.

DECRETO N.º 1 024 de 27-8-952 (D. O. de 28-8-952) —

Transfere a Escola Singular de São Pedro do Pancas, Município de Colatina, para a 2.ª de Santa Fé, distrito da sede do mesmo Município.

DECRETO N.º 1 025 de 1-9-952 (D. O. de 2-9-952) —

Transfere da Tabela n.º 44 — Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda — 3 cargos de Escriturário, classe "C" para a Tabela n.º 5 — Departamento do Serviço Público — e 1 para a Tabela n.º 40 — Divisão da Despesa da mesma Secretaria.

DECRETO N.º 1 026 de 1-9-952 (D. O. de 2-9-952) —

Retifica o nome da Escola Singular de Alto São José Pequeno, distrito de Itapina, Município de Colatina, para Jequitibá, distrito de Pancas, no mesmo Município.

DECRETO N.º 1 027 de 1-9-952 (D. O. de 2-9-952) —

Retifica os nomes das 1.ª e 2.ª Escolas Singulares de Monte Líbano, no Município de Cachoeiro de Itapemirim para Fazenda Monte Líbano e Pedreira Monte Líbano, respectivamente, sendo a última de 3.ª entrância.

DECRETO N.º 1 028 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 8, Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da Secretaria do Governo, uma função de Radiotelegrafista, ref. "VII".

DECRETO N.º 1 029 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 43 — Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda, a partir de 28-8-952, 16 funções de Auxiliar de Arrecadação.

DECRETO N.º 1 030 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Cria diversos postos fiscais subordinados às Coletorias de Baixo Guandu, Pancas, Barra de São Francisco e Conceição da Barra.

DECRETO N.º 1 031 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Transforma em Parque Infantil o Jardim de Infância "Maria Queiroz Lindenberg", desta Capital, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 753, de 31-1-952.

DECRETO N.º 1 032 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Transfere a Escola Singular de Barra do Taquaral para a 3.ª de Sobreiro, sendo ambas as localidades no Município de Afonso Cláudio e a última na sede do distrito do mesmo nome.

DECRETO N.º 1 033 de 2-9-952 (D. O. de 3-9-952) —

Retifica o nome da Escola Singular de Córrego das Turmalinas, no Município de Colatina, para Córrego das Piabas, distrito de Pancas, no mesmo Município, de 3.ª entrância.

DECRETO N.º 1 034 de 5-9-952 (D. O. de 6-9-952) —

Autoriza a Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica a majorar as suas tarifas de bondes em dez centavos por secção, na primeira classe, não atingindo a majoração a 2.ª classe, sendo que a arrecadação proveniente dessa majoração se destina ao aumento salarial aos empregados nos serviços de bondes.

DECRETO N.º 1 035 de 3-9-952 (D. O. de 12-9-952) —

Extingue na Tabela n.º 2 — P. S. do Q. U. do Estado — o cargo de Apontador, padrão "D", vago em virtude da aposentadoria de João de Deus Pimentel.

DECRETO N.º 1 035-A de 5-9-952 (D. O. de 7-9-952) —

Considera facultativo o "Ponto" no dia 8 do corrente, dia consagrado a Nossa Senhora da Vitória, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 036 de 16-9-952 (D. O. de 17-9-952) —

Regulamenta a Taxa de Pedágio autorizada pelo artigo 6.º da Lei n.º 527, de 2-10-951.

DECRETO N.º 1 037 de 16-9-952 (D. O. de 17-9-952) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 50 000,00 para o pagamento, em parte dos auxílios que a Lei n.º 522 de 2-10-951, autoriza a conceder ao Ginásio São Geraldo e ao Ginásio Irmãos Carneiro S/A, de Guaçuí, cabendo a cada qual a quantia de Cr\$ 25 000,00.

DECRETO N.º 1 038 de 16-9-52 (D. O. de 17-9-52) —

Retifica o nome da Escola Singular de Bom Retiro para Sucupira, no distrito da sede do município de Alegre.

DECRETO N.º 1 039 de 16-9-52 (D. O. de 17-9-52) —

Transfere a Escola Singular de Recreio para Muribeca, onde constituirá a 2.ª Escola, sendo ambas as localidades no município de Itapemirim e distrito da sede.

DECRETO N.º 1 040 de 16-9-52 (D. O. de 17-9-52) —

Transfere a Escola Singular de Córrego do Rochedo, município de Colatina, para Catuá, no distrito de Baunilha, do mesmo município.

DECRETO N.º 1 041 de 16-9-52 (D. O. de 17-9-52) —

Retifica o nome da Escola Singular de Taquaruçu, município de Colatina, para 2.ª de Taquaruçu de Patrão-Mor, do distrito da sede do mesmo nome.

DECRETO N.º 1 042 de 17-9-52 (D. O. de 18-9-52) —

Cria uma Escola Singular em Jaboticabas, no distrito de Garrafão, município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 1 043 de 19-9-52 (D. O. de 20-9-52) —

Suprime a Escola Singular de Guararema, na sede municipal de Alegre, em virtude de figurar a referida escola como primária auxiliar no Instituto Alegrense.

DECRETO N.º 1 044 de 24-9-52 (D. O. de 25-9-52) —

Cria e inclui na Tabela numérica de Mensalistas do Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares", da Sec. da Educação e Cultura, duas funções de Auxiliar de Escritório, referência III e duas de Inspetor de Alunos, ref. II.

DECRETO N.º 1 045 de 24-9-52 (D. O. de 25-9-52) —

Suprime as seguintes funções de extranumerário: duas de Auxiliar de Escritório, ref. "III", na T. N. M. n.º 5; uma de Auxiliar de Escritório, ref. "III", na T. N. M. n.º 9; uma de Praticante de Escritório, ref. "II", na T. N. M. n.º 23; uma de Mensageiro, ref. "I", na T. N. M. n.º 26; uma de Praticante de Escritório, ref. "I", na T. N. M. n.º 43; uma de Praticante de Escritório, ref. "II", na T. N. M. n.º 51; uma de Professor de Artes, ref. "III", na T. N. M. n.º 53 e uma de Auxiliar de Escritório, ref. "III", na T. N. M. n.º 75.

DECRETO N.º 1 046 de 24-9-52 (D. O. de 25-9-52) —

Transfere a Escola Singular de Córrego do Sabiá para Córrego São João, sendo ambas as localidades no município de Colatina, distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 047 de 24-9-52 (D. O. de 25-9-52) —

Transfere a Escola Singular de Patrimônio das Águas Claras para Barra do Taquaruçu, sendo ambas as localidades no município de Colatina e distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 048 de 24-9-52 (D. O. de 25-9-52) —

Cria a Escola Singular de Barracão de Rio Posmoser, município de Santa Leopoldina, distrito de Garrafão.

DECRETO N.º 1 049 de 26-9-52 (D. O. de 27-9-52) —

Retifica o Dec. número 957 de 22-7-52, para declarar que a Escola Singular de Boa Vista, do município de Iúna, está localizada no distrito da sede do referido município, e não no Irupí, como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 050 de 25-9-52 (D. O. de 27-9-52) —

Retifica o nome da Escola Singular de São João distrito de Jaciguá, município de Cachoeiro de Itapemirim, para o de 2.ª Escola Singular da Parada Coronel Benjamim, nos referidos distrito e município, onde já vem funcionando.

DECRETO N.º 1 051 de 26-9-52 (D. O. de 27-9-52) —

Transfere da T. N. M. n.º 39 — Contadoria Geral do Estado — para a de n.º 12 — Divisão Técnica do D. E. S. — uma função de Calculista, ref. "VII" — Transfere da T. N. M. n.º 12 para a de n.º 39 uma função de Assistente de Administração, ref. "VI".

DECRETO N.º 1 052 de 29-9-52 (D. O. de 30-9-52) —

Declara vagos, a partir de 8-12-50, os cargos e funções que integravam a lotação do pessoal da Fac. de Direito do Espírito Santo, cujos ocupantes foram aproveitados pelo Governo da União.

DECRETO N.º 1 053 de 29-9-52 (D. O. de 30-9-52) —

Retifica o nome da Escola Singular de Barra Grande para Banca Grande, no distrito de Isabel, município de Domingos Martins.

DECRETO N.º 1 054 de 29-9-52 (D. O. de 30-9-52) —

Transfere a Escola Singular de Cabeceiras do Azul para Pratinha da Fumaça, sendo ambas as localidades no município de Guaçuí, no distrito de Imbuí.

DECRETO N.º 1 055 de 30-9-52 (D. O. de 1-10-52) —

Transfere a Sub-Consignação n.º 304 para a de n.º 303, ambas da Tab. n.º 51, a importância de Cr\$ 30 000,00.

DECRETO N.º 1 056 de 1-10-52 (D. O. de 2-10-52) —

Transfere a Escola Singular de Itabira para São João da Mata, sendo ambas as localidades no município de Cachoeiro de Itapemirim e a última no distrito de Pacotuba, escola de 2.ª entrância.

DECRETO N.º 1 057 de 1-10-52 (D. O. de 2-10-52) —

Transfere a Escola Singular de Quilômetro 12 para o Quilômetro 47, sendo ambas as localidades no município de São Mateus, sendo a última no distrito de Nova Venécia.

DECRETO N.º 1 058 de 2-10-52 (D. O. de 3-10-52) —

Transfere da Tab. n.º 43 — Recebedoria da Capital e Coletorias da Sec. da Fazenda — para a Tab. n.º 75 — Div. de Terras da SATC — um cargo de Escriturário, classe "C", e remove o seu respectivo ocupante, Nilda Oslegher de Almeida.

DECRETO N.º 1 059 de 2-10-52 (D. O. de 3-10-52) —

Transfere da Tab. n.º 75 da Div. de Terras e Colonização da SATC, para a Tab. n.º 74, Div. de Administração da SATC um cargo de Escriturário, classe "C", e remove o seu respectivo ocupante, Ethel Cardoso Bessa.

DECRETO N.º 1 060 de 2-10-52 (D. O. de 3-10-52) —

Transforma em Assistente de Administração, referência "VII", a função de Calculista, ref. "VII", ocupada por Omyr Leal Bezerra. Transfere da T. N. M. n.º 5 — D. S. P. — para o T. N. M. n.º 10 — Serviço Jurídico — a função a que se refere o presente decreto.

DECRETO N.º 1 061 de 2-10-52 (D. O. de 3-10-52) —

Suprime na Tabela n.º 2 da P. S. do Q. U. do Estado, um cargo de Zelador, padrão "B", vago em virtude do falecimento de Deodato Armondes.

DECRETO N.º 1 062 de 2-10-52 (D. O. de 3-10-52) —

Institui e inclui na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24-5-45, a função de Zelador, referência "III" — Cria e inclui na T. N. M. n.º 56 — Colégio Estadual de Muniz Freire da Sec. da Educação e Cultura, uma função de Zelador padrão "B", vago em virtude do falecimento de Deodato Armondes Tristão.

DECRETO N.º 1 063 de 9-10-52 (D. O. de 10-10-52)

Cria e inclui na T. N. M. n.º 31, Instituto de Maruípe, uma função de Agricultor, ref. "I".

DECRETO N.º 1 064 de 11-10-52 (D. O. de 12-10-52) —

Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 1 000 000,00 para os imediatos socorros à população pobre atingida pela explosão dos depósitos do D. E. R. ocorrida na madrugada de hoje, em Caratoíra, nesta Capital. Os socorros serão prestados através da SVOP e do DES.

DECRETO N.º 1 065 de 14-10-52 (D. O. de 15-10-52) —

Transfere a Escola Singular de Córrego do Paraíso, município de Colatina, para Novo Brasil, onde passará a constituir uma das classes das Escolas Reunidas "Professor Carlos Mendes", sediado na última localidade, no distrito da sede do mesmo município.

DECRETO N.º 1 066 de 16-10-52 (D. O. de 17-10-52) —

Cria no município de Mimoso do Sul o distrito policial de Inhuma, formado com o território pertencente aos distritos de Mimoso do Sul e São José das Torres, e dá seus limites.

DECRETO N.º 1 067 de 18-10-52 (D. O. de 19-10-52) —

Institui e inclui na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24-5-45, a função de Vigilante, ref. "III". Cria e inclui na T. N. M. n.º 33, Penitenciária do Estado da Sec. do Interior e Justiça, duas funções de Auxiliar de Escritório, ref. "III" e cinco de Vigilante, ref. "III".

DECRETO N.º 1 068 de 25-10-52 (D. O. de 26-10-52) —

Considera facultativo o ponto no dia 28 do corrente, dia do Funcionário Público, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 069 de 27-10-52 (D. O. de 28-10-52) —

Cria e inclui na T. N. M. n.º 25, Assistência Policial da Sec. do Interior e Justiça, uma função de Carcereiro, referência "I", a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

DECRETO N.º 1 070 de 27-10-52 (D. O. de 28-10-52) —

Suprime na Tabela n.º 1 da P. P. do Q. U. do Estado um cargo de Inspetor Regional do Ensino, padrão "M", vago em virtude de Antonio Carvalho Bittencourt ter aceitado outro cargo público.

DECRETO N.º 1 071 de 27-10-52 (D. O. de 28-10-52) —

Transfere da T. N. M. n.º 5 do D. S. P. para a T. N. M. n.º 12, Divisão Técnica do D. E. S., uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "VI", e da T. N. M. n.º 12, Div. Técnica do DES, para a T. N. M. n.º 5, D. S.P., uma função de Calculista, ref. "VII", e removidos os seus ocupantes, Guimar Adams Loureiro e Hélio Morgado Horta Veloso, respectivamente.

DECRETO N.º 1 072 de 29-10-52 (D. O. de 30-10-52) —

Considera facultativo o ponto no dia 1.º, consagrado ao Dia de Todos os Santos, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, com exceção dos serviços industriais do Estado.

DECRETO N.º 1 073 de 31-10-52 (D. O. de 31-10-52) —

Retifica o nome da Escola Singular da Fazenda José Martins da Silva, no distrito de Ametista, município de Barra de São Francisco, para Fazenda Boa Sorte, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 074 de 6-11-52 (D. O. de 8-11-52) —

Transfere da Tabela n.º 53, Estabelecimentos de Ensino Primário e Pré-primário da Sec. da Educação e Cultura, para a Tab. n.º 57, Escola Normal "Pedro II", da mesma Secretaria, um cargo de Continuo, classe "D", e removido o seu ocupante — Clodoaldo Nascimento.

DECRETO N.º 1 075 de 7-11-52 (D. O. de 8-11-52) —

Inclui no atual Plano Rodoviário do Estado o trecho de estrada Iúna-Pequiá. A faixa de domínio do referido trecho, com a largura de 20 metros, é considerada de utilidade pública, ex-vi do art. 34 do Decreto-lei 16 240, de 26-9-946.

DECRETO N.º 1 076 de 11-11-52 (D. O. de 12-11-52) —

Transfere da sub-consignação 212 para a sub-consignação 209, ambas da Tabela n.º 38, a quantia de Cr\$ 1 000,00.

DECRETO N.º 1 077 de 13-11-52 (D. O. de 14-11-52)

Faz diversas transferências entre sub-consignações do orçamento vigente, sem modificação da respectiva dotação, constantes das Tabelas ns. 66, 67, 68 e 69.

DECRETO N.º 1 078 de 17-11-52 (D. O. de 18-11-52) —

Transfere a sub-consignação n.º 504 para a de n.º 505, ambas da Tab. 51, a importância de Cr\$ 7 204,00.

DECRETO N.º 1 079 de 19-11-52 (D. O. de 20-11-52) —

Decreta luto oficial pelo prazo de 3 dias, por motivo do falecimento do senhor Desembargador Octávio de Carvalho Lemgruber, ex-Interventor do Estado.

DECRETO N.º 1 080 de 20-11-52 (D. O. de 21-11-52) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 1 797 000,00, para atender às despesas autorizadas pelas Leis ns. 650 de 1-9-52 e 655 de 1-10-52.

DECRETO N.º 1 081 de 20-11-52 (D. O. de 21-11-52) —

Abre crédito especial de Cr\$ 790 777,00, para ocorrer às despesas autorizadas nas Leis ns. 630, 634 e 644 de 4, 15 de julho e 26 de agosto de 1952, respectivamente.

DECRETO N.º 1 082 de 20-11-52 (D. O. de 21-11-52) —

Transfere da tab. número 44, Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda, para a Tab. n.º 39, Contadoria Geral do Estado da mesma Secretaria, um cargo de Escriturário, classe "C", removido o seu respectivo ocupante — Décio Gonçalves Lima.

DECRETO N.º 1 083 de 25-11-52 (D. O. de 26-11-52) —

Suprime na Tab. n.º 3 da P. S. do U. do Estado, os seguintes cargos: quatro de Motorista, classe "H"; um de Motorista, classe "E"; um de Desenhista, classe "J".

DECRETO N.º 1 083—A de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Cria mais duas classes nos seguintes Grupos Escolares: "Adolfina Zamprogno", de Paul de Dentro, município de Aracruz, "Prof. Cerqueira Lima" de Jardim América, município de Cariacica.

DECRETO N.º 1 083—B de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Cria uma classe de curso complementar nos seguintes Grupos Escolares: "Padre Anchieta", de Jucutuquara, nesta Capital; "Maria Ortiz", de Itapina, município de Colatina; "Bartouvino Costa", de Linhares e "Graciano Neves", de Paul, município do Espírito Santo.

DECRETO N.º 1 084 de 25-11-52 (D. O. de 26-11-52) —

Transfere dotações orçamentárias entre sub-consignações constantes da Tab. n.º 2 do Tribunal de Justiça.

DECRETO N.º 1 084—A de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Garage, município de Castelo, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 084—B de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Cria uma Escola Singular na Fazenda Santa Maria, município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 085 de 25-11-52 (D. O. de 26-11-52) —

Transfere os descontos nos vencimentos e salários dos servidores do Estado, em favor do Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro", relativos ao mês de dezembro do corrente ano, referentes a empréstimos a "prazo longo" e a "prazo curto" contraídos com o mesmo Instituto.

DECRETO N.º 1 085—A de 25-11-52 (D. O. de 7-12-52) —

Cria 8 classes no Grupo Escolar "Professora Liberata Sette", de Alto Caratoira, nesta Capital.

DECRETO N.º 1 085—B de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Cria mais uma classe nos seguintes Grupos Escolares: "Alberto de Almeida", de Santo Antonio, nesta Capital; "Professor João Bandeira", de Gurigica, nesta Capital; "Marieta Escobar", de Mulembá, nesta Capital; "Ofélia Escobar", de Aribiri, município do Espírito Santo; "José Cupertino", de Afonso Cláudio; "Olga Coutinho", de Celina, município de Alegre; "Stélida Dias", de Campo Grande, município de Cariacica; "Prof. Carlos Mendes", de Novo Brasil, município de Colatina e "Prof. Joaquim Fonseca", de Conceição da Barra.

DECRETO N.º 1 086 de 25-11-52 (D. O. de 26-11-52) —

Transforma em Reunidas as Escolas Singulares de Mantenópolis, no município de Barra de São Francisco, com a denominação de "Professora Adelina Lírio".

DECRETO N.º 1 086—A de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Eleva à categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Prof. Carlos Mendes", de Novo Brasil, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 086—B de 25-11-52 (D. O. de 4-12-52) —

Transfere a Escola Singular de Varjão de São Luiz para a Fazenda da Barra, sendo ambas as localidades no município de Alegre e distrito da sede.

DECRETO N.º 1 087 de 25-11-52 (D. O. de 26-11-52) —

Dá às Escolas Reunidas de Jetibá, no município de Santa Leopoldina, a denominação de Escolas Reunidas "Graça Aranha", em comemoração ao transcurso do cinquentenário do aparecimento do romance "Canaan" e em homenagem ao seu glorioso autor, ficando sem efeito o Dec. n.º 745, de 31-1-52.

DECRETO N.º 1 088 de 2-12-52 (D. O. de 3-12-52) —

Eleva à categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Misael Pinto Netto", de Sauaçu, município de Aracruz, com a lotação de 6 classes.

DECRETO N.º 1 089 de 5-12-52 (D. O. de 6-12-52) —

Eleva à categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Professora Adelina Lírio", de Mantenópolis, município de Barra de São Francisco, com a lotação de 6 classes.

DECRETO N.º 1 090 de 5-12-52 (D. O. de 6-12-52) —

Considera facultativo o ponto no dia 8 do corrente, consagrado à Conceição de Nossa Senhora, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, excluídos os serviços industriais do Estado.

DECRETO N.º 1 091 de 6-12-52 (D. O. de 7-12-52) —

Cria o distrito policial de Ronco, com sede no povoado do mesmo nome, à margem do rio Dois de Setembro, formado com território dos distritos de Água Doce, município de Barra de São Francisco, e Ribeirãozinho, município de Joeirana, e estabelece os seus limites.

DECRETO N.º 1 092 de 11-12-52 (D. O. de 12-12-52) —

Dá nova redação ao Decreto n.º 648, de 11-10-51, no seu artigo 2.º, que estabelece a relação de escolas para o Concurso de Remoção.

DECRETO N.º 1 093 de 11-12-52 (D. O. de 12-12-52) —

Transforma uma das classes do Grupo Escolar "Gomes Cardim", desta Capital, em Curso Complementar.

DECRETO N.º 1 094 de 12-12-52 (D. O. de 13-12-52) —

Extingue o cargo de Assistente Técnico, padrão "N", da Tabela n.º 4 — P. S. do U. do Estado — vago em virtude da aposentadoria de Vicente Loureiro da Silva.

DECRETO N.º 1 095 de 15-12-52 (D. O. de 17-12-52) —

Retifica o Decreto n.º 939, de 7-7-52, (para declarar que a Escola Singular de Malabar, município de Muqui, é de 5.ª entrância, e não como saiu publicado).

DECRETO N.º 1 096 de 17-12-52 (D. O. de 19-12-52) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 6 500 000,00 para atender ao pagamento da gratificação de Natal ao servidor público estadual civil, militar, inativo e em disponibilidade, concedida na forma da Lei n.º 670, de 11 do corrente.

DECRETO N.º 1 097 de 19-12-52 (D. O. de 20-12-52) —

Retifica a relação anexa ao Dec. n.º 648, de 11-10-51, na parte que se refere às 1.ª e 2.ª Escolas Singulares de Cangaíba, distrito de Itaquari, município de Cariacica, e a de Vargem Grande do Soturno, distrito da sede do município de Cachoeiro de Itapemirim, para declarar que as mesmas são de 3.ª e 5.ª entrâncias, respectivamente, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 098 de 19-12-52 (D. O. de 20-12-52) —

Inclui na relação de escolas e classes mantidas pelo Estado, baixada com o Dec. n.º 648, de 11-10-51, as Escolas Singulares de Rio das Pedras, distrito de Jetibá, no município de Santa Leopoldina, Cachoeira de Santa Maria, distrito de Boapaba, no município de Colatina e Barra do 51, distrito da sede, no mesmo município, todas de 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 099 de 22-12-52 (D. O. de 23-12-52) —

Retifica a relação anexa ao Dec. n.º 648, de 11-10-51, para declarar que o Grupo Escolar "Luiz Jouffroy", de São João de Laranja da Terra, município de Afonso Cláudio, é de 5.ª entrância, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 100 de 22-12-52 (D. O. de 23-12-52) —

Transfere sub-consignações do orçamento vigente, constante das Tabelas 74, 75, 76 e 77.

DECRETO N.º 1 101 de 26-12-52 (D. O. de 3-1-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 27 de dezembro corrente, consagrado a São Benedito do Rosário, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 102 de 29-12-52 (D. O. de 21-12-52) —

Faz, no orçamento vigente, diversas transferências entre sub-consignações, sem alteração do valor global das verbas respectivas.

DECRETO N.º 1 103 de 29-12-52 (D. O. de 31-12-52) —

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 11 691 603,00 e o crédito especial de Cr\$ 4 366 647,00 destinando-se, aquele, ao reforço de dotações orçamentárias e este, ao pagamento de diversas obras, serviços e encargos, conforme as especificações constantes na Lei n.º 683 de 29-12-52.

DECRETO N.º 1 103—A de 30-12-52 (D. O. de 14-1-53) —

Transfere da Sub-consignação n.º 206 — Aulas Suplementares, da Tab. n.º 57 — do orçamento vigente, para a sub-consignação n.º 219 — Substituições, da mesma tabela — a importância de Cr\$ 2 665,00.

DECRETO N.º 1 103—B de 29-12-52 (D. O. de 14-1-53) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 648 000,00 para atender às despesas seguintes: auxílio às Obras Pavonianas de Assistência em Vitória, Cr\$ 500 000,00; Subvenções à Escola de Música "Manoel Vicente de Castro", Cr\$ 48 000,00; Auxílio ao Grupo Espírita Ismael, de Bom Jesus do Norte, Cr\$ 50 000,00 e pagamento a Leonardo Duarte Ferreira, Cr\$ 50 000,00.

DECRETO N.º 1 104 de 29-12-52 (D. O. de 31-12-52) —

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 24 445 630,00, autorizado pela Lei n.º 680, de 22-12-52, para reforço de diversas dotações orçamentárias de acordo com a discriminação contida no art. 1.º da mencionada Lei.

DECRETO N.º 1 104—A de 29-12-52 (D. O. de 14-1-53) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 25 000,00 para o pagamento de parte do auxílio que a lei n.º 674, de 15-12-52, autoriza conceder à Comissão Pró-Siderurgia Laguna-Vitória.

DECRETO N.º 1 105 de 29-12-52 (D. O. de 31-12-52) —

Abre, de acordo com a Lei n.º 684, de 29-12-52, o crédito especial de Cr\$ 2 889 851,60, destinado ao pagamento de despesas de “exercícios findos”, conforme relação anexa à referida lei.

DECRETO N.º 1 105—A de 30-12-52 (D. O. de 14-1-53) —

Anula, de data, na verba Despesas Diversas — código 8.01. 4/506, da Tabela número 2 — Tribunal de Justiça — a importância de Cr\$ 10 000,00 — Abre, na conformidade da lei citada, o crédito suplementar de igual quantia, para reforço da verba sob os códigos 8.01. 2/305, da Tabela n.º 2, do Tribunal de Justiça.

DECRETO N.º 1 106 de 29-12-52 (D. O. de 3-1-53) —

Faz diversas transferências entre subconsignações orçamentárias da verba 8.82. 4/541 — Construção e Conservação de Rodovias, da Tabela n.º 73, do orçamento vigente.

DECRETO N.º 1 107 de 29-12-52 (D. O. de 3-1-53) —

Aprova a Pauta de Valores n.º II, organizada para a cobrança do imposto sobre exportação e Taxa de Fomento da Produção Agrícola e Industrial, a vigorar no primeiro trimestre do ano de 1953.

DECRETO N.º 1 108 de 29-12-52 (D. O. de 4-1-53) —

Aprova o Regulamento da Divisão da Receita, que com este é baixado.

LEIS DE 1952

LEI N.º 618 de 11-1-52 (D. O. de 16-1-52) —

Autoriza o Poder Executivo a incluir no plano de obras do D. E. R. para 1952, diversos serviços referentes a alargamentos e retificações de estradas.

LEI N.º 619 de 14-1-52 (D. O. de 16-1-52) —

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Prefeitura Municipal de São Mateus com a quantia de Cr\$ 1 000 000,00, para aquisição de uma moto-niveladora, de um trator e de um caminhão, para conservação e construção de suas estradas — Autoriza ainda a conceder auxílio às Prefeituras Municipais de Cachoeiro de Itapemirim, na importância de Cr\$ 100 000,00, para aquisição de uma caminhonete, e Itaguaçu, com a quantia de Cr\$ 300 000,00, para aquisição de um trator — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o necessário crédito especial.

LEI N.º 620 de 14-1-52 (D. O. de 17-1-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 600 000,00 a cada uma das Prefeituras de Barra de São Francisco e da Serra, para montagem de usina destinada ao fornecimento de energia elétrica própria — Autoriza igualmente a abertura do necessário crédito especial.

LEI N.º 621 de 16-1-52 (D. O. de 19-1-52) —

Eleva ao padrão “H” o cargo de Motorista, padrão “G”, da P. E. do Q. U. do Estado, lotado no Tribunal de Justiça — Reclassifica no padrão “H” os vencimentos dos cargos de Motorista do Quadro do Poder Executivo.

LEI N.º 622 de 19-2-52 (D. O. de 20-2-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa organizada ou que vier a se organizar, com o intuito de transformar o trigo em produto panificável e seus derivados, isenção, por cinco anos, do imposto de vendas e consignações sobre aqueles produtos — Autoriza a ceder ou transferir à mesma empresa um terreno de propriedade do Estado, com área não superior a 2 000m², para nele ser construído o moinho e dispõe sobre as modalidades do contrato e obrigações da empresa beneficiada.

LEI N.º 623 de 19-2-52 (D. O. de 20-2-52) —

Aprova o Acôrdo celebrado entre o Instituto Nacional do Pinho (I. N. P.) e o Governo do Estado.

LEI N.º 624 de 19-2-52 (D. O. de 20-2-52) —

Eleva ao padrão "O" o cargo de Farmacêutico, padrão "K", lotado na Tab. n.º 1 da P. P. do Q. U. do Estado.

LEI N.º 625 de 20-2-52 (D. O. de 21-2-52) —

Autoriza a Poder Executivo a conceder a D. Alice Tavares Mesquita, viúva do Sr. Manoel Pinto Mesquita, enquanto existir, a pensão mensal de Cr\$ 1 000,00.

LEI N.º 626 de 21-2-52 (D. O. de 22-2-52) —

Cria no Cartório de Crime da Capital e incluído no Quadro Especial do Tribunal de Justiça, um cargo de Escrevente Juramentado, padrão "E".

LEI N.º 627 de 22-2-52 (D. O. de 24-2-52) —

Cria, com sede nesta Capital e campo de ação em todo o território do Estado uma autarquia administrativa, de patrimônio próprio, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, e que terá a denominação de "Instituto de Bem Estar Social Espírito-Santense" e dispõe sobre suas finalidades.

LEI N.º 628 de 16-5-52 (D.O. de 18-5-52) —

Autoriza o Executivo a construir e a fazer a pavimentação asfáltica da estrada de rodagem de Colatina a Baixo Guandú, em prolongamento à rodovia Vitória-Colatina — Autoriza igualmente a incluir a referida estrada no plano rodoviário do Estado e a abrir o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00 para atender ao estudo de início das obras.

LEI N.º 629 de 5-6-52 (D. O. de 10-6-52) —

Autoriza o Poder Executivo a subscrever 51% das ações da Empresa Hidro-Elétrica Luetkow S. A., em organização na sede do município de Baixo Guandú, no valor de Cr\$ 2 550 000,00 — Para aquisição das ações, autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 765 000,00, correspondente a 30% do capital a ser realizado — Inclui a dotação de Cr\$ 1 785 000,00 no orçamento para o exercício de 1953, para o mesmo fim.

LEI N.º 630 de 26-6-52 (D. O. de 4-7-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Museu de Biologia "Professor Mello Leitão", de Santa Teresa, o auxílio de Cr\$ 240 777,00, destinado

à construção de um Pavilhão de Botânica Florestal — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o crédito especial correspondente ao auxílio mencionado nesta lei.

LEI N.º 631 de 3-7-52 (D. O. de 4-7-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder às Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, no bairro de Santo Antonio, o auxílio de Cr\$.. 500 000,00, para construção no aludido bairro, de uma Escola de Entalhe, Escultura e Marcenaria, uma Escola de Desenho e uma Escola de Aperfeiçoamento para operários — Autoriza o Executivo a abrir o crédito necessário para ocorrer às despesas previstas, nesta lei.

LEI N.º 632 de 3-7-52 (D. O. de 12-7-52) —

Aprova o Convênio celebrado em 11-2-52, entre o Estado e a Associação de Educação Familiar e Social, sediada na Capital da República.

LEI N.º 633 de 8-7-52 (D. O. de 12-7-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 100 000,00 à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, para os festejos do dia de Cachoeiro — Autoriza igualmente a abertura do crédito especial de Cr\$.. 100 000,00, para o cumprimento desta lei.

LEI N.º 634 de 15-7-52 (D. O. de 17-7-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 200 000,00, que será dividido em partes iguais, ao Clube de Natação e Regatas Alvares Cabral e Clube de Regatas "Saldanha da Gama", para atender às despesas comemorativas da passagem do 50.º aniversário de suas fundações. — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o crédito necessário à execução desta lei.

LEI N.º 635 de 10-7-52 (D. O. de 17-7-52) —

Aprova o acôrdo celebrado entre o Estado e o Governo da União, de conformidade com o § 3.º do art. 18 da Constituição Federal e o Decreto n.º 11 159, de 28-12-49, que aprova o Regulamento para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal, sob regime de acôrdos.

LEI N.º 636 de 10-7-52 (D. O. de 17-7-52) —

Aprova o Acôrdo celebrado entre o Estado e o Governo da União, em 15-5-52, para manutenção e ampliação no nosso território, dos serviços públicos relativos ao fomento da produção animal.

LEI N.º 637 de 21-7-52 (D. O. de 30-7-52) —

Aprova o Acôrdo celebrado a 14-5-52 entre o Estado e o Governo da União, para execução dos serviços públicos, em nosso território, relativos à Defesa Sanitária Animal.

LEI N.º 638 de 28-7-52 (D. O. de 30-7-52) —

Aprova o Acôrdo celebrado entre o Estado e o Governo da União, a 15-5-52, visando a articulação dos Serviços do Fomento Vegetal em nosso território.

LEI N.º 639 de 19-8-52 (D. O. de 21-8-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 50 000,00 ao Hospital Apóstolo Pedro, de Mimoso do Sul, destinado a sua manutenção, no corrente ano. — Igualmente autoriza a abertura do crédito especial necessário à execução desta lei.

LEI N.º 640 de 19-8-52 (D. O. de 21-8-52) —

Eleva para "L" o padrão do cargo de Chefe de Serviço, padrão "I", constante da Tabela n.º 4, Parte Suplementar do Q. U. do Estado.

LEI N.º 642 de 19-8-52 (D. O. de 21-8-52) —

Dá nova redação aos seguintes dispositivos da Lei de Terras, n.º 617, de 31-12-51: artigos 2.º, letra d 9.º, parágrafo único; 13.º e parágrafos; 29, letras a e b; 47.º e parágrafos; 144º e 147º.

LEI N.º 643 de 26-8-52 (D. O. de 2-9-52) —

Declara de utilidade pública o Foto Clube do Espírito Santo, com sede em Vitória, neste Estado.

LEI N.º 644 de 26-8-52 (D. O. de 2-9-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 350 000,00, para atender à despesa da aquisição feita ao Dr. Olintho Couto Aguirre, de sua coleção de objetos, peças e documentos históricos para o Museu Capixaba.

LEI N.º 645 de 26-8-52 (D. O. de 2-9-52) —

Dá nova constituição ao Tribunal de Justiça, que será de dez desembargadores, escolhidos quatro quintos dentre os juizes de direito e um quinto formado de elementos do Ministério Público e da Advocacia, na forma da Constituição.

LEI N.º 646 de 26-8-52 (D. O. de 3-9-52) —

Revoga a Lei n.º 1 716, de 26-12-929, e ratifica, em todos os seus termos, a doação condicional do prédio situado à Avenida da República ns. 362 e 370, nesta cidade, feita pelo Governo do Estado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em cumprimento à Lei n.º 1 515, de 30-6-925, conforme escritura lavrada nas notas do tabelião dos Feitos da Fazenda Estadual — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro o prédio e respectivo terreno, localizados na rua Pedro Palácios, número 88, desta Capital.

LEI N.º 647 de 21-8-52 (D. O. de 2-9-52) —

Aprova as contas do Governo do Estado, consubstanciadas nos balanços e demonstrações apresentadas na Mensagem N. G./922, de 13-4-50, nos termos do art. 35, item XI, da Constituição Estadual.

LEI N.º 648 de 21-8-52 (D. O. de 2-9-52) —

Aprova as contas da gestão financeira e econômica do Estado, referentes ao exercício de 1950, apresentados pelo Governador do Estado, nos termos do art. 33, item XI, da Constituição do Estado.

LEI N.º 649 de 1-9-52 (D. O. de 5-9-52) —

Autoriza o Poder Executivo a, em nome do Estado, permitir que, sobre os terrenos cedidos por força da Lei n.º 622, de 19-2-52, e dos Decs. ns. 864, de 17-5-52, e 918, de 20-6-52, à firma Buaiz S. A. Indústria e Comércio e sobre as benfeitorias nos mesmos terrenos, recaia qualquer direito real oriundo da operação de crédito pretendida pela mesma firma junto à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., cuja operação será acompanhada em todos os seus termos pelo Estado.

LEI N.º 650 de 1-9-52 (D. O. de 4-9-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1 732 000,00 para o pagamento da representação no corrente exercício a que se refere a Lei n.º 544 de 29-11-51.

LEI N.º 651 de 29-8-52 (D. O. de 5-9-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300 000,00, para adquirir um avião Cessna, destinado ao Serviço de táxi aéreo no Estado e especialmente para socorros urgentes a enfermos e feridos. — O Estado poderá encarregar ao Aero Clube do Espírito Santo a fazer o serviço de táxi aéreo ou contratar pessoas físicas ou naturais, podendo o avião, adquirido servir ao Chefe do Poder Executivo e Secretários de Estado, nas excursões no território do Estado, no interesse público.

LEI N.º 652 de 12-9-52 (D. O. de 12-9-52) —

Concede prêmios em dinheiro aos vencedores do concurso de locutores promovido pelo jornal "A Tribuna", de Vitória — Autoriza o Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 17 500,00 para atender às despesas resultantes desta lei.

LEI N.º 653 de 1-10-52 (D. O. de 4-10-52) —

Prorroga por dezoito meses o prazo estabelecido no artigo 5.º da Lei n.º 505, de 6-7-951.

LEI N.º 654 de 1-10-52 (D. O. de 4-10-52) —

Concede vencimento e vantagem integrais ao Militar inválido em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou acometido de tuberculose, alienação mental, neoplasia, cegueira ou visão reduzida, lepra e paralisia — Revoga os artigos 13, 14 e 15 do Decreto n.º 4 192, de 18-10-933, artigos 14 e 17 do Decreto n.º 4 193 da mesma data e demais disposições contrárias a esta lei.

LEI N.º 655 de 1-10-52 (D. O. de 4-10-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 65 000,00 para ocorrer às despesas com a representação da Assembléia Legislativa ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, a se realizar em S. Vicente, Estado de São Paulo.

LEI N.º 656 de 8-10-52 (D. O. de 9-10-52) —

Dá normas sobre a Assembléia Legislativa: O Presidente não poderá apresentar projetos, indicações ou requerimentos sem passar a presidência ao seu substituto, nem votar, exceto nos casos de empate ou escrutínio secreto — Os membros efetivos das Comissões permanentes terão suplentes indicados pelos partidos políticos que representam — A explicação pessoal, que será de 10 minutos, só será admitida após esgotada a matéria constante da ordem do dia — A verificação de votação restringir-se-á aos Deputados que tenham participado da votação.

LEI N.º 657 de 7-10-52 (D. O. de 10-10-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 200 000,00 ao "Hospital São João Batista", de Marapé, neste Estado, para ampliação de suas instalações e serviços de assistência social — Autoriza igualmente a abrir o crédito especial de Cr\$ 200 000,00 para o cumprimento da presente lei.

LEI N.º 658 de 17-10-52 (D. O. de 21-10-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder à Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul o auxílio de Cr\$ 200 000,00 para ocorrer às despesas com o incêndio verificado nas dependências daquela Prefeitura, no dia 3 de agosto do corrente ano — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o necessário crédito especial.

LEI N.º 659 de 20-10-52 (D. O. de 28-10-52) —

Declara de utilidade pública a Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, com sede no município deste nome, neste Estado.

LEI N.º 660 de 20-10-52 (D. O. de 28-10-52) —

Reconhece de utilidade pública a "Sociedade Auxiliadora dos Alfaiates", fundada a 17 de setembro de 1944, com sede na Capital do Estado.

LEI N.º 661 de 12-11-52 (D. O. de 15-11-52) —

Cria, nesta Capital e subordinado à Secretaria da Educação e Cultura, um estabelecimento de ensino artístico, com a denominação de Instituto de Música do Espírito Santo, destinado à divulgação, incentivo e ensino da Música e dos conhecimentos e técnicas afins — Cria 6 cargos de Professores de Música, padrão "L", 1 função gratificada de Cr\$ 600,00 mensais e 1 cargo de Secretário, padrão "J". Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 350 000,00, para ocorrer às despesas de instalação e funcionamento do I. M. E. S., durante o ano de 1952.

LEI N.º 662 de 25-11-52 (D. O. de 30-11-52) —

Autoriza o Poder Executivo a mandar imprimir uma edição de mil exemplares da obra "Beautés de la poésie brésilienne", de autoria do intelectual capixaba Osmar Barbosa, cuja edição será oferecida pelo Governo do Estado ao referido intelectual, a título de auxílio e estímulo — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial necessário à execução da presente lei, até o limite de Cr\$ 50 000,00.

LEI N.º 663 de 26-11-52 (D. O. de 29-11-52) —

Considera de utilidade pública o Clube Militar dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, fundado em 23-1-50.

LEI N.º 664 de 26-11-52 (D. O. de 27-11-52) —

Cria o "Fundo Especial para Pavimentação de Rodovias", com o objetivo exclusivo de financiar a pavimentação com revestimento de tipo supe-

rior, das rodovias estaduais, segundo planos previamente traçados pelo D. E. R. e aprovados pelo Governador do Estado — Majora em 0,5% o imposto sobre vendas e consignações de que trata a Lei n.º 609, de 31-12-51, cuja arrecadação será feita nos exercícios de 1953 a 1957, inclusive.

LEI N.º 665 de 28-11-52 (D. O. de 2-12-52) —

Orça a Receita para o exercício de 1953 em Cr\$ 584 480 900,00, que será arrecadada de acordo com a legislação vigente, e fixa a Despesa em igual importância, discriminada no anexo n.º 2, constituído das tabelas números 1 a 84.

LEI N.º 666 de 4-12-52 (D. O. de 6-12-52) —

Dca à L. B. A. deste Estado o terreno de propriedade do Estado, com a área de 311,37 m2, situado nesta Capital, e dá os seus limites.

LEI N.º 667 de 5-12-52 (D. O. de 6-12-52) —

Cria, na cidade de Castelo, um estabelecimento de ensino secundário e normal, com a denominação de Colégio Estadual e Escola Normal "João Bley" — Autoriza o Poder Executivo a providenciar a imediata instalação do novo estabelecimento, adquirindo terreno e edificações do Colégio "João Bley" e os móveis e equipamentos do mesmo, por doação, nos termos da lei municipal n.º 52-A, de 24-9-51 — Cria nas tabelas próprias do Q. U. da P. P. do Estado, 15 cargos de Professor de Ensino Secundário, padrão "L", uma função gratificada de Diretor, de Cr\$ 1 200,00, mensais e 1 cargo de Secretário, padrão "J" — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00, para atender às despesas desta lei.

LEI N.º 668 de 10-12-52 (D. O. de 12-12-52) —

Declara de utilidade pública a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros, com sede em Vitória, Capital do Espírito Santo.

LEI N.º 669 de 10-11-52 (D. O. de 12-12-52) —

Ratifica, em todos os seus termos, o Dec. n.º 1 064, de 12-10-52, que abriu o crédito extraordinário de Cr\$ 1 000 000,00 para imediatos socorros à população pobre atingida pela explosão dos depósitos do Departamento de Estrada de Rodagem, em Caratoira, nesta Capital.

LEI N.º 670 de 11-12-52 (D. O. de 12-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder, no mês de dezembro do corrente exercício, ao servidor público estadual, civil e militar, ativo, inativo e em disponibilidade, a gratificação de Cr\$ 500,00 acrescida de três vezes o valor do salário-família que estiver percebendo — Não terá direito ao presente benefício o servidor nomeado ou admitido a partir de 1.º de outu-

bro do corrente ano — Ao operário que contar mais de três anos de serviço ininterrupto prestado ao Estado será abonada, na folha do mês de dezembro deste ano, a gratificação de Cr\$ 300,00 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 6 500 000,00, para atender à despesa prevista nesta lei.

LEI N.º 671 de 11-12-52 (D. O. de 12-12-52) —

Estabelece que o limite para consignação em folha de pagamento de vencimentos e salários a servidores estaduais, previsto no art. 3.º do Dec. lei n.º 16 592, de 4-7-947, não será aplicado em relação ao empréstimo rápido concedido pelo Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro", aos seus segurados e aos contribuintes da extinta Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", destinado a custear despesas com o sepultamento de pessoa dependente.

LEI N.º 672 de 12-12-52 (D. O. de 13-12-52) —

Prorroga os trabalhos da Sessão Ordinária da 2.ª Legislatura da Assembléia Legislativa, até 22 de dezembro.

LEI N.º 673 de 15-12-52 (D. O. de 17-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 55 000,00 à Federação Universitária de Esportes Capixabas, para compra de material desportivo, conforme lista de preços que fôr aprovada pela Secretaria da Educação e Cultura — Autoriza o Executivo a abrir o necessário crédito especial para execução desta lei.

LEI N.º 674 de 15-12-52 (D. O. de 17-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 50 000,00 à Comissão Pró Siderurgia Laguna-Vitória, com sede em Vitória — Autoriza ainda o Poder Executivo a abrir o crédito especial de igual quantia, para atender ao auxílio de que trata a presente lei.

LEI N.º 675 de 16-12-52 (D. O. de 20-12-52) —

Declara de utilidade pública a Escolinha de Arte de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.

LEI N.º 676 de 17-12-52 (D. O. de 20-12-52) —

Cria na Divisão de Obras Públicas da S. V. O. P. três secções técnicas: Secção de Estudos e Projetos; Secção de Obras e Fiscalização e Secção de Viação Aérea — Estabelece a competência de cada secção recém-criada — Cria e inclui na Parte Permanente do Q. U. do Estado três funções gratificadas, com a remuneração de Cr\$ 550,00 mensais, lotadas na Divisão de Obras Públicas da S. V. O. P., a serem providas obrigatoriamente por engenheiros.

LEI N.º 677 de 19-12-52 (D. O. de 23-12-52) —

Aumenta em 50% as custas e emolumentos cobrados de acôrdo com as Tabelas II — Secções 2.ª a 4.ª; III — Secções 1.ª a 14.ª e IV — Secções 2.ª a 4.ª da Lei n.º 1 598, de 16-8-926 e com o Dec. — Lei n.º 16 255, de 3-10-946.

LEI N.º 678 de 20-12-52 (D. O. de 23-12-52) —

Incorpora ao texto da Lei n.º 462, de 30-1-51, alterações nos artigos 2.º, 8.º e 9.º, parágrafo único do art. 10.º, alíneas l e u do art. 19.º e 20.º — Cria mais dois cargos de Promotor Substituto e um de Promotor de 3.ª entrância — Suprime a alínea q do art. 37, os arts. 45 e 46 e parágrafos respectivos e o parágrafo único do artigo 49.

LEI N.º 679 de 22-12-52 (D. O. de 23-12-52)

Dá nova organização à Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda — A Divisão da Receita passa a constituir-se de dois grupos: o primeiro, formado pela Inspeção Geral de Rendas, Serviço de Tomadas de Contas e Serviço de Estatística Tributária. O segundo, pelas Inspeções Regionais, Recebedorias Regionais, Procuradoria Fiscal no Rio de Janeiro, Coletorias e Postos Fiscais — Anexa ao Gabinete do Diretor, funcionará uma Secção de Administração — Além de criados os órgãos especificados, ficam criados os seguintes cargos isolados de provimento em comissão: 4 de Inspetor Regional, padrão "J"; 3 de Inspetor Volante, padrão "Q", com exercício na Procuradoria Fiscal, no Rio de Janeiro — Cria 3 funções gratificadas, sendo 2 de Cr\$ 550,00 mensais cada uma, de Chefe de Secção de Administração e uma de Cr\$ 800,00 mensais, de Chefe do Serviço de Tomada de Contas — Extingue as Coletorias de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Colatina e a Recebedoria da Capital — Extingue 4 cargos isolados, de provimento em comissão, de Inspetor Fiscal, padrão "J", de Chefe da Recebedoria da Capital, passa denominar-se Chefe da Recebedoria Regional — Transforma em postos fiscais todas as sub-coletorias existentes na data desta lei — Autoriza o Poder Executivo a reclassificar no padrão "N" o cargo de Inspetor Geral de Rendas, padrão "J" — Concede remuneração especial ao funcionário empregado no serviço de arrecadação e fiscalização das rendas — Revoga especialmente os artigos 1.º a 3.º, 7.º e 10 a 12 da Lei n.º 500, de 2 de julho de 1951.

LEI N.º 680 de 22-12-52 (D. O. de 24-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$. . . . 24 445 630,00 para reforço de diversas dotações de pessoal fixo e variável do orçamento vigente.

LEI N.º 681 de 26-12-52 (D. O. de 6-1-53) —

Dá nova redação aos artigos 93 e 96 da Lei n.º 617 de 31-12-51.

LEI N.º 682 de 26-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Concede à viúva Senhora Antônia de Carvalho Lemgruber, mãe do Desembargador Octávio de Carvalho Lemgruber ex-Interventor Federal no Espírito Santo, o benefício da Lei n.º 455, de 18-1-51, a partir de 1.º-1-53.

LEI N.º 683 de 29-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a fazer diversas anulações, parciais ou totais, de verbas do orçamento vigente, num total de Cr\$ 16 273 250,00.

LEI N.º 684 de 29-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2 889 851,60, para pagamento de diversas despesas de exercícios anteriores, constantes da relação anexa ao ofício B 14348, de 6-12-52, da Contadoria Geral do Estado.

LEI N.º 685 de 26-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Prorroga até 31 de dezembro de 1957 os efeitos da Lei n.º 67, de 31-12-947.

LEI N.º 686 de 29-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Autoriza o Poder Executivo a aplicar o saldo do crédito especial previsto na Lei n.º 524, de 13-9-51, aberto pelo Dec. n.º 905, de 17-6-52, no pagamento da diferença de vencimentos de 20 primeiros sargentos músicos da Polícia Militar, inclusive os reformados, com relação ao exercício de 1951, concomitantemente com o período de 1946 a 1950.

LEI N.º 687 de 29-12-52 (D. O. de 30-12-52) —

Eleva, a partir de janeiro de 1953, para 180 e 1 600, respectivamente, o número de cargos das carreiras de "Regente de Ensino Primário" e "Professor Primário".

LEI N.º 688 de 29-12-52 D. O. de 30-12-52) —

A Penitenciária do Estado, criada pela Lei n.º 1 416, de 31-5-924, e posteriormente intitulada "Penitenciária da Pedra d'Água" (Dec. n.º 5870, de 12-2-925), passará a denominar-se "Instituto de Readaptação Social" e o sentenciado nela recolhido, a chamar-se "interno" ou "segregado".

LEI N.º 689 de 22-12-52 (D. O. de 31-12-52) —

Concede ao Asilo "Deus, Cristo e Caridade", da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o auxílio de Cr\$ 100 000,00 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o necessário crédito especial para execução desta lei.

LEI N.º 689-A de 30-12-52 (D. O. de 15-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra Diocesana do Espírito Santo o imóvel rural denominado Água Funda, situado no município da Serra, adquirido por escritura pública de 14-8-50 — A donatária deverá construir no imóvel doado um educandário para menores, no prazo de 24 meses.

LEI N.º 690 de 30-12-52 (D. O. de 31-12-52) —

Autoriza o Poder executivo a conceder ao Círculo Operário de Alegre a quantia de Cr\$ 50 000,00, como auxílio para construção de seu berçário — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o respectivo crédito especial.

ÍNDICE

PREAMBULO	3 — 33
Plano de Valorização Econômica	7
Pôrto de Vitória	8
Eletrificação	10
Plano Rodoviário	12
Fomento da Produção Agrícola	14
Obras Públicas	16
Política Educacional	18
Departamento Estadual de Saúde	20
Política de Bem Estar Social — I. B. E. S.	23
Instituto de Previdência e Assistência J. Monteiro	24
Finanças do Estado	24
Execução Orçamentária	25
Interior e Justiça	28
Limites Estaduais	29
Ilhas Oceânicas	29
Governo do Estado	30
Outros assuntos econômicos	30
 SECRETARIA DA FAZENDA	 35 — 53
Café	35
Serviço de Arrecadação e Fiscalização das Rendas	36
Finanças: Receita	37
Finanças: Despesa	46
Bens do Estado	52
Junta de Recursos Fiscais	52
Tesouraria Geral	53
 SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO	 55 — 63
Política do Fomento da Produção	55
Reorganização de Serviços	56
Plano de Trabalho para o Ano Agrícola 1952-1953	56
Café	56
Mandioca	57
Fruticultura	57
Produção de Mudas e Sementes	57
Mecanização	57

Mecanização Agrícola	58
Produção Animal	58
Fábrica de Rações	58
Inseminação artificial e Revenda de reprodutoras	58
Fazendas de Criação e Postos de Monta	59
Estação Sericícola de Vargem Alta	59
Instituto de Laticínios e Postos de Resfriamento de Leite ..	60
IX Exposição Reg. Pecuária — Cach. Itapemirim	60
Florestamento e Reflorestamento	60
Assistência ao Cooperativismo	60
Casa do Lavrador	60
Serviço de Revenda	61
Terras e Colonização	61
Nova Legislação — Leis 617 e 652	61
Escola Agrotécnica	61
Semana do Lavrador	62
Semana Ruralista Feminina	62
Exposição de Milho	62
Reuniões de Lavradores	62
Associação Rural de Sta. Teresa — O Regional	62
Novas Encolias	63
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	65 — 90
Usina Hidroelétrica de Rio Bonito	65
Divisão de Obras Públicas	66
Segurança Pública	67
Saúde Pública	67
Entrepasto Frigorífico de Vitória	67
Concha Acústica	67
Campos de Pouso	68
Outras Obras	68
Conservação de Imóveis	68
Divisão de Geografia, Geologia e Mineralogia	69
Carta Geográfica	70
Serviço Geológico	70
Revisão da Divisão Territorial	70
Divisão de Águas e Energia Elétrica	71
Usina Hidroelétrica de Pequiá	71
Centrais Hidroelétricas do Rio Santa Maria de Vitória	71
Usina Hidroelétrica de Ibituba	71
Usinas Hidroel. Conceição do Castelo e Alfredo Chaves	72
Usina Hidroelétrica de João Neiva	72
Centro Telefônico automático	72
Luz e Força de Guarapari	72
Conjuntos Diesel elétricos	72
Serviço de Rádio Patrulha	72
Serviços de Instalação Elétrica	73
Administração do Porto de Vitória	73
Receita portuária	73

Suprimento de Fundos	73
Despesa portuária	74
Execução orçamentária	74
Reaparelhamento do Porto	74
Instalações especiais	74
Relações com as Repartições Federais	75
Delegacia do Trabalho Marítimo	75
Sindicato	75
Comissão de Marinha Mercante	75
Companhias de Navegação	75
Corporação de Práticos	75
Minério	76
Transportes de Mercadorias	76
Serviço de Capatazia	76
Movimento de Navios	77
Exportação e Importação	77
Exportação de Manganez	78
Serviço de Alimentação	78
Construção Naval	78
Esplanada da Capixaba	79
Dragagem e Atérro	79
Blocos de Concreto ciclópico	79
Enrocamento	79
Bento Ferreira e Forte de S. João	80
Construção do Armazém 4	80
Oficinas e Carreira Naval de Bento Ferreira	80
Cais Acostável	80
Dragagem e Enrocamento	81
Recuperação do material portuário	81
Terrenos para Construção	81
Desapropriações	81
Estrada de Ferro Itapemirim	82
Serviço de Navegação do Rio Doce	82
Departamento de Estradas de Rodagem	82
Receita orçamentária	82
Despesa fixada	83
Realizações — Construção de Estradas	83
Patrimônio do D. E. R.	86
Divisão de Estudos, Projetos e Construções	86
Pavimentação	87
Divisão de Conservação e Reconstrução	87
Fundo Rodoviário Nacional	89
Polícia Rodoviária	89
Conselho Rodoviário	90
Serviço de Administração	90
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	93 — 104
Polícia Civil	93
Da situação da Polícia Civil no Interior	94
Corregedoria	94

IV

Inspetoria Estadual de Trânsito	94
Serviço de Rádio Patrulha	95
Instituto de Identificação e Técnica policial	96
Gabinete-Médico-legal	96
Policia Militar	96
Corpo de Bombeiros	97
Disciplina e Justiça	97
Oficinas	97
Instrução dos Quadros e da Tropa	98
Instituto de Readaptação Social	98
Junta Comercial	99
Instituto Agrícola de Maruípe	99
Arquivo Público	100
Assessoria Técnico-Consultiva	101
Departamento de Imprensa Oficial	103
SECRETARIA DO GOVERNO	105 — 155
Departamento Estadual de Estatística	105
Pesquisa de Padrão de Vida	105
Publicidade	106
Legislação Estatística	106
Junta Executiva Regional do Cons. Nac. Estatística	106
Entendimentos com Serviços Federais	107
Situação Econômico-financeira do Estado — Análise	108
Área cultivada	111
Rendimento Condicional	112
Quantidade produzida	114
Amparo ao homem do campo	120
Produção Agrícola-Necessidade de sua população	120
Pecuária	122
Produção Industrial	127
Ferro e Cimento	127
Beneficiamento de Café	131
Intercâmbio Comercial	135
Intercâmbio Comercial por Via Marítima	140
Custo da Vida — Preços	144
Crédito Bancário	153
Mercado Imobiliário	153
Empréstimos-Hipotecários	153
Departamento Estadual de Saúde	157
Serviços Distritais	157
Postos de Saúde	157
Postos de Higiene	157
Proteção à Infância	158
Serviço de Enfermagem	158
Serviço de doenças venéreas	159
Serviço contra a tuberculose	159
B. C. G.	159
Unidades Auxiliares	160

V

Serviço Nacional de Malária	160
Assistência médico-social	160
Curso de Assistentes Sociais	160
Hospital de Clínicas	160
Clinica de Câncer	161
Engenharia Sanitária	161
Serviço de Abastecimento de água	161
Serviço de Laboratório	161
Cursos de Formação e Aperfeiçoamento	162
Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde	162
Serviço de Administração	162
Serviço Jurídico	175
Rádio Espírito Santo	177
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	179 — 213
Ensino Primário	180
Rêde Escolar	181
Educação Pré-escolar	182
Ensino Complementar	182
Ensino Supletivo	182
Ensino de Segundo Grau	183
Ensino Superior	184
Educação Física	184
Cinema Educativo	185
Mobiliário e material escolares	185
Biblioteca Estadual	185
Museu Capixaba	185
Código da Educação	186
MINISTÉRIO PÚBLICO	215
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO	217
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES	223
INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL	225
Construções Populares	225
Fábrica de blocos "São José"	227
Casas genuinamente populares	227
Serviço Social	227
Contabilidade do IBES	227
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	229
Assistência médico-hospitalar	231
Carteira predial	231
Orçamento do IPAJM para 1953	233
Benefícios aos associados	234
Cooperação com o Governo do Estado: colocação de apólices	235

VI

MUNICÍPIO DE VITÓRIA	237
COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS	241
MUNICÍPIO DE GUARAPARI	243
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO	245
RELAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL	249
RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES	251
BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO	253
EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL	257
Decretos de 1952	259 — 308
Leis de 1952	309 — 318

